



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



KARLA D'ANGELA DE LIMA

***Manual do Estudante de Latim (1855), de Joaquim da Silva:
orientações e práticas pedagógicas para o ensino latinista na Paraíba***

JOÃO PESSOA – PB

2024

KARLA D'ANGELA DE LIMA

***Manual do Estudante de Latim (1855), de Joaquim da Silva:*
orientações e práticas pedagógicas para o ensino latinista na Paraíba**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva

JOÃO PESSOA – PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732m Lima, Karla D'angela de.

Manual do Estudante de Latim (1855), de Joaquim da Silva : orientações e práticas pedagógicas para o ensino latinista na Paraíba / Karla D'angela de Lima. - João Pessoa, 2024.

177 f. : il.

Orientação: Fabiana Sena da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. História da educação. 2. Livros de latim - Circulação. 3. Ensino de Latim - Brasil. 4. Ensino de Latim - Paraíba - Século XIX. 5. Manual do Estudante de Latim - Livro. I. Silva, Fabiana Sena da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(091) (043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO





A BANCA EXAMINADORA, TENDO EM VISTA A EXPOSIÇÃO ORAL APRESENTADA PELA MESTRANDA KARLA D'ANGELA DE LIMA E PROCEDIDA A ARGUIÇÃO PERTINENTE AO TRABALHO FINAL, CONSIDEROU A DISSERTAÇÃO:


- (x) APROVADA
() INDETERMINADA
() REPROVADA


MEMBROS – BANCA EXAMINADORA	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Fabiana Sena da Silva (Orientadora)	PPGE/UFPB	
Daniel Ferraz Chiozzini	PUC - SP	
Carlos Augusto de Melo	PPGL/UFU	
Severino Bezerra da Silva	PPGE/UFPB	

João Pessoa, 17 de maio de 2024

Documento assinado digitalmente
 **FABIANA SENA DA SILVA**
Data: 18/05/2024 10:41:19-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **DANIEL FERRAZ CHIOZZINI**
Data: 21/05/2024 11:49:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS AUGUSTO DE MELO**
Data: 21/05/2024 15:03:00-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **SEVERINO BEZERRA DA SILVA**
Data: 25/05/2024 17:38:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

KARLA D'ANGELA DE LIMA

Manual do Estudante de Latim (1855), de Joaquim da Silva:
orientações e práticas pedagógicas para o ensino latinista na Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação

Banca examinadora:

Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva
(Orientadora – PPGE/UFPB)

Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini
(Membro Externo – PPGE/PUC-SP)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Mello
(Membro Externo – PPGL-UFU)

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
(Membro Interno – PPGE/UFPB)

Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.
(Fedro)

“Se não é útil o que fazemos, a glória é vã”

AGRADECIMENTO

Neste espaço gostaria de expressar a minha gratidão a todos os que estiveram comigo, ajudando-me a realizar tamanha conquista.

Em primeiro lugar, a Deus, por me conceder a bênção da saúde, para concluir mais uma etapa da minha história acadêmica.

Sigo agradecendo às pessoas neste plano terreno.

Quero registrar o meu respeito e admiração por duas pessoas, em especial, as quais me auxiliaram durante toda a minha formação: minha mãe (Rosineide) e minha avó (Maria de Lourdes). Pessoas ímpares, sem as quais minhas conquistas e a superação das dificuldades naturais da vida teriam sido, se não impossíveis, muito mais difíceis de conseguir.

Também devo expressar minha gratidão ao meu noivo (Heberton), que sempre demonstrou ser generoso ao me acompanhar nas pesquisas e incentivou-me a nunca desistir.

Outra pessoa que não posso deixar de fora dessa lista é a minha companheira de estudo – Gilvânia –, pois, sem ela, essa jornada acadêmica teria sido bem menos fortuita

Antes de agradecer a mais pessoas, acredito ser importante relembrar a relevância do Sistema Público de Educação, que contribuiu para minha vida escolar e acadêmica. Apesar de ser tão desvalorizado e saqueado, sua importância é significativa quando é a única alternativa para muitos indivíduos que só encontram a Educação Pública como caminho para adquirir uma formação e, conseqüentemente, conquistar um espaço de dignidade nesta sociedade tão competitiva. Dessa forma, agradeço especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB, aos colegas e aos professores que passaram pela minha vida e contribuíram de algum jeito para a minha formação.

Com isso, agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Fabiana Sena, que serviu de bússola para a construção deste trabalho; sem a sua orientação, este trabalho não seria o mesmo.

Com a mesma relevância, agradeço a colaboração de todos os professores membros de minha Banca de Defesa, Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini, Prof. Dr. Carlos Augusto de Mello, Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva e Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho – que trouxeram novos olhares para a construção deste trabalho dissertativo.

RESUMO

Este trabalho dissertativo, pertencente à Linha de História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem como objetivos específicos: i) Compreender o ensino de Latim na história do Brasil e na Paraíba; ii) Identificar o processo de produção e circulação do livro *Manual do Estudante de Latim*; iii) Identificar e analisar as orientações educacionais e práticas pedagógicas no livro *Manual do Estudante de Latim* de Joaquim da Silva. Para tanto, esta pesquisa adota uma abordagem baseada na História Cultural, recorrendo a referências como Chartier (1998a) e outros autores relevantes – Cardoso (2011), Saviani (2013), Amarante (2018), Franca (1952), Mello (1956), Sena (2017), Pinheiro (2002) – que auxiliaram na análise de várias fontes documentais, incluindo cartas, jornais, relatórios, biografias e leis, revelando o papel do ensino do Latim ao longo da História como uma ferramenta para a formação educacional. Ao analisar o *Manual do Estudante de Latim*, constatamos que a obra ofereceu muito mais do que lições de gramática latina, uma vez que desconstruiu os Clássicos Latinistas para apresentar o cenário e elementos que contribuíram na elaboração de seus textos, apresentando, também, a constituição histórico-social da Antiguidade que influenciou em sua produção e que ainda é usada em parte do ensino-aprendizado do Latim. Tendo em mãos o livro e apoiados pelas fontes já referidas, pudemos examinar a organização e as práticas pedagógicas que norteavam o ensino de Latim no século XIX, evidenciando a transição de uma das disciplinas mais importantes do período para uma das menos significativas. Esse processo também revelou mudanças expressivas no cenário educacional, pois o ensino das línguas clássicas passou a ser, gradualmente, substituído pelo ensino das línguas vivas, o que indica uma mudança de paradigma de uma abordagem mais humanista para uma mais moderna. Com base nestes argumentos, entendemos que este estudo contribui para a compreensão do conteúdo e da circulação do referido objeto cultural para a organização do ensino de Latim na História da Educação na Paraíba.

Palavras-chave: Educação; Livro escolar; Latim; Paraíba século XIX.

ABSTRACT

This dissertation, part of the History of Education track within the Graduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Paraíba (UFPB), has the following specific objectives: i) To understand the teaching of Latin in the history of Brazil and Paraíba; ii) To identify the production and circulation process of the book "Manual do Estudante de Latim"; iii) To identify and analyze the educational guidelines and pedagogical practices in Joaquim da Silva's "Manual do Estudante de Latim". To achieve these goals, this research adopts a Cultural History approach, drawing on references such as Chartier (1998a) and other relevant authors — Cardoso (2011), Saviani (2013), Amarante (2018), Franca (1952), Mello (1956), Sena (2017), and Pinheiro (2002) — who assisted in analyzing various documentary sources, including letters, newspapers, reports, biographies, and laws. These sources reveal the role of Latin teaching throughout history as a tool for educational formation. In analyzing the "Manual do Estudante de Latim," we found that the work offered much more than Latin grammar lessons. It deconstructed Latin Classics to present the context and elements that contributed to the creation of these texts, showcasing the historical and social constitution of Antiquity that influenced their production and is still used in part of Latin teaching and learning. With the book in hand and supported by the aforementioned sources, we examined the organization and pedagogical practices that guided Latin teaching in the 19th century. This highlighted the transition of Latin from one of the most important subjects of the period to one of the least significant. This process also revealed significant changes in the educational landscape, as the teaching of classical languages was gradually replaced by the teaching of modern languages, indicating a paradigm shift from a more humanistic to a more modern approach. Based on these arguments, we believe that this study contributes to the understanding of the content and circulation of this cultural object for the organization of Latin teaching in the History of Education in Paraíba.

Keywords: Education; Schoolbook; Latin; 19th century Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Chamada para Concurso Público.....	69
FIGURA 2 – Chamada para Concurso Público.....	69
FIGURA 3 – Pedido para admissão de Concurso Público.....	70
FIGURA 4 – Pedido para admissão de Concurso Público.....	70
FIGURA 5 – Organização de Concurso Público.....	71
FIGURA 6 – Anúncio de aula particular	71
FIGURA 7 – Anúncio de Colégio particular.....	78
FIGURA 8 – Anúncio de aula particular.....	79
FIGURA 9 – Informe sobre autorização de ensino particular.....	80
FIGURA 10 – Folha de rosto: Manual dos Estudantes de Latim de Antonio Coruja	83
FIGURA 11 – Anúncio do Manual de Latim de Antonio Coruja.....	84
FIGURA 12 – Folha de rosto <i>Syntaxe de Dantas</i>	89
FIGURA 13 – Anúncio da Typographia Camillo de Lellis Masson & C.....	94
FIGURA 14 – Abertura do Lyceu Parahybano.....	97
FIGURA 15 – Cronograma das aulas do Lyceu Parahybano.....	97
FIGURA 16 – Novo Methodo da Grammatica Latina.....	98
FIGURA 17 – Anúncio do Manual de Joaquim da Silva.....	101
FIGURA 18 – Anúncio do Manual de Latim de Joaquim da Silva.....	102
FIGURA 19 – Fotografia de Joaquim da Silva.....	109
FIGURA 20 – Anúncio de aulas particulares com Joaquim da Silva.....	111
FIGURA 21 – Doação dos vencimentos como professor.....	115
FIGURA 22 – Manual do Estudante de Latim.....	117
FIGURA 23 – Folha de rosto: A estatua e os mortos.....	125
FIGURA 24 – Folha de rosto: Carta pastoral.....	125
FIGURA 25 – Capa do Manual do Estudante de Latim.....	126
FIGURA 26 – Índice referente à gramática latina.....	128
FIGURA 27 – Continuação do Índice referente à gramática latina.....	128
FIGURA 28 – Proemio.....	130
FIGURA 29 – Página do Manual.....	130
FIGURA 30 – Página do Manual: primeira declinação.....	133
FIGURA 31 – Página do Manual: segunda declinação.....	133
FIGURA 32 – Índice referente à mitologia, costumes e tratados.....	135
FIGURA 33 – Índice referente à mitologia, costumes e tratados.....	135
FIGURA 34 – Índice referente à mitologia, costumes e tratados.....	136
FIGURA 35 – Início da segunda parte do Manual.....	137
FIGURA 36 – Anúncio de obras traduzidas.....	139
FIGURA 37 – Página do Manual: do ponto e virgula.....	148
FIGURA 38 – Página do Manual: uso da virgula.....	148
FIGURA 39 – Página do Manual: das conjugações dos verbos.....	152
FIGURA 40 – Página do Manual: conjugação do verbo substantivo e auxiliar.....	152

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – O currículo de Latim no <i>Ration Studiorum</i>	43
QUADRO 2 – Aulas de Latim na Educação Pública.....	65
QUADRO 3 – Edital para concurso de professor da cidade de Souza.....	74
QUADRO 4 – O Ensino Privado de Latim.....	76
QUADRO 5 – Anúncio das obras de Antonio Coruja.....	84
QUADRO 6 – Anúncios de Antonio Coruja.....	85
QUADRO 7 – Anúncio do Manual do Estudante de Latim.....	100
QUADRO 8 – O Collegio Parahybano no relatório da Paraíba.....	113

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O ENSINO DE LATIM NO BRASIL.....	25
2.1 A influência do <i>Ration studiorum</i> no ensino de Latim no Brasil.....	40
3. O ENSINO DE LATIM NA PARAÍBA.....	56
3.1 O ensino público de Latim no período Imperial.....	60
3.2 O ensino particular de Latim na Paraíba.....	74
4. A CIRCULAÇÃO DO LIVRO <i>MANUAL DO ESTUDANTE DE LATIM</i>.....	81
4.1 A circularidade de livros de Latim no Brasil oitocentista.....	81
4.2 A produção e a circulação do <i>Manual do Estudante de Latim</i> de Joaquim da Silva.....	90
5. AS ORIENTAÇÕES DE ENSINO CONTIDAS NO LIVRO <i>MANUAL DO ESTUDANTE DE LATIM</i>.....	105
5.1 Professor Joaquim da Silva e o Ensino de Latim.....	108
5.2 A organização do estudo de Latim no livro <i>Manual do Estudante de Latim</i>..	115
5.3 O conteúdo pedagógico das lições de Latim.....	139
5.3.1 O ensino da Língua Portuguesa na gramática latina.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE.....	173

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa em História da Educação começou antes mesmo do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, quando participei de reuniões no Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR/PB. Essas reuniões, que começaram em 2019, foram o início para retornar à Universidade e ingressar numa Pós-Graduação *stricto sensu*. A experiência como professora¹ nos primeiros anos do Ensino Fundamental intensificou meu interesse por livros didáticos, pois, pois sempre quis entender a base de certas práticas, e o livro é, com certeza, um dos excelentes recursos para nos aventurarmos nessa busca.

A vinculação ao curso no PPGE/UFPB e a curiosidade por pesquisas realizadas por meio de impressos me conduziram a escolher a orientação de uma especialista no assunto, a professora Dra. Fabiana Sena. A partir da sua orientação, passei adentrar no projeto “A educação na imprensa da Paraíba entre a transição do Império e da República (1884-1894)”, financiado pela FAPESQ/PB, Edital 09/20221, sob a coordenação da professora supracitada.

No processo de orientação, realizei buscas por anúncios sobre Instrução Pública publicados nos jornais da Paraíba no final do período do Império e início da República, cujos temas divulgavam oferta de aulas particulares em domicílio; cadeiras isoladas sendo abertas na capital paraibana ou em cidades da província; colégios particulares confessionais ou ex-professores públicos, ofertando vagas para o ensino das Primeiras Letras ao Ensino Secundário; venda de livros escolares.

O interesse em pesquisar sobre o ensino de Latim na província da Paraíba ocorreu quando estava pesquisando sobre anúncios dos colégios particulares, especificamente aqueles que funcionavam no período de transição do Império para a República. Os anúncios se revelaram ricas fontes de pesquisa desses colégios, pois em seus textos, pudemos perceber que havia indícios de sujeitos, horário de funcionamento, currículo, livros, material escolar, método de ensino, espaço geográfico e social. Mesmo panoramicamente, já antevíamos que as publicações em jornais se revelavam como uma prática cultural, o que as tornou em uma estratégia de promoção educacional no século XIX (Lima; Sena; Tristão, 2022).

¹Formei-me em 2013 no curso de Pedagogia na UFPB. Logo em seguida, prestei concurso para professor polivalente pela Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, no qual fui aprovada. Após longa espera, finalmente fui convocada e assumi o cargo de professora, em janeiro de 2015, o qual exerço até então.

Incentivada por tais constatações, intensifiquei a busca pelos anúncios e, após localizar muitos deles, resolvi concentrar meu olhar sobre os do Collegio Parahybano² – este fundado por Joaquim José Henrique da Silva –, inicialmente pela quantidade de publicações em diversos jornais da *Paraíba* e, depois, por essas publicações acontecerem justamente no período que me interessava, o de transição política entre o final do Império e o início da República.

Na intenção de conhecer mais sobre Collegio Parahybano, a pesquisa voltou-se para os acervos físicos, a fim de garimpar fontes e conhecer um pouco mais sobre a instituição de ensino que frequentemente se apresentava nos jornais oitocentistas da capital paraibana.

No *Catálogo da Seção de Obras Raras* (Pimentel; Formiga, Silva, 1997), do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), foi encontrado o nome de Joaquim da Silva, autor do livro *Manual do Estudante de Latim*, de 1855. O achado despertou a esperança de haver fontes sobre o *Collegio Parahybano*. A busca nos acervos físicos³ e *on-line*⁴ trouxeram, no entanto, poucos indícios sobre o colégio, ficando a pesquisa restrita aos anúncios oitocentistas.

A necessidade de cruzamento de fontes nos permite questionar sobre possíveis visões enviesadas dos documentos, estratégia que leva o historiador a não se limitar a apenas uma versão de acontecimentos. Como explica Pinsky (2021), para ser historiador, é necessário desconfiar das informações e de quem as produziu. Dessa forma, entendemos que os documentos não podem ser vistos como discurso de *verdade*, mas sim como uma versão de contexto. Sendo assim, é importante utilizar mais de uma fonte para que o historiador apresente outras possíveis versões dos fatos em sua pesquisa.

A partir das buscas sobre o Ensino Secundário na província da Paraíba, deparei-me com informações sobre a oferta do ensino de Latim, mais especificamente sobre as aulas públicas, particulares e os livros escolares. Por meio desses vestígios, passei a me interessar pela história desse ensino e questionei: Quem ensinava Latim? Como se constituía esse ensino? Havia um instrumento didático que desse suporte para o desenvolvimento desse ensino? Com essas questões iniciais, comecei um levantamento bibliográfico, para tomar conhecimento das produções já realizadas sobre o tema.

² Todos os termos próprios da época de produção dos documentos aqui investigados serão reproduzidos *ipsis litteris*, a fim de não haver risco de corrupção de seus registros ou compreensão.

³ Além do IHGP, fiz pesquisas no acervo histórico do Espaço Cultural José Lins do Rego, sede da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNDESC), e na Fundação Casa de José Américo. Com o tema já consolidado, também aconteceu uma visita no Museu Regional de Areia.

⁴ Além da Hemeroteca Digital já mencionada no texto, também investiguei o tema no repositório on-line *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19*, por meio do site <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>, o qual acessei em 20 de outubro de 2022.

Ao longo dessas inquirições, fui percebendo que havia algo mais interessante do que a investigação sobre o Collegio Parahybano. A mudança de foco migrou, portanto, para o livro escolar e, paralela e conseqüentemente, para o seu autor.

Diferentemente da instituição de ensino, Joaquim da Silva tinha o seu nome gravado em jornais e fora deles – um professor que havia deixado marcada a sua presença na história paraibana. Devido ao seu comprometimento em diferentes áreas – política, cultura e educação –, Joaquim da Silva destacou-se na história como um renomado professor de Latim. Exerceu o magistério em duas cadeiras, Latim e Francês, na cidade de Areia⁵, de 1841 até 1864, quando se aposentou da função. Após a aposentadoria, fundou o primeiro jornal da cidade (1877-1880). Na década de 1880, mudou-se para a capital paraibana para assumir a função de Inspector do Tesouro. Neste período, abriu o Collegio Parahybano e passou a promovê-lo nos jornais da época.

Embora o ensino de Latim tenha estado presente desde o começo da formação educacional do Brasil, fazendo parte da Educação Básica por mais de quatro séculos e, hoje, curiosamente, ofertado tão-somente a alguns cursos do Ensino Superior, as pesquisas, por sua vez, continuaram e não ficaram restritas à área de línguas. No Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), existe um número razoável de pesquisas *stricto sensu* envolvendo o Latim, e foi por esse acervo que começamos.

No primeiro levantamento com a palavra “Latim”, foram encontradas, no referido Banco de dados, 242 dissertações e 99 teses. Essa sondagem ajudou a perceber/constatar que o Latim está envolvido em diversas áreas de conhecimento: Letras/Linguística, Arte, Direito, Política, Filosofia, Teologia, História e Educação. Quando a busca se restringiu, porém, a descritores com aspas relacionados ao campo da Educação – “Aulas de Latim”, “Professor de Latim”, “Professores de Latim”, “Estudos de Latim”, “Aprendizagem de Latim”, “Ensino de Latim” –, o número inicial se reduziu para 14 dissertações e 06 teses (Apêndice A). Nenhum desses trabalhos, entretanto, se refere ao ensino de Latim na Paraíba. Outros descritores foram utilizados – “Manual do estudante de Latim”; “Manual de Latim”; “Manual Latim”; “Livro de Latim”; “Ensino de Latim na Paraíba”; “Ensino de Latim no século XIX”; “Latim no século XIX”; “Latim Paraíba”; “Cadeiras de Latim”; “Estudo de Latim”; “Professoras de Latim”; “Estudantes de Latim”; “Latim na Paraíba” –, mas sem resultados ou apenas a repetição de trabalho acadêmico já identificado. Dessa forma, os vinte trabalhos acadêmicos filtrados no

⁵ Areia é a principal cidade do Brejo paraibano. Fica a 120 quilômetros de João Pessoa. Segundo o IBGE (2021), possui uma estimativa de 22.493 habitantes. A renda familiar gira em torno da administração pública, na oferta de serviços e na agropecuária.

site da CAPES tiveram seus resumos e sumários lidos, sendo selecionados para uma leitura completa apenas aqueles que estivessem enquadrados na delimitação deste trabalho dissertativo.

Entre as pesquisas selecionadas, a tese sobre a *Configuracionalidade em Latim Clássico e Latim Vulgar*, de Maria Cristina da Silva Martins (2002) foi defendida no Instituto de Estudo da Linguagem da Unicamp. Nessa pesquisa, a autora analisou as configurações do Latim clássico e vulgar a partir de dois textos nesse idioma: *Bello Gallico* (Julio Cesar) e *Peregrinatio Aetheriae*. A análise desses dois textos considerou a formação gramatical, por se tratarem de textos sobre o Latim clássico e vulgar e sua forma gramatical, se enquadrando nesta pesquisa dissertativa.

Outro trabalho foi a dissertação intitulada *A tradução e o ensino de Latim*, de Thaís Fernandes (2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa analisou dezoito manuais e gramáticas latinas do século XX, examinando as semelhanças e diferenças metodológicas. Por se tratar de um extenso trabalho de análise, contribuiu com diversos dados vinculados a estudos do século XIX.

A dissertação de Sara Rogéria Santos Barbosa (2012), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, intitulada *O ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente no Brasil (1759-1771)*, tratou de diversas informações sobre a Reforma de Pombal, a relação com o ensino de Latim e a profissão docente no século XVIII, o que ajuda a compreender como o ensino de Latim se desenvolveu no Brasil após a Reforma pombalina.

Por último, selecionamos a dissertação de Sílvio Wesley Rezende Bernal (2016), cujo título é *Machado de Assis e as representações do Latim em um Brasil do século XIX*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. O autor utilizou as obras de Machado de Assis como fonte, para averiguar a influência cultural da escrita latina no século XIX, o que contribuiu de forma significativa para nosso estudo.

Com o afinilamento desta pesquisa, foi realizada uma sondagem no catálogo da Biblioteca Central da UFPB e no *Google Acadêmico*, pesquisassem busca de outras referências que pudessem nos fornecer pistas sobre o ensino de Latim na Paraíba no século XIX e sobre o Manual produzido por Joaquim da Silva. No catálogo da referida Biblioteca, foi utilizado o descritor “latim”. Nesse acervo, encontramos duas teses do Programa de Pós-Graduação em Linguísticas da UFPB que abordaram o Latim como tema de pesquisa. Já no *Google Acadêmico*, foram encontrados uma tese e um artigo.

A partir do descritor “Joaquim Enrique da Silva latim”, foi encontrada a tese *As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)*, de Maíra Lewtchuk Espindola (2017). A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB e tem como foco principal o Ensino Primário e os intelectuais envolvidos na educação paraibana nos séculos XIX e XX. A investigação abrange dez intelectuais, dentre eles Joaquim da Silva (Apêndice A).

Os demais textos coletados nos bancos de dados *on-line* – CAPES, Biblioteca Central da UFPB e *Google Acadêmico* – que não foram apresentados nesta seção inicial poderão ser apreciados no apêndice A, o que poderá ser útil para outras pesquisas. Em relação a este trabalho dissertativo, os textos utilizados foram os mencionados acima. O propósito inicial desta catalogação foi averiguar as pesquisas existentes sobre o ensino de latim e suas possíveis contribuições para esta produção dissertativa bem como identificar as lacunas existentes em relação ao tema em questão.

Dado que a pesquisa se concentra no *Manual do Estudante de Latim* produzido no século XIX, foi necessário realizar um levantamento de trabalhos acadêmicos que contemplassem livros, manuais e compêndios que pudessem fornecer rastros sobre o cenário da época de produção desse manual. Esta etapa da pesquisa foi realizada, sobretudo, no *site* da Biblioteca Central da UFPB (BC-UFPB). Outra opção poderia ter sido o banco de dados da Universidade Federal de Campina Grande, porém, após consulta cuidadosa, constatamos que esta só apresentava pesquisas sobre o século XX, o que não correspondia aos critérios que definimos para nosso estudo.

Logo no início, notamos, no site da BC, que havia um considerável número de pesquisas que utilizavam impressos como objeto de pesquisa. Daí, aprofundamos a busca sobre trabalhos que tratassem de livros, manuais e compêndios no cenário paraibano do século XIX. Assim, as pesquisas selecionadas revelaram outros textos – os artigos – que atendessem aos requisitos estabelecidos. Esse material constitui o apêndice B deste trabalho.

Para selecionar os textos que contemplassem os requisitos impostos, foram lidos os resumos e sumários de todo o material encontrado nas buscas. Feita a seleção do material que nos serviria de apoio teórico, passamos a leitura completa, o que permitiu notar uma grande variedade de conteúdo: Português, Leitura, Geografia, História, Civilidade (Apêndice B).

Entre as pesquisas selecionada, encontra-se a dissertação apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPB), intitulada *Leituras das regras de escrita de cartas: manual epistolar novo secretario portuguez ou código epistolar como dispositivo de formação pedagógica*, de Kaline Gonzaga Barboza (2015), pesquisa esta que se iniciou no

Programa de Iniciação Científica (PIBIC-UFPB), sob a orientação da Profa. Fabiana Sena. Esse estudo aborda um manual que trata da produção de cartas que circulavam na Paraíba do século XIX. Além disso, analisa aspectos de civilidade, fenômeno que, segundo os estudos de Barboza, também estava associado à formação de leitura e escrita.

O estudo dissertativo de Maria Daniela Ângelo Ramos (2014), sob a orientação da mesma Professora, intitulado *O ensino de gramática na Paraíba em Lições da Língua Materna (1906)*, aborda o ensino de gramática na obra *Lições da Língua Materna (1906)*, de Francisco Xavier Junior. No ano de 1907, essa obra foi escolhida como o único livro a ser utilizado nas escolas primárias paraibanas para o ensino de língua portuguesa. Apesar de o recorte temporal ter diferido do que havia sido estabelecido anteriormente, a inserção dessa dissertação (constante também do Apêndice B) nesta nossa escrita é justificada pelo fato de o autor de *Lições da Língua Materna* ter um parentesco – genro – com Joaquim da Silva, relação que, provavelmente, contribuiu na influência que um exercia sobre o outro mutuamente.

Outro trabalho que nos serviu de fonte foi a tese de Hércia Macedo de Carvalho Diniz e Silva (2019), intitulada *Representação de professor em As Aventuras de Telêmaco: material de instrução no Lycêo Parahybano (1836-1853)*. Também sob a orientação da Profa. Fabiana Sena, Diniz e Silva apresenta uma análise de representação da figura do professor no livro *As aventuras de Telêmaco: filho de Ulisses*, de François de Salignac de la Mothe Fénelon, que circulou no Brasil e na Paraíba no século XIX. A obra foi utilizada no Liceu Paraibano, uma vez que é um livro de leitura do tipo romance de educação. O livro tinha como finalidade ajudar a tornar uma educação efetiva no Brasil, fornecendo os fundamentos para uma sociedade civilizadora. Nas escolas, foi adotado nas aulas de Francês, que, por meio da tradução, buscava explorar o caráter filosófico do livro.

Por último, a tese de Camila Almeida de Araújo (2022), mais uma sob a orientação da professora acima citada, apresentada ao PPGE-UFPB, intitulada “O distintivo de uma alma bem formada”: princípios gerais de moral no *Manual Enciclopédico para uso das Escolas de Instrução Primária (1862-1874)*. Apresenta os princípios da moralidade dispostos no *Manual Enciclopédico*, contribuindo para a formação da juventude do século XIX. Com um propósito de ofertar todo o conteúdo das disciplinas da época, a obra foi analisada visando entender a educação na sociedade imperial.

Como já foi mencionado anteriormente, a essas dissertações e teses também se juntaram outros trabalhos acadêmicos (Apêndice B) e contribuíram com esta pesquisa, uma vez que se assemelham à nossa proposta investigativa.

Assim, foram selecionados quatro artigos, sendo o primeiro deles intitulado *Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império*, de Fabiana Sena e Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2012). Este artigo apresenta uma análise de compêndios didáticos, discutindo o seu significado no contexto do discurso oficial do Império presente em leis, regulamentos e relatórios. Resultados do estudo revelaram que os materiais de instrução analisados tinham seu uso regulamentado pelo Estado, imprimindo-lhes a imagem da Igreja e do Império. A partir do discurso oficial do Estado Imperial, verificou-se que o ensino das crianças na escola de Primeiras Letras era desenvolvido por meio do conteúdo pedagógico e das representações de leitura, de leitor e de alunos.

Em um segundo artigo, *Espaços de leitura e venda de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte (1822-1889)*, as autoras Thayná Cavalcanti Peixoto e Cláudia Engler Cury (2013), divulgaram os resultados do estudo em que buscaram identificar espaços de leitura e venda de livros e compêndios na capital paraibana no século XIX. A investigação apresenta dois períodos e contextos distintos: na primeira metade do século XIX, além de apenas o Liceu Paraibano dispor de uma biblioteca, mesmo assim, com poucos exemplares para uso dos professores e alunos, na cidade, também não havia locais para a venda de livros e compêndios. Já, porém, na segunda metade desse mesmo século – XIX –, além da biblioteca do Liceu, os jornais divulgavam espaços para a venda de livros e compêndios escolares, o que contribuiu para a ampliação desse mercado. Assim sendo, no final do século XIX, surgiram bibliotecas públicas e espaços de leitura, devido ao aumento do número de leitores, favorecendo a criação de espaços de venda de livros e a publicação de anúncios em jornais, para divulgá-los.

No artigo *Anúncios de livros religiosos n'O Publicador (1864): educação moral e religiosa na Paraíba*, de Fabiana Sena da Silva e Maria Elizete Guimarães Carvalho (2024), aborda-se a circulação de anúncios de livros religiosos que tinham como objetivo educar os leitores de forma moral e religiosa. Esse artigo tece discussões sobre o espaço ocupado pelos livros e sobre a transmissão da cultura por seu intermédio.

Por último, de autoria de Fabiana Sena e de Carlos Augusto de Mello (2020), selecionamos o artigo *A circulação de livros para crianças e jovens na Província da Paraíba do século XIX*. Os autores analisam anúncios de jornais e revelam a circulação de livros escolares destinados às crianças e aos jovens no ensino público brasileiro e paraibano, especialmente no período do século XIX. Vê-se, nessa produção, que se trata de um tema intimamente ligado aos estudos atuais sobre a leitura, o livro e o leitor.

Entre os trabalhos acadêmicos abordados, também foi utilizado o livro de Fabiana Sena, *A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na Primeira República*. O estudo analisa quatro livros: *Tesouro de Meninas*, de Madame Leprince de Beaumont; *Tesouro de Meninos*, de Pierre Blanchard; *História de Simão de Nantua*, de Laurent Pierre Jussieu; *Escola Pitoresca*, de Carlos Dias Fernandes. Todos eles circularam no Brasil e na Paraíba nos séculos XIX e XX. Cada livro aborda o tema de civilidade por meio da literatura ficcional, tentando cumprir os objetivos de tornar uma nação civilizadora, ao abordar regras de convivência, modelando o comportamento e o pensamento das crianças.

Embora tenhamos registrado e copiado muitos títulos no Apêndice B, assim como no apêndice A, nem todos foram utilizados. Optamos, porém, por assim fazer, porque vimos sua conexão com essa pesquisa e a possibilidade de serem apreciados em futuras pesquisas.

De qualquer forma, os trabalhos mencionados acima serviram de pistas para a elaboração desta produção dissertativa uma vez que nos permitiram visualizar a dimensão das pesquisas já existentes e lacunas que merecem atenção. Entre estas, identificamos que ainda há poucos estudos sobre o ensino de Latim na Paraíba no século XIX, o que demonstra a relevância desta pesquisa para o campo da História da Educação paraibana, universo em muito a ser explorado.

Após o estado da arte envolvendo o ensino de Latim e a história dos livros, manuais e compêndios na Província paraibana, recorreremos às fontes para agir diante dos fragmentos historiográficos que haviam sido recolhidos nos acervos, ou seja, vimos ser necessário reconstruir a trama que outrora havia se perdido ou da qual muitos se haviam esquecido.

Sabe-se que o historiador tem como laboratório de pesquisa os acervos históricos e que esses arquivos são organizados por objetivos específicos, os quais o levam a labirintos de depósitos historiográficos provenientes de grupos de interesses particulares – ou de instituições públicas –, o que causa a fragmentação das fontes, embora, ao mesmo tempo, quando encontradas, lhe permite confirmar ou refutar sua legitimação. Em função disso, “cabe ao historiador desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir” (Bacellar, 2021, p. 46), já que, durante a investigação, diversos obstáculos surgem. Não se pode, no entanto, ser negligenciar o fato de que a delimitação da pesquisa historiográfica é essencial para traçar a circulação do objeto – mesmo com a fragmentação das fontes, ocorrida por diversos acervos –, afinal, “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: *o nome*” (Ginzburg, 1989, p. 174, grifo nosso).

Foi a partir do nome que conseguimos percorrer os labirintos dos acervos históricos e convergir para os textos biográficos do professor Joaquim da Silva⁶. Também foi por meio do nome que constatamos o seu envolvimento na política, seu comprometimento com a educação paraibana e a produção de um livro escolar. O encontro com sua biografia – *Joaquim da Silva, um empresário ilustrado do império* (2007), de Francisco de Sales Gaudêncio⁷ –, nos fez retornar ao início da pesquisa e avaliar as fontes, já que a produção de uma nova biografia sobre o professor Joaquim da Silva não apresentaria relevância para o campo da História da Educação. O exercício de retornar às fontes e as reavaliar despertou o nosso interesse pela obra do professor Joaquim da Silva, uma vez que esta nunca fora analisada, embora os biógrafos apontem a relevância de seu livro para o ensino de Latim na Paraíba.

Não havendo, portanto, uma pesquisa sobre o assunto, decidimos por sua realização e assim chegamos à definição de nosso tema: o ensino de Latim na Paraíba por meio do livro *Manual do Estudante de Latim no século XIX*.

Para desenvolver nosso tema, entendemos que, assim como qualquer exploração científica, os cuidados com as fontes impressas devem existir como qualquer fonte histórica, logo o pesquisador carece cuidar na utilização dos fragmentos no emprego da pesquisa dissertativa; ao mesmo tempo, questionar essas fontes para compreender o propósito de seu criador e a sua finalidade, afinal, os impressos, de modo geral, como fontes, são produzidos por pessoas que tendem a atuar consoante seus interesses, agindo como veiculadores de poder em meio à sociedade, funcionando ora como espaço conciliador, ora homogeneizador, ora conflitante. Ao utilizá-los, o pesquisador deve estar ciente de que não foram constituídos para servirem como fontes históricas, mas para atender às necessidades naquele momento, com suas particularidades (Rodrigues, 2016; Bacellar, 2021).

⁶ FERNANDES, Carlos. Professor Joaquim da Silva. Revista do Instituto Histórico Geographico Parahybano. Parahyba: Imprensa Oficial, v. 5, p. 125-130, 1922; MARÓJA, Flavio. Professor Joaquim da Silva, como o conheci: um pequeno trecho de história. Revista do Instituto Histórico Geographico Parahybano. Parahyba: Imprensa Oficial, v. 5, p. 163-167, 1922; ALBUQUERQUE, Aurélio. O areense Joaquim da Silva. João Pessoa: A União, 1977; ALBUQUERQUE, Aurélio. Areia, cidade eterna. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraibano. João Pessoa: Editora Universitária, v. 23, p. 51-59, 1984; TAVARES, Cônego. Centenário de um padre-mestre. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraibano. João Pessoa: Editora Universitária, v. 23, p. 117-125, 1984; O NORTE. O centenário de nascimento de um parahybano ilustre. n. 3503, 3 jul. 1920, p. 1; RIBEIRO, Domingos de Azevedo. Discurso proferido pelo Monsenhor Ruy na Assembléia Legislativa. *In.*: Monsenhor Ruy Vieira Pároco Emérito de Areia. João Pessoa: Ed. Unipê, p. 19-24, 2003.

⁷ A obra resultou da tese de doutorado defendida em 2003. Uma nova edição do livro foi lançada, no entanto, em 2023.

Em razão disso, entender as instruções pedagógicas contidas no livro escolar ajudará a compreender parte da cultura educacional que compõe a sociedade paraibana e a destrinchar mais uma faceta da História da Educação.

Em virtude dessas reflexões, construímos nosso problema da pesquisa: **Quais as orientações de ensino do livro *Manual do Estudante de Latim de 1855*?**

A resposta a esta pergunta norteadora auxiliará no entendimento das composições de ensino no Manual do século XIX, objeto desta investigação. As reflexões feitas para se chegar a essa resposta também suscitam outras questões ao se examinar o contexto educacional em que o livro esteve inserido. Ei-las: *Como era o ensino de Latim no Brasil e na Paraíba? Como se constituiu o Latim na Paraíba? Por que ensinar o Latim na Paraíba no oitocentos? Qual a importância dessa língua para a educação no século XIX? Qual é o discurso presente nos impressos e relatórios sobre a importância do ensino dessa língua? Quais os segmentos de ensino constituídos no Manual?*

Como já visto, o *Manual do Estudante de Latim* (1855) será o fio condutor da trama que abordará outros assuntos, como o contexto cultural, social, político e educacional no qual foi constituído e inserido. Isso será permitido a partir dos alicerces da Nova História Cultural, que proporciona a inserção em outros campos de saberes, como a Sociologia, a História, a Literatura, a Educação.

A pesquisa histórica por meio de um livro escolar é uma abordagem recente, além de ser um artefato complexo que pode ser utilizado como fonte e também como objeto de pesquisa – desde que seja problematizado –, nele se encontram limites institucionais, pragmáticos e situações comerciais (Batista; Galvão, 2009). Sua utilização como fonte de pesquisas, no entanto, passou a ocorrer, efetivamente, na década de 1960, sob a influência do Movimento da Escola de *Annales* (1930). A partir deste Movimento, começou-se a se enxergarem outros textos impressos, para além dos clássicos e dos que relatavam feitos de grandes heróis. Esse Movimento proporcionou a entrada em um campo ainda inexplorado – o da História como uma das Ciências Sociais, defendendo a complexificação dos fatos, das interações sociais, levando o leitor (estudante, pesquisador etc.) a conhecer detalhes da história a partir de uma nova perspectiva. Essa aproximação com o cotidiano, que outrora seria secundária, ganhou holofotes e permitiu que se entendessem as ideias culturais que transitavam sobre o mundo, nas diferentes camadas sociais – como a visão de mundo de um moleiro no século XVI, por exemplo.

Uma vez que os manuais escolares podem carregar o modo de pensar ou a ideia de uma época e atravessar o tempo, esses impressos auxiliam a entender a abordagem pedagógica que existia no passado, a compreender o que era ensinado e como – desse modo, reconhecer o

legado que transita na educação atual. Por isso, a utilização da Nova História Cultural se apresenta como a forma mais adequada de abordar esta pesquisa, já que “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 2002, p. 16-17). Seguindo por este pensamento e considerando a experiência do investigador, Chartier (1998a, p. 12) recomenda que o historiador tenha como tarefa reconstruir “os textos nas suas formas discursivas e materiais [...] e as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”.

Deve haver precaução nesse processo de reconstrução, entretanto, pois, por mais que o pesquisador esteja livre para adentrar em outras áreas e abordar novos objetos, existe uma demarcação para não se perder o fio condutor. E já que tocamos neste assunto, esclarecemos que o nosso fio condutor será o *Manual do Estudante de Latim*, a partir do qual serão abordados o ensino de Latim e o livro escolar na História da Educação. Conforme Sena, há uma importância de utilizar esse impresso como objeto de pesquisa, pois:

a história do livro escolar e, de modo mais amplo, do livro e da leitura, precisa ser recuperada, a fim de tomarmos conhecimentos de como esses livros contribuíram, e ainda contribuem, para a organização da cultura escolar, para as formulações pedagógicas e modos de escolarizar saberes (2017, p. 41).

Além de se verificar a necessidade expressa pela estudiosa, o estudo do livro escolar permite se compreender a influência da cultura escolar na formação da sociedade paraibana durante o Império. E isso deve ser feito sob um olhar crítico, pois, se forjado, denuncia o interesse de um grupo ou indivíduo para a transmissão de algum valor, apresentando estratégias e práticas, impondo, assim, a autoridade do criador (Chartier, 2002). Para evitar que tal desvio ocorra, é necessário considerar a história do livro, as análises dos textos e o estudo das práticas.

Diante de tais reflexões, utilizaremos as contribuições de Chartier, pois, em seus estudos, encontra-se o tripé inicial para a produção desta pesquisa: texto, livro e leitura. Assim, o estudo sobre a obra de Joaquim da Silva também evidenciará o ensino da língua latina, que, outrora, foi tão importante quanto o legado deixado na Língua Portuguesa.

Para realizar nosso estudo, definimos como objetivo geral analisar as orientações educacionais e práticas pedagógicas do ensino de Latim no livro *Manual do Estudante de Latim*, de Joaquim da Silva, de 1855. Para atingir tal intento, aprofundamos a pesquisa por meio de 3 objetivos específicos: i) Compreender o ensino de Latim na história do Brasil e na Paraíba; ii) Identificar o processo de produção e circulação do livro *Manual do Estudante de Latim*; iii)

Identificar e analisar as orientações educacionais e práticas pedagógicas no livro *Manual do Estudante de Latim* de Joaquim da Silva.

Para compreender a formação do ensino de Latim, foi necessário investigar as fontes, como cartas, documentos, relatórios, leis e livros do século XIX. Parte dessas fontes foi encontrada em acervo *on-line*, digitalizado e em formato *Portable Document Format* (PDF), o que nos levou a imaginar que seria apenas o começo das leituras exaustivas em frente a uma tela de computador, à procura de trechos que se referissem ao ensino de Latim, sem poder utilizar os recursos de “busca” presentes em alguns aplicativos de PDF. Dado o aumento do número de fontes, a solução foi utilizar o recurso *Optical Character Recognition* (OCR)⁸, uma ferramenta *on-line* que reconhece os caracteres por meio de um arquivo de imagem, seja fotografado ou escaneado. Com este recurso, foi possível utilizar a ferramenta de pesquisa nos documentos digitalizados, o que abreviou o tempo e facilitou a seleção de textos que auxiliassem na análise.

Outro serviço utilizado foi a consulta ao acervo da Biblioteca Nacional Digital, uma vez que esta disponibiliza livros e textos digitalizados para a consulta *on-line*. A instituição também oferta um catálogo com todo o seu acervo físico (https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/), incluindo as obras que não estão disponíveis para a consulta *on-line*. Para facilitar, oferece um serviço único de digitalização da obra desejada pelo pesquisador e envio do arquivo por *e-mail*⁹.

Para analisar as fontes que selecionamos, tentar compreender a cultura escolar e as práticas educacionais utilizadas para o ensino de Latim, foram utilizados, como aportes teóricos, os textos de: Cardoso (2011), Saviani (2013), Amarante (2018), Franca (1952), Mello (1956), Sena (2017), Pinheiro (2002), entre outros. Dado que utilizaremos um livro escolar de Latim, escrito por um paraibano, justificamos a escolha da Paraíba como cenário da pesquisa,

⁸OCR, sigla em inglês para *Optical Character Recognition*, é uma tecnologia que reconhece caracteres em um arquivo de imagem ou mapa de bits, seja escaneado, escrito à mão, datilografado ou impresso. Pelo OCR, é possível criar um arquivo de texto editável em um computador (https://pt.wikipedia.org/wiki/Reconhecimento_%C3%B3tico_de_caracteres). Tal tecnologia é semelhante à utilizada nos arquivos da Hemeroteca Digital, na qual, por meio de palavras-chave, é possível encontrar o que se procura de forma mais rápida. No nosso caso, escolhemos o site PDF24, que disponibiliza o recurso de OCR de forma gratuita e simples (<https://tools.pdf24.org/pt/ocr-pdf#s=1685055789999>). Com um arquivo datilografado, digitalizado e em PDF, é possível passar pelo OCR e, em alguns minutos, se ter um novo arquivo que pode utilizar as ferramentas de “busca” disponíveis nos aplicativos de PDF.

⁹Como a obra desejada era um livro que estava na seção de obras raras, o *e-mail* utilizado foi agendamento.raros@bn.gov.br. Para ter acesso a esse serviço, é necessário que o pesquisador esteja enquadrado em algumas condições, como não morar no estado do Rio de Janeiro, por exemplo – o fato de não morar no estado onde se localizar a Biblioteca é um critério para a disponibilização online. O site da Biblioteca Nacional apresenta os diversos serviços de reprodução do acervo físico disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/bn/pt-br/servicos/reproducao-do-acervo-1>.

uma vez que o autor viveu toda a sua vida nesse Estado. Além da região, também fizemos o recorte temporal deste trabalho dissertativo, o qual ficou delimitado pelo período de circulação do livro escolar objeto deste estudo, o da transição entre a época Imperial para a primeira República.

É importante estudar a história da língua latina, uma vez que esta foi uma língua universal, assim como é atualmente o inglês¹⁰. A universalidade do Latim foi definida pela Igreja Católica e por sua expansão sobre os territórios. Ao longo dos anos, esse idioma foi, entretanto, se transmutando, sofrendo diversas alterações, até que passou a ser considerada “língua morta”. Apesar disso, há ainda muitas expressões latinas em uso, seja no campo jurídico (*ex-offício, habeas-corporis, in verbis* etc.), eclesiástico (Urbi et Orbi – bênção comumente usada que significa Para a cidade e para o mundo; *habemus papam*, ou seja, temos papa, expressão usada logo após o Conclave (*cum clave* - com chave), reunião feita em ambiente fechado, da qual só participa o alto clero da Igreja Católica, para eleger um novo papa) ou na própria Academia, *ibidem, idem, in memoriam, sic, versus, pari passu, status quo* etc..

É notório que o Latim não tem mais o mesmo prestígio de outrora, porém não se extinguiu totalmente em nosso idioma, logo sendo merecido que se faça pesquisa sobre sua importância no cenário paraibano. Além disso, a Língua Portuguesa é apenas uma das muitas línguas espalhadas pelo mundo que derivaram do Latim vulgar.

Diante disso, a primeira seção intitulada *O Ensino de Latim no Brasil* apresenta o início do ensino desse idioma em nosso País bem como a influência dos padres jesuítas sobre este ensino. Ademais, foi analisado o *Ratio Studiorum* para compreender o funcionamento do método usado pelos padres inicianos na segunda fase de ensino (1599 – 1759).

Na segunda seção, *O Ensino de Latim na Paraíba*, para compreendermos o cenário paraibano, traçamos um panorama sobre o ensino de Latim, desde o começo, isto é, em 1585, até o século XIX, quando, como disciplina, passou, em três sistemas de ensino, como cadeira isolada, a fazer parte do Ensino Secundário, nas escolas do interior; no Liceu Paraibano, na capital; e no ensino particular por toda a província.

Em *A Circulação do Livro Manual do Estudante de Latim*, iniciamos uma pesquisa nos jornais, para identificar outras gramáticas que circulavam por esses suportes. Em seguida, apresentamos os caminhos que conduziram à produção e à circulação do *Manual do Estudante de Latim*.

¹⁰ A língua inglesa tornou-se uma língua universal no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, com a criação das Organizações das Nações Unidas e a ascensão dos Estados Unidos da América no cenário mundial.

Na quarta seção, sob o título *As Orientações de Ensino contidas no Livro Manual do Estudante de Latim*, são apresentados um breve resumo da trajetória do autor Joaquim da Silva e, em seguida, a organização do livro escolar, que se divide em duas grandes partes: a primeira, o compêndio de gramática latina; a segunda, dedicada à mitologia greco-romana, os costumes e os tratados romanos. Nas últimas seções, foi realizada uma análise sobre a composição dos conteúdos pedagógicos e as lições de Latim.

A relevância da pesquisa ora apresentada se dá pelo fato contribuir para a história do livro escolar na Paraíba, além de ajudar a compreender a importância do legado deixado pelo Latim na construção do ensino da Língua Portuguesa no século XIX, juntamente com a circularidade existente entre a materialidade dos livros escolares e as práticas partilhadas que abarcaram esse legado. Neste sentido, o livro objeto deste estudo torna-se um “lugar de memória” (Nora, 2012), uma prática de ensino, uma área de conhecimento em voga na época e que se tornou indispensável, porque estava inserida no currículo secundarista.

2 O ENSINO DE LATIM NO BRASIL

O Latim Clássico se desenvolveu entre o século I a. C e o século I d. C¹¹. Este interregno foi classificado pelos linguistas como o auge do desenvolvimento do idioma, já que foi muito bem empregado artisticamente por grandes escritores, deixando um vasto legado literário para o mundo ocidental e sendo, mais tarde, após o fim do Império Romano, a língua oficial da Igreja Católica. Foi este Latim que chegou ao Brasil, trazido pelos jesuítas, e influenciou, no século XIX, Joaquim da Silva na produção do seu livro *Manual do Estudante de Latim* (1855).

Esse pequeno trecho nos permite questionar: O que é *clássico*? Segundo Amarante (2018, p. 36), a definição sobre clássico “comporta duas facetas que se relacionam: o que é *clássico* por cronologia, por pertencer a um período que, pela natureza da produção literária e também por sua repercussão, se torna demarcado, e o que é *clássico* por modelo ou permanência.” Partindo dessa premissa, é possível compreender que apenas o critério de pertinência a um período de tempo não é suficiente para eternizar algo como clássico; é também necessário que esse período se destaque dos demais, ou seja, dos que já passaram e dos que vieram depois dele. No caso da língua latina, para se dizer clássica, ela teve de, em um período, mostra suas mudanças, evolução, aperfeiçoamento, servindo, portanto, de modelo e se eternizando. Por isso, o Latim clássico foi utilizado para a produção de documentos mais elaborados e oficiais. O Latim vulgar, por sua vez, era utilizado em escritas não oficiais.

Em breve resumo, podemos, com base em Grimal (1984), lembrar que a expansão do Império Romano se deu à custa de muitas guerras e invasões. Esse movimento acabou propiciando a expansão também de seu idioma, levando o latim a terras distantes por soldados, prisioneiros e escravos. Como os soldados e a maioria dos escravizados fossem pessoas analfabetas, não havia registros escritos, logo os habitantes dos povoados dominados, boa parte dos camponeses também não sabiam ler e escrever, por conta da necessidade de se comunicar com seus dominadores, tinham de se apoiar nos recursos da oralidade. Para isso, aprendiam a língua por meio da observação, tentando empregar o novo vocabulário e a nova estrutura linguística às situações que viviam.

Embora tal fenômeno tenha favorecido a expansão do latim, este também ganhou novas palavras e expressões, pois, em algumas comunidades dominadas, a língua foi mais resistente

¹¹ As fases do desenvolvimento do Latim: Latim pré-histórico (entre o século XI e VII ou VI a. C.); Latim proto-histórico (entre o século VII ou VI e IV a. C.); Latim arcaico (entre o século III e o início do século I a. C.); Latim clássico (entre o século I a. C. e o século I d. C.); Latim pós-clássico (entre o século I e o V d. C.); Latim pós Império Romano (entre o V e o XII d. C).

do que a dos romanos. A abundante variedade de registros linguísticos, ou seja, a diversidade de formas de uso (havia quem usasse a mesma palavra com diferença de pronúncia ou mesmo de referência, acrescentando novos sentidos a alguns termos), nos dando até a impressão de “falta de controle” sobre o idioma, é o que contribuiu para ser chamado de “vulgar”, isto é, amplamente utilizado, porém sem regras que o circunscrevessem em uma rígida organização morfológica e sintática. É justamente desse latim que se formou a língua portuguesa.

O ensino de Latim na colônia da América Portuguesa começou com a chegada da Companhia de Jesus, em 1549, com o intuito de expandir a religião católica, por meio da catequização dos nativos, e ofertar o ensino formal aos colonos. A vinda da Ordem e do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, foi uma tentativa de colonizar o território, já que a organização das Capitanias Hereditárias, em sua maioria, havia fracassado, exceto a de Pernambuco e a de São Vicente. Por isso, a Coroa portuguesa instituiu a organização administrativa, por meio de um governo geral, juntamente com a ajuda evangelizadora e educacional dos jesuítas (Saviani, 2013).

A história do Latim, entretanto, começou antes mesmo da chegada dos jesuítas às colônias portuguesas. A língua romana surgiu por volta do século VIII a. C., em uma pequena aldeia de pastores na região do Lácio na Itália central. Foi durante as conquistas do Império Romano¹² que a língua latina se disseminou, principalmente por meio dos soldados e do ensino formal. Cardoso (2011a) explica que o nível de desenvolvimento cultural era determinante para a implantação da cultura romana, incluindo o Latim. Em “regiões onde a vida cultural já era intensa e tinha características próprias bem solidificadas não houve, a rigor, a latinização” (Cardoso, 2011a, p. 13). Em locais menores, no entanto, a dominação era mais fácil e a absorção da cultura dos invasores pelos dominados também, ainda que a implantação do Latim não fosse uma prioridade nas conquistas, afinal não era uma língua oficial do Império, mas apenas uma língua comum.

Estudos filológicos mostram o longo percurso do Latim até se constituir como idioma. Ao confrontar o Latim com outras línguas antigas¹³ existentes na Península Itálica, foram

¹² Entre o século VIII a.C. e o início do século III a.C., Roma foi marcada por intensos conflitos de vitórias e derrotas. No final do século VI a. C., o sistema político mudou de uma primitiva organização política para uma república consular exercida por um rei. Foi a partir da derrota pelos gauleses em 390 a. C. que Roma percebeu as suas fragilidades e se fortaleceu, começando o processo de expansão. O domínio do Império Romano começou conquistando a Península Itálica, sendo a grande metrópole do Mediterrâneo e a principal cidade de uma confederação itálica. O território romano se estendeu por três continentes: parte da Europa, norte da África e parte da Ásia. Esse território só foi definido durante o império de Trajano, no século II d. C. (Cardoso, 2011a; 2011b).

¹³ Como o *osco* e o *umbro*: o primeiro era uma língua falada nas regiões do Sâmnio e da Campânia; o segundo era uma língua da região da Úmbria. A comparação entre esses idiomas com o Latim foi possível graças a artefatos encontrados com inscrições. No caso do *osco*, passou a ser conhecido a partir da *tabula Bantina*, e o

verificadas particularidades semelhantes na gramática e na raiz das palavras, mostrando que, em algum momento da História, essas línguas formaram uma unidade, sendo classificadas como *itálicas*. A hipótese formada por linguistas e historiadores é que houve uma unidade linguística preexistente, como a *itálica* e, anterior a ela, a *italo-céltica*, e por fim, a *indo-europeia*¹⁴ (Cardoso, 2011a; Amarante, 2018; Martins, 2002). Esse fenômeno é proveniente da derivação que acontece entre as línguas, podendo ser calcadas por outras ou até mesmo agregada a uma língua invasora (Burke, 2021).

O que levou a língua a se eternizar, mesmo com a queda de Roma, foi a forte presença introduzida pelo cristianismo que se estabeleceu no Império. No final do século I d.C., aconteceram diversos conflitos entre o Estado e a nova religião¹⁵, induzindo gradualmente o desaparecimento do “espírito de romanidade”¹⁶ (Cardoso, 2011b).

Com a queda de Roma, o Latim continuou sendo utilizado em diversos segmentos¹⁷, não desaparecendo juntamente com o Império. Entre a Idade Média até o início da Idade Moderna, o Latim foi a língua de comunicação comum em diversos ambientes: políticos, religiosos, culturais e científicos. A utilização intensa, mesmo após as fases clássicas e pós-clássicas, só teve continuidade devido ao desenvolvimento do Cristianismo, levando os religiosos a produzirem novos textos literários, apologéticos e filosóficos. Os textos que outrora eram diversificados em gêneros e estilos passaram a ser produzidos com um único tema, enaltecendo a fé cristã (Amarante, 2012). Por conseguinte, importando a língua romana para a América Portuguesa, a Igreja Católica estabeleceu o Latim como sua língua oficial, tornando obrigatório o seu uso em documentos e na realização de ritos religiosos.

umbro a partir de inscrições em moedas, epígrafes e outras inscrições sobreviventes.

¹⁴ Uma língua *mãe*, falada por uma população que se dispersou a alguns milênios antes de Cristo, destrinchada pelas regiões da Ásia e da Europa. Proporcionou modificações nesta unidade linguística, decompondo-se em uma grande variedade de idiomas que posteriormente se tornaram outras línguas. Essa hipótese surgiu a partir de análise de similitudes das estruturas gramaticais e das raízes das palavras com outros idiomas antigos, falados em diversas regiões – Índia, Pérsia, Grécia, Gália, Germânia – levantando a suposição de uma unidade linguística muito mais primitiva e singular, antecessora a todas as outras: a indo-europeu (Cardoso, 2011a; Amarante, 2018, sic).

¹⁵ O estudo de Fustel de Coulanges (2006) sobre a sociedade romana e grega chama a atenção para as características das religiões na Antiguidade, pois os cultos e ritos pertenciam a um povo, ou a uma cidade, ou a uma família. Só quem poderia adorar determinado deus era quem fazia parte daquele grupo restrito, excluindo os estrangeiros que não podiam adorar o deus dos gregos, ou dos romanos, ou dos judeus, pois “cada deus governava o seu povo” (p. 275). O cristianismo marcou a época ao democratizar a adoração de um único deus, mas também levando à destruição de adorações locais e ao fim do espírito romano, compreendendo-se, assim, o motivo de o cristianismo, conseguir impactar sobre uma cultura consolidada e secular, já que o Império Romano era composto de diversas nações invadidas.

¹⁶ Segundo Cardoso (2011b), além dos eventos ocorridos pelo cristianismo e a romanização da língua, outras ocorrências levaram ao fim do Império no século V, como guerras civis, invasões góticas – ou bárbaras, como os romanos chamavam. Todos esses acontecimentos levaram ao esfaleamento do domínio romano.

¹⁷ Como os documentos oficiais dos tabeliães até o século XII d. C.

Essas fontes encontradas são predominantemente provenientes de grupos religiosos, que foram os que mais protegeram os seus escritos neste período e descreveram o contexto. Provavelmente isso só foi possível pelo fato de esses grupos serem instruídos, afinal, o saber ler e escrever geralmente ficava restrito aos que ocupavam cargos institucionais na hierarquia administrativa, burocrática e clerical. As produções escritas dos religiosos permitiram compreender o contexto colonial bem como o que acontecia entre os não letrados. A partir dos depoimentos de letrados, é possível contextualizar o ensino de Latim, uma vez que foram elaborados com os mesmos critérios prescritivos usados quando escreveram, estabelecendo, assim, os textos teológico-políticos (Hansen, 1999).

Antes mesmo da chegada dos jesuítas à América Portuguesa, outros religiosos já haviam aportado – a Ordem Franciscana foi a primeira a chegar, com o grupo de Pedro Álvares Cabral. Eram ao todo oito missionários a celebrar a primeira missa em Latim, em 26 de abril de 1500. Foram embora com Cabral no dia 02 de maio do mesmo ano, deixando interrompidas as suas atividades de catequização (Saviani, 2013).

Alguns anos depois, por volta de 1503 – ou 1516, o ano não está bem estabelecido nas fontes encontradas por Saviani (2013) –, dois franciscanos passaram a residir em Porto Seguro, mas foram mortos, após dois anos de sua chegada, pelos indígenas. Outro grupo de franciscanos chegou em 1534, com ajuda da armada de Martim Afonso de Souza. Só em 1537, todavia, é que cinco franciscanos espanhóis conseguiram desenvolver efetivamente a doutrinação na aldeia indígena Carijós, na atual região de São Francisco do Sul. Impuseram o regime de internato e ensinaram a lavrar a terra e outros pequenos ofícios.

Grupos de religiosos chegavam de “forma dispersa e intermitente, sem apoio e proteção oficial, dispondo de poucos recursos humanos e materiais e contando apenas com o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais” (Saviani, 2013, p. 41). Neste momento, o ensino de Latim não se estabeleceu, pois a prioridade era a comunicação com os indígenas, a organização e manutenção de uma comunidade cristã.

Mesmo com essas expedições eclesásticas isoladas para promover a fé católica, o Latim foi utilizado em cultos, promovendo os primeiros contatos com a língua. Foi, porém, a partir da chegada da organização jesuítica (1549)¹⁸ que a educação formal começou a ser ofertada e os primeiros livros para estudos foram trazidos em suas bagagens. Serafim Leite (1938) esclarece que os padres carregavam materiais essenciais para sua missão, como livros de orações, escritos

¹⁸ Chegaram na expedição de Tomé de Souza seis religiosos (os padres Manuel da Nóbrega, João de Azpilcueta-Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires e os Freis Diogo Jácome e Vicente Rijo Rodrigues) e começaram a se organizar, em aldeias, na Bahia, “Ilheos” e Porto Seguro, com a missão de se espalharem pela colônia.

na língua latina, para auxiliar na evangelização e no ensino dos colonos. Faz-se necessário esclarecer que, embora não haja fontes que o confirmem, é possível que livros de ensino tenham feito parte das bagagens das outras missões anteriores aos jesuítas.

O período em que os jesuítas comandaram o ensino na América Portuguesa, que durou 200 anos, foi reformulado por Saviani¹⁹ em duas fases: heróica e institucional. A primeira fase (1549-1599) recebeu esta denominação por conta da escassez de recursos dos religiosos. Não era o que deveria acontecer, já que estavam começando a criar os primeiros locais de ensino e sendo gerado um esboço de educação e evangelização (esta fase será apresentada por meio das Cartas Jesuíticas). Na segunda fase (1599-1759), os padres já haviam se estabelecido no território, tendo sido promulgada a última versão do *Ratio Studiorum*²⁰. Por intermédio desse documento, a educação é organizada e consolidada pelos missionários. Nesta fase, serão examinadas as regras do *Ratio* e a instrução de Latim no território paraibano.

Na primeira fase, a organização seguiu o plano pedagógico do Padre Manuel da Nóbrega²¹. Seguindo esse plano, ofertavam-se, como estudos iniciais: o ensino de português para os indígenas, a doutrina cristã e o ensino de ler e escrever para colonos e indígenas, existindo os estudos opcionais, que eram os cânticos em Latim e a música instrumental. Nesta fase, os estudantes começavam a ter contato com o ensino de Latim, superficialmente. No ensino secundário, podiam seguir por um dos dois seguimentos: profissional e superior. O primeiro era dedicado ao aprendizado profissional e agrícola; no segundo, havia o aprofundamento na gramática latina, para se seguirem os estudos na Europa (Amarante, 2012; Saviani, 2013).

As primeiras instituições de ensino foram fundadas nesse período: na Bahia em 1551; as instituições de ensino de Piratininga, em 1554; e, no Espírito Santo e São Vicente, em 1556, mostrando o esforço de se implantar a fé cristã da Igreja de Roma. Foi nessa primeira fase que a instrução secundária começou a ganhar forma com a iniciativa dos religiosos, e o Latim passou a ser o principal seguimento de estudo. A essa etapa de ensino só tinham direito, porém, os filhos das famílias mais abastadas da colônia, ou, como será apresentado mais adiante nas cartas jesuíticas, por alunos que se destacavam na fé cristã.

¹⁹ De acordo com a proposta de Luiz Alves de Mattos (1958), em *Primórdios da Educação no Brasil*, a primeira fase é definida entre a chegada dos Inacianos à colônia (1549) até a morte de Manuel de Nóbrega (1570). Saviani sugere, entretanto, que seja mais apropriado que a primeira fase se estenda até a promulgação do *Ratio Studiorum* (1599). Com isso, seguiremos as orientações desse autor.

²⁰ Seguindo as recomendações de Amarante (2012), utilizaremos o artigo “o” *Ratio Studiorum*, já que se tornou popular essa versão, embora se sabendo que a palavra latina *ratio* é feminina, que significa *sistema*.

²¹ Pe. Manoel da Nóbrega era o líder da expedição jesuítica na colônia portuguesa na América, trabalhando, de 1549 a 1570, numa educação denominada atualmente como pedagogia brasílica.

Em relação à organização curricular na segunda etapa de ensino, os religiosos seguiam o formato de Manuel da Nóbrega, ou seja, estudos em dois seguimentos: o de ensino profissional, em que o estudante recebia “o grau de *mestre em Artes*”²²; o de ensino superior, no qual os educandos “mais aptos e com mais recursos” estudavam de forma mais intensa a gramática latina e seguiriam os seus estudos na Universidade de Coimbra, no curso de Teologia, para, num futuro próximo, servirem nos seminários existentes da colônia (Amarante, 2012, p. 268).

O desenvolvimento estratégico produzido pelos religiosos se direcionava à capacitação dos futuros membros da Companhia, para que estes aprendessem antecipadamente as adversidades do Novo Mundo e trabalhassem de forma hábil a alcançar os objetivos da Ordem Inaciana. Por isso, a iniciativa de produzirem uma organização institucional e de ensino, pois:

qualquer tipo de inserção no mundo da população local era de difícil engenho, dadas as dificuldades decorrentes de contatos de diferentes ordens: cultural, linguística, religiosa. A instrução seria, pois, um meio de chegar à conversão, não só religiosa, mas, em seu bojo, uma conversão também para os costumes e os valores da cultura europeia (Amarante, 2012, p. 268).

A estratégia de ensino teve como pilar a fundação do Colégio dos Meninos de Jesus, na Bahia primeiro e, depois, em São Vicente. Essas instituições foram construídas, para efetivarem os planos de ensino, que consistia em atrair para a colônia meninos órfãos de Lisboa, a fim de se aproximarem das crianças indígenas e, assim, criarem uma cadeia de influência na tribo, introduzindo ali os costumes europeus e induzindo os chefes das aldeias a aceitarem as ideias dos colonizadores (Saviani, 2013). O plano de Nóbrega também consistia em catequizarem os indígenas e instruírem os colonos para expandirem a religião. Em relação ao ensino de Latim aos indígenas, realizava-se por meio de canções e repetidas orações; aos filhos dos colonos, a instrução agregava a catequização e o ensino humanístico, o que incluía o Latim.

A utilização do Latim deveria ser de forma escrita e oral, como apresenta Amarante (2012), por meio da *Constituição da Companhia de Jesus e Normas Complementares* (1552)²³, e em todos os meios possíveis, pois a intenção era fazer os religiosos se aprofundarem nessa língua. A aprendizagem deveria ser estimulada nos cursos superiores humanísticos e também continuada nos seminários. Nesses locais, deveria ser trabalhada, de modo mais profundo, a modalidade oral, para que os estudantes de humanística falassem fluentemente o Latim.

²² Na atualidade seria o bacharel em Letras.

²³ A *Constituição da Companhia de Jesus e Normas Complementares* ainda não estava pronta quando os primeiros jesuítas começaram a vir para o Brasil, chegando aqui em 1556, pelas mãos do padre Leonardo Nunes. Por não conseguirmos o documento, utilizaremos a fonte por meio de Amarante (2012).

Entre as diversas normas sobre o ensino e aprendizagem desse idioma estavam:

- ✓ a memorização de tudo o que fosse indicado pelo professor, como as regras gramaticais;
- ✓ a exposição de alunos mais habilitados a fazerem sermões edificantes em Latim ou em grego, para apresentarem o seu domínio com as línguas clássicas e servirem de expirações aos estudantes mais novos;
- ✓ o uso do Latim e do grego em todos os lugares e situações possíveis, para se aprenderem as línguas clássicas, de modo que o estudo continuasse em suas casas ou em momentos de lazer, a fim de que se constituísse o conhecimento e o seu entendimento com maior facilidade, já que a maioria dos documentos estava escrita nesses dois idiomas.

Uma carta, de 1584, do Padre Joseph Anchieta²⁴, relata uma festividade que havia ocorrido entre religiosos, dada a visita do Padre Cristóvão Gouvêa²⁵. Na ocasião, houve pronunciamentos em tribuna, com discursos “na lingua portuguesa; outro na brasílica; finalmente, outro, na latina” (Cartas Jesuíticas III, 1933, p. 404). A tradição oral era uma forma de transmitir a Palavra divina, situação em que o pregador, inspirado pelo Espírito Santo, recorria à retórica, à qual se fundia a teologia e a política, o que era usado como uma forma de doutrinação do súdito (Hansen, 2000). Por isso, era necessário derrubar a barreira linguística. A língua brasílica²⁶, seria um exemplo do idioma indígena (na época, o mais conhecido era o idioma Tupi), que foi criada para alcançar o objetivo da evangelização, obtendo mais súditos e/ou diminuindo as dificuldades de conquista para a Igreja e a Coroa. A mobilização dos

²⁴ Joseph de Anchieta é o sacerdote conhecido popularmente no Brasil sob a denominação José de Anchieta. Escolhemos pela primeira grafia, pois é essa a sua assinatura nas cartas e documentos que estão listados na obra “Cartas Jesuíticas III: Cartas, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)”.
²⁵ O padre Cristóvão Gouvêa havia chegado a Pernambuco em 14 de julho de 1583, tendo partido da Baía e retornado em 16 de outubro do mesmo ano, seguindo sua viagem pelas instituições existentes no território (Carta Jesuítica III, 1933).

²⁶ “Em 1553, com a missão de catequizar os ‘gentios’, chegou José de Anchieta. Culto e perspicaz, percebeu que, para levar em frente sua tarefa, enfrentaria algumas pedreiras. Uma delas estava na língua. Os indígenas tinham grande dificuldade para pronunciar algumas consoantes do idioma português, como o ‘f’, o ‘l’ e o ‘r’. Anchieta desenvolveu, então, uma língua artificial: o nheengatu, que, em língua tupi, significa ‘língua geral’, ou ‘língua fácil’. O nheengatu consiste de uma mescla da gramática latina com a fonética tupi. Essa ‘língua geral’ foi rapidamente assimilada pelos residentes na América Portuguesa, tornando-se a ‘língua brasílica’. Já no século 17, com as entradas e bandeiras, o nheengatu foi disseminado por grande parte da colônia: a ‘Paulistânia’ chegou a abranger um território que ia ao norte, da região que é hoje Goiás, até o atual Rio Grande do Sul. Em 1734, uma provisão do governo de Portugal proibiu o uso do nheengatu sob pena de chibata e prisão (Amadeu Amaral, *Dialeto caipira*). A língua brasílica foi, portanto, o idioma mais falado no território português na América por quase dois séculos. Entretanto – e apesar da provisão da Coroa – o nheengatu não morreu: em 2001, o município de São Gabriel da Cachoeira (AM), reconheceu o nheengatu como uma das línguas oficiais.” Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/as-origens-da-lingua-brasilica/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

discursos mostra haver o cumprimento do documento *Constituições*, pois era recomendado aos “que estudam humanidades a exercitar-se na fala habitual do Latim, a fazer composições literárias e a declamá-las corretamente” (*Constituições*, 456, p. 142 *apud* Amarante, 2012, p. 271). Esse procedimento mostrava que havia o exercício do uso oral do Latim nas instituições, mesmo que só ocorresse durante a visita de um superior. Também é necessário lembrar que essa língua não era nativa e, embora fosse assunto de forte estudo local. Isso, entretanto, denunciava diferentes níveis de fluência, principalmente em um contexto em que era ainda mais importante aprender a língua dos gentios²⁷.

Os sacerdotes não eram, porém, os únicos conhecedores do Latim, pois, entre os colonos, despontavam aqueles com formação, como destaca o padre Joseph de Anchieta na Carta de 1584 sobre os franceses no Rio de Janeiro: “um morador desta torre era um Joannes de Bolés²⁸, homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas e mui lido na escritura sagrada, mas grande herege” (*Cartas Jesuíticas III*, 1933, p. 312). Essa passagem mostra que o conhecimento sobre o Latim circulava entre os moradores, fora das instituições missionárias na colônia.

A língua latina mostrava-se importante para o ensino. A escrita de textos em Latim era acompanhada da leitura oralizada pelos padres em salas de aula – em diversos textos, há passagens que descrevem padres lendo “a classe de Latim” (*Cartas Jesuíticas II*, 1931, p. 252, 356, 369). Além da oralização do Latim nas aulas, as cartas também mostram o recurso da música para auxiliar no estudo da língua, como uma forma de cativar os nativos.

²⁷ Os gentios eram os não cristãos. Os jesuítas empregavam esse termo nas cartas para se referirem aos indígenas.

²⁸ Pelo relato de Joseph Anchieta, ele havia fugido de Villegaignon por conta das pregações e conflitos de ideias, mas foi capturado na torre e enviado para Portugal, depois exilado na Índia. Entretanto, Sílvio Elias (1982, p. 4) retoma o texto do Pe. Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Pe. José de Anchieta*, no qual narra que “João de Balés, calvinista convertido pelo próprio Anchieta, fora condenado à pena máxima” por heresia em 1562. Já as fontes de Ivo Silva (2011) afirmam que, no ataque dos franceses e dos indígenas à Capitania São Vicente, Bolés traiu a tropa, revelando os planos aos portugueses. Com este gesto de confiança, passou a viver entre os portugueses. Dada a facilidade de conversação, logo conquistou a simpatia da comunidade. Em seguida, começou a propagar as suas ideias heterodoxas, o que causou a indignação dos padres. Ivo Silva (2011) corrobora a versão de Anchieta de que Bolés teria sido enviado a Lisboa, onde foi condenado a viver em um mosteiro. Após alguns anos, foi para a Índia, onde voltou a fazer as pregações heréticas, sendo condenado à fogueira (1572).

Segundo Ivo Silva (2011, p. 3), os documentos apresentam outras formas de nome para João de Bolés: “Joavano Cointa, Jehovanan des Boulez, Joanano des Bolez, Des Boulez; na bibliografia também existem formas diferentes de citação: Jean Cointá, Jean Cointha, João Cointha”. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/12556567-As-aventuras-e-desventuras-de-joao-de-boles-um-calvinista-renascentista-nos-tropicis-seculo-xvi-ivo-pereira-da-silva-1-resumo.html>;

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17273/1/1982_art_selia.pdf. Acessado em: 23 jul. 2023.

A importância dessa disciplina nos locais de ensino fazia os padres missionários solicitarem mais sacerdotes latinistas para contribuir no ensino pelo vasto território e, assim, suprirem a falta de professores. Em uma das cartas, Joseph Anchieta (1554) demandou:

se enviem ao mesmo tempo alguns dos Irmãos àquelas nações, contanto que sobejem, pois tanta falta sentimos deles que, de todos os que acima mencionei, **apenas um sabe a lingua latina; como, pois, bastará para acudir-se a tal e tanto trabalho?** Maximè por esse motivo, Reverendo Padre, **cumprê que mandes obreiros para tão fecunda seara**, o que confiadamente esperamos que faça, pois que esta região está ao cuidado do Senhor Onipotente, e cuja especial administração está a ti mesmo confiada (Cartas Jesuíticas III, 1933, p. 49, grifos nossos).

A necessidade por mais sacerdotes latinistas desponta em outras cartas, como a do padre Antônio de Blasquez (1564), que faz o mesmo pedido de Joseph Anchieta: “esperando que V. Revma., vendo esta falta, se resolva a mandar-nos dessa provincia alguns Irmãos latinos que ajudem aquelles que pouco podem” (Cartas Jesuíticas II, 1931, p. 429). Esses apelos repetidos demonstram que, apesar do esforço dos professores latinistas, este não era o bastante para atender às demandas do ensino da língua, uma vez que havia uma ausência de padres que dominassem a língua romana.

Os esforços começaram a gerar frutos e, nas cartas dos jesuítas, surgiram relatos sobre alunos que se destacavam na aprendizagem, além de demonstrarem afinidade com o sacerdócio, como mostra a Carta de Manuel da Nóbrega, de 1552, enviada para o padre Provincial de Portugal:

Eu tinha dous meninos da terra para mandar a Vossa Reverendissima, os quaes serão muito para a Companhia; sabem bem lêr e escrever, e cantar, e são cá pregadores, e não ha cá mais que aprender, e mandava-os para aprenderem lá virtudes um anno e algum pouco de Latim, para se ordenarem como tiverem idade, e folgará El-Rei muito de os vêr, por serem primicias desta terra (Cartas Jesuíticas I, 1931, p. 96).

As recomendações para o financiamento dos estudos de aprofundamento da língua latina, em Lisboa, eram feitas em benefício dos alunos que mais se destacavam na colônia, os quais, após a conclusão desse aprofundamento, para ali deveriam retornar para ajudar com a missão. Nas coleções de cartas avulsas, de 1562, fala-se da aprendizagem de alguns *brasílicos*:

um mancebo de dezoito até vinte annos, de bom engenho e habil para tudo; acaba agora sua probação, **sabe algum tanto da lingua destes Indios e aprende Latim**; é manso e modesto, serve ao Senhor com muita promptidão e alegria na obediência. Além deste está aqui outro moçosinho seu Irmão, *puer*

bonps indolis [um menino de bom caráter], será de doze annos, ainda não é admittido; **este também aprende Latim: ensina-os o padre Braz Lourenço** (Cartas Jesuíticas II, 1931, p. 338, grifos nossos).

Estes trechos extraídos das epístolas demonstram que o objetivo principal do ensino do sacerdócio na colônia é formar obreiros para auxiliar na missão, deixando o aprendizado do Latim em segundo plano. Essa empolgação inicial, entretanto, por parte dos missionários sobre a vocação dos indígenas e “mamelucos” para o sacerdócio, foi, conforme Leite (1938, p. 430-436), transformado em decepção, pois os casos de expulsão das casas religiosas para não influenciarem os padres e os estudantes portugueses se tornaram frequentes. Com isso, é possível notar a vulnerabilidade dos religiosos diante do modo de vida dos *brasílicos*. Apesar de terem regras estabelecidas para o seu modo de vida, sentiam-se ameaçados diante da influência que poderiam exercer sobre suas vidas regradas. Em decorrência disso, no final do século XVI, apenas os filhos dos portugueses eram admitidos na Ordem, estabelecendo uma proibição à entrada de *brasílicos* na Ordem.

Apesar das exigências do domínio na língua latina, este não era critério para se ordenar no sacerdócio – o aprofundamento do idioma podia ser realizado durante o percurso da vida religiosa, quando o mais habilitado tomava a função de ser professor de todos, mesmo sobrecarregando-o. Era o caso de Joseph Anchieta²⁹: “como unico sabedor de Latim, coube a regência da escola de gramatica. Lecionava em três classes diferentes, contando **entre seus alunos os proprios companheiros de hábito, inclusive o superior**” (Cartas Jesuíticas III, 1933, p. 548, grifos nossos). Ensinava aos seus irmãos e ao Superior, Padre Manoel de Paiva, que se aprofundou na língua latina enquanto era Superior em Piratininga.

A consagração de sacerdotes, sem domínio da língua oficial da Igreja, aportava na colônia, o que mantinha a frequência de pedidos por mais religiosos habilitados, já que era uma exigência existente na *Constituição*, pois os que ali chegavam não supriam a necessidade de mais professores para lecionar Latim (Leite, 1938). É possível notar, no entanto, nas fontes encontradas, que o sacramento de sacerdotes sem domínio do Latim ocorria devido ao baixo número de jesuítas no início da colonização, para catequizar um grande número de nativos, prioridade das autoridades religiosas, o que levava à necessidade de se ensinar a língua *brasílica* e se possibilitar a comunicação. Com a autorização da Congregação Provincial, era possível se

²⁹ Os sacerdotes que possuíam domínio sobre o Latim ensinavam outros menos hábeis. No caso de Joseph Anchieta, ele se destacava no domínio das quatro línguas “portuguesa, castelhana, latina e *brasílica*” (Cartas Jesuíticas III, 1933, p. 548).

tornar sacerdote no Brasil sem se ter o domínio da língua oficial da Igreja, desde que o aspirante se dedicasse à aprendizagem da língua *brasílica*.

O Latim também era usado para a comunicação entre a Ordem, uma exigência que estava presente na *Constituição*, de modo que todas as instituições deveriam enviar cartas em língua vernácula e em Latim, com o mesmo conteúdo, a cada quatro meses, noticiando as ocorrências da instituição positivamente:

Para que as notícias da Companhia possam comunicar-se a todos, proceder-se-á da seguinte maneira: os que em diversas casas ou colégios dependem do Provincial escreverão todos os quatro meses uma carta em língua vernácula, que contenha só notícias de edificação, e outra em Latim do mesmo teor. Enviarão uma e outra em duplicado ao Provincial. Este mandará ao geral um dos exemplares em Latim e outro em vernáculo, ajuntando uma carta sua a contar os fatos importantes ou edificantes omitidos nas primeiras. Do mesmo exemplar tirará tantas cópias quantas forem necessárias para dar conhecimento delas aos outros membros da Província (*Constituição*, 675 M, p. 192 *apud.* Amarante, 2012, p. 275).

O trecho destaca a relevância da língua latina como um idioma universal para a comunicação entre os sacerdotes, tratando-se de um tipo de texto para ser lido e com determinações a serem cumpridas. Além disso, demonstra o artifício usado nas cartas para que as de teor edificante chegassem aos outros padres nas casas e colégios espalhados pela colônia e fora dela, enquanto os superiores Provinciais ficavam cientes dos problemas reais que estavam ocorrendo nas instituições e os repassavam para o Superior Geral, para que tomassem as medidas necessárias. Para isso, as epístolas edificantes eram amplamente reproduzidas e distribuídas para os jesuítas espalhados por toda a colônia. A estratégia de enfatizar aspectos positivos à maioria dos jesuítas parece-nos uma forma de estimulá-los a cumprirem a sua missão, sem deixá-los abater por problemas que poderiam ser comuns entre as instituições.

É crucial compreender que o uso da língua latina não se limitava aos cultos e aos eventos religiosos. O recorte acima demonstra a utilização da língua para fins administrativos e motivacionais da Companhia, o que justifica mais um requisito para a integração à educação *brasílica*, que se concentrava em catequizar, ler, escrever, contar e aprender Latim, já que as cartas neste idioma quebravam a barreira imposta pelas diversas línguas da Companhia de Jesus, organização era composta por diversos membros espalhados pela Europa.

Por essa razão, as epístolas eram escritas em Latim e em vernáculo, uma vez que a comunicação não se limitava aos religiosos de cargos de chefia na colônia, mas também atravessava o Atlântico para comunicar sobre os eventos que ocorriam. Isso leva ao que Hansen (1999, p. 171) oportunamente declara: “[...] leituras dependem de diversos condicionamentos

receptivos, condicionamentos literais, lingüísticos, bibliográficos e retóricos, e não-literais, condicionamentos materiais, contextuais, sociais”. Dessa forma, para compreender as informações existentes nas epístolas, ler em vernáculo ou ler em Latim eram possibilidades colocadas aos destinatários, já que estes podiam estar preparados ou não (embora devessem) para tal exercício.

Ainda que houvesse lisonjas pelo uso da língua da Igreja Católica, também houve denúncias, no final do século XVI, pela falta de lições em Latim, como aponta o Padre Andreoni (1586), em sua carta a Roma: “*Brasilia nunquam adhibita est lectio latina*”³⁰. Tendo como resposta pelo Padre Geral, em 1701: “*Servetur omnino ubi sunt Scholastici nostri*”³¹ (Leite, 1938, p. 420).

Essa falta de prática prejudicava até mesmo a comunicação nas missões³², já que os responsáveis pela escrita eram os estudantes e os Superiores: “o Superior encarregava algum Irmão estudante ao ofício de escrever. Várias cartas foram redigidas pela Comissão dos Provinciais ou Reitores. **Escolhia-se quem tivesse facilidade em escrever, sobretudo Latim, porque era a língua oficial**” (Leite, 1938, p. 535, grifo nosso). Essa providência era regular, pois nem todo local de missão na colônia dispunha de um sacerdote latinista, muito menos um Superior habilitado na língua oficial, ocorrendo, portanto, o descumprimento da *Constituição*.

Para a efetiva continuação dos estudos, era comum haver pedido de livros para serem utilizados na instrução da colônia, do que se infere que os primeiros livros instrucionais podem ter aportado na América Portuguesa pelos Jesuítas. Nas cartas, é exposta a escassez desse material, levando os próprios sacerdotes a reproduzi-los, forçando os religiosos ao trabalho noturno, como o de Joseph Anchieta que, “para suprir a falta de livros de ensino perdia parte da noite a trasladá-los” (Cartas Jesuíticas III, 1933, p. 12).

A necessidade levava esse sacerdote a exercer o papel de escriba dos livros e a “distribuí-los pelos alunos” (Leite, 1938, p. 542). Apesar de não haver dados sobre os livros que eram reproduzidos, existia uma produção de exemplares e uma circulação de obras de ensino por meio de replicações manuais. Com a produção artesanal das obras e pela falta de material, os docentes realizavam a leitura do conteúdo para explanação aos discentes, como já mencionado anteriormente, estratégia que, conforme Hansen (1999), já era prevista pelos autores, os quais escreviam imaginando os discursos para as autoridades como uma forma de

³⁰ *Brasilica nunca foi usada para a leitura latina (Google translate).*

³¹ *Ele [Latim] será mantido completamente onde nossos estudiosos estão (Google translate).*

³² Um exemplo seria a Missão no Espírito Santo. Sobre esta, o padre “Simão de Vasconcelos, lastimando a deficiência de notícias a-respeito da estada do P. Afonso Braz no Espírito Santo, observa: ‘naqueles tempos obrava-se muito, escrevia-se pouco’” (Leite, 1938, p. 536).

imitá-las. Para isso, entretanto, era preciso confiar nos testemunhos de quem os leu, de modo que sua interpretação obedecesse aos mesmos critérios observados quando os escreveram. A audição figurada do destinatário é composta como um sinônimo da fala do orador. Ao ouvir o sermão, a audição deve estar consoante a teoria encenada na enunciação, ou seja, o orador, quando escrevia um texto, já escrevia planejando que fosse lido em voz alta em um discurso. Esse tipo de escrita também é vista sendo apropriado no século XIX.

A circulação de livros também se dava por empréstimo ou doações. A prática dos empréstimos passou a ser proibida pelo Visitador³³, padre Inácio de Azevedo, em 1568, que dizia: “Para arruinar-se em pouco tempo uma biblioteca, basta emprestar os livros”. O segundo Visitador, no entanto, o padre Cristóvão Gouveia (1583), “suavizou a proibição, que recairia daí em diante apenas sobre os livros únicos, e ainda dêstes se fazia alguma exceção a favor da pessoa” (Leite, 1938, p 542). Mesmo havendo proibição e ou liberação de empréstimos, é possível supor que, nos primeiros anos das missões, e mesmo com poucos exemplares, já houvesse disponibilidade dos padres em ceder obras. Já as doações passaram a acontecer no final da fase heróica da Ordem, após a estabilidade das bibliotecas, pois, segundo Leite (1938, p. 544): “Muitos livros de procedência jesuítica andavam assim esparsos pelo Brasil, porque um dos brindes, que se ofereciam aos alunos, na distribuição dos prémios, eram livros”. Apesar de não haver uma indicação precisa dos títulos das obras emprestadas ou doadas, é possível julgar que, por meio dos jesuítas, transitavam, na comunidade, não somente os livros religiosos mas também gramática latina, de lógica, de literatura clássica – como Eneida, de Virgílio – e as produções dos próprios sacerdotes.

As caravelas portuguesas não foram as únicas a trazerem os livros a pedido de eclesiásticos da Igreja de Roma. Na Carta de 1560, enviada ao Padre Geral de São Vicente sobre a queda da fortaleza francesa³⁴, relata-se que se havia encontrado no lugar: “grande multidão de livros heréticos”. Entre os livros “se achou um Missal³⁵ com imagens roídas” (Cartas Jesuíticas III, 1933, p. 160). O propósito de tantos livros é contado na carta de Manuel da Nóbrega ao Cardeal Henrique, datada de 1560: “[...] segundo soube delles mesmos e pelos livros que lhe acharam muitos, e vinham a esta terra a semear estas heresias pelo Gentio” (Cartas Jesuíticas I, 1931, p. 174). As intenções dos franceses eram as mesmas de Portugal e da Igreja,

³³ Era uma patente dado a um padre de confiança da Ordem. Esses padres Visitadores eram enviados à colônia para expor a *Constituição* e inspecionar as missões, retornando depois para a Europa.

³⁴ O *Fort Coligny* encontrava-se no interior da ilha da Baía de Guanabara e contava com o apoio dos Tamoios, inimigos dos portugueses. Sob a ordem do Governador-Geral Mem de Sá, no dia 15 de março de 1560, a fortaleza foi atacada pela armada, levando à destruição do lugar.

³⁵ Livro litúrgico escrito em Latim, com rito romano e orações da Igreja Católica.

porém os seus planos foram desmobilizados. O ocorrido mostra que, mesmo com todo o controle da Igreja na colônia portuguesa na América, ainda havia a circulação de livros considerados proibidos, possivelmente obras do protestantismo.

As solicitações de livros eram feitas pelos sacerdotes, e as entregas aconteciam na medida dos adventos, podendo demorar cerca de meio ano para a chegada do material, como é possível constatar entre as cartas de Manuel da Nóbrega enviadas ao Padre Simão Rodrigues em 09 de agosto de 1549. A carta diz que, entre diversos pedidos, “o padre Navarro e eu, os livros, que já lá pedi, porque nos fazem muita mingua para dúvidas que cá ha, que todas se perguntam a mim”. Como consta, nem todas as vezes os pedidos por livros eram atendidos, mas, numa carta de 06 de janeiro de 1550, ao Padre Simão, o Padre Manuel da Nóbrega agradece: “Recebemos aqui tudo segundo nos haveis escripto, **isto é, duas caixas com os livros** e ornamentos para as egrejas, os quaes eram muito necessarios, porque com a ajuda do Senhor se farão egrejas em muitos logares” (Cartas Jesuíticas I, 1931, p. 60-80, grifo nosso). Mesmo sendo o início da missão, havia uma grande necessidade de materiais básicos para o ensino, e os livros faziam parte dessas listas de pedidos, pois serviam para auxiliar durante as dúvidas, como detalha o padre Manuel da Nóbrega na primeira carta.

Com a falta de detalhes nas cartas sobre os títulos solicitados e recebidos, não foi possível ter uma dimensão específica sobre o que se lia. Um destaque é a carta de Antônio Blasquez, da Bahia para Portugal, de 1564, que assim dizia: “O estudo nunca nesta terra andou com tanto fervor. [...] São por todos, entre Padres e Irmãos, onze, e porque a todos se desse o tempo necessário para os seus estudos, **lê o irmão Luis Carvalho pela manhã uma hora de poesia do livro 2º da Eneida aos mais adiantados**” (Cartas Jesuíticas II, 1931, p. 428, grifo nosso) – um clássico da literatura escrito por Virgílio, para exaltar as façanhas mitológicas do herói Enéas contra os gregos.

Com este relato, descarta-se, então, a ideia de que só havia livros religiosos ou livros instrucionais nas estantes da Ordem. Havia, entre as matérias dos docentes, a leitura dos clássicos latinos, informação identificada nas Cartas Jesuíticas. Vale esclarecer que nem todos os autores clássicos eram lidos, mas sim aqueles previamente selecionados – os que não estivessem enquadrados no padrão definido pela moral e pelos bons costumes eram expurgados, para que não corrompessem as jovens mentes (Leite, 1938; Amarante, 2012).

Para fins pedagógicos, alguns clássicos foram compilados para estudos posteriores, principalmente os poemas – textos mais fáceis de sofrerem cortes, sendo o melhor para o provimento dos estudos latinos. Conforme Amarante (2012), este gênero continuará sendo utilizado pelos próximos séculos nas instruções escolares de Latim e também em língua

portuguesa. Ao mesmo tempo, era nos poemas que se encontravam os temas mais desafiadores, já que muitos textos iam contra os ensinamentos da Igreja, havendo a expurgação de várias obras clássicas, ou sua compilação. Segundo Serafim Leite:

Os livros poéticos também não estavam nas boas graças da pedagogia da época. Distinguiam-se, porém, os livros escritos em Latim e os escritos “em romance”. Com os últimos havia maior rigor, pelos devaneios que suscitam em cabeças juvenis, e porque eram obstáculo ao cultivo sério do Latim, a língua culta de então. Sendo informado o P. Geral, de que se introduzira no Brasil o costume de celebrar as festas com sonetos e coplas espirituais, mostrou-se contrário, e proibiu tal uso, não por êle, em si, mas pela leitura de livros profanos, a que êsse hábito daria ocasião. Igual proibição atingia certos clássicos latinos. A Congregação Provincial da Baía (1583) propôs “que se desse alguma emenda aos livros de humanidades de Plauto, Terêncio, Horácio, Marcial, e Ovídio” (1938, p. 543).

O fato de um texto sofrer diversos cortes (ou emenda), devido ao controle social e religioso, para se encaixar nos padrões jesuítas, resultava em uma total modificação, sendo recriada uma nova obra, partindo das seleções efetuadas (Amarante, 2012). Outro ponto relevante no trecho acima é a proibição das obras clássicas, traduzidas para o português, que circularam na colônia, o que demonstrava a ameaça à Religião e à Monarquia, o que levou à criação de três instituições que se responsabilizaram pelo controle da divulgação de ideias: o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Para exercerem tal controle, os jesuítas foram designados como Censores externos, tendo o direito de proibir ou permitir a circulação das obras (Abreu, 2003).

A existência de clássicos traduzidos seria um obstáculo à cultura latina, pois, sem a referida restrição, os escritos poderiam implantar ideias que iriam contra os ideais religiosos e sociais. Em virtude da inaptidão dos jesuítas³⁶ no controle dos livros, surge a Real Mesa Censória, que foi criada no século XVIII.

Abreu (2003) constata a maior quantidade de circulação de livros na colônia portuguesa na América, durante o período de 1769 a 1826. É preciso lembrar, entretanto, que, antes desse período já existiam obras circulando. Em comparação, porém, com outras colônias portuguesas, havia mais requerimento de autorização de livros, uma vez que “[esse] tipo de colonização instalada, com a fixação de quantidade significativa de portugueses e com o estabelecimento de núcleos urbanos relativamente povoados, favorecia o comércio de bens materiais – como os livros – ao contrário do que acontecia nas demais colônias” (Abreu, 2003, p. 29). Atente-se para

³⁶ Os jesuítas foram considerados inaptos para realizar esse controle de livros porque o seu conhecimento era limitado a obras liberadas pela Igreja.

o fato de que o número de requerimentos para se autorizarem livros religiosos e profissionais era maior do que os pedidos para se autorizarem os beletrísticos. Há ainda outro detalhe que merece atenção: apesar da vigilância sobre a circulação de livros proibidos na colônia, não se pode descartar a hipótese de que as literaturas latinas proibidas pudessem ter entrado de forma clandestina.

Além dos textos clássicos que circulavam nas instituições de ensino e sendo reproduzidos artesanalmente, também havia produções de obras em Latim na colônia. Os poemas de Joseph Anchieta, em Latim, foram exemplos dessa produção na fase heróica³⁷. Houve também o cultivo de outros materiais produzidos por Joseph Anchieta e seus companheiros de sacerdócio – cartilhas, sermões, gramáticas, cânticos, diálogos, autos, cartas –, para atender às necessidades da variação linguística nessa mesma fase. Por haver uma significativa produção de textos, também houve o pedido de impressão desses materiais pelos religiosos, para compor o acervo da Companhia de Jesus na América Portuguesa. Alguns desses pedidos aconteceram em 1575 e 1592. Esses dois momentos são citados por Leite quando a “Congregação Provincial, reunida na Baía, em Março de 1575, pedindo licença a Roma para se imprimir a Doutrina Cristã³⁸, pede ao mesmo tempo licença para se imprimir o Dicionário³⁹”. Após esse pedido, a “Congregação de 1592 volta a pedir a impressão da Doutrina”. As respostas a esse pedido não foram encontradas. São feitas recomendações pelo “P. Gouveia, em 1586, que no Livro das casas se tenha escrito a Doutrina e Diálogo, novamente aprovado”, para que se tenham obras distribuídas nas casas de missões (Leite, 1938, p. 557).

2.1 A influência do *Ratio Studiorum* no ensino de Latim no Brasil

A segunda fase da língua latina no Brasil é marcada com a versão definida pelo *Ratio Studiorum*, em 1599. Essa versão foi distribuída em todas as instituições que estiveram sob a administração da Companhia de Jesus pelo mundo, incluindo o território da América Portuguesa. Outro acontecimento que marcou essa fase foi o plano da redízima em 1564, que trata do repasse dos impostos da Coroa portuguesa para a manutenção das instituições de ensino

³⁷ São os poemas: *De beata Virgine Dei Matre Maria*, com 4.172 versos, consagrado a Virgem Maria após uma expedição com o padre Nóbrega para apaziguar os ânimos entre os moradores de São Vicente e a tribo Tamoios, onde Anchieta foi refém; *De gestis Mendi de Saa*, outro poema, dessa vez dedicado ao governador Mem de Sá, sendo considerado um herói após a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara.

³⁸ “É um livro de orações traduzido em língua tupi em 1549. Outra tradução foi feita em 1552 pelo Ir. Pero Coreia em São Vicente. Já o P. Luiz da Grã compôs em português antes de 1560” (Leite, 1938).

³⁹ Dicionário da Língua Brasileira, cuja autoria é questionada, sendo uma das suposições ter sido Leonardo do Vale, também chamado de “príncipe das línguas brasileiras” (Leite, 1938).

dos jesuítas. Os dez por cento dos impostos arrecadados na colônia, para a Coroa, eram distribuídos para a manutenção dos colégios jesuíticos (Saviani, 2013).

A primeira versão definitiva do *Ratio* foi um processo que durou quase meio século. A própria *Constituição* colocou a necessidade da criação de um plano de ensino geral que gerenciasse todas as instituições de ensino. Segundo Franca (1952), houve outras versões desenvolvidas anteriormente a 1599⁴⁰. Essas versões foram criadas em caráter experimental e gradualmente, ampliando-se para todas as realidades de ensino espalhadas pelo mundo, servindo para testar os métodos empregados no plano em execução, para se chegar ao produto final. Essas versões foram distribuídas nas principais instituições da Europa – Nápoles, Milão, Veneza, Aquitânia, Lião, França, Germânia Superior, Reno, Áustria, Portugal, Polônia, Aragão e Andaluzia –, para, posteriormente, serem produzidos relatórios avaliativos sobre o plano geral.

Com o plano universal de ensino criado, uma circular comunicou a todas as instituições que deveriam adotar o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, composto com 467 regras. O estudo definido pelo plano coloca o ensino de latim e do grego e a leitura dos clássicos como as disciplinas dominantes, a partir das quais haveria o desdobramento para a aprendizagem de outros conhecimentos (Leite; Castro, 2014). Esses outros conhecimentos envolviam filosofia, vernáculo bem como a compreensão geográfica e histórica que estava presente na Literatura Clássica.

O *Ratio* foi usado pelos jesuítas para organizar o sistema de ensino de Portugal e das suas colônias, até serem expulsos pelo Marquês de Pombal⁴¹ em 1759. A expulsão da Companhia de Jesus aconteceu principalmente por dois fatores: a influência política que os jesuítas exerciam sobre a população, favorecida pelo acesso proporcionado pela religião e educação; e a crítica ao ensino humanista oferecido pela Companhia, que priorizava a formação religiosa em detrimento da Ciência, esta já desenvolvida em outros países europeus (Magalhães, 2016).

As reformas em diversos cenários no reino de Portugal foram influenciadas pelas ideias iluministas que já circulavam na Europa. No contexto educacional, as ideias que influenciaram

⁴⁰ Em 1540, as Congregações seguiam o *modus parisiensis*, esboço do *Ratio studiorum* (1599); em 1586, após a comissão de criação e efetiva submissão de apreciação, surge a primeira versão do *Ratio*. Em 1591, foi criada uma nova versão no formato de código de regras. Só após a experiência de três anos e o envio de relatórios, foi definida a versão final do *Ratio* (Saviani, 2013).

⁴¹ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, iniciou a sua carreira política em 1738, mas só com a sucessão de D. José I (1750-1777) à coroa de Portugal, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro e assim ficou durante todo o reinado de D. José I. Nesse período, o Rei concedeu autorização para implementar diversas medidas em vários aspectos da sociedade portuguesa.

o Marquês de Pombal foram as do filósofo e teólogo Luís António Verney, presentes na obra *O verdadeiro método de estudar*⁴² (1746) (Caeiro, 1979; Pinheiro, 2002). Nessa obra, Verney apresenta críticas a respeito dos métodos de ensino latinista empregados pelos padres jesuítas pelo *Ratio*, que davam prioridade às memorizações das regras gramaticais, deixando em segundo plano a leitura de textos e os exercícios. O seu método sugeria o estudo por meio de textos em Latim produzidos por autores clássicos. Esse novo método de ensino tinha como propósito levar o estudante a compreender a cultura clássica que estava inserida na língua, compondo a importância do estudo de Latim (Leite; Castro, 2014).

O plano de ensino *Ratio Studiorum*, que serviu como referência por quase dois séculos, seguia com os mesmos cuidados em conduzir os valores ideológicos do cristianismo, permanecendo com as mesmas precauções da *Constituição*. A prudência em relação a termos imorais ou de cunho sexual consistia na avaliação prévia dos textos pela Ordem, com o objetivo de evitar qualquer ideia não condizente com os valores da Igreja – por isso o cuidado em expurgar textos e termos incompatíveis com os valores morais.

O plano geral de ensino, que deveria ser seguido por todas as instituições da Ordem, se diferenciava de várias formas do plano de Nóbrega. Este último havia sido elaborado na colônia, diante das diversidades encontradas pelos religiosos, com o propósito de evangelizar os indígenas, intento que só foi possível graças à flexibilidade que se ofertava na *Constituição*, o que permitiu a Manuel da Nóbrega criar um plano adaptado à realidade da colônia.

Com a adoção do novo plano, a primeira etapa do ensino anterior – o de Manuel da Nóbrega, que constituía em ensinar o português para os indígenas e também a ler e escrever – foi suprimida. O novo plano possuía um caráter bastante elitista e universal, pois se direcionava apenas à segunda etapa de ensino, ou seja, uma educação formal restrita aos filhos dos colonos, com o ensino de humanismo, filosofia e teologia (Amarante, 2012; Saviani, 2013).

O *Ratio* dividiu o ensino em duas partes: os estudos inferiores (humanista)⁴³ e os superiores. Os estudos inferiores consistiam num curso humanista, com a estimativa de 6 a 7 anos de duração, com aprofundamento na gramática, para garantir uma expressão clara e definida; uso da dialética destinada a “assegurar expressão rica e elegante”; e a retórica, para “garantir uma expressão poderosa e convincente” (Saviani, 2013, p. 57). A segunda parte do ensino, denominada estudos superiores, consistia em Filosofia, curso realizado em três anos, e

⁴² Verney nasceu em 1713, cursou Filosofia na Congregação dos Oratorianos (1727-1730); pela Universidade de Évora, se graduou mestre em Artes e concluiu o curso de Teologia. Uma das razões de sua obra ganhar grande destaque em Portugal durante o reino de D. José I era por ser um padre de formação jesuítica.

⁴³ Para Saviani, essa etapa de ensino se assemelha ao Ensino Médio.

Teologia, com quatro anos de duração (Franca, 1952). Essa última etapa, na colônia, ficava limitada à formação de sacerdotes. Já os estudos inferiores, eram totalmente dedicados ao Latim e ao Grego.

Em razão de esta investigação priorizar o ensino de Latim e os livros de instrução dessa língua, o Quadro 01 destaca o seu currículo, para que possamos compreender com mais clareza a organização dessa leitura desse ensino:

Quadro 1 – O currículo de Latim no *Ration studiorum*

Estudos Inferiores		Estudos Superiores
Retórica	Livros de Cícero (Retórica e Poética).	Teologia Filosofia
Humanidades	Obras de filosofia moral de Cícero; Orações pronunciadas diante de César; História de César, Salústio, Tito, Lívio, Curcio e outros semelhantes; Poema de Virgílio; poemas líricos de Horácio, “elegias epigramáticas e outras composições de poetas clássicos”	
Gramática Superior	Prosa: Cartas mais importantes de Cícero <i>ad familiares, ad Atticum, ad Quintum fratrem</i> ; Cícero, <i>De Senectute, De Amicitia, Paradoxa</i> ou outros livros semelhantes. Poesia: Catulo, Tibulo, e Propércio, <i>Éclogas</i> de Virgílio, ou outros textos	
Gramática Média	Cartas de Cícero para familiares; poesias mais simples de Ovídio	
Gramática Inferior	Cartas de Cícero	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além do conteúdo programado, o plano de ensino estabelecia a organização mínima de tempo diário para os estudos, podendo ser administrado conforme os costumes locais:

5 horas de aulas por dia, duas horas e meia pela manhã e outras tantas pela tarde. O tempo é minuciosamente distribuído entre o grego e o Latim, a prosa e a poesia, e os diversos exercícios escolares, preleção, lição de cor, composição, desafio, etc. (Franca, 1952).

A Ordem estabelecia prioridade de ensino das línguas clássicas, sendo, a partir delas, ensinados outros conteúdos, como “o vernáculo, a história, a geografia, as *realia*,” estudados juntamente com a “leitura, versão e comentários de autores clássicos”, pois o “objetivo do curso humanista [era] a arte acabada da composição, oral e escrita” (Franca, 1952). O ensino das línguas clássicas foi prioridade, pois os textos evangelizadores e outros tratados filosóficos e científicos eram escritos em Latim e Grego.

A organização das regras constituídas para o estudo de Latim pode ser observada em alguns aspectos sobre a valorização da leitura, as formas de abordagens e a capacidade do uso da língua (Amarante, 2012). Para esta abordagem, utilizamos o texto traduzido pelo Padre

Leonel Franca de 1952, que dividiu a sua obra em duas partes: na primeira, há uma introdução à história da Companhia de Jesus bem como a produção, a influência e a organização do guia de ensino; na segunda parte, a tradução do Latim para o português do método de ensino dos Jesuítas. É nessa segunda parte, que temos a oportunidade de analisar algumas das características que circundam o ensino de Latim no *Ratio Studiorum*⁴⁴, das quais foram observadas: a oralidade, a escrita, a leitura e os livros.

2.1.1 O uso oral do Latim

A oralização do Latim é um recurso instigado no *Ratio*. Por meio do ensino da Retórica, era exercitado o uso oral da língua latina, abordado de várias maneiras: declamação, indagação, discussão, recitação, preleção, representação. São regras que se repetem sistematicamente pelo documento em diversos seguimentos, com o propósito de capacitar o indivíduo para a utilização da língua.

A exercitação de falar em Latim deveria ocupar todos os envolvidos nas instituições de ensino, inclusive os sacerdotes. Consoante as *Regras do Reitor*, é preciso haver zelo, “com diligência para que se conserve em casa o uso do Latim entre os escolásticos; desta regra de falar Latim não haja dispensa” (Franca, 1952). Abre a exceção para o uso da língua vernácula conforme se vê nesta passagem, Regra 8: “exceto nos dias feriados e nas horas de recreio, a menos que, em algumas regiões, não pareça ao Provincial que, ainda nessas ocasiões, se pode conservar com facilidade o uso de falar Latim” (Franca, 1952).

A exceção em relação à regra de falar com a língua pátria também se repetiu no segmento sobre as *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, a respeito do *Costume de falar Latim*, uma vez que deve ser utilizado quando o aluno demonstrar desinteresse: “De modo especial, conserve-se com rigor o costume de falar Latim exceto nas aulas em que os discípulos o ignoram”. Porquanto haja essa abertura, logo em seguida, a Regra 18 exige que o professor ministre as aulas em Latim, “de modo que tudo quanto se refere à aula nunca **seja permitido servir-se do idioma pátrio**, dando-se nota desfavorável aos que forem negligentes neste ponto; por este mesmo motivo, **o professor fale sempre Latim**” (Franca, 1952, grifos nossos). A utilização da língua vernácula durante a cátedra é sempre permitida restritamente, já que a prioridade são as línguas clássicas.

⁴⁴ O texto analisado não está paginado, o que significa que as citações não têm o número de páginas. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acervo/fontes/4782>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Nas *Classes inferiores* estão os alunos de pouco conhecimento sobre as línguas clássicas. Por tal motivo, a língua pátria só devia ser utilizada em momentos rápidos para se fazer entendido, como na Regra 27, sobre a *Preleção* que dispõe: “caso explique em vernáculo, conserve quanto possível a ordem de colocação das palavras para que se habituem os ouvidos ao ritmo. Se o idioma vulgar não o permitir, primeiro traduza quase tudo, palavra por palavra, depois, segundo índole do vernáculo” (Franca, 1952).

A restrição sobre a utilização do vernáculo permanece sobre as regras dos *Professores de Humanidades* e das *Classes superiores de gramáticas*; quando os assuntos do texto forem proibidos entre os discentes, podem ser conversados em Latim, conforme orienta a Regra 13, sobre *Tragédias e comédias* nas regras acerca do *Reitor*.

Uma forma de exercitar o uso de Latim, promover o idioma e, assim, estimular os discentes ao seu uso seria sua utilização em locais públicos. Nas *Regras do Reitor*, é descrito como *deverão ser exercitados* os alunos, para lhes estimular o uso do Latim. Assim diz a Regra 11: “por vezes, os nossos retóricos recitem discursos ou poemas, em Latim e em grego, no refeitório ou no salão” (Franca, 1952). Essa estratégia de memorização para recitação em público também se repetia na Regra 33, sobre os *Professores das classes inferiores*, quando estimulava, aos “sábados alternados, uma preleção grega ou latina, oração ou uma poesia recitada, em que uma aula convide outra; nas outras classes, uma vez só ao mês” (Franca, 1952).

As apresentações em espaços públicos não ficavam restritas apenas às instituições de ensino. As *Regras do professor de retórica* estimulavam a *Declamação pública* em ambientes. Recomendava-se que “[n]o salão ou na igreja, haja, uma vez por mês, uma oração mais importante ou uma poesia, ou ambas as cousas, ora em Latim, ora, em grego (ora em vernáculo), ou um debate com argumentos de um e outro lado e julgamento” (Regra 17; Franca, 1952).

As recitações em público exigem uma preparação antecipada, como estabelece a regra sobre *Professores de Retórica*. Uma disciplina com o seu espaço consagrado exigia uma *Representação privada* para o treinamento, com textos de diferentes estilos, em locais mais reservados, como a sala de aula, conforme esclarece a Regra 19: “o professor [deve] passar aos alunos como assunto algum tema dramático, como uma écloga, algumas cenas ou um diálogo, e o trabalho melhor poderá ser representado na aula, distribuídos os papeis entre os alunos, mas sem nenhum aparato”. O mesmo era exigido na seção dos *Professores das classes inferiores*, Regra 33, com o espaço reservado para o exercício de fala, ao colocar a “repetição de uma já ouvida do mestre, e sem convidados” (Franca, 1952).

O recitar em público exige uma memorização antecipada, um exercício estimulado no *Ratio*, um recurso pedagógico julgado eficaz pelos sacerdotes e professores. A utilização dessa

estratégia é bem estimulada no documento, pois o Latim é requisitado com frequência, na repetição oralizada de textos, como tática de fixação, conforme consta nas *Regras dos Escolásticos da Nossa Companhia sobre o Uso do Latim*, mais especificamente na Regra 9: “aprendam de cor o que lhes for prescrito pelo professor e, nas composições, trabalhem, com esmero, o estilo” (Franca, 1952). Hansen (2000) menciona que, dessas práticas, também faziam parte os gestos corporais bem como o uso de discursos conforme o público que se pretendia persuadir, podendo se utilizar do afeto, do julgamento e da edificação de personalidades ou feitos.

A própria organização dos horários estabelecia a previsão de repetição oral dos conteúdos, como consta na Regra 2 dos *Professores de Humanidades*:

Na primeira hora da manhã recitação de cor aos decuriões de Cícero e da gramática; [...]; na segunda hora matutina repetição breve da preleção de Cícero, explicação da nova, que será logo objeto de interrogação, finalmente ditado do tema. Na última meia hora da manhã repetição de algum ponto do primeiro livro da gramática como, por exemplo, declinação dos nomes, mais tarde dos pretéritos e supinos, e este exercício poderá ser feito a modo de desafio. Na primeira hora da tarde, lição de cor de gramática latina e grega, recitação nos dias marcados, de algum poeta, [...]; por fim, repetição da gramática e, em dias alternados, da última preleção de poeta. Na segunda hora vespertina, explicação e repetição, por meia hora, da sintaxe no segundo semestre, porém com a explicação da sintaxe alterne-se a de um poeta (Franca, 1952).

Outras regras no *Ratio* se repetem sobre o exercício de memorizar os conteúdos levando à criação de uma regra específica: o *Exercício de memória* integrado ao Latim na Regra 3, na seção de *Regras do professor de retórica*:

Como ao retórico é necessário **o exercício diário da memória e na sua classe ocorram muitas vezes lições demasiado longas para serem aprendidas de cor**, determine o Professor o que e quanto se deverá aprender, e, caso ele exigisse, de que modo recitá-lo. Seria útil que, de quando em quando, dissesse alguém, da cátedra, **os trechos aprendidos nos clássicos**, a fim de unir o exercício da memória com a declamação (Franca, 1952, grifos nossos).

As atividades repetitivas constam das regras do documento, estimuladas ora por prêmios ora castigos, para os melhores e piores alunos, respectivamente. Segundo Amarante (2012, p. 290), a premiação e a punição eram usadas para instigar a “boa vontade do aprendiz”, uma “forma de agir sobre os sujeitos por dois vieses de necessidade de memória: um mais afetivo, de interesse do sujeito; outro, pelo medo de perdas ou de castigos”. Nessa perspectiva, supunha-

se que os indivíduos possuísem uma memória seletiva que podia assimilar conteúdos com os quais houvesse algum tipo de relação, fosse por boas ou desagradáveis lembranças.

2.1.2 A Cultura Escrita

As regras no *Ratio* estimulam o desenvolvimento da escrita em Latim, mediante vários tipos de exercícios: reescritas, traduções, produções de cartas, de versos, de poemas, de prosas, escritas de provas, assinatura do nome, ditado, todas com o propósito de habilitar o escolástico a escrever em Latim.

O estímulo à escrita latina se repete em vários momentos do documento por meio de atividades nas diferentes seções, a começar com as regras estipuladas aos reitores, que destinam o *Uso do Latim* aos escolásticos dos anos iniciais que não concluíram os seus cursos a produzirem textos privados e públicos, desde os primeiros anos de ensino até o superior. Um desses estímulos recomenda: “quando escreverem cartas aos nossos, escrevam em Latim”; e, para os educandos dos cursos de Filosofia e Teologia, “componham e exponham em público alguns versos” pelo menos umas “duas ou vezes por ano” em eventos importantes, conforme orienta a Regra 8, na seção Regras do Reitor (Franca, 1952).

A composição de textos em Latim é um exercício estimulado aos educandos nas regras impostas aos *Professores das classes inferiores*. Diversos tipos textuais latinos são propostos, utilizando-se, como inspiração, as composições de Cícero. Por isso, a necessidade de uma preparação antecipada, conforme definido na Regra 30: “o tema de composição não deve ser ditado de improviso, mas preparado e quase sempre escrito, quanto possível seja dirigido para a imitação de Cícero” (Franca, 1952), podendo seguir alguns modelos de textos do autor romano: “narração, persuasão, congratulação, admoestação ou coisa semelhante” (Franca, 1952). Além disso, o professor pode ditar os textos em Latim para os alunos escreverem e fazerem a tradução, como visto na mesma regra: “quando ditado palavra por palavra, deveria escrever-se em Latim e em vernáculo” (Franca, 1952), sendo sempre monitorado pelo professor para as possíveis correções. Caso alguma composição se destaque na turma, “deverá ser prescrito quando ocorrerem vários dias festivos ou se aproximarem às férias maiores e menores”, de modo a se estimularem as produções, expondo-se as composições ao público geral.

A escrita de texto em Latim para ser traduzido em vernáculo – ou do vernáculo para o Latim – era uma atividade orientada em diversos momentos do documento, como nos *Exames de admissão*, sobre as *Regras do prefeito de estudos inferiores* que propunha se fizessem:

“algumas frases ou para se verterem em Latim, ou, se for mister, para se traduzirem de algum autor clássico” (Franca., 1952). Nesta mesma regra, também é proposto “aos novos candidatos examine mais ou menos do seguinte modo: pergunte que estudos fizeram e até que ponto; passe em seguida, para cada um separadamente, um trabalho escrito sobre um assunto dado” (Regra 10; Franca, 1952). Posteriormente, tais atividades devem ser avaliadas pelos professores. Essa regra leva a entender que as aulas do ensino humanístico só eram frequentadas por alunos que tivessem uma base de conhecimento sobre a escrita, leitura e o Latim.

A atividade de tradução entre o Latim e a língua pátria, como o Português, é exemplificada em outras regras, como os *Exercícios na aula*, na seção dos *Professores de Retórica* – enquanto estes estiverem ocupados na correção dos trabalhos, os escolásticos devem ficar ocupados com exercícios escritos, como: versão, descrição, reestruturação, composição, além da tradução (Regra 5).

Outras regras compõem o exercício de tradução, sendo uma atividade recomendada repetitivamente no documento, como nas regras de *Professores de Humanidades* (Regra 4), *Professor da classe média de gramática* (Regra 4), *Professor da classe inferior de gramática* (Regra 4). Além das *Normas da prova escrita* que constam nas instruções, o aluno deve escrever o seu nome em Latim (*Assinatura do nome*, Regra 8).

2.1.3 O Uso da Leitura em Latim

No *Ratio*, os alunos são intensamente incentivados a ler, memorizar e copiar os textos clássicos. Os textos de Cícero destacam-se na relevância das leituras clássicas e sobre as lições de Retórica, pela admiração por sua eloquência e filosofia moral. A preferência por Cícero no documento vai além da proficiência do orador. A Regra 6, *Preleção de Cícero*, ensina, a partir desse material de leitura, o método a ser utilizado pelo professor na aula:

Em primeiro lugar, leia seguidamente todo o trecho, e indique-lhe resumidamente, em vernáculo, o sentido. Em segundo lugar, traduza o período no idioma pátrio, palavra por palavra. Em terceiro lugar, retomando o trecho desde o princípio, indique-lhe a estrutura e, analisando o período, mostre as palavras e os casos por elas regidos; estenda-se sobre a maior parte dos pontos relativos as regras de gramática já explicadas; faça uma ou outra observação, mas muito simples sobre a língua latina; explique as metáforas com exemplos muito acessíveis; por fim escolha uma ou duas frases que ditará juntamente com o argumento. Em quarto lugar, percorra o trecho de autor, mas em vernáculo. (Franca, 1952).

Essa regra, em particular para os textos de Cícero, mostra como as obras desse autor eram bem apreciadas pelos religiosos, especialmente porque suas produções voltadas para o público traziam temas aceitáveis pela Igreja. Além disso, Cícero era meticuloso com as escritas, as quais chamavam a atenção devido à rigidez morfossintática – um Latim formado para um cultivo artístico diferenciado da língua falada (Cardoso, 2011a; Cardoso, 2011b).

Retornando ao *Ratio Studiorum*, na Regra 1, sobre os *Professores de Humanidades*, também se destacaram outros autores, para determinadas lições, a partir “[...] dos historiadores, Cesar, Salústio, Lívio, Curtius e outros semelhantes; dos poetas, principalmente Virgílio” (Franca, 1952); para os cânticos em Latim, “odes seletas de Horácio e também elegias, epigramas e outras composições de poetas ilustres” (Franca., 1952).

Entre as indicações dos clássicos, veem-se algumas advertências quanto aos textos de Virgílio, as quais citam que não se devem ler “algumas éclogas e do 4º. livro da Eneida”. Além disso, é recomendado ter cautela com alguns textos como “odes seletas de Horácio e também elegias, epigramas e outras composições de poetas ilustres” (Franca, 1952), sendo necessária uma leitura prévia desses autores clássicos, para se eliminarem termos considerados inconvenientes. Esses trechos considerados inconvenientes pela Ordem Religiosa não estão descritos nos documentos analisados, deixando uma lacuna e provocação para serem investigadas em futuras pesquisas.

Só após a expurgação de trechos inconvenientes, os textos podiam ser lidos pelos escolásticos. Além da Regra 1, sobre os *Professores de Humanidades*, existem outras com bases semelhantes – *Professor da classe inferior de gramática* (Regra 1); *Professor da classe média de gramática* (Regra 1); *Professor da classe superior de gramática* (Regra 1) –, promovendo a leitura dos textos de Cícero e restringindo textos de outros clássicos. Isso sugere que nem todos os textos recebidos pelas instituições de ensino foram previamente avaliados, o que pode resultar em restrições dessas leituras em algumas instituições.

Além da higiene moral aplicada aos textos, também havia a proibição de alguns temas como as comédias e as tragédias, sobre as quais havia advertências nas *Regras do Reitor*. A comédia é um gênero da poesia dramática que se inspirou nas peças teatrais gregas, as quais foram divididas em três fases: a *comédia nova* (no final do IV a.C.), a *comédia antiga* (no V a.C) e a *comédia média* (no início do século IV a.C)⁴⁵. A *comédia nova* inspirou a comédia

⁴⁵ A *comédia nova* (final do IV a.C.) aborda “assuntos e fatos corriqueiros e engraçados, ocorridos entre pessoas pertencentes às mais variadas classes sociais. É uma comédia de costumes, que explora, sobretudo, o amor contrariado que, após algumas peripécias vividas pelas personagens, consegue triunfar, num final feliz”; a *comédia antiga* (V a.C) era aquela “cujas características eram a agressividade, a sátira pessoal, os ataques a figuras conhecidas da sociedade, o tom político”; por último a *comédia média* (início do século IV a.C) que

romana, que utilizava, em suas peças, elementos gregos – nomes de cidades, nomes de pessoas e até vestimentas helenísticas –, para serem exploradas nos espetáculos. Apesar de muitos romanos se dedicarem à comédia, poucos textos sobreviveram, entre eles, Plauto⁴⁶, que tem mais de cem comédias atribuídas ao seu nome, das quais cerca de vinte ainda existem atualmente:

Anfitrião (Amphitruo), Os burros (Asinaria), A marmita (Aulularia), As Báquides (Bacchides), Os prisioneiros (Captivi), Cásina (Casino), O cofre (Cistellaria), O gorgulho (Curculium), Epídico (Epidicus), Os Menecmos (Menaechmi), O mercador (Mercator), O soldado fanfarrão (Miles gloriosus), O fantasma (Mostellaria), O persa (Persa), Psêdolo (Pseudolus), A corda (Rudens), Estico (Stichus), O trinumo (Trinummus), Truculento (Truculentus), A valise (Vidularia) e O cartaginês (Poenulus) (Cardoso, 2011b, p. 28).

São textos que apresentam eventos de forma engraçada e divertida, com um erotismo explícito, utilizando o suspense e as reviravoltas, com correrias e pancadarias, mas sempre com um final feliz. Outras comédias encontradas foram as de Terêncio⁴⁷, que, embora façam uso da *comédia nova*, são produções para um público mais refinado e culto. São textos mais sutis, pois, apesar de apresentarem peripécias dramáticas, mostram aventuras galantes e fazem pouco uso de trocadilhos e do vulgarismo, como: “Andria (A moça de Andros), Adelphoe (Os irmãos), Hecyra (A sogra), Eunuchus (O eunuco), Heautontimoroumenos (O autopunidor), Phormion (Fórmio)” (Cardoso, 2011b, p. 35). Talvez por isso, Terêncio aparece na Regra 19 – a que rege a *Proibição de livros inconvenientes* – a qual diz que este autor pode ser utilizado após ter sido expurgado de suas obras fatos e palavras inconvenientes (Franca, 1952).

A tragédia é outro gênero proibido no *Ratio Studiorum*, também reproduzido dos gregos.

Os textos de tragédia grega foram adaptados ou traduzidos para o Latim por Lívio Andronico⁴⁸, promovendo aos romanos entrarem em contato com esse gênero. Entre os textos

apresenta como característica a “utilização de temas mitológicos” (Cardoso, 2011b, p. 26).

⁴⁶ Titus Maccius Plautus (250?-184? a.C) foi dedicado ao teatro, desempenhando diversas funções relacionadas à arte cênica (Cardoso, 2011b).

⁴⁷ Publius Terentius Afer (185?-159? a.C), de origem africana, foi levado para Roma como escravo e começou muito cedo na vida literária. Aos vinte anos, já havia escrito seis comédias, demonstrando seu talento e habilidade. Terêncio é considerado o último dramaturgo de comédia. Posteriormente, outros gêneros de comédias surgiram: o primeiro, a *togata* (II a.C), na qual o personagem masculino é elitizado e se veste com uma toga, tendo entre os escritores Titínio e Afrênio; o segundo, a comédia *tabernaria* (I a.C), o cenário se passa em uma taberna com personagens mais humildes - esta passou a ser considerada a última manifestação da comédia latina (Cardoso, 2011b).

⁴⁸ Liuius Andronicus (285?-204? a.C), era um grego tarento que foi levado para Roma ainda na adolescência, como prisioneiro de guerra. Desde cedo, ocupou-se à educação dos meninos de primeiras letras, pois, por não haver textos adequados para o ensino, traduziu para o Latim a *Odisseia*, já que o ensino grego dessa primeira fase era feito por meio da leitura de textos literários. Com isso, passou a traduzir e adaptar textos de comédias, que não sobreviveram, e das tragédias (Cardoso, 2011b).

que resistiram, há poucos, como: “Aquiles (Achilles), Andrômeda (Andromeda), Ájax (Aiax), Dânae (Danae), O cavalo de Troia (Equus troianus), Egisto (Aegisthus), Hermíone (Hermione), Ino (Inos) e Tereu (Tereus)” (Cardoso, 2011b, p. 40).

Os outros textos que sobreviveram foram os de Sêneca⁴⁹ no século I d.C, que se tornou figura mais significativa nos textos de tragédia. Alguns dos textos de Sêneca que restaram foram: As fenícias (Phoenissae), Hércules no Eta (Hercules Oetaeus), A loucura de Hércules (Hercules furens), Édipo (Oedipus), Fedra (Phaedra), Medeia (Medea), Tiestes (Tyestes), As troianas (Troades), Agamêmnon (Agamemnon) e Otávia (Octavia).

Com base nesses textos, Cardoso (2011b) examina as obras de Sêneca, afirmando que elas foram criadas mais para a declamação, devido à falta de teatralidade. Dessa forma, os seus textos são caracterizados pela falta de um clímax, no qual a catástrofe ocorre de acordo com o previsto, usando cenas de terror e violência, fazendo com que os personagens pareçam com caricaturas trágicas. Além disso, as tragédias não são provocadas por forças sobrenaturais, mas sim por uma má escolha do personagem. Muitos escritores latinos se dedicaram à tragédia e à comédia, mas poucos textos restaram, o que se conhece é por citações transcritas de outros textos latinos, levando-nos a pressupor que, no período colonial, eram esses escritos romanos que percorriam as listas de leituras proibidas.

A leitura da comédia e da tragédia só deveria acontecer em raras ocasiões, exclusivamente na língua latina e de modo “sagrado e piedoso; nada deve haver nos entreatos que não seja em Latim e conveniente”. Além desses cuidados durante a leitura, também era estreitamente proibida a leitura sobre “personagens e hábitos femininos”, conforme determina a Regra 13 (Franca, 1952).

Esses gêneros textuais tinham como propósito expandir a curiosidade e a reflexão dos sujeitos, por meio do sarcasmo, críticas, paródias, sátiras, em contextos de inveja, sexo e cenários imorais. Considerando-se o contexto em que o *Ratio* foi produzido, era necessário preservar os dogmas da Igreja Católica e expandir suas ideias de fé e moralidade cristã, conservando-se, por extensão, as mentes dóceis, protegidas contra textos e termos considerados perigosos, o que forçava a modificação de textos literários para que pudessem ser utilizados. De acordo com Silva e Carvalho (2024), os significados nos impressos mudam conforme o tempo e o espaço ocupado, de forma que as interpretações podem ser usadas ou modificadas consoante os interesses, numa tentativa de formar uma identidade religiosa e moralmente cristã.

⁴⁹ Lucius Annaeus Seneca (4 a.C.-65 d.C.), filho de uma família literata, teve uma educação de excelência e se destacou na política e na literatura. Por isso, foi tutor de Nero, ocupando o cargo de conselheiro. Ele produziu uma grande quantidade de textos, incluindo prosas, tragédias e textos políticos.

Assim, a *Leitura espiritual* era o tema mais recomendado. Nesta regra, também se veem as recomendações de como os docentes devem proceder durante a aula diante de um termo que pode infringir os bons costumes. A Regra 8, na seção das *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, enfatiza bem esse cuidado: “[...] não só se abstenha pessoalmente de explicá-los à juventude mas ainda se esforce com todo empenho para apartar da sua leitura aos discípulos também fora da aula” (Franca, 1952). Desse modo, quando o professor se deparasse em sala de aula com um termo que fosse contra os valores da Igreja, deveria ignorar e passar adiante para a próxima lição, evitando estimular a curiosidade dos alunos dentro e fora da aula.

2.1.4 Livros de Latim no *Ratio Studiorum*

No documento em estudo, há algumas indicações de livros para serem utilizados nos locais de ensino, como livros de instrução ou de leitura, bem como algumas preferências a serem trabalhadas, caso passe pelo aval dos superiores (o Reitor e o Prefeito), além de indicações e formas de procedimentos para a criação de bibliotecas. Os livros a serem recomendados não se restringem apenas aos produzidos na língua latina mas também se expandem aos autores gregos, por comporem os mais diversos assuntos, assim, como o Latim⁵⁰. Também são apresentados livros que devem ser evitados – podendo até ser aceitos, desde que se observem e se realizem as devidas restrições ou adequações (Terêncio, gêneros de tragédia e comédia) – ou simplesmente, proibidos.

A *Gramática Latina de Padre Álvares*⁵¹ é a obra recomendada na última versão seiscentista do *Ratio Studiorum*, para ser adotada pelos professores latinistas (Fernandes, 2021). Essa recomendação se encontra nas *Regras Provinciais*. Mesmo sendo um livro que deve ser adotado pelos professores para trabalharem com o ensino de Latim, o documento deixa espaço para os docentes acessarem outras obras, conforme se lê na Regra 8: “[...] se em algum lugar o seu método parecer muito elevado para a capacidade dos alunos, adote então a gramática romana, ou, após consulta do Geral, mande compor outra semelhante” (Franca, 1952).

⁵⁰ Livros indicados no *Ratio*: livro do *Tópicos e de Sofisticis Elenchis*; livro *Physicorum*; livros *De Caelo* e o primeiro *De generatione*; livros *Physicorum*; livro segundo *de Generatione*; os livros *De Anima* e os *Metafísicos*; Retórica e Poética de Aristóteles.

⁵¹ *De Institutione Grammatica*, de Manuel Álvares, foi o principal referencial para os jesuítas. Foram produzidos por Álvares, no entanto, quatro modelos de gramática latina: o *ars maior*, impresso em Lisboa (1572); a *ars minor*, impresso em Lisboa (1573); a edição de Orazio Torsellino, publicada em Roma (1584); e a edição de António Velez, em Évora (1599). Segundo Fernandes (2021), os missionários jesuítas teriam conhecimento sobre a edição abreviada, a *ars minor*, com 148 fólios; todas as outras edições eram longas, com notas explicativas e comentários.

Deve-se, porém, manter-se o método *alvarístico* nas gramáticas produzidas, não deixando muita margem para evasão. Na versão do *Ratio* de 1832, o ensino de Latim utilizando-se a Gramática do Pe. Álvares, há um desdobramento de ensino, o qual divide a gramática em três livros, correspondendo cada um deles a uma série: classe inferior, classe média e classe superior, conforme a Regra 7, do *Regras do Prefeito de estudos inferiores* (Franca, 1952).

Enquanto Manuel Álvares era amplamente conhecido por sua gramática, o jesuíta Cipriano Soares o era pela obra *De Arte Retórica*⁵² (1569). Esse livro tinha como objetivo ser uma introdução aos preceitos de estudos mais avançados, preparando os alunos aos textos clássicos da retórica de Cícero e de Aristóteles. Nas *Regras do Professor de Humanidades*, são indicados alguns títulos de Cícero para serem empregados nas aulas de retórica, tais como: “*Pro lege Manilia, Pro Archia, Pro Marcello* ou outras pronunciadas na presença de César” (Franca, 1956). No que diz respeito a Aristóteles, o *Ratio Studiorum* não apresenta nenhum título que possa ser usado nas aulas de retórica.

Além dos encadernados de ensino, havia livros religiosos em Latim, como a Bíblia, sendo recomendados aos estudantes. Aos discentes de Teologia e Filosofia eram ofertados livros de sua área de estudo mas também livros de estudos clássicos, assim dispunha a Regra 30, na seção de *Regras do Prefeito de Estudos* (Franca, 1952), visando melhorar a latinidade. Outra recomendação passada pelo documento era quanto à porcentagem dos recursos destinados à compra de livros para a criação de bibliotecas nas instituições e seminários jesuítas. Essa regra – de número 18, das Regras do Provincial – sobre a renda específica para o abastecimento das bibliotecas não deixava margens para o desvio de outras finalidades (Franca, 1952). Essa aquisição dependia, no entanto, conforme posto na Regra 17, na seção *Regras do Reitor*, da prévia aprovação desses livros pelo “Prefeito dos estudos” (Franca, 1952).

Além de diversas recomendações sobre os livros, o documento instituía a organização prévia em adquirir o material – o que podia ser feito por meio de compra aos livreiros públicos – antes de se começarem os estudos, de acordo com a Regra 28, Do Prefeito De Estudos Inferiores (Franca, 1952).

⁵²Segundo Rodrigues (1938), foi o primeiro livro publicado com o objetivo de servir para aula, pois os compêndios substituíram os ditados, atividade cansativa e que ocupava muito tempo. O título original do compêndio: “*De Arte Rhetorica Libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti*, Aüthore Cypriano Soares Sacerdote Societatis Jesu, Conimbricae 1562. É um volume pequeno de 116 folhas, numeradas, com mais um copioso índice de matérias” (Rodrigues, 1938, p. 48). O Visitador Jerónimo Nadal concedeu a licença em 1561 e, no ano, seguinte foi publicado *De Arte Retórica* (Rodrigues, 1938). É importante observar que a data de publicação informada por Rodrigues (1938) diverge da data declarada por Franca (1952).

Essa comercialização era uma atividade difundida entre os séculos XVI e XVIII na Europa, a partir da qual se criou um mercado em torno dos textos impressos (Chartier, 1998a). No Brasil, conforme Abreu (2003), a grande quantidade de requerimentos solicitados à Mesa Censória para o envio de livros entre o século XVIII e início do século XIX, eram, possivelmente, remessas volumosas destinadas à comercialização.

Ainda na seção das *Regras do Provincial*, trata-se da proibição de livros inconvenientes. Alguns dos livros claramente proibidos eram os de Terêncio, sobre o qual a Regra 19 faz o seguinte alerta:

Tome todo o cuidado, e considere este ponto como da maior importância, que de modo algum se sirvam os nossos, nas aulas, de livros de poetas ou outros, que possam ser prejudiciais à honestidade e aos bons costumes, enquanto não forem expurgados dos fatos e palavras inconvenientes; -e se de todo não puderem ser expurgados, como Terêncio, é preferível que não se leiam para que a natureza do conteúdo não ofenda a pureza da alma (Franca, 1952, sic).

Pelo excerto, vemos que há a possibilidade de não ser possível fazer alterações, mas não se diz qual o motivo dessa dificuldade – talvez por haver o risco de as alterações acabarem por desconstruir o texto. Havendo, então, a impossibilidade de se retirarem os trechos inconvenientes, a orientação é de não usar se a obra latina em questão.

De modo geral, recomendava-se que os *Alunos externos da companhia*, deveriam abster-se “completamente da leitura de livros perniciosos e inúteis” (Regra 12). Mesmo com esses cuidados, como já foi apontado por Leite (1938), era difícil o controle sobre as leituras fora dos muros dos locais de ensino. Havia, ao contrário do que ocorria nas comunidades, a presunção de ser possível

dar conta da importância atribuída ao texto escrito e aos objetos que o suportam por todas as autoridades que pensam regular as condutas e as maneiras de modelar os espíritos. Daí o papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos colocados em circulação para numerosos leitores; donde, também, os controles exercidos sobre o impresso, submetidos a uma censura que deveria apartar tudo o que pusesse em perigo a ordem, a religião ou a moral (Chartier, 1998a, p. 25-26).

Apesar dos muitos alertas sobre o perigo que algumas obras poderiam representar para a educação dos jovens e das recomendações para contorná-los, algumas delas já deveriam fazer parte das bibliotecas dos missionários, pois só assim seria possível considerá-las efetivamente como parte dos acervos da colônia no século XVII.

Ainda no século XVI, na fase heróica, além dos livros solicitados pelos jesuítas, conforme constam de suas cartas, também havia escritos setecentistas produzidos por religiosos que faziam referências aos autores clássicos, sendo, inclusive, possível que essas leituras tenham ocorrido na colônia.

De acordo com Amarante (2012), autores como Ovídio, Virgílio, Túlio, Tácito, Lívio, Marcial, Sêneca são citados no livro do religioso Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno, e Triumpho da Liberdade* (1647). Outro religioso que faz citações de livros latinos, o Pe. João Pereira, nas *Exhoraçãoens domesticas feytas nos collegios, e cazas da Companhia de Jesus* (1715), dá possíveis indícios sobre leituras de Horácio, Sêneca, Ovídio; esse Padre também faz referência à comédia, citando Plauto e Terêncio, autores proibidos pelo *Ratio*. Por último, Amarante (2012) menciona os textos do Frei João da Madre de Deus, os quais citam alguns autores romanos, como Plínio, Sêneca e Tito Lívio.

Até aqui, vimos que o estudo da língua latina foi iniciado com a criação do sistema de ensino na colônia administrada pela Ordem Jesuítica e com a leitura de obras clássicas, ora adotadas sem ressalvas ora com muita cautela. Na seção seguinte, será abordado o uso do Latim na formação de ensino na Paraíba.

3 O ENSINO DE LATIM NA PARAÍBA

A história da Paraíba⁵³ é marcada por invasões, combates, abandono, dominações que influenciaram sobre o atraso do desenvolvimento educacional paraibano no período colonial, situação totalmente diferente da província de Pernambuco, a qual as cartas dos jesuítas consideravam como local de destaque na instrução, já contando com um colégio em 1576, este sendo o terceiro⁵⁴ na América Portuguesa, graças ao seu crescimento econômico e estabilidade política.

Como no restante da colônia, o Latim foi introduzido na Paraíba pelos jesuítas após a dominação da região pelos portugueses, em 1585. Com a chegada da Companhia de Jesus na capitania paraibana, enviada por Pernambuco⁵⁵, logo começaram os trabalhos de evangelização e instruções: “filhos de colonos e jovens índios mansos receberam nesses arremêdos de escolas, rudimentos de leitura, cálculo e escrita e as indispensáveis lições de Latim” (Mello, 1956, p. 12). A estada da Companhia na Capitania neste primeiro momento foi curta (1585-1592), pois existiam outras ordens religiosas – Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos –, ofertando os seus serviços de instrução e catequização, geralmente ocasionando conflitos entre elas, com os colonos e com os capitães-mores⁵⁶. Com a saída dos jesuítas do território paraibano, a missão de instruir e evangelizar passou a ficar sob a administração dos Franciscanos.

⁵³ O local onde se situa a capital paraibana foi palco de diversos conflitos com os franceses e os indígenas Potiguaras, que eram os seus aliados e ocupavam a região. Com a criação do sistema de capitanias hereditárias em 1534, grande parte do território paraibano passou a fazer parte da capitania de Itamaracá. Por se tornar um território abandonado – o seu donatário nunca teve a intenção de colonizar o local –, a capitania virou um refúgio de malfeitores e local de explorações de pau brasil pelos franceses. Após a tragédia de Tracunhaém, a capitania de Itamaracá foi desmembrada, formando a capitania do Rio Paraíba. Para conquistar o território, foram necessárias cinco expedições, mas só houve sucesso com Martim Leitão e João Tavares, no dia 05 de agosto de 1585, quando passou a ser chamada de Capitania Nossa Senhora das Neves. Devido às invasões e mudanças políticas, a cidade teve outros nomes: Filipeia de Nossa Senhora das Neves (1585), Frederica (1634), Parahyba (1654) – só em 1930 passou a ser chamada de João Pessoa.

⁵⁴ Os outros colégios foram: Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia (1549); Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente (1553).

⁵⁵ Estavam sob a ordem do Governo de Pernambuco e do Episcopado de Olinda, no século XVIII, algumas ordens religiosas: Jesuítas, Carmelitas (Descalços de Santa Teresa; da Reforma; da Observância/Calçados), Franciscanos (entre esses, os Capuchinhos e Capuchinhos italianos), Oratorianos e Beneditinos. Essas ordens realizavam missões na região da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (Dias, 2017).

⁵⁶ As missões próximas aos indígenas era o motivo dos conflitos, pois elas ocorriam entre os Jesuítas que possuíam o conhecimento da língua indígena; porém com o retorno dos missionários, no século XVIII, os seminários e os colégios eram restritos à educação dos brasílicos. O objetivo era formar sacerdotes e aristocratas para administrar a colônia. O trabalho missionário permaneceu durante o século XVII sob as ordens dos inicianos de Olinda (Dias, 2017). Por resistirem a seguir as ordens dos capitães-mores, além de se recusarem a favorecer a escravização dos indígenas, entraram em conflito principalmente com outras ordens religiosas – no território paraibano, a maior desavença era com os franciscanos. Os inicianos eram acusados de enriquecimento e monopolização política e econômica nas cidadelas.

Com a ocupação dos holandeses na Paraíba (1634-1654), o ensino ficou entregue a poucos grupos de religiosos. Conforme Mello (1956, p. 13), “quando aqui chegaram, já na ausência dos jesuítas, encontram um curso de Latim, ministrado pelos frades de São Bento. Era o único núcleo escolar existente na Capitania”. Apesar da precariedade do ensino neste pedaço da colônia, a aula de ensino de Latim era a que se sobressaía em relação às outras instruções.

Por falta de uma organização de ensino no território paraibano, os colonos mais ricos enviavam os filhos para estudarem em seminários “onde teriam de seguir a carreira religiosa, ou a Coimbra, à procura de um diploma de bacharel” (Mello, 1956, p. 14), iniciativa que já acontecia em toda a colônia desde a chegada dos Jesuítas. Neste período, segundo Mello (1956, p. 13), “durante o século XVII nenhuma evolução sofreu o ensino na Paraíba que contava apenas duas ou três escolas, mantidas por ordens religiosas, e alguns mestres pagos que ensinavam pelos engenhos, ou em casas de gente abastada”. Uma dessas instituições de ensino foi o Colégio São Gonçalo, fundado pelos Jesuítas, na capital paraibana, após o seu retorno no final do século XVII, no qual os sacerdotes começaram a ministrar aulas de Latim e de leitura e escrita (Medeiros, 2017). Apesar da quase estagnação que a Província enfrentava, havia uma certa continuidade, mantida pelas condições dos moradores e os religiosos que estavam administrando a educação. O fato é que o Latim continuou sendo ofertado – fosse domiciliar ou em instituições, pelos religiosos. Para avançar nos estudos fora da Capitania, os filhos abastados precisariam ter uma base na instrução, de preferência no Latim.

O retorno dos jesuítas à Capitania ocorreu gradualmente. A primeira petição apresentada pelos colonos ao Conselho Ultramarino (1675) solicitava o retorno da Ordem para a organização do ensino na capitania paraibana. Esse pedido inicial ao El-Rei se juntou a outros que ocorreram entre os séculos XVII e XVIII. O primeiro indício do retorno dos inicianos foi a abertura da Casa dos religiosos (1683), um local onde se praticava o ensino Das Primeiras Letras e o ensino de Humanidades, com o estudo de latim, culminando, posteriormente, no retorno efetivo dos religiosos (Dias, 2017; Santos, 2015).

Em 1745, é fundado, na Paraíba, um seminário com aulas de Latim e de Humanidades. Conforme o *Ratio Studiorum*, esta seria a primeira etapa de ensino ofertada pelos jesuítas (Franca, 1952). O retorno efetivo só aconteceu em 1748, quando foi iniciada a construção dos primeiros colégios. O atual Palácio da Redenção, situado na Praça João Pessoa, na capital, é um exemplo de construção realizada pelos jesuítas. Construído pela Ordem com a finalidade de ser um colégio, após a expulsão dos religiosos foi sede do Liceu Paraibano nos séculos XIX e XX e também serviu de abrigo para a Faculdade de Direito. Outros colégios foram criados na

capital paraibana e na cidade de Pilar⁵⁷, destinados aos filhos dos colonos, após inúmeras doações, mediante o compromisso de se ofertarem aulas de Filosofia, Latim e de Primeiras Letras (Dias, 2017; Mello, 2008; Mello, 1956). Em relação às doações recebidas pelos inacianos, de acordo com Mello (1956), estas se resumiram a doze contos de réis para a construção de um colégio. O valor para o período levava à construção de um prédio grande com amplas salas, o que compensava a vinda dos jesuítas para a Paraíba. Já nas fontes de Dias (2017, p. 100), as doações listadas pelo Provincial da Ordem correspondiam, entretanto, a: “quatro casas de pedra e cal; um sítio com casas no Forte Velho; um sítio próximo ao mar; um sítio na praia de Lucena; duas sortes de terra em Camaratuba, com oito currais de gado e 20 peças de Guiné; entre outras doações”. Além dessas, houve doações em dinheiro, por parte dos moradores, no valor de 200\$00 réis, tudo para a construção de colégios, demonstrando que com esse montante seria possível criar diversos espaços para os inacianos no território paraibano.

Por mais que as Primeiras Letras pudessem ser uma exigência dos doadores, essa oferta não fazia parte das regras da Ordem religiosa. Segundo Mello (1956, p. 16), se via “com mais carinho o ensino de Latim, Filosofia e Teologia que o das Primeiras Letras, justamente o de maior necessidade a uma população quase constituída de analfabetos”. Essa prioridade por determinado público era proveniente das regras compostas no *Ratio*. Almeida (1978, p. 233) confirma que, “apesar da dotação que recebiam do governo para fundar colégios, o ensino só fazia frutos em latim e casos de consciências, isso mesmo não se ministrava a favor do povo, porque era exclusivo de seminários herméticos, destinados a fabricar padres”. O resultado deste tipo de educação é criticado por Mello (2008, p. 88), ao expor que: “Durante todo Brasil colônia, a Paraíba aí formou dois médicos, sendo o primeiro Feliciano Dourado⁵⁸, em 1639”. Assim, a educação ofertada neste período para os filhos dos colonos era um ensino elitista e livresco, voltado para o fortalecimento da Ordem, por meio de grandes donatários e produção de mão de obra religiosa.

As instruções das outras ordens religiosas, Carmo e São Francisco, aconteciam de forma menos expansiva. Ofertavam os cursos de Filosofia e Teologia, enquanto no Colégio da Companhia era prestado o ensino de Latim e Filosofia (Mello, 1956). A grande parte do ensino neste período era proporcionado por essas Ordens religiosas que estavam instaladas no território paraibano, não existindo nenhuma mobilização por parte dos governantes. O ensino se resumia

⁵⁷ Pilar é uma cidade localizada no interior do estado da Paraíba, situada a 55 km da capital.

⁵⁸ Natural da Paraíba, foi membro do Conselho Ultramarino e serviu à Inquisição, prestando informações sobre sujeitos que encontrou em Amsterdam.

basicamente aos cursos humanistas, com o Latim sendo o fio condutor, e ao curso superior, enquanto o ensino das Primeiras Letras era totalmente relegado ao desdém.

A criação da cadeira de Latim se deu a partir das reformas pombalinas, com a publicação do Edital de D. Tomás de Almeida, de 28 de julho de 1759, com instruções sobre a Reforma, a qual, entre várias determinações, estabelece essa oferta:

[...] e sendo a primeira acção a escolha dos Mestres, **que não de ensinar a Gramática Latina, Rhetorica e Grego**, [...] E dependendo muito do acerto desta escolha o feliz progresso de hum estabelecimento o mais glorioso, **provendo as Cadeiras dos Mestres**, que sejam ao mesmo tempo em vida, e costumes exemplares, e de sciencia, e erudição conhecida deve preceder a esta eleição huma noticia geral que chegue a todos para os que quizerem pertenderem occupar as referidas cadeiras fação o seu requerimento declarando o que pertendem ensinar, a sua assistencia, e se tem já exercitado o Magisterio publico, ou particularmente, e o Bairro ou Ruas, em que o praticarão, para que tirando-se as informações necessarias da vida e costumes de cada hum, e **aproveitamento de seus Discipulos, se os tiverem tido se possa passar aos exames de capacidade e literatura, conforme a cadeira, que pertendem** (Edital de D. Tomás de Almeida, 28 jul. 1759, grifos nossos).

No cenário paraibano, a saída dos jesuítas do contexto educacional levou a um vazio na Educação. As outras Ordens religiosas que permaneceram não conseguiram preencher o espaço deixado pelos inacianos, deixando os colonos à margem desse processo, incluindo o território paraibano. Essas mudanças feitas pelo Marquês Pombal levaram Portugal a assumir a responsabilidade do sistema educacional do reino, iniciando o sistema público de ensino na Paraíba (Pinheiro, 2002). Assim, a primeira providência do Marquês de Pombal foi, por meio de uma carta régia em 17 de abril de 1766, criar a primeira cadeira⁵⁹ de Latim na Paraíba, mas que somente em 12 de novembro de 1783 passou a funcionar, a partir da posse do professor João Adolfo, que recebia um ordenado de trezentos mil réis (Mello, 2008; Mello, 1956; Pinheiro, 2002).

A criação dessa primeira cadeira na capitania paraibana pelo reino de Portugal passou a servir de marco da educação pública na Paraíba. O sistema de ensino secundário com cadeiras

⁵⁹ O sistema de cadeiras isoladas era composto por aulas avulsas ministradas por mestres-escolares em suas residências ou em espaços alugados. Essa nomenclatura foi adotada tanto no ensino primário quanto secundário, sendo possível encontrar nas fontes por diversas associações – “aula régia; aula pública; cadeiras régias; cadeira de instrução primária; cadeira de ensino primário; cadeira de (nome da localidade) [...]; cadeira de (nome da disciplina) [...]; cadeira municipal; cadeira mista; 1ª cadeira, 2ª cadeira, 3ª cadeira etc.; escola pública; escola isolada; escola primária de primeiras letras; escola menor; escola elementar; escola rudimentar; escola primária masculina/feminina/para ambos os sexos” (Pinheiro, 2002, p. 7) – referente ao ensino das disciplinas isoladas. Pinheiro (2002, p. 8), explica que “historicamente, o termo ‘cadeira’ está vinculado ao ensino superior, mas por muitos anos também foi utilizado no Brasil para designar as disciplinas ou ‘matérias’ constantes do nível de ensino entre o primário e o superior – o ensino secundário. Assim, durante muitas décadas, havia, entre outras, cadeiras de latim, retórica, gramática, francês, as quais ou eram *disciplinas preparatórias* para o ensino superior ou faziam parte de cursos – ordinariamente realizados nos liceus e colégios”.

isoladas permaneceu até o começo da República, e o Latim continuou ocupando o currículo de ensino.

O tempo corrido entre a criação da disciplina de Latim e a efetivação de seu ensino foi de cerca de dezessete anos. A educação na colônia não era uma prioridade nas reformas educacionais de Portugal. Em relação ao financiamento da educação pombalina, esta foi criada por meio da Carta Lei de 10 de Novembro de 1772⁶⁰ como uma forma de arrecadação e distribuição de tributos coletados destinadas à sustentação das Escolas menores – as engrenagens da reforma só começaram a funcionar durante o Império.

O desenvolvimento do Ensino Secundário, na Paraíba, não teve qualquer melhoria até o final do período colonial, pois, segundo Mello (1956, p. 21), o dia das vésperas “de 7 de Setembro [de 1822] encontrou a Paraíba com [...] a aula de Latim, criada em 1766, agora sob a direção do padre Antonio da Trindade Antunes Henriques”. Já em relação às Primeiras Letras, houve um avanço significativo, pois, na capital paraibana, foram criadas duas cadeiras, uma localizada no Bairro Alto e a outra no Varadouro⁶¹ (Mello, 1956; Pinheiro, 2002). Diante das informações, é possível notar que, até o final do período colonial, a oferta de ensino primário e secundário público estava sendo negligenciada.

Em 1821, a Junta Governativa estabeleceu abertura de edital para a função de professor em Instruções Públicas para atuar qualquer vila da Província. A ocupação das vagas nas disciplinas ficaria “áquele que melhor exame fizer nas respectivas matérias” (Mello, 1956, p. 20). Dessa forma, após os adventos da Independência do Brasil (07 de setembro de 1822), foram criadas, em 1823, quatro cadeiras de Latim nas vilas de “Pilar, Nova Rainha [atual Campina Grande], Brejo de Areia e Sousa”, levando a instrução pública para o interior da província, “com os ordenados anuais de duzentos e quarenta cruzeiros”, este valor foi mudado no ano seguinte (1824) passando a ser trezentos cruzeiros (Mello, 1956, p. 23-24), iniciando, assim, a expansão do ensino público secundário na Paraíba.

⁶⁰ Disponível em:

http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=113&id_normas=37219&acao=ver. Acesso em: 20 mai. 2023.

⁶¹ Não conseguindo encontrar a localização exata dessas duas cadeiras de primeiras letras, Pinheiro (2002, p.18) coloca em nota de rodapé a seguinte hipótese sobre a cadeira da cidade alta – Bairro Alto: “deveria estar localizada, portanto, nas proximidades da Catedral, do Convento de Santo Antônio, da Casa da Pólvora, ou da R. Gal. Osório”.

3.1 O ensino público de Latim no período Imperial

No Império, o Ensino Secundário, em que se concentravam as aulas de Latim, servia de passagem para o Ensino Superior. Ambos eram ofertados tanto em instituição particular quanto pública – esta última, tendo como único local de oferta de todas as cadeiras o Lyceu Parahybano⁶². Assim, o ensino público secundário no interior da Paraíba se limitava, oficialmente, às cadeiras de Latim (Ferronato, 2012).

Já no Lyceu Parahybano, algumas das aulas eram integradas ou fragmentadas, conforme a quantidade de professores disponíveis ou as mudanças nas legislações da província paraibana. Essa descentralização legal de regulamentação da instrução pública passou a ocorrer a partir do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que determinou que a organização das instruções Primária e Secundária era de responsabilidade de cada província. De acordo com Pinheiro (2002), esta decisão prejudicou a educação paraibana por ser uma província pequena e sem recursos suficientes para assumir tal responsabilidade. Isso também é percebido nos relatórios de presidente da província da Paraíba, os quais se queixavam da falta de uniformização da instrução educacional.

Responsáveis pelas formações Primária e Secundária, a partir do Ato Adicional, as províncias passaram a criar instituições de ensino secundário no modelo liceal para fornecer uma formação humanista, com a exceção da província de Pernambuco, que havia criado o seu Liceu desde 1825.

A grande referência para o ensino secundário foi o Colégio Pedro II, criado em 1837, sendo o quarto colégio criado nesse período e que recebeu a atenção do poder imperial já que estava localizado na Corte (Ferronato, 2012; Bernal, 2016). Além disso, em seu currículo de 1837 o Latim era a disciplina principal do ensino secundário. Já, em 1881, o ensino latinista perde o seu lugar no currículo, sendo substituído pelas línguas modernas, como o português e o francês (Bernal, 2016). Essas mudanças são acompanhadas pelas províncias que também se mobilizaram para que as aulas avulsas, criadas nas Reformas de Pombal, fossem reunidas em uma única instituição de ensino. No final do século, o português foi assumido como disciplina principal, seguindo o padrão do Pedro II,

Na Paraíba, devido ao seu contexto histórico desde colônia, a província estava na categoria das menos desenvolvidas. No século XIX, a economia paraibana girava em torno da agricultura e da pecuária, logo a hegemonia política estava no interior – nas regiões do Agreste,

⁶² Foi criado pela Lei nº 11 de 24 de março de 1836, sendo colocado no primeiro andar da Assembleia Legislativa.

do Sertão e do Brejo –, com as oligarquias paraibanas (Pinheiro, 2002). A primeira metade do século foi dedicada à produção de algodão, açúcar e couro salgado, o que levou à exportação desses produtos (Parahyba do Norte, 1845). Esses gêneros eram produzidos desde a colônia, mas só o açúcar tinha valor de exportação. Na segunda metade do século XIX, os principais itens de exportação ainda eram os mesmos, mas era o açúcar que permanecia em evidência. Como, porém, era levado ao porto de Recife por diversos caminhos, não havia como se cobrassem impostos sobre esse produto na Paraíba, uma preocupação apresentada pelo Presidente Dr. João Capistrano Bandeira de Mello (Parahyba do Norte, 1854). Esse problema foi, entretanto, solucionado, a partir de mais fiscalização, passando a devida cobrança a ser feita no porto de Recife.

Além da produção de açúcar, havia também a produção de mandioca, milho, arroz e legumes, porém para o consumo interno (Parahyba do Norte, 1858), o que levou, na década de 1870, à exportação em menor quantidade de alguns desses itens –, informação presente nos relatórios, embora como gêneros sem grande distinção.

A atividade do comércio se dava em alguns estabelecimentos, como tavernas, loterias, boticas, forno de pão, alambiques, bilhares, lojas de fazendas, forno de cal e coqueiras (Parahyba do Norte, 1871), todos à mercê das taxações do governo Imperial, procedimento que incomodou os comerciantes. Por conta disso, as tensões de revolta começaram em meados do século XIX, seguindo o que já acontecia pelo Império, o que se processava no território paraibano como uma forma de levante populacional. Dois conflitos ocorreram no Segundo Reinado: o do Ronco da Abelha (1851-1852), que começou pela insatisfação da elite paraibana, e o do Quebra-quilos (1874)⁶³, um levante popular aparentemente sem liderança. Neste período,

⁶³ Conforme relato de Lima (2013), “Estava tudo pronto para as feiras começarem, até que surgiram os primeiros sinais de desagrado à utilização de um novo sistema de pesos e medidas. Manifestantes gritavam que naquele dia ninguém compraria ou venderia com os novos padrões do sistema métrico e que não pagariam os impostos. A força pública encontrava-se presente para manter a “ordem” e a “tranqüilidade” do andamento da feira, porém, não conseguiram impedir que os revoltosos destruíssem os instrumentos de medição e se dirigissem para outros estabelecimentos comerciais fazendo o mesmo, invadiram as coletorias, Câmaras Municipais e cartórios para destruírem documentos ali existentes, como listas de impostos, hipotecas e etc. Além de invadirem também as cadeias para soltar os presos. Estes atos, de aparente vandalismo, refletiam a insatisfação das camadas populares com a implantação do Sistema Métrico Francês, substituindo o antigo sistema de pesos e medidas no Brasil. Os governantes tinham a intenção de, com esta medida, “ordenar” e “civilizar” o território, porém, os homens livres e pobres não compartilhavam desta idéia, uma vez que o comércio, as relações pessoais, e o seu dia-a-dia possuíam uma ordem própria. Portanto, eles não aderiram ao ideal das elites de ordenar um espaço que, no entender deles, já estava ordenado. Desconfiados das mudanças impostas pelo governo, esses homens se revoltaram. Iniciou-se então o movimento, que consistia na quebra dos novos instrumentos de medição, o que lhes rendeu o nome de Quebra-Quilos. Além desses, outro importante fato aconteceu, contribuindo para tal revolta. Sobre isso, Almeida (1977) sustenta, em seu livro, que o levante ocorreu por instigação do padre Calisto da Nóbrega, de Campina Grande. Após o Concílio do Vaticano, os bispos de Olinda e do Pará passaram a perseguir e a expulsar os maçons da Igreja Católica, o que resultou na prisão dos bispos. O Padre Nóbrega, ao tomar as dores dos bispos, despertou o ódio dos fiéis contra os maçons e o governo, o que causou uma desordem na província.

grande parte da população era composta por analfabetos, como mostra o Recenseamento da Paraíba de 1872. Dos 376.226 habitantes, entre escravos e libertos espalhados nos 24 municípios, apenas 41.273 sabiam ler e escrever, ou seja, apenas quase 11% da população era alfabetizada. Como o desembarque de navios negreiros acontecia no porto de Recife, a incidência de escravos na Paraíba era bem menor em relação às outras províncias – Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Ceará, Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais –, chegando a existirem 21.526 escravos adultos no território paraibano, ou seja, quase 6% da população era escrava. Dos 100.415 indivíduos com idade entre 06 a 15 anos⁶⁴, apenas 10.524 tinham acesso a uma instrução de ensino (Brasil, 1872). Com isso, próximo ao final do século, o novo Recenseamento de 1890⁶⁵, mostra que a população estava crescendo, pois existia 457.232, quase meio milhão de homens e mulheres espalhados por 41 municípios paraibanos (Brasil, 1890), o que demonstrava que havia um grande desafio para o próximo século em desenvolvimento educacional.

Em relação ao ensino de Latim no Lyceu Paraibano⁶⁶ durante a primeira metade do período imperial, até este período, a língua latina mantinha lugar de destaque no ensino paraibano. O Relatório do Presidente da Província de 1845 demonstra a relevância dada à língua latina, destacando as duas primeiras cadeiras do Lyceu Parahybano – “1ª de Portuguez e Latim; 2ª de Latim em prosa e verso” –, que ocupavam, de forma fragmentada, as duas primeiras posições do ensino. Por causa disso, o Presidente da província, Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos⁶⁷, se manifestou da seguinte maneira: “Eu entendo que se devem refundir em uma só Cadeira as duas primeiras de Latim e Portuguez” (Parahyba do Norte, 1845, p. 13), colocando-se contra a fragmentação da disciplina, uma vez que não estava conforme a legislação vigente do período. A legislação em questão é a Lei nº 11 de 24 de março de 1836, que estabelece em seu artigo 1º a criação de algumas cadeiras no Lyceu: “Latim, Francês, Retórica, Filosofia, e [...] Matemática” (Parahyba do Norte, 2004, p. 95). Apesar de não estar prevista nas normas legislativas e mesmo contrariando o que estava estabelecido em lei, a

⁶⁴ O recenseamento não mostrava, na mesma tabela, o número de crianças escravas que estavam em idade escolar, mas apenas o quantitativo de infantes livres, possivelmente devido à Lei do Ventre Livre (1871). Assim, devemos levar em consideração que, no final do século XIX, quando a República começa a tomar forma, essas crianças e jovens já eram adultos em sua maioria analfabetos, ocupando diversos postos de trabalho.

⁶⁵ Este recenseamento apresenta os números de homens e mulheres por município e o total de habitantes por estado. Não foram encontradas características de perfil quanto à cor, à idade, à religião, ao estado civil, à nacionalidade e à instrução de ensino.

⁶⁶ Para uma melhor compreensão sobre a instituição no século XIX, consultar Ferronato, 2012.

⁶⁷ Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos assumiu a presidência da Paraíba em dezembro de 1844 a março de 1888.

fragmentação do ensino de Latim demonstra a relevância do ensino da língua até aquele momento.

Ainda no mesmo Relatório de 1845, o Presidente da província, Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos, anuncia que o Lyceu terá uma nova formação, composta da seguinte maneira: “Por esta forma terá o Lyceo sete Professores, e as seguintes Aulas de Latim, Francez, Inglez, Rhetorica e Poetica, Geographia e Historia do Brasil, Philosophia Racional e Moral, Arithmetica, Algebra, Geometria, e Trignometria” (Parahyba do Norte, 1845, p. 13-14). Além de acrescentar outras disciplinas modernas, também reuniu a cadeira de Latim, desfazendo o que havia sido estabelecido pelas autoridades anteriores, iniciando, assim, um ensino mais moderno juntamente com as cadeiras humanistas que já existiam.

Os relatórios dos anos seguintes (1847, 1848, 1849 e 1850) não fizeram referência às duas cadeiras de Latim no Lyceu, mas apenas à aula de *Grammatica Latina*, com um propósito de estudo filológico do Latim para se compreender a raiz da língua portuguesa. Isso demonstra que o estabelecido no Relatório de 1845 permaneceu, pelo menos, até o ano de 1877 quando, no Relatório do Presidente de Província, foram incluídas as cadeiras administradas no Lyceu, entre elas a de Português – com 22 alunos – e a de Latim – com 28 alunos. A necessidade de haver aula de Português aparece no Relatório de 1874: “[...] falta ao Lycêo uma aula indispensavel para os que se destinarem aos cursos superiores, que é a de lingua nacional” (Parahyba do Norte, 1874, p. 28). Com essa menção, já se criam, no ano seguinte, “duas cadeiras de lingua nacional” – uma para o Ensino Secundário e a outra para o Ensino Normal (Parabahyba do Norte, 1875, p. 27).

A partir da Resolução nº 288 de 11 de novembro de 1885, o Presidente da Província, usando de autoridade dada pela lei providencial nº 799 de 6 de outubro de 1885, organiza o currículo de ensino do Lyceu deixando, no entanto, o Latim com a quarta cadeira, não sendo mais uma prioridade no ensino, como é possível conferir na organização das disciplinas: “1ª Português; 2ª Francês; 3ª Inglês; 4ª Latim; 5ª Matemática; 6ª Geografia geral corografia do Brasil e especialmente da Paraíba; 7ª História geral e História do Brasil e especialmente da Paraíba; 8ª Retórica, poética e literatura nacional; 9ª Filosofia; 10ª Elementos de ciências físicas e naturais” (Parahyba do Norte, 2004, p. 111).

A importância da disciplina de Latim diminuiu no final do Império, na medida em que também se reduziu a quantidade de ocupantes na disciplina, como é possível conferir no quadro 02, abaixo, formado a partir dos dados disponíveis nos Relatórios dos Presidentes e Diretores da Província da Paraíba. É claro que essa análise historiográfica expressa apenas uma parte do

que se concebe por disciplina, uma vez que não são consideradas “as práticas escolares, as ações e criações de professores e alunos no cotidiano das salas de aula” (Bittencourt, 2003, p. 35)

Quadro 2 – Aulas de Latim na Educação Pública

Ano	Cidades/Vilas	Nº de Alunos	Lyceu Parahybano	Nº de Alunos na cadeira de Latim
1845 ¹	Areia	16	81 alunos	--
	Souza	--		
	Pombal	--		
1847	Areia	19	94 alunos	39 alunos
	Souza	07		
	Pombal	--		
1848	Areia	19	84 alunos	43 alunos
	Souza	25		
	Pombal	--		
1849	Areia	18	80 alunos	52 alunos
	Souza	56		
	Pombal	--		
1852 ¹²			82 alunos	53 alunos
1853	Areia	12	135	45 alunos
	Souza	26		
	Pombal	03		
1854 ¹			102 alunos	32 alunos
1855 ¹			120 alunos	55 alunos
1856	Areia	14	132 alunos	64
	Souza	28		
	Pombal	03		
1858 ¹	Areia	--	94 alunos	--
	Souza	13		
	Pombal	03		
	Mamanguape	--		
1859	Areia	11	94 alunos	43 alunos
	Souza	08		
	Pombal	03		
	Mamanguape	16		
1863	Areia	37 alunos no total	109 alunos	64 alunos
	Mamanguape			

1864	Areia	22	135 alunos	61 alunos
	Mamanguape	12		
	Pombal	--		
1865 ¹²	Areia	40 alunos no total		
	Mamanguape			
	Pombal			
1866	Areia	08	129 alunos	63 alunos
	Mamanguape	12		
	Pombal	08		
	Piancó	--		
1867	Areia	15	121 alunos	47 alunos
	Mamanguape	13		
	Pombal	20		
	Piancó	09		
1868	Areia	59 alunos no total	94 alunos	37 alunos
	Mamanguape			
	Pombal			
	Piancó			
1869	Areia	51 alunos no total	69 alunos	31 alunos
	Mamanguape			
	Pombal			
	Piancó			
1871 ¹	Areia	--	114 alunos	38 alunos
	Mamanguape	--		
	Pombal	--		
1872 ¹	Areia	47 alunos no total	68 alunos	--
	Mamanguape			
	Pombal			
1873	Areia	52 alunos no total	46 alunos	16 alunos
	Mamanguape			
	Pombal			
1874	Areia	52 alunos no total	113 alunos	39 alunos
	Mamanguape			
	Pombal			
1875	Areia	12	146 alunos	46 alunos

	Mamanguape	07		
	Pombal	06		
	Souza	--		
1876 ¹	Areia Mamanguape Pombal Souza ³	25 alunos no total	121 alunos	--
1877 ⁴			103 alunos	28 alunos
1881			56 alunos	18 alunos
1883			147 alunos	27 alunos
1886 ¹			129 alunos	--
1887 ²			198 alunos	35 alunos
1888			186 alunos	25 alunos

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

¹No Relatório não se divulgaram os números.

²Os dados foram obtidos de outro Relatório (1856; 1866; 1888).

³Encontra-se sem professor.

⁴Extinção das Cadeiras de Latim no interior.

Os dados incompletos nos Relatórios dos Presidentes e Diretores de Instrução Pública deixaram algumas lacunas para a organização do Quadro 02. Mesmo assim, foi possível extrair dos documentos algumas informações que justificavam a falta de números, como os relacionados à cadeira de Pombal do ano de 1864, que só teve nomeação de um professor concursado por meio de Portaria de 8 de agosto do mesmo ano. Esse cargo, até então, era ocupado por docentes comissionários (Parahyba do Norte, 1864). Outra situação semelhante foi a da criação da cadeira de Latim em Piancó, no ano de 1866, conforme apresentado no Quadro 02. Esta foi designada pela Lei nº 216, de 9 de outubro de 1865, que assim registra: “Fica criada uma cadeira de língua latina na Villa de Piancó. O respectivo professor perceberá o mesmo ordenado, que vencem os demais professores do interior da Província” (Parahyba do Norte, 2004, p. 154). Esse valor do ordenado se refere à Lei nº 9, de 29 de outubro de 1858, que estabeleceu 700\$000 de ordenado e mais 200\$000 réis de gratificação para os professores de Latim do interior (Parahyba do Norte, 2004). Já, na capital, o vencimento se diferenciava, conforme dispunha a Lei nº 178, 30 de novembro de 1864, que estabeleceu novos vencimentos para os professores e novas regras para concurso:

Os professores da instrução secundária serão também providos em concursos, e por aprovação plena, somente serão vitalícios depois de 5 anos de efetivo exercício, e continuarão a perceber os mesmos vencimentos; menos ao d

Latim do centro da Província que Terão 800\$000 réis de ordenado, e 200\$ de gratificação (Parahyba do Norte, 2004, p. 45, sic).

Esses são alguns dos exemplos que mostram não só a diferença salarial entre os professores mas também a vulnerabilidade da instrução pública no interior da Paraíba. Além disso, a Lei n.º 178/1864 previa um período de 5 anos de pleno exercício para que o professor se tornasse vitalício, provavelmente um período de avaliação das suas ações como docente. Algo semelhante ao que ocorre atualmente, quando o funcionário público é avaliado pelo seu desempenho no cargo por três anos, a fim de ser efetivado.

No interior da província, as aulas secundárias se resumiam a apenas algumas cadeiras isoladas de Latim. As cadeiras passaram pelo período Imperial oscilando entre sua abertura e o seu fechamento, até que, em 1877, foram totalmente extintas (Quadro 02). Nos relatórios, presidentes e diretores de Instrução Pública na Paraíba solicitavam ou indicavam o encerramento das cadeiras avulsas, justificando-se pelo baixo número matrícula de estudantes, custos e a falta de serventia. O número mínimo de alunos foi definido ainda pela Lei nº 116, de 19 de maio de 1836, que estabelece o mínimo de 12 alunos nas aulas de Latim (Parahyba do Norte, 2004). Segundo Pinheiro (2002), a cessação das aulas primárias do interior da província da Paraíba poderia estar associada a outros motivos, como revoltas, secas, desmande político, desvio de verba pública. Os mesmos motivos podiam ser associados à abertura e ao fechamento das aulas avulsas, pois algumas vezes foi necessária a criação de uma lei para a reabertura das cadeiras isoladas⁶⁸.

Além disso, o efetivo funcionamento de uma aula isolada no interior da província não era tão simples, pois o processo entre criar uma cadeira e abrir seleção para um concurso público poderia se estender por meses ou até anos. Durante esse interstício, a cadeira era ocupada por professores interinos, ocasionando maior instabilidade em seu funcionamento. Apesar de ser habitual o apadrinhamento por parte das autoridades, a mudança política também implicava a saída do apadrinhado do cargo, o que acarretava uma oscilação tanto no serviço prestado quanto na educação, já que envolvia interesses dos que estavam na estrutura do poder, pois estavam envolvidos com as cobranças da sua base política. Assim, a “criação de cadeiras e sua ‘provisão’ por professores oriundos dos grupos de confiança ou de parentela dos políticos e, não raro, apadrinhados e nomeados interinamente, representavam uma forma de garantir a popularidade desses políticos, de justificar seu empenho e poder” (Pinheiro, 2002, p. 33, grifo do autor).

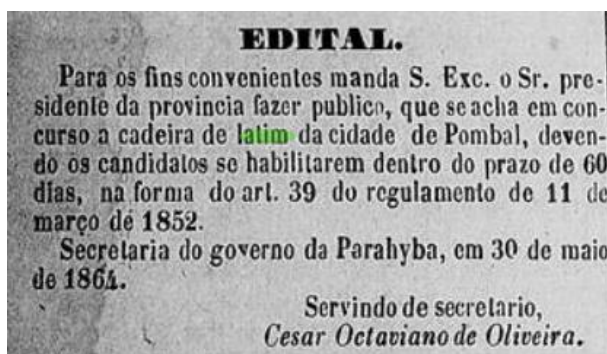
⁶⁸ Lei nº 12, 8 de agosto de 1860; Lei nº 99, 4 de dezembro de 1863; Lei nº 559, 18 de setembro de 1874 (Pinheiro; Cury, 2004, p. 40-154-158).

Conforme Graham (1997, p. 16), essa ligação era sustentada pelos atos políticos por meio do clientelismo, que “significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes”, pois, no Brasil oitocentista, a cultura e a tradição favoreciam os membros da classe dominante numa constante troca de favores, uma vez que a elite dominante era a grande beneficiada.

Um exemplo desse protecionismo ocorreu em relação à cadeira da cidade de Pombal⁶⁹ que, já nos primeiros Relatórios de Presidente da província, se encontrava sem professor; ao longo dos anos foi oscilando entre poucos alunos e o seu fechamento (Quadro 2). Assim ficou até a expedição da Lei nº 99, 4 de dezembro de 1863, que assim declarou: “Fica restabelecida a cadeira de Latim da cidade de Pombal” (Parahyba do Norte, 2004, p. 154). Assume-a, como professor interino, o Padre Antonio Thomaz d’Aquino, com a sua função comissionária; é exonerado no ano seguinte, tendo em vista a nomeação do novo professor, este agora concursado, Trajano Pires de Hollanda Cavalcante (O Publicador, 03 jun. 1864, p. 2).

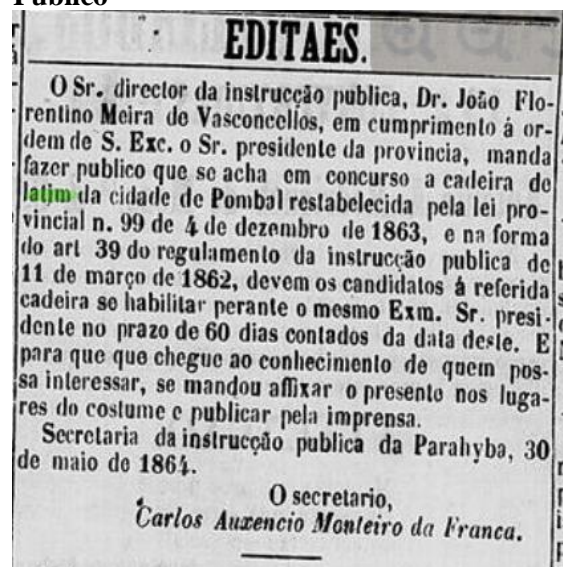
O processo de seleção começou com a divulgação do edital para o concurso da cadeira de Latim na cidade de Pombal, em 1864, por meio do jornal *O Publicador*⁷⁰:

Figura 1 – Chamada para Concurso Público



Fonte: O Publicador, 31 maio 1864, p. 2.

Figura 2 – Chamada para Concurso Público



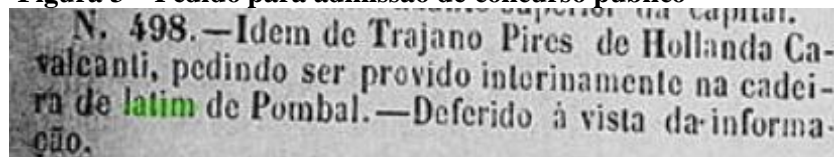
Fonte: O Publicador, 9 jun. 1864, p. 3.

⁶⁹ A cidade está situada no sertão paraibano, a 371 km da capital.

⁷⁰ “*O Publicador* foi o primeiro jornal diário paraibano do século XIX, que, originalmente, circulou durante três décadas, de 1862 a 1886, e cujo primeiro editor foi o padre Lindolfo Corrêa. [...] Esse jornal passou a publicar os atos oficiais do governo, em razão de não existir um órgão oficial da imprensa que se responsabilizasse por tal ação. Contudo, depois de algumas mudanças de redator, o jornal passou a fazer parte do partido liberal” (Araújo; Sena, 2017, p. 98).

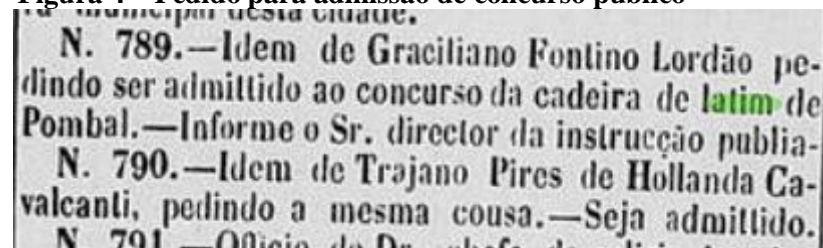
A publicação de editais de concurso de professores era recorrente nos jornais oitocentistas, pois os periódicos eram contratados pelo governo que estava no poder para publicar suas ações e também serviam como ferramenta de convocação. O jornal *O Publicador*, por exemplo, fazia parte deste nicho, disponibilizando as primeiras páginas como *Parte Oficial* (Rocha, 2016). Dessa forma, o edital para o concurso público para a ocupação da cadeira de Latim, em Pombal, foi divulgado inicialmente pelo Presidente da Província, Dr. Sinvat Odorico de Moura (Figura 1). Apesar de o histórico da cadeira de Latim revelar um número reduzido de estudantes matriculados, como é possível observar no Quadro 1, o concurso foi divulgado. Com isso, em poucos dias, o primeiro postulante à vaga em Latim, Trajano Pires de Hollanda Cavalcante, se apresentou (Figura 3). Apesar de já existir um candidato, o Diretor de Instrução Pública, João Florentino Meira de Vasconcellos, divulga novamente o concurso (Figura 2), surgindo em poucas semanas um segundo candidato, Graciliano Fontino Lordão, para concorrer à mesma vaga (Figura 4).

Figura 3 – Pedido para admissão de concurso público



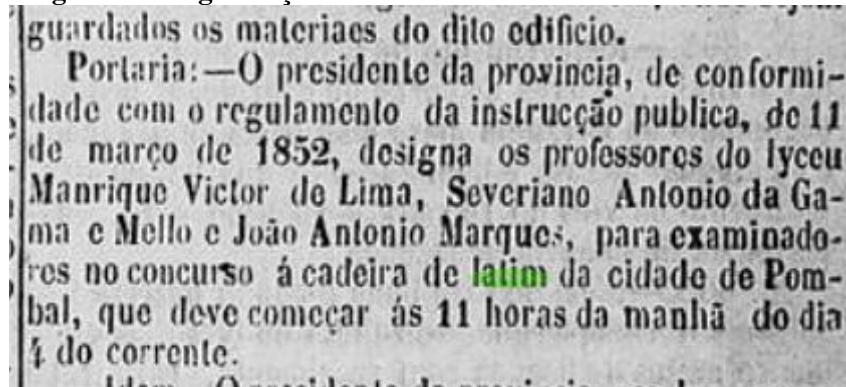
Fonte: *O Publicador*, 02 jun. de 1864, p. 1.

Figura 4 – Pedido para admissão de concurso público



Fonte: *O Publicador*, 03 ago. de 1864, p. 1.

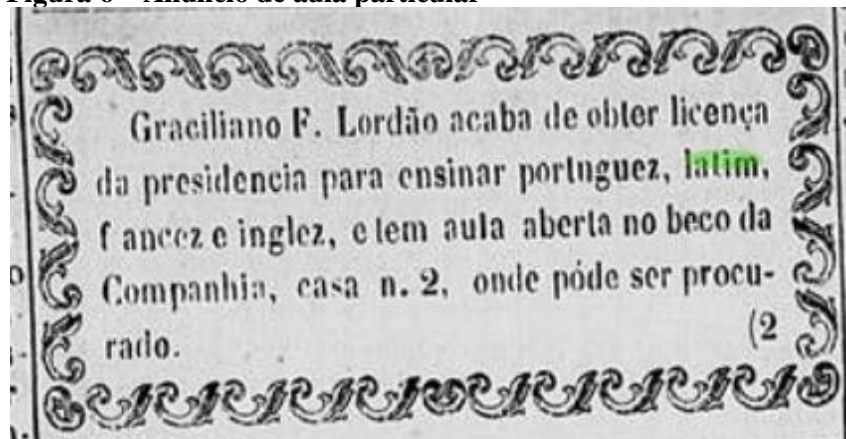
O pedido para ocupação da cadeira de Latim em Pombal pelos candidatos vai se repetindo por algumas edições (572, 573, 576, 582, 603) do jornal *O Publicador*, até que, em 05 de agosto de 1864, o Presidente da Província, Dr. Sinvat Odorico de Moura, solicita aos professores do Lyceu Parahybano para servirem de examinadores do concurso público da cadeira de Latim da cidade de Pombal:

Figura 5 – Organização de Concurso Público

Fonte: O Publicador, 05 ago. 1864, p. 1.

A cadeira passa a ser ocupada pelo professor Trajano Cavalcante, que tem o seu nome apresentado no mapa do Relatório da Província (Parahyba do Norte, 1864). Até a efetiva ocupação do cargo, no entanto, foram encontrados recortes de jornais do suplicante pela ocupação do cargo de professor (O Publicador, 11 ago. 1864, p. 1). O novo professor de Latim, em Pombal, só retornou ao periódico em 1866, exigindo o pagamento do seu ordenado (O Publicador, 30 jan. 1866, p. 3).

O outro candidato da cadeira de Pombal, Graciliano Fontino Lordão, reaparece no jornal em setembro de 1864. O despacho libera uma licença de ensino para as Primeiras Letras, Latim, Francês e Inglês em qualquer parte da província (O Publicador, 6 set. 1864, p. 1). Com a licença concedida, o professor Graciliano Lordão anuncia a sua aula na capital da província (Figura 6).

Figura 6 – Anúncio de aula particular

Fonte: O PUBLICADOR, 06 set. 1864, p. 4.

No ano seguinte (1865), no entanto, o professor Graciliano Lordão é nomeado para assumir a cadeira de primeiras letras na vila de Cuité⁷¹, sendo depois transferido para a cidade

⁷¹ Cidade do interior da Paraíba, localizada na região centro-oeste do estado, fica a 235 km da capital.

de Pombal e, por fim, volta a lecionar na capital como professor público de Primeiras Letras (O Publicador, 11 nov. 1865, p. 2; O Publicador, 15 dez. 1867, p. 1).

Até a primeira metade do século XIX, não foi encontrado nas fontes – jornais e relatórios – nenhum discurso desfavorável sobre o ensino de Latim, o que não significa que não existisse uma discussão sobre o ensino latinista. Faz-se necessário, no entanto, salientar que, em relação ao número de recortes coletados sobre o ensino de Latim, poucos recortes foram encontrados em comparação à segunda metade do período oitocentista.

Referente aos jornais, a maioria dos recortes recolhidos fazia parte da Folha Oficial do governo regente, responsável pelos despachos à Instrução de ensino da língua. Fora do nicho da Folha Oficial, no jornal *A Quotidiana Fidedigna*, do dia 27 julho de 1835, p. 4, na seção sobre notícias do exterior, destaca-se uma notícia sobre o encontro de autoridades de diferentes nacionalidades europeias – no último parágrafo é exaltado o uso do Latim para a comunicação entre as autoridades. É perceptível que a língua latina ainda era não somente considerada uma língua adequada para a comunicação mas também era o idioma adotado para a escrita da maioria dos livros.

Já na segunda metade do século XIX, foi possível reunir fragmentos de discursos em relatórios da Paraíba que criticavam o ensino humanista e o protagonismo do Latim na educação paraibana, iniciando, de fato, um discurso que culminou na extinção das cadeiras de Latim no interior da província. Sobre esse processo de extinção, o Relatório do Diretor de Instrução Pública, Dr. Joaquim Moreira Lima, apresenta a seguinte recomendação: “Quanto as aulas de Latim de Mamanguape, Areia e Pombal devem ser extinctas; visto que **quasi nenhuma utilidade prestam**” (Parahyba do Norte, 1871, p. 15, grifo nosso). Esse discurso pelo fim das cadeiras de Latim no interior se repete no ano seguinte, em relatório (1872) dessa vez enviado pelo Inspetor do Tesouro da Província, José Antonio Lisbôa, sendo justificado pelos custos, pela baixa frequência das aulas e pela necessidade de uma reforma educacional.

O problema de poucas matrículas nas aulas avulsas era, no entanto, também uma situação vivida no Lyceu, proveniente da falta de validação dos exames realizados no colégio, levando os discentes a preferirem estudar em outras províncias onde os exames eram validados para o Ensino Superior. Além disso, já havia um discurso sobre a modernização do ensino, como o próprio Presidente Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva expõe no Relatório quando tratou sobre as aulas avulsas, a validade dos exames e a continuação das aulas clássicas:

Não acredito na utilidade d’estas aulas assim esparsas.

Pela próxima vizinhança d’esta cidade com a do Recife, cujo curso de preparatorio annexos á Faculdade de Direito attrahe grande frequencia de

alumnos pela validade dos exames feitos ali para a matricula nas Faculdades e Escolas do Imperio; o lyceu há de soffrer com essa concurrencia, não obstante a habilitação de seos professores e pelo contrario progrediria, caso seos exames tambem fossem validos para aquelle fim.

Talvez a instrucção publica secundaria fosse mais vantajosa á Provincia, se tivesse sido organizada com fins praticos, substituídos os estudos clássicos de humanidades pelos que servem de auxiliares á industria, ao commercio e a agricultura. Parece-me que haveria menos <letrados>, porém augmentaria o numero dos homens uteis ao paiz (Parahyba do Norte, 1868, p. 17-18, grifo nosso).

A exposição do Presidente Theodoro da Silva não era uma opinião isolada – em outros relatórios, foram encontrados discursos semelhantes de Presidentes e Diretores. As aulas avulsas de Latim, que estavam acontecendo no interior desde o começo do Império, começaram a perder credibilidade, já que surgiam novos tempos nos quais circulava uma ideia mais progressista distante do ensino humanista que não forneceria trabalhadores preparados para a indústria, o comércio e a agricultura, conforme foi exposto no relatório de 1868. Com isso, os relatórios dos Diretores de Instrução da década de 1870 começaram a recomendar o fechamento das cadeiras avulsas.

Em 1876, contudo, ainda havia as cadeiras nos municípios de Mamanguape, Areia, Pombal e Souza, com apenas 25 alunos. Sobre esta última província – Souza –, o relatório fala, entanto, da necessidade de se fazer um concurso para ocupação de sua cadeira. No ano seguinte, em 1877, no entanto, já se apresentou a extinção da Cadeira de Mamanguape e a jubilação do professor ocupante. No mesmo relatório, o professor Trajano Pires de Hollanda Cavalcante da cidade de Pombal foi designado a ocupar a mesma Cadeira no Lyceu⁷². No Relatório de 1881⁷³, já não existia mais nenhuma menção às aulas de Latim no interior. O único local de ensino secundário dessa cadeira passou a ser o Lyceu Parahybano.

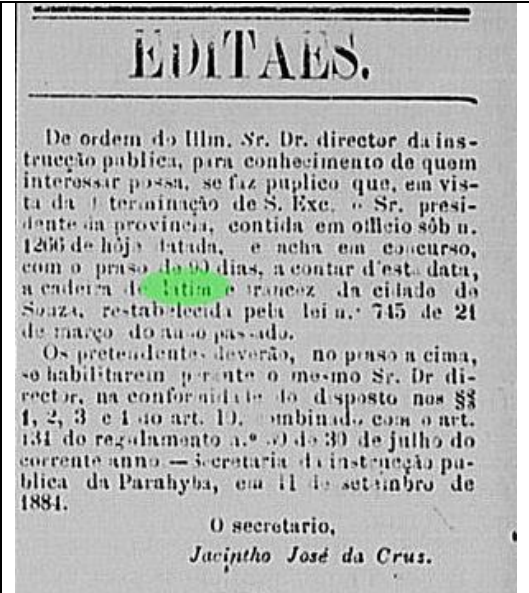
No jornal *O Liberal Parahybano*, algumas publicações complementam as contradições políticas existentes sobre a extinção das cadeiras de Latim no interior da Paraíba, pois foram tomadas medidas isoladas em benefício dos professores. É necessário, no entanto, considerar a influência política em proveito dos professores latinistas. Durante o período em que estiveram sem trabalhar por conta das cadeiras extintas, os professores continuaram a receber os seus proventos, mesmo que tal direito não fosse garantido pela Lei nº 398. A partir do período em que os professores latinistas assumiram as funções de adjuntos do Lyceu, passaram a receber a

⁷² O professor Trajano Cavalcante permanece como professor adjunto da cadeira de Latim no Lyceu Parahybano até a sua jubilação em 22 de abril de 1891 (*O Estado da Parahyba*, 22 abr. 1891, p. 1). Com a sua saída, a cadeira é extinta, sob a orientação do Diretor de Instrução Pública, ficando o ensino a cargo do professor titular (*O Estado da Parahyba*, 07 maio. 1891, p. 1).

⁷³ Alguns Relatórios não foram encontrados, incluindo os dos anos entre 1878, 1879 e 1880.

mesma renda de quando eram professores do interior da província. Os seus vencimentos diferiam dos professores titulares da instituição de ensino. Essa diferença de rendimentos passa a ser emparelhada por meio da Lei nº 745, de 23 de março de 1883, no art. 4 do § 3º, que determina: “O professor adjunto da cadeira de Latim do Lyceu terá os mesmos vencimentos, que tem os outros lentes do Lyceu”. A mesma lei também restabelece a cadeira de Souza, por meio do art. 4, determinando que “a cadeira de Latim da cidade Souza, cujo professor ensinará também francez, e terá 800\$000 rs. de ordenado e 400\$000 de gratificação” (O Liberal Parahybano, 31 mar. 1883, p. 2). A Lei nº 745 autoriza um retorno temporário do ensino de Latim em Souza e apresenta uma nova configuração, pois o professor deveria também ensinar a língua francesa. O que é colocado como uma aula temporária logo toma caráter efetivo ao ser estabelecido concurso para professor de Latim e francês na cidade de Souza:

Quadro 3 – Edital para concurso de professor da cidade de Souza

<p>Assunto: Chamado para concurso de professor de Latim e Francês</p>	 <p>The image shows a historical document titled 'EDITAIS.' in large, bold letters. Below the title, the text is a formal notice in Portuguese, dated 1884. It details a public notice for a competition for a professor of Latin and French in the city of Souza. The notice mentions the order of the Illm. Sr. Dr. director of public instruction and the termination of S. Exc. o Sr. Presidente da provincia. It specifies a deadline of 90 days from the date of the notice (1266 de hoje datada). The notice also mentions the salary and gratification for the position. The text is signed by the secretary, Jacintho José da Crus.</p>
<p>De ordem do Illm. Sr. Dr. director da instrucção publica, para conhecimento de quem interessar possa, se faz publico que, em vista da terminação de S. Exc. o Sr. Presidente da provincia, contida em officio sôb n. 1266 de hoje datada, e acha em concurso, com o praso de 90 dias, a contar d'esta data, a cadeira de Latim e francez da cidade de Souza, restabelecida pela lei n. 745 de 21 de março do ano passado. Os pretendentes deverão, no praso a cima, e habilitarem perante o mesmo Sr. Dr director, na conformidade do desposto nos §§ 1, 2, 3 e 4 do art. 10. combinado com o art. 134 do regulamento [ilegível] de 30 de julho do corrente anno – Secretaria da instrucção publica da Parahyba, em 11 de setembro de 1884.</p> <p>O secretario, Jacintho José da Crus.</p>	

Fonte: O Liberal Parahybano, 06 out. 1884, p. 4.

As aulas avulsas do Ensino Secundário retornam para o interior da província, ofertando-se não só a disciplina de Latim mas também a Língua Francesa. Esse retorno das cadeiras isoladas ao interior da Paraíba mostra os desmandos políticos que ocorriam na província, provocados pelos partidos Liberal e Conservador, os quais Pinheiro (2002, p. 34-35) define como “facções político-partidárias” que controlavam o “processo de organização e expansão escolar pública paraibana”. Outro aspecto conflituoso era a relação política entre o Executivo e o Legislativo – o conflito principal entre os dois poderes acontecia porque o Legislativo criava as cadeiras e o Executivo era responsável por extingui-las. Não havia, então, um consenso entre os dois poderes, pois “a criação e a extinção de cadeiras isoladas estavam sujeitas ao

mandonismo dos coronéis e à troca de favores nas diversas instancias do poder estatal, além de fazer parte do jogo de interesses políticos das facções que então se autodefiniam como conservadores ou liberais” (Pinheiro, 2002, p. 37, sic).

3.2 O ensino particular de Latim na Paraíba

Paralelamente ao Ensino Secundário público existia o ensino particular. Este era ofertado desde a colônia, como apresenta Mello (1956). O ensino privado era composto principalmente por aulas de Latim, e a sua presença supria a ausência do poder público e a limitação das Ordens religiosas. No período Imperial, os Relatórios apresentam o ensino privado como uma alternativa encontrada pelas famílias. É claro que se deve considerar que as famílias com maior poder aquisitivo poderiam buscar e pagar um ensino domiciliar. Esse ensino, em sua maioria, acontecia na casa do aluno, como aponta Mello (1956), ao falar dos professores transitando pelos engenhos da província; já no Império, é possível considerar, porém, as aulas nas casas dos professores e, no final desse período, em um espaço privado.

Ainda sobre o ensino particular, em 1854 os Relatórios do Presidente da Província e do Diretor de Instrução Pública começaram a exibir os números sobre os professores particulares na Paraíba. Nesse mesmo ano, os referidos Relatórios apresentam dois professores ofertando o ensino de Latim na Capital e mais dois no interior. O que diferencia inicialmente as aulas da Capital das do interior são as disciplinas associadas pelos docentes, como é possível conferir mais à frente no Quadro 4: o professor Toledo, de Mamanguape, além de oferecer o Latim, também ensinava as Primeiras Letras; já o padre Rolim, de Cajazeiras, ofertava Latim, Francez e Philosophia, mas logo essa diferença já não existia, pois os professores da capital também passaram a ensinar outras disciplinas.

O comprometimento dos professores particulares na capital era menor do que os do interior. Essas obrigações mais limitadas são justificadas no Relatório de 1875, quando o Presidente da Província, Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, chama a atenção sobre os professores do Lyceu: “Como sabeis, não pode continuar, ou antes deve ser proibido absolutamente o ensino particular dos professores do Lyceu”. O motivo dos professores do Lyceu se envolverem com o ensino privado é explicado logo adiante pelo Presidente: “Esta medida, porém, para ser justa, e não arrancar fundadas reclamações. Exige a elevação dos vencimentos dos professores á não menos de 2:000\$000rs, senão de 2:400\$000 reis annualmente” (Parahyba do Norte, 1875, p. 26). Para evitar prejuízos aos professores do Lyceu e garantir que estes não desobedecessem a tal proibição, manteve-se sua renda superior à dos

docentes do interior; além disso, foi promulgada a Lei nº 761, de 07 de dezembro de 1883, que determinava:

Art. 3º – Os professores ou lentes do ensino secundário não poderão, sob qualquer condição ou forma, dirigir ou fazer parte da direção de estabelecimento particular de instrução e lecionar particularmente qualquer das matérias que atualmente são ensinadas ou que para o futuro venham a ser no Liceu ou na escola normal (Parahyba do Norte, 2004, p. 57).

Apesar dos aumentos salariais, foi necessária a criação de uma lei que proibisse que os professores exercessem a docência no ensino privado, dado que, embora tivessem sido beneficiados com algum aumento, seus rendimentos ainda não lhes pareciam suficientes para sua manutenção, logo precisavam se desdobrar em outro setor para poder arcar com as suas despesas pessoais.

Dada a carência de fiscalizações no ensino privado na Paraíba, o Presidente, Bacharel João Antonio de Vasconcellos, manifestou a necessidade de criar o cargo de Diretor de Inspeção Pública (Parahyba do Norte, 1848). Só então, no ano seguinte, o relatório apresenta a lei n. 14 de 1848, cujo artigo 30 cria o referido cargo e as suas atribuições, entre elas a inspeção do ensino particular (Parahyba do Norte, 1849).

Assim, como as cadeiras públicas de Latim, que oscilavam no período Imperial, as cadeiras particulares seguiam o mesmo padrão, fechando e abrindo pela província. Os relatórios apresentam um pouco desses números oscilantes, e, como é possível observar no Quadro 4, as aulas de Latim sempre eram constantes na Capital, embora houvesse mudança entre os docentes:

Quadro 4 – O Ensino Privado de Latim

Ano	Local	Professor/ Collegio	Nº de Alunos	Aulas
1854	Capital	Thomaz A. Mindello	15	Latim
		Padre João R. Moura	15	Latim
	Pilar	Demétrio Toledo	17	Latim e Primeiras Letras
	Cajazeiras	Padre Ignácio S. Rolim	33	Latim, Francês e Filosofia.
1858	Capital	3 Cadeiras		
	Cajazeiras	1 Colégio	142	
1859	Capital	Antonio C. R. Moura	1	Latim
		João A. Marques	39	Latim, Francês, Inglês e Geometria
		Francisco A. da Silva	22	Latim, Francês e Inglês

	Cajazeiras	Padre José T. Albuquerque	95	Latim, Francês e Retórica.
1863	2 Cadeiras de Latim na Província		30	
1867	Capital	Thomaz A. Mindello	25	
		João L. Velloso	5	
		Adriano F. Neves	9	
	Cajazeiras	Padre Ignácio S. Rolim	19	
1868	3 Colégios na Capital		44	Latim e Francês
	Cajazeiras		19	
1869	2 Colégios Na Capital			
	Boqueirão			
	Cajazeiras	Dr. Miguel P. Vasconcelos	19	
1874	4 Aulas na Capital			
	Mamanguape			
1881	5 Colégios na Província		145	
1883	18 aulas pela Província		234	
1886	Capital	Collegio S. José	11	Latim e Francês
		Collegio S. Francisco	13	Diversas
		Collegio Parahybano	70	Todas as disciplinas
1888	Capital	Collegio S. José	11	
		Collegio 15 de Agosto	12	
		Collegio Parahybano	28	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Os relatórios investigados forneceram informações para compreender o movimento educacional da língua latina no século XIX, embora tenha havido lacunas em alguns recortes temporais desse período, pela falta de fontes. Por esse motivo, alguns anos não fizeram parte da análise comparativa no Quadro 4. Desse modo, faltou-nos a apreciação sobre o número de alunos que frequentavam cada tipo de aula, pois a maioria dos relatórios incluía o número total de estudantes do Ensino Secundário de cada vila ou cidade; porém, como o Latim ocupava uma posição de destaque, foram utilizados os dados sobre essa cadeira para complementar o Quadro 4 em destaque acima.

Outro fato que merece ser esclarecido é sobre os relatórios encontrados, os quais alteram a terminologia, ou seja, em alguns relatórios há a referência de determinada aula como Colégio ou Escola. Sobre as aulas em Cajazeiras, a partir de 1858, infere-se que, além do Padre Rolim,

havia um grupo de docentes ocupando o mesmo espaço para ministrar diferentes aulas, como acontecia no Lyceu. Esse aspecto passa a ser entendido a partir das análises dos anúncios que trazem maiores detalhes sobre essa configuração pedagógica da época. Um dos exemplos dessa situação é o do professor bacharel Miguel Peixoto Vasconcellos, que saiu de Cajazeiras para abrir um colégio na capital paraibana:

Figura 7 – Anúncio de Colégio particular

O bacharel Miguel Peixoto de Vasconcellos, autorizado pelo presidente da provincia, abriu um collegio nesta capital á rua de S. Francisco sobrado n. 2, onde recebe alumnos internos e externos para a educação primaria e secundaria do sexo masculino. A casa onde mora actualmente o annunciante, director deste collegio offerece muitas vantagens para um estabelecimento de tal natureza, não só pelos grandes commodos que tem, como mesmo pela sua optima localidade, e offerecer todas as condições hygienicas necessarias á saude dos alumnos.

O director terá a maior cautella possível na escolha de bons professores para ambos os grãos de ensino; estando já contractado para ensinar primeiras lettras e Inglez o Sr. Ricardo Rogers Junior, bem conhecido n'esta cidade. O director incumbir-se-ha do ensino de Latim e Francez; e, ao passo que o numero dos alumnos de Latim for augmentando, admitirá um outro professor para ajudal-o n'esta pesada tarefa.

O preço das mensalidades dos alumnos internos e externos, será modico o mais possível. As pessoas, pois, que quizerem botar seus filhos neste collegio, poderão dirigir-se ao sobrado ácima indicado a tratar com o director do mesmo.

Parahyba 29 de maio de 1868.

Fonte: O Publicador, 2 jun. 1868, p. 4.

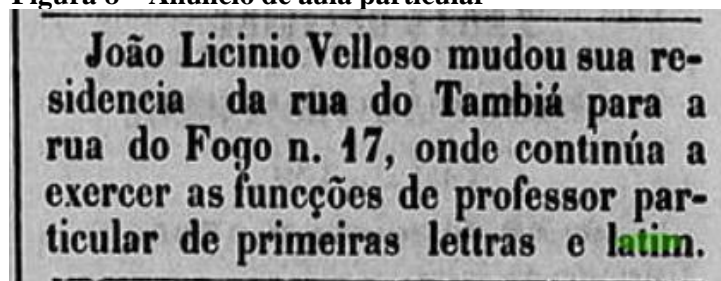
Neste anúncio divulgado no jornal *O Publicador*, apresenta-se a organização do colégio do então Diretor Dr. Miguel Vasconcellos, que deixa entendido que o colégio funcionará apenas com dois professores para ensinar: as Primeiras Letras, Inglês, Francês e Latim. Dessa forma, entende-se que, mesmo sendo denominado de colégio, não se precisava ensinar todas as disciplinas do Ensino Secundário. Outro ponto importante a destacar é a utilização do local como moradia, pelos docentes; neste caso, como o colégio funcionava como internato, então mais do que normal o professor utilizar-se de suas instalações como residência. Quando,

entretanto, aulas particulares eram ministradas por apenas um professor, era comum este ofertar os seus serviços em sua própria residência.

Os professores particulares ocupavam os espaços na seção de anúncios, nos jornais, para divulgar as disciplinas que lecionavam e o local de estudo. Além de utilizarem esse espaço para “ofertarem os seus serviços”, também o usavam para “comunicarem algo relevante atrelado ao exercício de sua profissão” (Araújo; Sena, 2017, p. 99).

Não se pode ignorar que o “gênero discursivo *anúncio* nos jornais do Império revelou variadas formas de se apresentar, no sentido de informar, interpretar e transmitir algo, modificando a sua forma e conteúdo ao longo do tempo, ainda, mostrando-se como um gênero híbrido, sob a forma de avisos ou editais” (Araújo; Sena, 2017, p. 101, grifo nosso). Ou seja, este gênero não se limitava à aquisição de serviços e produtos mas também à comunicação, como é possível observar nos periódicos oitocentistas da Paraíba, que eram utilizados pelos professores particulares para, além de divulgar seu trabalho, atraindo a atenção dos alunos secundaristas, também comunicarem mudança de endereço, como é possível conferir na Figura 8. Como uma forma de poupar custos, era habitual utilizar o mesmo espaço de domicílio para prestar os seus serviços de docente:

Figura 8 – Anúncio de aula particular



Fonte: O Publicador, 28 ago. 1865, p. 4.

Um fato também bastante corriqueiro era agregar outras disciplinas, geralmente outros idiomas, com o ensino de Latim. Assim, fazendo parte do corpo docente particular da capital, o professor João Velloso foi introduzido no Relatório de 1867 com um número pequeno de alunos em comparação aos outros colegas de profissão (Quadro 4).

Dado que os professores do ensino privado não conseguiam se manter, tendo que acrescentar outras fontes de renda ou encerrar as aulas, é possível notar, pelo Quadro 4, a variação de professores que abriam e fechavam suas atividades em um curto espaço de tempo. Essa instabilidade levava os professores a buscarem outras alternativas e a se integrarem ao ensino público, numa tentativa de melhorarem a própria renda. A situação do professor João Velloso encaixa-se nestes vestígios de vida docente no século XIX, pois havia iniciado a sua

carreira no ensino privado, mas com rendimento insuficiente para o sustento da família, prestou concurso para professor público para o interior da província. Conseguiu logo depois a remoção para a capital, assumindo a 2ª cadeira de Primeiras Letras na capital paraibana (Parahyba do Norte, 1871), mas sem deixar o seu vínculo com o ensino particular, como mostra o recorte abaixo (Figura 9) reproduzido da seção oficial do jornal o *Liberal Parahybano*:

Figura 09 – Informe sobre autorização de ensino particular

—Ao Sr. Dr. director da instrucção publica.—Informe Vmc. se o professor publico primario desta capital João Licinio Velloso ensina particularmente com declaração, no caso afirmativo, das respectivas materias.

Fonte: O Liberal Parahybano, 9 jun. 1883, p. 2.

Sob essa perspectiva, a integração entre os dois segmentos de ensino era uma necessidade de sobrevivência para muitos docentes e também revelava a rotina de oferta de serviço nos dois formatos de ensino. Essa análise historiográfica da disciplina de Latim possibilita compreender a integração da “cultura escolar para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral e a sociedade” (Bittencourt, 2003, 26). Como a adoção de conteúdos e métodos não podem ser entendidos separadamente, é possível considerar a utilização de livros escolares para ministração das aulas, os quais poderiam auxiliá-los na administração das disciplinas, uma vez que era costume o mesmo professor particular assumir mais de uma disciplina e, dessa forma, ter um apoio no conhecimento. Havemos de considerar que os livros escolares já estavam em circulação desde o período colonial e a sua oferta começou a aumentar na segunda metade do século XIX, como será demonstrado na próxima seção.

4 A CIRCULAÇÃO DO LIVRO “MANUAL DO ESTUDANTE DE LATIM”

4.1 A circulação de livros de Latim no Brasil oitocentista

No século XIX, a liberação de impressos e seus maquinários fez com que os livros ocupassem um novo nível. Isso foi ocasionado pela fuga da Família Real para o Brasil provocada pela invasão das tropas de Napoleão em Portugal. Conforme Mindlin (2010, p. 19), essa fuga de Portugal e chegada da Corte ao Brasil alavancou a progressão no cenário político e cultural de forma mais rápida, por conta de dois fatores importantes: abertura dos portos e a instalação da Imprensa Régia. O primeiro ato trouxe um efeito imediato, com a circulação de mercadoria, podendo-se considerar a entrada de mais obras e de pessoas; quanto à segunda, o andamento foi mais lento, pois a Imprensa Régia preocupava-se, inicialmente, com “a publicação dos atos oficiais, mas em curto espaço de tempo passou a publicar obras que abrangeram quase todos os campos do conhecimento” (Mindlin, 2010, p. 19).

Entre as obras produzidas pela Imprensa Régia, estavam os livros escolares a serem confeccionados e comercializados pelo governo, pois havia pouca demanda e quase nenhum interesse por parte das tipografias (Santos, 2017). Segundo Chartier (1998b), para uma obra ser reproduzida com sucesso, ela deve ter uma inevitabilidade que atraia o apoio do Estado ou uma necessidade de mercado que atraia o interesse dos livreiros-editores. Dado o contexto socioeconômico do período, é possível considerar que essa procura por livros escolares só era realizada por um pequeno grupo de pessoas, na sua maioria brancos e do sexo masculino, que vinham de famílias abastadas, pois a maioria da população era composta por escravos, libertos e pobres, a maioria analfabeta.

A transição da exclusividade das publicações estatais, por intermédio da Imprensa Régia, para as editoras particulares, deu-se com maior intensidade na metade do século XIX, tornando o livro uma mercadoria, o qual passou a ser objeto de escolha por parte de editoras, que se relacionavam diretamente com o governo para selecionar a obra para ser utilizada em instituições públicas de ensino. Algumas das editoras que se destacaram foram: Laemmert, Garnier e Nicolau Alves, com destaque a Editora de Francisco Alves⁷⁴, que produziu livros

⁷⁴ “Francisco Alves é o último grande editor do século XIX brasileiro. Tal como os predecessores Garnier, Laemmert (fundada por Eduardo (1806-1880) e Henrique (1812-1884) Laemmert, originários da Alemanha) e Lombaerts, não nasceu no Brasil, para onde emigrou em 1863. Regressou a Portugal, mas retornou em 1876, a convite do tio, Nicolau Antônio Alves (1827-1902), proprietário da Livraria Clássica, fundada em 1854. Assumiu a direção dessa empresa por volta de 1882, mas a partir da década de 1890 dedicou-se ao ramo industrial, voltando-se particularmente para o segmento escolar, em expansão no período” (Lajolo; Zilberman, 2015, p. 86, sic).

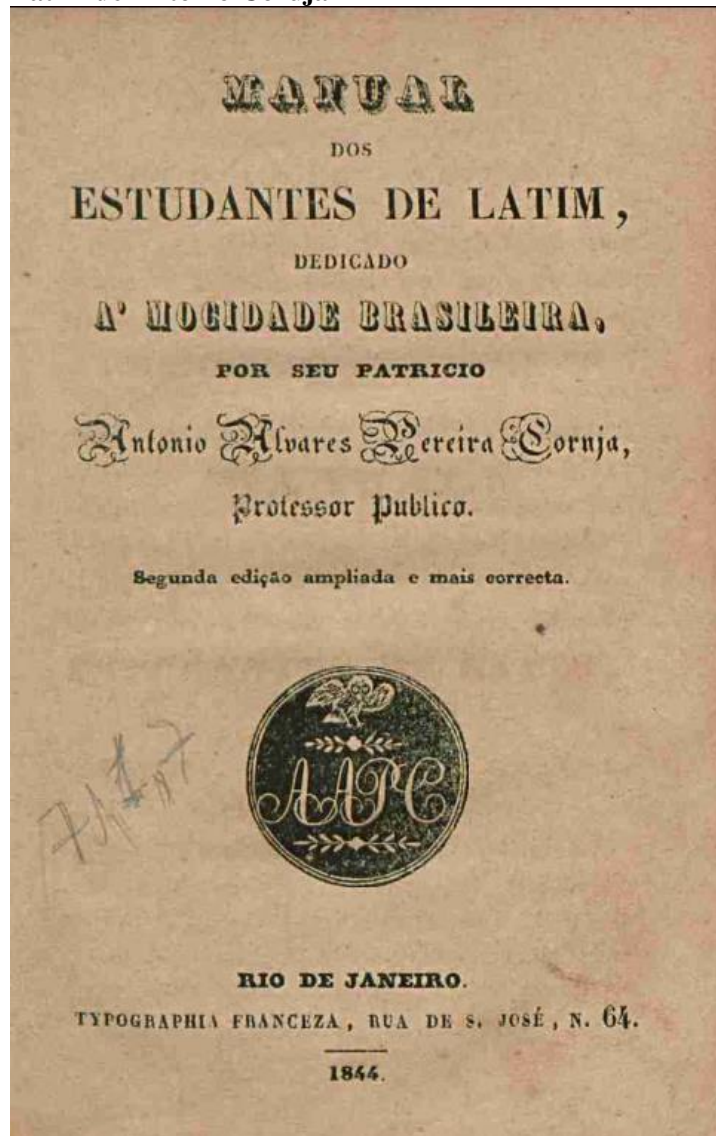
escolares de uma grande geração, como Coelho Neto (1864-1934), Alberto de Oliveira (1857-1937), José Veríssimo (1857-1916), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Olavo Bilac (1865-1918). Com a expansão desse mercado, o investimento passou a significar “retorno garantido para autores e editores, os primeiros não se furtaram a participar do empreendimento, de que resultaram por muitas décadas os *best-sellers*” (Lajolo; Zilberman, 2015, p. 87).

As editoras tinham, contudo, as suas especificidades e critérios para selecionar as obras, “envolvendo a posição do autor e da obra na sociedade” (Araújo, 2022, p. 74). Além de editoras renomadas, também havia aquelas mais modestas, que ofereciam oportunidades para autores menos reconhecidos; também havia a possibilidade de o autor custear a impressão da própria obra, assim como a venda para o governo ou para o público em geral (Araújo, 2022; Lajolo; Zilberman, 2015). Enquanto os escritores estavam submetidos às regras do mercado, sem uma lei que protegesse os escritores, havia acusações por parte dos autores em terem os seus trabalhos sendo aproveitados com grandes vantagens, uma vez que, em alguns casos, na comercialização de uma obra, em 25% das vendas as editoras recuperavam a remuneração paga ao autor (Lajolo; Zilberman, 2015). Dado que a produção de livros requeria um investimento elevado e, conseqüentemente, um produto final de alto custo, mostrando ser vantajoso a produção para ambas as partes (Sena; Mello, 2020), a seleção de textos por autores já consagrados no mercado era uma estratégia das produtoras para evitar perdas. Sendo assim, para o estudante adquirir os exemplares durante o período escolar, era necessário ter boas condições financeiras.

Foi por meio dos espaços de publicidade nos periódicos que foi possível encontrar os livros escolares de Latim. Uma das obras que circulou nos jornais do século XIX foi o *Manual dos Estudantes de Latim* (Figura, 10), de Antonio Alvares Pereira Coruja⁷⁵, um título similar ao da obra de Joaquim da Silva o *Manual do Estudante de Latim*. Essa similaridade não se resume apenas ao título, estendia-se ao fato de ambos os livros terem sido confeccionados por professores latinistas no período Imperial.

⁷⁵ Antonio Alves Pereira nasceu em Porto Alegre (1806) onde viveu até 1836, quando se mudou para o Rio de Janeiro, morrendo em 1889. Ainda jovem, adotou a alcunha Coruja como seu último nome. Foi professor de escola pública, professor particular, professor de gramática latina, deputado pela Assembleia da província, maçom, redator de jornal, fundador do Colégio Minerva (RJ), autor de livros, pesquisador histórico, organizador de associações civis, membro do IHGP. Ainda jovem, conheceu o padre Tomé Luiz de Souza, com quem aprendeu Latim (Bastos, 2006).

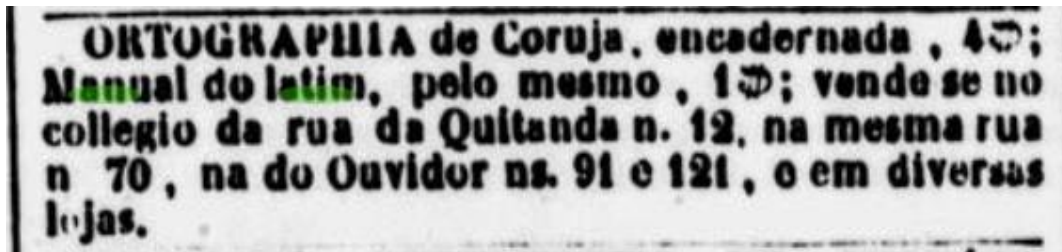
Figura 10 – Folha de rosto: Manual dos Estudantes de Latim de Antonio Coruja



Fonte: Coruja, 1844.

A obra latina de Antonio Coruja teve uma ampla divulgação, sendo encontrado seu primeiro anúncio no *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro em 1849 (Figura, 11), custando 1 réis, juntamente com outra produção, o Manual de Orthographia, indicando que já estava construindo a sua carreira como autor de livros escolares. A primeira edição do *Manual dos Estudantes de Latim* foi produzida em 1838, na Corte Imperial.

Figura 11 – Anúncio do Manual de Latim de Antonio Coruja



Fonte: Jornal do Commercio, 20 out. 1849, p. 4.

A divulgação do Manual de Latim de Antonio Coruja não se limitou ao ponto de distribuição do Rio de Janeiro, sendo ampliada para outras províncias a partir da década de 1880. Antes de atravessarem os limites da Corte, os anúncios percorreram, por duas décadas, o *Jornal do Commercio* (1860-1870). Apesar do longo intervalo de tempo decorrido, os anúncios do professor Coruja permaneceram praticamente inalterados em sua estrutura, mas evidenciando um volume significativo de obras produzidas pelo autor, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 – Anúncio das obras de Antonio Coruja

<p>Assunto: Anúncios de livros escolares</p> <p>OBRAS DIDACTICAS DE A. A. P. CORUJA.</p> <p>Colleção de 8 grandes exemplares de primeiras leituras, desde A B C até carta de nomes, proprios para quadros, 320 rs. a colleção.</p> <p>Pautas de bastardo, bastardinho e cursivo com linhas de inclinação, 80 rs.</p> <p>Arithmetica para meninos, 320 rs.</p> <p>Manual da orthographia (obra pequena), 320 rs.</p> <p>Compendio da grammatica da lingua nacional, 1\$.</p> <p>Dito da grammatica latina, com aditamento e notas, 1\$.</p> <p>Manual dos estudantes de Latim, 1\$.</p> <p>Lições de história do Brazil, 2\$.</p> <p>Compendio da orthographia (obra grande), 1\$.</p> <p>Vendem-se na rua da Quitanda ns. 70 e 121, e mais lojas do costume, e em porções com abatimento, em casa do autor, rua da Assembléa n. 88.</p>	<p>OBRAS DIDACTICAS</p> <p>DE</p> <p>A. A. P. CORUJA.</p> <p>Colleção de 8 grandes exemplares de primeiras leituras, desde A B C até carta de nomes, proprios para quadros, 320 rs. a colleção.</p> <p>Faixas de bastardo, bastardinho e cursivo, com linhas de inclinação, 80 rs.</p> <p>Arithmetica para meninos, 320 rs.</p> <p>Manual da orthographia (obra pequena), 320 rs.</p> <p>Compendio da grammatica da lingua nacional, 1\$.</p> <p>Dito da grammatica latina, com aditamentos e notas, 1\$.</p> <p>Manual dos estudantes de latim, 1\$.</p> <p>Lições de historia do Brazil, 2\$.</p> <p>Compendio da orthographia (obra grande), 1\$.</p> <p>Vendem-se na rua da Quitanda ns. 70 e 121, e mais lojas do costume, e em porções com abatimento, e em casa do autor, rua da Assembléa n. 88.</p>
---	--

Fonte: Jornal do Commercio, 28 dez. 1862, p. 3.

Por meio do anúncio divulgado no Quadro 5, é possível notar que Antônio Coruja publicou um considerável número de obras, relacionadas ao ensino de Latim. Isso pode estar ligado à sua formação como professor latinista, que incluía, além dos compêndios de Gramática Latina, textos da Literatura Clássica. Por isso, era comum que os professores de Latim possuíssem conhecimentos em Aritmética, Português e História da antiguidade. No que diz respeito à História, Coruja chegou a escrever um livro escolar de História do Brasil,

possivelmente uma inspiração das possíveis leituras da Literatura Clássica mas também uma oportunidade de um mercado em expansão.

Os anúncios de Coruja não se limitaram ao Rio de Janeiro, pois foram divulgados em várias regiões do Império (Quadro 6). Com a experiência de professor, político, historiador e escritor, produziu diversas obras, entre elas muitos livros escolares (Dias, 2019; Bastos, 2006). Com vasto número de livros escolares escrito, utilizou os anúncios dos jornais para divulgar suas obras, incluindo o seu Manual de Latim. Por meio de descritores, “manual de latim” e “manual de estudante”, na Hemeroteca Digital, foi possível encontrar os anúncios nos periódicos, como *Jornal do Commercio*, *Dezenove de Dezembro*, *Pharol*, *A Provincia do Espirito-Santo*, *O Espirito-Santense* e *O Horizonte* – esses anúncios eram repetidos e intercalados, divulgando seus títulos, valor e local onde as obras poderiam ser encontradas.

Quadro 6 – Anúncios de Antonio Coruja

Ano	Periódicos	Nº de Edições	Províncias
1849	Jornal do Commercio	1	Rio de Janeiro
1862-1879	Jornal do Commercio	8	Rio de Janeiro
1881-1885	Dezenove de Dezembro	33	Paraná
1882-1884	Pharol	23	Minas Gerais
1882-1883	A Provincia do Espirito-Santo: Jornal consagrado aos interesses provinciaes, filiado à escola liberal	4	Espirito Santos
1881	O Espirito-Santense	1	Espirito Santos
1883	O Horizonte	1	Espirito Santos
1886	Jornal do Comercio	1	Santa Catarina

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Em todos esses anúncios divulgados por Antonio Coruja, se encontra a coleção o *Manual dos Estudantes de Latim*⁷⁶ (1838), dedicado à mocidade brasileira. A relevância desse livro escolar levou à produção de algumas edições (1838, 1844, 1849 e 1866), possivelmente por haver uma boa procura pela obra. Já que o espaço de tempo é curto entre as edições produzidas, somos levados a crer que poderia haver uma necessidade de novas publicações. Na segunda edição de 1844, anuncia na folha de rosto que se trata da “segunda edição ampliada e mais correcta” (Figura 10). Essa melhoria na edição também pode ser indícios de uma forma de promover o produto.

O Manual de Latim de Coruja também foi adotado pelo Colégio Pedro II nos anos de 1856 e 1858. Outra instituição de ensino que também utilizou o seu livro foi o Liceu do Rio

⁷⁶ As outras obras didáticas foram: Compêndio de Gramática da Língua Nacional (1835), Compêndio de Ortografia da Língua Nacional (1848), Manual de Ortografia da Língua Nacional (1850), Exercícios para meninos (1850), Aritmética para meninos (1852), Lições de História do Brasil (1855), Compêndio de Gramática Latina do Pe. A. Figueiredo (1852), Catecismo histórico-geográfico riograndense (1886).

Grande do Sul, em 1859 (Bastos, 2006). É pertinente salientar que, durante o período Imperial, o Governo incentivou a produção de obras que pudessem ser utilizadas nas instituições educacionais, por meio de premiações. Se o autor fosse de grande relevância, as editoras negociavam diretamente com o Governo (Araújo, 2022). Em outras situações, o autor podia custear a própria obra e negociar diretamente com o Governo, dado que Coruja deixou escrito na última página do seu livro: “Ponho este Manual debaixo da protecção das Leis, que garantem a propriedade aos Editores. Antonio Alvares Pereira Coruja” (Coruja, 1844, p. 83).

É possível considerar que o autor era de grande relevância para as editoras do século XIX, já que a obra latina de Coruja foi custeada por elas, que foram responsáveis pela produção, circulação e, possivelmente, divulgação nos jornais. O autor, entretanto, deixava de ser proprietário da própria obra, ao se sujeitar às editoras.

É de suma importância notar, entretanto, que Coruja menciona uma Lei de proteção ao produto. Até este período, existia apenas um artigo no Código Criminal de 1830 que garantia ao proprietário alguma proteção. Assim, era proibido, conforme se lê no Art. 261: “Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros” (Brasil, 1830). Apesar de ser um artigo que criminalize a reprodução de uma obra, não protege os direitos autorais como um todo, pois deixa margens para diversos usos da obra, como o direito sobre herança, e, conseqüentemente, uma pena bastante branda, uma vez que não considera a reprodução como um crime de furto. A punição prevista no Art. 261 consistia apenas em “todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros” ou pagamento de uma multa (Brasil, 1830). A lei específica só vem surgir no regime republicano em 1898 e só foi implantada nas primeiras décadas do século XX (Lajolo; Zilberman, 2015).

Sobre a similaridade que compõe o título da obra observada anteriormente de Antonio Coruja e a de Joaquim da Silva, fica o questionamento: será que em algum momento Antonio Coruja e Joaquim da Silva chegaram a conhecer a semelhança da intitulação de seus correspondentes Manuais de Latim? Para responder a este questionamento, é crucial esclarecer que a possibilidade de copiar uma obra era uma prática comum entre livreiros e autores da época (Torresini, 2010), uma vez que não havia fiscalização e a legislação vigente (art. 261, da Lei de 16 de dezembro de 1830, do Código Criminal) deixava muitas margens para a produção de livros no Brasil. Com isso, era comum que tipografias reproduzirem cópias de livros completos e autores usarem partes de outras obras em seus livros.

Durante esta pesquisa não foi encontrado nenhum dos típicos anúncios de Antonio Coruja ou do seu manual latinista circulando na Paraíba. Houve, no entanto, divulgação de outra obra por um livreiro da província: “Na botica de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha, rua das Convertidas n. 70 em sua pequena estante de livros, tem as grammaticas portuguezas do Coruja a 1,400 rs.” (O Publicador, 7 set. 1856, p. 2). Por não conter o título da obra, mas apenas o tipo de livro e, em seguida, o nome do autor, percebe-se que Coruja já era conhecido no meio educacional. Outro anúncio de um livreiro independente promovendo os seus livros “1 Manual dos Estudantes de Latim” e “1 Compendio da grammatica da lingua nacional, por Curuja” (Jornal do Pará, 23 jan. 1870, p. 3), nos permite inferir que o nome “Coruja” era essencial para a divulgação dos livros escolares, mesmo em regiões distantes da Corte, como na província do Pará. Com essas informações, é possível julgar que as obras de Coruja eram amplamente distribuídas por ele e por livreiros, podendo considerar que o anúncio encontrado no jornal *O Publicador* (1856) faz referência à sua Gramática.

Assim, o fato de os anúncios de Antonio Coruja e a sua obra latina não terem sido encontrados na província paraibana desde o período Imperial não afasta a possibilidade de que seu livro circulou na região em algum momento. Em contrapartida, a obra de Joaquim da Silva só ganhou importância fora da província apenas no início do século XX, quando os periódicos começaram a publicar o seu *Manual do Estudante de Latim*. Embora a importância do livro de Joaquim da Silva fora da província paraibana só tenha ganhado relevância no começo do século XX, ao passo que Antonio Coruja conseguiu lançar os seus livros escolares por meio de anúncios nas regiões mais distantes, a possibilidade de ele ter conhecido Manual de Joaquim da Silva é bem pequena.

A inspiração para a produção do Manual de Joaquim da Silva foram as obras em latim de Antonio Rodrigues Dantas e do Padre Antonio Pereira, as quais começaram a circular na segunda metade do século XVIII. Já Antonio Coruja, no prólogo da obra latinista, não faz referência a nenhuma obra utilizada em seu Manual, mas, por meio de um anúncio, mostrou o seu vínculo com a *Syntaxe de Dantas* em uma publicação de seu último ano em Porto Alegre (1836). Neste anúncio divulga a sua Gramática de Língua Portuguesa e outros livros escolares que estavam sendo vendidos em sua botica (O Mensageiro, 8 jan. 1836).

Dado que as obras do século XVIII tinham grande circulação, é possível supor que, em algum momento, Antônio Coruja tenha usado alguma delas para a elaboração de seu Manual, já que o conteúdo do seu livro escolar foi dividido em quatro partes acompanhando as seguintes nomenclaturas: “Etymologia, Syntaxe, Prosodia, e Orthographia” (Coruja, 1844, p. 7), mostrando que seguia a mesma terminologia das demais gramáticas. Ademais, de modo geral,

a estrutura organizacional do texto é composta por um texto fragmentado, com definições rápidas de conceitos e, às vezes, alguns exemplos. Além disso, não faz uso de sumário e utilizou poucas notas de rodapé, o que resultou em uma gramática latina de 83 páginas, sendo possível identificar o prólogo, o proêmio e o conteúdo. De antemão, é possível presumir que houve uma coincidência no título dos manuais latinistas – seria necessária uma análise comparativa para identificar as similaridades entre as obras, o que pode ser uma proposta para futuras pesquisas, uma vez que desta feita tal investigação não se encaixa nos objetivos desta dissertação.

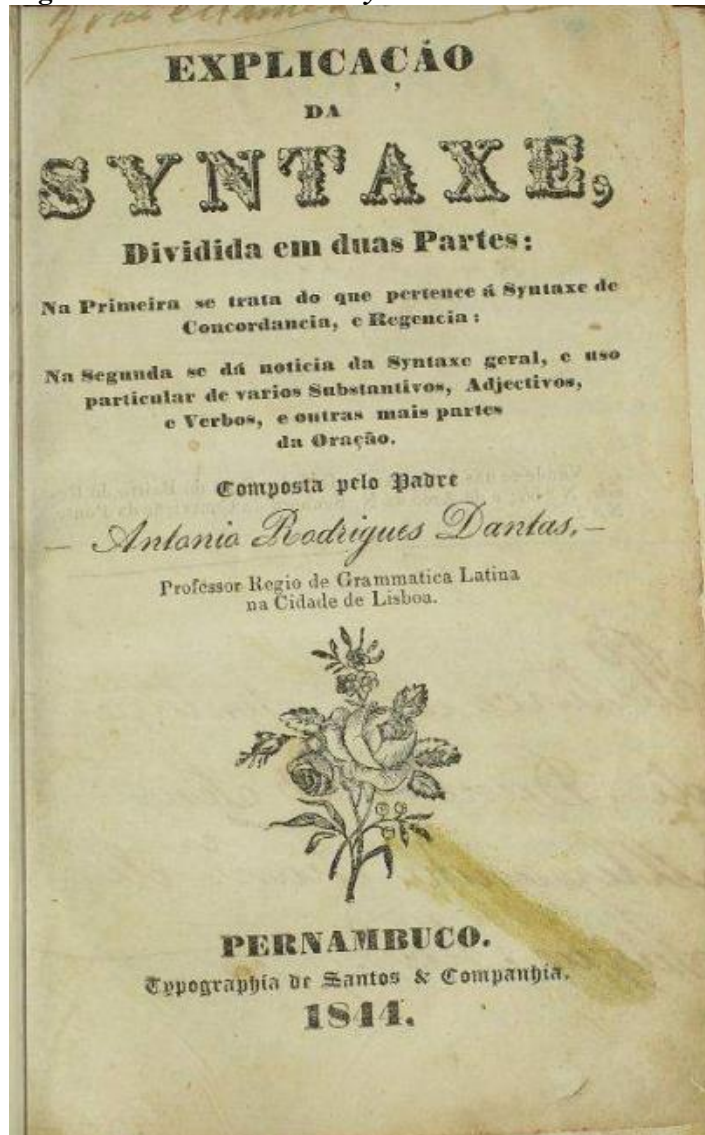
As nomenclaturas que estão presentes nas gramáticas latinas também são consideradas nos estudos das línguas modernas, uma vez que toda a sua terminologia é derivada dessa língua. Atualmente, esse conhecimento é preservado nas escolas por meio dessas nomenclaturas (etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia), estudadas também na língua portuguesa (Funari, 2021).

Outra gramática latina que foi divulgada em periódicos oitocentistas e que esteve presente nos estudos de Latim é a *Syntaxe de Dantas*, que foi amplamente divulgada nos jornais. A obra de Antonio Rodrigues Dantas⁷⁷, intitulada *Explicação da syntaxe latina*, foi publicada pela primeira vez em Lisboa, em 1773. Em seguida, a obra foi publicada em outras edições: “em 1781 já se publicava terceira edição d'elle. E ainda no seculo presente [XIX], em 1816, veio á luz uma edição e outra em 1844 sendo todas em Lisboa” (Blake, 1883, p. 303). As edições publicadas não se limitaram a Portugal. Com a liberação da prensa no século XIX, obras passaram a serem publicadas no Brasil, incluindo a obra *Syntaxe de Dantas*, cujas edições foram publicadas em Pernambuco (Figura 12). Ao longo de três séculos, desta obra foram publicadas quinze edições⁷⁸ – Lisboa (12), Pernambuco (1) e Rio de Janeiro (2) –, sendo as últimas edições do início do século XX. Com isso, a gramática de Dantas serviu como base para outras produções, tendo seu ápice no século XIX.

⁷⁷ “Natural da cidade de Marianna, província de Minas Geraes, onde deve ter nascido antes do meiado do século passado, era presbytero secular e muito versado na lingua latina, de que foi professor régio em Lisbôa” (Blake, 1883, p. 303). Além disso, é autor de outra obra, intitulada *Arte Latina*, que teve edições posteriores (Blake, 1883).

⁷⁸ <https://www.ghc.usp.br/server/Lusodat/pri/02/pri02278.htm>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Figura 12 – Folha de rosto *Syntaxe de Dantas*



Fonte: Dantas, 1844.

Os jornais oitocentistas revelam a popularidade da *Syntaxe de Dantas* durante o período Imperial, sendo possível encontrá-lo em diversos jornais da província – Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pernambuco, Espirito Santo, Ceará –, além de outras obras latinas. É importante ter em mente que o ensino educacional estava se expandindo e os livros escolares começaram a ganhar espaço entre as outras obras, pois, além de serem necessários para a cultura escolar, também eram uma forma de uniformizar o ensino.

Na Paraíba, alguns anúncios da gramática de Dantas foram encontrados na segunda metade do século XIX, mas, possivelmente, esta gramática já estava circulando há mais tempo, pois aparece no prólogo do Manual de Joaquim da Silva, servindo de referência para a criação da obra. Dessa forma, percebe-se que a relevância da *Syntaxe de Dantas* na província paraibana

estava em consonância com outras regiões, o que a tornava importante para o estudo latinista no século XIX.

É importante salientar que não trouxemos todos os livros escolares de Latim que circularam no período dos oitocentos, mas apenas aqueles que poderiam estar relacionados ao objetivo desta pesquisa. Com isso, prosseguiremos, com a investigação sobre o *Manual do Estudante de Latim* de Joaquim da Silva. O próximo tópico será dedicado à produção e circulação dessa obra.

4.2 A produção e a circulação do *Manual do Estudante de Latim* de Joaquim da Silva

Até a primeira metade do século XIX, a quantidade de locais de venda ou de leitura na Paraíba era bem pequena. Esse cenário começa a mudar na segunda metade do século quando livrarias e bibliotecas públicas passam a ser abertas – um reflexo do que vinha acontecendo em outras províncias. O próprio conceito de “livraria” no período só vem agregar uma definição mais moderna – como conhecemos hoje – na segunda metade do século XIX, pois, até aquele momento, “poderia significar conjunto de livros” como também “local de venda de livros” (Peixoto; Cury, 2013, p. 7).

Alguns desses locais de venda utilizaram os periódicos para anunciar as suas obras na Paraíba, tais como: *srs. Miranda & Vasconcellos* (1858); *Botica Imperial* (1861); *Livraria Economica* (1879); *BazarParahybano* (1884); *Typographia* (1885); *Loja do Pelicano* (1886); *Livraria Arantes* (1889). Esses locais, entretanto, poderiam ser considerados como um local “destinado à venda de monografias, [...] como, também, um local de acervo para trabalhos acadêmicos”, pois também tinha a finalidade de distribuição de obras (Peixoto; Cury, 2013, p. 7). Assim, era comum encontrar títulos recém-lançados e publicações antigas nos anúncios dos jornais, devido à força de circulação destes periódicos, estabelecendo uma aproximação com o leitor (Barboza, 2015; Sena; Mello, 2020).

Para mais, os livreiros portugueses e franceses, desde o período colonial, comercializavam obras trazidas da Europa. Esses comerciantes também eram os responsáveis por trazer para o novo mercado os compêndios que eram editados na França, sobretudo os de Latim, e as gramáticas em vernáculo que eram feitas em Portugal. Ao Brasil restavam as edições feitas e trazidas por meio de editoras filiais da Europa (Ferronato, 2012). Um dos anúncios de Antonio Thomaz de Carneiro da Cunha, da *Botica Imperial*, mostra um pouco da importação de obras vindas da Europa quando anuncia a seguinte mensagem: “Na pequena estante de livros de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha além dos livros já anunciados, chegarão os seguintes

de Lisboa” (O Publicador, 10 out. 1864, p. 4). Por conseguinte, é possível considerar que muitas das obras latinas que chegaram à Paraíba eram produções europeias vindas da França e de Portugal, nos tornando herdeiros de uma cultura europeia renascentista e iluminista, indispensável para a formação humana com objetivo de civilizar por meio da leitura (Sena, 2017; Ramos, 2014).

Na Paraíba, a produção interna iniciou com a primeira tipografia instalada na rua Direita nº 62, a Nacional da Paraíba. A tipografia passou a funcionar com a vinda do inglês Walter S. Boardman, de Recife, contratado pelo Governo Provincial para assumir a *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*, órgão oficial. Com isso, em 13 de março de 1823, a Junta do Governo determinou que o equipamento tipográfico fosse trazido da Inglaterra. O pagamento do maquinário seria realizado pela Fazenda Pública. Logo depois, Francisco João de Azevedo foi nomeado como tipógrafo deste novo maquinário, tornando-se o primeiro tipógrafo paraibano, por meio do edital expedido no dia 7 de julho de 1823. Para assumir as suas funções precisou, no entanto, antes se instruir em Pernambuco na “arte de imprimir” (Martins, 1978; Barbosa, 2010).

Até a instalação do primeiro prelo na capital paraibana, os documentos oficiais do governo eram impressos na cidade de Recife. Após a implantação da primeira tipografia, outras surgiram, tornando as impressões mais acessíveis. Até meados do século XIX, a arte da tipografia, entretanto, ainda era um ofício incerto na Paraíba, o que se constata pelo fato de se observar um mesmo maquinário ser repassado a diversos proprietários ao longo dos anos. Além disso, as tipografias ficavam à disposição de quem as solicitasse, o que não se limitava à ideologia do proprietário.

A produção nas tipografias paraibanas não se limitava aos jornais, mas se estendia à produção de obras. Como afirma Barbosa (2010, p. 207), os “tipógrafos tinham um compromisso com a ‘ilustração’ dos leitores, tanto que raro era o jornal paraibano que não se dedicava também às variedades, à literatura e ao conhecimento, o que incluía a impressão e venda de livros didáticos e a publicação de livros da literatura local.” Isso confirma que o maquinário servia para a produção de encadernados. Surge, então, uma dúvida: Esse maquinário seria o suficiente para a produção do *Manual do Estudante de Latim*, de Joaquim da Silva? Na época em que este livro escolar foi publicado, existia, na capital paraibana, a primeira tipografia privada, a *Typographia J. R. da Costa*, de José Rodrigues da Costa, que havia chegado de Recife, após perceber as oportunidades de negócios na Paraíba, uma vez que, até então, nesta Província apenas existiam tipografias com maquinários simples e de baixa qualidade.

Ao se instalar na capital paraibana (1834), José Rodrigues da Costa passa a editar e a publicar inúmeros periódicos, além de divulgar livros que estavam sendo vendidos na tipografia, algo que, até então, só ocorria na Botica Imperial. Ademais, prestava serviços para o Governo da Província, publicando relatórios, leis e documentos oficiais (Martins, 1978; Barbosa, 2010). Assim, os primeiros livros de autores paraibanos foram publicados nesta tipografia, como: *Lições de Rhetorica: recopiladas dos originaes* (1849), de Manoel Caetano Vallozo, primeiro livro publicado na Província, com 156 páginas; *Vida e poezias* (1854), de Francisco Xavier Monteiro da Franca, primeiro livro de poesia editado e publicado, com 82 páginas; *Instruções sanitárias populares para o caso de Cólera Morbus* (1862), de Antonio da Cruz Cordeiro, com 12 páginas; *Mosaico: poesias traduzida* (1865), de Joaquim Maria Sobrinho Serra (Martins, 1978; Barbosa, 2010). É notório que, em meados do século XIX, já se iniciava a publicação de obras de autores paraibanos, todas elas no campo da literatura. Isso nos leva a outra questão: Será que os maquinários não eram suficientes para a edição e publicação dos livros escolares?

Apesar de existir uma tipografia que editava e publicava periódicos, documentos oficiais e livros, Joaquim da Silva optou por uma tipografia localizada na Bahia. Segundo Albuquerque (1977, p. 11), a obra desse latinista foi “editada na Bahia em 1855, por não haver na Paraíba, nem mesmo em Recife, oficinas aparelhadas para a sua composição”. Apesar de existir na Paraíba um equipamento que imprimia encadernados, não é possível responder se o maquinário de J. R. da Costa se modernizou desde a sua chegada à capital paraibana ou se permaneceu o mesmo desde 1834.

Enfim, como não se conhece o motivo exato pelo qual o autor escolheu Salvador, somos forçados a levantar algumas hipóteses. Uma delas é imaginar que a aparelhagem de J. R. da Costa não fosse suficientemente potente para editar e publicar um livro escolar com suas 318 páginas, ou seja, não fosse um maquinário tipográfico mais moderno. Também não se pode ignorar a possibilidade de o autor estar empenhado em aumentar a visibilidade do seu *Manual do Estudante de Latim* em uma província mais desenvolvida, uma vez que o mercado de livros escolares estava em franca expansão e a província da Bahia foi por quase 200 anos, considerada a primeira capital brasileira, sendo a província mais moderna na época (esse quadro mudou 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro, visto que se localizava mais próxima das Minas Gerais). Naquele período, antiga capital da colônia estava mais próxima da Corte Imperial, o que poderia tornar a viagem mais vantajosa. Além disso, a opção pela

província da Bahia pode também estar relacionada ao irmão mais novo, Manuel José da Silva⁷⁹, que se formou em 1862 na Faculdade de Farmácia na Bahia, o que, em algum momento, teria influenciado Joaquim da Silva a levar o seu manuscrito à capital baiana.

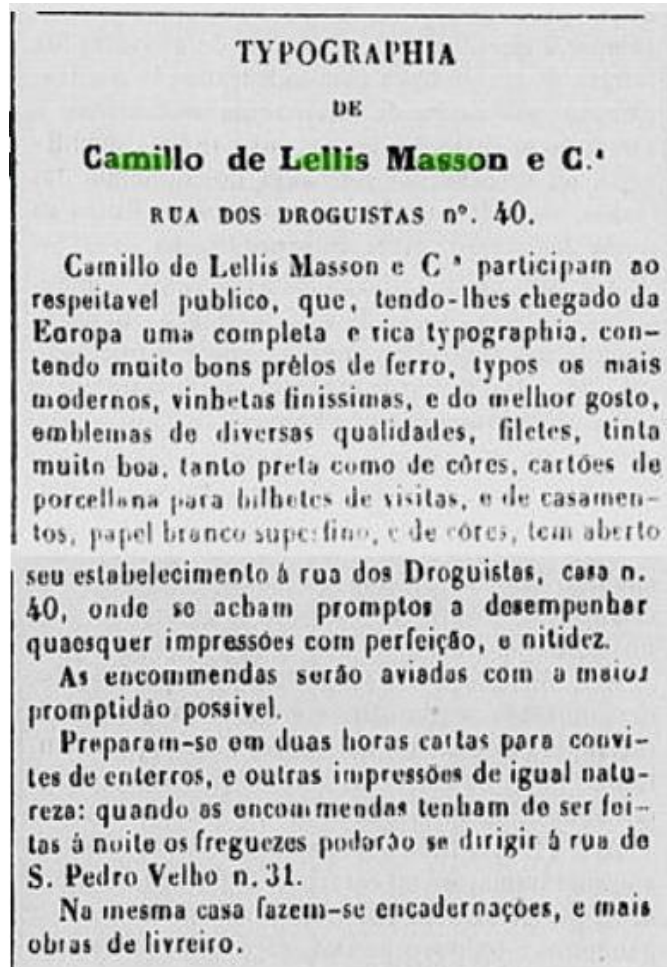
Assim, Joaquim da Silva escolheu a *Typographia Camillo de Lellis Masson*⁸⁰ & C, localizada no Lago de Santa Bárbara, n. 2, Salvador. Uma tipografia recém instalada, com obras que foram publicadas entre 1854 e 1870⁸¹, incluindo algumas publicações famosas, como a primeira edição de *Espumas flutuantes* (1870), de Castro Alves, e *Inspirações do claustro* (1855), de Junqueira Freire. A tipografia começou a funcionar em 1854, com um maquinário moderno trazido da Europa. Lellis Masson anunciou este novo equipamento nos jornais, exaltando todos os seus serviços de impressão, como é possível ler na Figura 13:

⁷⁹ Manuel José da Silva Júnior, após a morte do pai, adotou seu nome, Manuel José da Silva. Foi enviado para Salvador e estudou Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi neste ambiente que conheceu as ideias abolicionistas. Após concluir os estudos em 1862, retornou à sua cidade natal, onde se encontrou desempregado, prestando pequenos serviços. Além disso, participou de diversas atividades: foi diretor da Sociedade Emancipadora Areiense; Beneficente Areiense; diretor do jornal Verdade; também dirigiu o gabinete de leitura/biblioteca no sobrado da família; ajudou a organizar a Irmandade do Rosário; foi delegado da cidade e fiscal da Câmara Municipal (Queiroz, 2021).

⁸⁰ Pouco foi encontrado sobre a vida de Camillo de Lellis Masson, só que nasceu na cidade de Nazareth, província da Bahia. Já em Salvador abriu a sua tipografia (Blake, 1893).

⁸¹ Algumas das obras impressas pela tipografia de Camillo de Lellis Masson: *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, de Altino Rodrigues Pimenta e Camilo de Lellis Masson; *Apanhamento de decisões sobre questões de liberdade* (1867), de J. P. J. da Silva Carroatá; *Biografia do Bispo Conde Capelão-Mor* (1864), de Francisco Manuel Raposo de Almeida; *Carta pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo da Bahia, Dom Manoel Joaquim da Silveira, metropolitano e primaz do Brasil* (1862), de Manoel Joaquim da Silveira; *Classicos e românticos* (1855), de Francisco Moniz Barretto; *Echos da minh'alma* (1866), de Adélia Josefina de Castro Fonseca; *Frei Chagas* (1867), de Poeta Graxeiro; *Os cortesãos e a viagem do Imperador* (1860), de José Joaquim Landulfo da Rocha Medrado; *Diccionario da Lingua Geral dos Indios do Brasil* (1854), de João Joaquim da Silva Guimarães.

Figura 13 – Anúncio da Typographia Camillo de Lellis Masson & C



Fonte: O Paiz (BA), 29 abr. 1854, p. 6.

Este novo equipamento tipográfico passa a imprimir diversos tipos de trabalhos. Os principais são os documentos oficiais do Governo e os encadernados; em menor quantidade, os jornais. É provável que a publicação de um novo prelo mais moderno em Salvador tenha atraído os autores, como Joaquim da Silva, que acaba publicando a sua obra no local.

Para a impressão do Manual, Gaudêncio (2007) julga que Joaquim da Silva tenha se deslocado a Salvador pelo menos uma vez para negociar a publicação de sua obra. Isso se deve ao fato de que o local mais distante de Areia e para onde se afastara teria sido a capital da província, onde residiu na década de 1880, e, Recife, onde se inscreveu para prestar um concurso público e, posteriormente, buscar tratamento médico. No período, não era habitual a ocorrência de grandes deslocamentos. O mais usual era percorrer apenas algumas milhas do seu local de moradia.

Para poder financiar a produção da obra, Joaquim da Silva utilizou sua influência política para obter o adiantamento de seus vencimentos, o que alcançou por meio da Lei n. 20,

de 3 de junho de 1854, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo Vice-Presidente da Província, Doutor Flávio Clementino da Silva Freire, conforme descrito em seu artigo primeiro:

O Presidente da Província é autorizado a mandar desde já adiantar ao atual professor de Latim da cidade de Areia a quantia de um conto e duzentos mil reis, em duas prestações de 600\$000 reis cada uma, para a impressão, e publicação de sua, obra intitulada Manual do Estudante de Latim (Parahyba do Norte, 2004, p. 33).

É importante salientar que, nesse período, Joaquim da Silva, estava em seu terceiro mandato como Deputado provincial, porém, como é mencionado no artigo da lei, a obra foi financiada a partir do adiantamento dos seus proventos, que foram pagos em duas parcelas. Ademais, obteve permissão para a impressão e publicação da obra. Também é de se imaginar quanto ele articulou para conseguir o adiantamento do seu pagamento.

Além de incentivo do Governo Imperial para remunerar escritores desde a década de 1840, prática consolidada na década de 1860, também havia incentivo para a publicação da obra por meio das tipografias, com a venda dos direitos para as editoras (Lajolo; Zilberman, 2015). Joaquim da Silva, entretanto, residia em Areia, distante da Corte, e não possuía prestígio como escritor para obter financiamento ou venda dos direitos do livro escolar, já que se tratava da primeira obra a ser publicada. Contudo, isso pode ser considerado uma vantagem, já que passa a ter controle sobre a sua obra, pois “quando o autor faz imprimir, por sua própria conta, um livro que ele mesmo tratará de vender, quer diretamente, quer por meio de um livreiro” (Chartier, 1998a, p. 54), possui maior autoridade sobre a forma de impressão do seu livro.

É importante considerar que nesse período, o estudo de Latim se concentrava na Gramática latina e na Literatura Clássica. As obras escolhidas para o estudo latinista eram selecionadas pelo Presidente da Província, e uma das escolhas desses livros escolares ocorreu em 1846, pelo Presidente da Paraíba, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, que resolveu por meio da Resolução n. 26, referente ao estatuto do Lyceu Parahybano, escolher os livros escolares para esta instituição de ensino. De tal modo, são listados pelo presidente os livros que os professores de Latim deveriam trabalhar no Lyceu Parahybano. Como isso, servia de referência para as cadeiras isoladas espalhadas pelo interior da província. Uma vez determinadas as obras para essa instituição de ensino, as aulas isoladas deveriam as seguir. Dessa forma, foram selecionados para serem trabalhados pelos professores latinistas os seguintes livros escolares: “Gramática Latina de Pe. Antonio Pereira, Cornélio, Vida dos

Imperadores, Fábulas de Fedro, Salustii e Virgilio, e Arte Poética de Horácio” (Parahyba do Norte, 2004, p. 107).

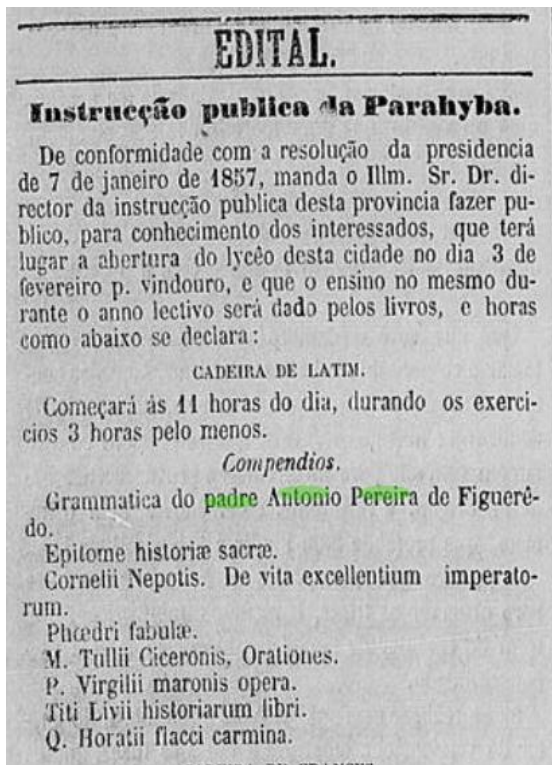
Cabe esclarecer que, mesmo o presidente selecionando os livros escolares que os professores deveriam adotar para suas aulas, ficava a cargo destes providenciar o material didático, porém com a possibilidade de haver substituição do livro, caso algum docente não pudesse adquiri-lo, conforme se lia ao final da lista : “Art. 90 – Aqueles dos compêndios fixados no artigo precedente, que se não poderem já adquirir, podem ser substituídos por outros designados pela Congregação com aprovação do Presidente da Província” (Parahyba do Norte, 2004, p. 107).

Essa substituição não, porém, facilmente resolvida, pois, mesmo sendo auorizada, ainda tinha de ser aprovada pelo Presidente da província, pois o propósito era “ensinar-se sempre a mesma doutrina. Um mesmo regulamento para todas as escolas, e uma mesma materia de ensino é um passo para a uniformidade da instrução” (Parahyba do Norte, 1849, p. 13).

A adoção de um mesmo livro escolar era uma forma de os presidentes manterem o controle sobre o conteúdo ministrado nos locais de ensino, prática amplamente difundida, pois estes eram figuras poderosas que representavam o Imperador na província. Os presidentes tinham, portanto, autorização de prescrever e proscreever os livros escolares que deveriam circular nas instituições (Sena, 2017). Embora empossados de tal autoridade, logo estes estavam cumprindo as recomendações da Corte, isto não significava que tivessem competência para legislar sobre a educação.

Com a implantação da Resolução n. 26 (1846) e, sem encontrar nenhum outro vestígio que remetesse à substituição do compêndio do Pe. Antonio Pereira, acreditamos que essa era a gramática predominante nas aulas públicas de Latim até o final do Império, dado que, nas seções de editais dos jornais oitocentistas, o estudo latinista continuava utilizando a *Grammatica* de Pereira e algumas obras da Literatura Clássica no Lyceu Parahybano (Figuras 14 e 15).

Figura 14 – Abertura do Lyceu Parahybano



Fonte: O Publicador, 3 fev. 1866, p. 4.

Figura 15 – Cronograma das aulas do Lyceu Parahybano

De ordem do Ill.^{mo} Sr. commendador Thomás de Aquino Mindello, reitor do lyceu parahybano, faço publico que em congregação dos Srs. professores do mesmo estabelecimento, celebrada hoje, foi distribuido o seguinte horario para as aulas do mesmo lyceu no corrente anno lectivo :

Portuguez	das 10 horas ás 11 e 1/2
Latim 1.ª classe	das 10 « ás 11
Idem 2.ª classe	das 12 « ás 1 hora
Francez	das 9 « ás 10 e 1/2
Inguez	das 8 « ás 9 e 1/2
Mathematicas	das 12 « ás 2 horas
Geographia	das 9 e 1/2 ás 10 e 2
Historia	das 8 ás 9 horas
Rhetorica	de 1 ás 2 «
Philosophia	de 1 ás 2 «

Outro sim, de ordem do mesmo Sr. reitor se declara: 1.º que foi adoptada, para a classe da aula de Latim, o compendio de Grammatica do **Padre Antonio Pereira**, com as applicações da grammatica tambem adoptada de Clintock; 2.º que ao compendio adoptado para a aula de Rhetorica e Poetica fica adicionada a obra de litteratura de Silvio Romero.

Secretaria do Lyceu Parahybano, em 16 de Janeiro de 1889.

O Secretario,
Antero Augusto de Abreu.

Fonte: Jornal da Parahyba, 19 jan. 1889, p 4.

Por meio dos recortes divulgados nos jornais, percebe-se que a *Grammatica* do Pe. Pereira já estava consolidada nos estudos da instituição paraibana. A escolha pelo *Novo Método da Gramática Latina* (Figura, 16), de Pe. Antonio Pereira de Figueredo,⁸² não foi, porém, aleatória. A sua gramática já estava circulando desde a Reforma de Pombal (1759), a qual via o ensino escolar adotado pela Ordem Inaciana como um método arcaico, assim como os seus compêndios escolares que passaram a ser proibidos e substituídos por outros que não tivessem vínculo com as gramáticas dos Jesuítas. Como o Padre Antonio Pereira pertencia à Congregação do Oratório⁸³, aceita pelo Marquês de Pombal, havia também essa favorabilidade a seu respeito.

⁸² Antonio Pereira de Figueredo (1725-1797), natural de Mação, província de Portugal. Produziu diversas obras durante a vida sobre temas principais da época, como retórica, eloquência, língua portuguesa, história, teologia, materiais eclesiásticos, e principalmente, sobre a língua latina, nas quais algumas produções foram listadas pelo *Diccionario Bibliographico Portuguez*, no qual produziu as seguintes obras: *Exercicios da Lingua Latina e Portugueza acerca de diversas cousas* (1751); *Novo Methodo de Grammatica Latina* (1752); *Defensa do Novo Methodo de Grammatica Latina contra o Anti-prologo Critico* (1754); *Apparato Critico para a correccão do Diccionario intitulado – Prosodia in vocabularium bilingue digesta* (1755); *Collecção de palavras familiares, assim portuguezas como latinas, para o uso das escholas da Congregação do Oratorio* (1855); *Novo Methodo de Grammatica Latina, reduzido a compendio* (1758); *Breve Diccionario da Latinidade pura e impura, com a significação portugueza de ambas* (1760); *Dialogo sobre os Auctores da Lingua Latina* (1760); *Figuras da Syntaxe Latina explicadas e illustradas segundo os principios de Linacro, Sanches, Vossio e Perizonio* (1761); *Observações sobre a Lingua e Orthographia Latina, tiradas dos mármores, bronzes, e medalhas dos antigos Cesares, principalmente desde Augusto até os Antoninos* (1765).

⁸³ A Congregação do Oratório, ou a Ordem de São Felipe Néris, ou os Oratorianos ou Néris, foi fundada em Roma por São Felipe Neri (1564). O responsável pela implantação da Ordem em Portugal foi o Padre Neri

Não foram apenas esses fatores que, entretanto, levaram Pombal a adotar a gramática de Pe. Pereira. O programa de ensino dos Oratorianos condizia com o que as Reformas Pombalinas propunham, como “adoção do método reduzido, ou seja, ensino mais aligeirado, a **Gramática Latina ensinada a partir da língua vernacular**, simplificação das regras e normas gramaticais, a utilização de compêndios simplificados em detrimento daqueles avolumados textos jesuíticos” (Barbosa, 2012, p. 47, grifo nosso). Dada a concordância entre as duas propostas de ensino, a Gramática de Pe. Pereira tornou-se obrigatória em Portugal e em suas colônias, já que se enquadrava no método reducionista e estava escrito em vernáculo, pois, até a Reforma, as gramáticas latinas eram escritas em Latim.

Figura 16 – Novo Methodo da Grammatica Latina



Fonte: Pereira, 1752.

Bartolomeu do Quental. Apesar de se envolver com a educação religiosa, foi só no século XVIII que a Ordem passou a ter relevância. No entanto, antes desse destaque em Portugal, no século XVII, a Ordem já havia se instalado na colônia brasileira, com as Reformas Pombalinas que se envolveram com o ensino régio. Porém, não demorou para os que Pombal e o superior da Congregação começassem a discordar. As perseguições se encerraram quando Pombal saiu do governo, em 1766 (Barbosa, 2012).

Esta Gramática foi produzida antes mesmo da sua efetiva utilização na Reforma Pombalina (1759). A *Artinha de Pereira*, ou *Artinha Latina de Pereira* como era popularmente anunciada pelos jornais oitocentistas, foi publicada pela primeira vez em 1752, na cidade de Lisboa, para fins de estudo dentro da Congregação dos Oratorianos. Com a Reforma, a obra foi amplamente utilizada entre 1752 a 1883⁸⁴, com 57 edições, produzidas em Lisboa (35), Porto (2), Paris (10), Nova Goa (2) e Rio de Janeiro (8).

Por meio de anúncios nos jornais, a gramática de Pe. Pereira foi amplamente difundida no ensino latinista brasileiro, já que foi encontrada em diversas províncias – Rio de Janeiro, Bahia, Grão-Pará, Pernambuco, Ceará, São Paulo e Maranhão –, o que demonstra a sua popularidade no período. Apesar de não terem sido encontrados recortes em todas as províncias, isso não exclui a possibilidade de que ela foi empregada nos estudos de Latim.

Na Paraíba não foi muito diferente. Nesta Província, foram encontrados anúncios do *Novo Methodo*, em alguns dos locais oficiais, como a *Botica Imperial*, de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha, e a *Thypographia J. R. da Costa*. Os anúncios desses dois locais foram encontrados em alguns periódicos da época como *A Ordem* (1850), *A Regeneração* (1861), *O Publicador* (1864) e *Echo Escolastico* (1877), o que se mostra interessante, pois os anúncios encontrados da *Botica Imperial* apresentam os preços ao lado do nome das obras – o compêndio de Pe. Pereira estava custando 2\$000 em 1861 e 2\$400 em 1864, possibilitando ter uma dimensão da sua inflação. Já os anúncios da *Typographia J. R. da Costa* são mais simples, apresentando apenas os nomes das obras e indicando que estão à venda no local.

Esses recortes historiográficos demonstram a popularidade da *Grammatica Latina* de Pe. Antonio Pereira e justificam a sua presença no prólogo da obra de Joaquim da Silva, que a referenciou como uma das obras-chave para a elaboração do Manual. Assim, constatamos a dimensão que o *Novo Methodo* alcançou no século XIX, que auxiliou Joaquim da Silva a produzir o seu livro escolar.

Resta responder à seguinte pergunta: Como foi a circulação do *Manual do Estudante de Latim*? A pesquisa realizada na Hemeroteca Digital revelou pouca divulgação da obra nos periódicos paraibanos, o que indica que houve uma divulgação tardia do livro escolar. O primeiro anúncio encontrado surge em 1877 no jornal *Echo Escolastico – Periodico Scientifico, Litterario e Noticioso* (1877-1878), um periódico voltado para os acontecimentos do mundo acadêmico, divulgando notícias, artigos, textos literários e anúncios referentes à educação, o que justifica a iniciativa de a divulgação começar neste jornal.

⁸⁴ <https://www.ghc.usp.br/server/Lusodat/pri/02/PRI02252.htm>. Acesso em: 22 fev. 2024.

No anúncio, além de se informar a organização do *Manual do Estudante de Latim*, também é divulgado o preço unitário de 2 mil réis⁸⁵. Com este valor se podia comprar um maço de papel de seda para cigarro, ou até uma cabeça de gado. Isso demonstra que o papel era de grande custo, assim como o livro, como assevera Silva (2019), sobre o fato de serem caros, podendo até mesmo serem parte de uma herança.

O valor da obra de Joaquim da Silva era similar ao de outros livros escolares no período, porém podia haver um desconto se houvesse aquisição de 50 unidades, evidenciando que ainda havia um grande número de exemplares disponíveis desde sua publicação (Quadro 7).

O anúncio também destaca o local de venda. Enquanto o *Echo Escolastico* é editado e impresso na *Typografia de J. R. da Costa*, o autor informa que é necessário dirigir-se à *Typografia do Jornal da Parahyba* para adquirir o *Manual do Estudante de Latim*, localizada na rua Visconde de Pelotas n. 10, ou seja, na sede do Jornal do Partido Conservador – periódico político antigo, que completara vinte e oito anos em 1889 e que circulou por muito tempo pela província. É interessante notar que, mesmo sendo do Partido Liberal, Joaquim da Silva acaba por deixar as suas obras na sede do jornal do Partido Conservador, o que indica que isso se deve ao fato de o seu cunhado, Dr. José Evaristo Gouveia, ser filiado a este último.

Quadro 7 – Anúncio do Manual do Estudante de Latim

Assunto: Divulgação e explicação da organização do livro escolar.	<p style="text-align: center;">AOS ESTUDANTES DE LATIM.</p> <p>Manual do estudante de latim. Dividido em duas partes: contendo a primeira um <i>Compendio de Grammatica Latina</i>, extrahido dos melhores que até o presente se tem publicado; e a segunda: A Mythologia e um breve tratado dos costumes dos Antigos Romanos. Organizado por Joaquim José Henriques da Silva, professor de lingua latina na Cidade d'Areia, provincia da Parahyba do Norte. Vende-se pelo commodo preço de 2\$000 rs. na typographia do <i>Jornal da Parahyba</i>. Faz-se abate ás pessoas que comprarem 50 exemplares.</p>
<p>AOS ESTUDANTES DE LATIM Manual do estudante de latim. Dividido em duas partes: contendo a primeira um <i>Compendio de Grammatica Latina</i>, extrahido dos melhores que até o presente se tem publicado; e a segunda: A Mythologia e um breve tratado dos costumes dos Antigos Romanos. Organizado por Joaquim José Henriques da Silva, professor de lingua latina na Cidade d'Areia, provincia da Parahyba do Norte. Vende-se pelo commodo preço de 2\$000 rs. na typographia do <i>Jornal da Parahyba</i>. Faz-se abate ás pessoas que comprarem 50 exemplares.</p>	

Fonte: Echo Escolastico, 30 jun. 1877, p. 4.

É importante considerar, entretanto, três situações, em relação ao ano do recorte no Quadro 7:

⁸⁵ “A moeda que circulava no império brasileiro, em especial, entre os anos de 1849 e 1889, foi o *conto de réis*, distribuídos em moedas de 200 réis, 500 réis, 1.000 réis e 2.000 réis” (Araújo, 2022, p. 69).

1ª) em 1877, Joaquim da Silva começou a se familiarizar com os jornais, pois era o primeiro ano de divulgação d'*O Areiense* (1877-1880);

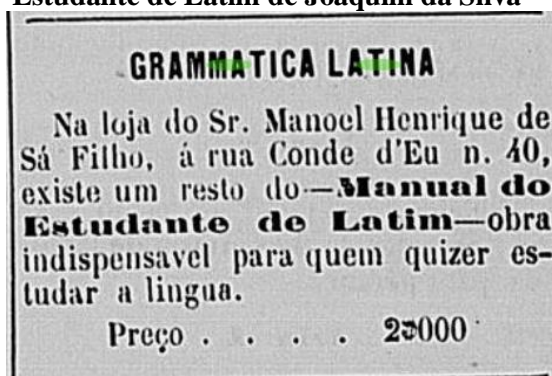
2ª) também existe o fato de o autor ainda residir na cidade de Areia, o que pode ter atrapalhado a divulgação do Manual na capital e, possivelmente, os anúncios terem ficado restrito à sua cidade;

3ª) por último, não é possível saber se houve uma continuação dos anúncios no *Echo Escolastico*, já que só foram encontrados três exemplares do periódico.

Essas são algumas das situações observadas, podendo haver outras razões para o atraso e/ou pouca divulgação do Manual.

Outro anúncio encontrado foi no jornal *O Liberal Parahybano – órgão do Partido Liberal*⁸⁶, produzido na própria tipografia do partido político. Neste segundo jornal, localizamos mais dois anúncios nas edições 164 e 166. O anúncio apresenta informações relevantes, como a manutenção do valor de 2 mil réis, que era o mesmo após seis anos do primeiro anúncio encontrado, e também o fato de que havia poucos exemplares à venda, o que correspondeu a um consumo ao longo dos anos (Figura 17). Dessa vez, o livro escolar estava sendo vendido na livraria do Sr. Manoel Henrique de Sá Filho. Segundo Barbosa (2010), esta loja surgiu no final do século XIX e, no local, funcionava uma tipografia com um equipamento mais moderno, uma Marinoni movida a vapor que imprimia dez mil exemplares por hora, o que torna a impressão mais ágil e econômica, uma vez que o prelo poderia ser operado por apenas três funcionários. Dessa forma, percebe-se a relevância da livraria escolhida para comercializar os últimos exemplares sobre o ensino de Latim.

Figura 17 – Anúncio do Manual do Estudante de Latim de Joaquim da Silva



Fonte: *O Liberal Parahybano*, 1 maio 1883, p. 4.

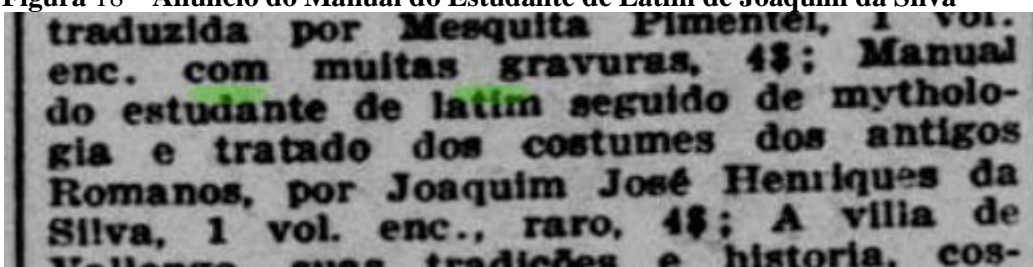
⁸⁶ O periódico funcionou entre 1879-1889, sendo lançado três vezes por semana. Na década de 1880, quando o partido Liberal estava na liderança, tornou-se a imprensa oficial, tendo como principal responsável Artur Achilles dos Santos, filósofo, político e diretor do Arquivo Público.

A divulgação deste segundo anúncio pode estar relacionada à estada permanente do autor na capital paraibana (1882), quando foi nomeado para o cargo de Inspector de Thesouro pelo Partido Liberal. É possível supor que Joaquim da Silva tenha trazido, da cidade de Areia, mais exemplares do *Manual do Estudante de Latim*, para serem comercializado na capital, encerrando assim os anúncios encontrados durante o período Imperial.

Apesar de não ter sido usado oficialmente como livro escolar no ensino público da Paraíba, é importante considerar que Joaquim da Silva era professor público no período em que o Manual foi publicado, podendo ter utilizado o seu livro escolar durante as aulas, uma vez que a Resolução n. 26, de fevereiro de 1846, permitia a substituição de obras semelhantes à *Grammatica Latina* do Pe. Pereira. Além disso, na capital paraibana, continuou ofertando aulas de Latim, inicialmente de forma isolada, mas depois em seu colégio particular. Sendo assim, pode-se considerar que o Manual foi utilizado no ensino da Paraíba no Oitocentos.

No início do século XX, outros anúncios foram publicados por duas livrarias no segundo decênio, com textos contendo os títulos das obras e seus valores correspondentes, formando longas listas de divulgações. Todas as publicações neste período foram realizadas por livrarias no Rio de Janeiro e pelo *Jornal do Commercio*. A primeira livraria foi a João Martins Ribeiro, que anunciou o Manual de forma intercalada nos anos de 1911, 1912 e 1917, enquanto a *Livrarêa Brasileira* só apresentou um anúncio da obra em 1815.

Figura 18 – Anúncio do Manual do Estudante de Latim de Joaquim da Silva



Fonte: Jornal do Commercio, 25 out. 1910, p. 9.

A divulgação da obra pelas livrarias no *Jornal do Commercio* (1910-1917) pode ter sido conduzida por livreiros paraibanos para serem comercializados na capital brasileira, ou, em menor grau, pelos filhos de Joaquim da Silva, já que a data coincide com a presença de dois de seus filhos no Rio de Janeiro, o médico Cincinato Silva e o Major do Exército, Manoel Henrique Silva (O Norte, 3 jul. 1920) – ambos estavam residindo permanentemente na capital brasileira no mesmo período em que ocorreram as publicações no periódico.

Como visto, somente após o advento da República é que a obra de Joaquim da Silva ganhou notoriedade fora da Paraíba, já que, nesse período, houve a necessidade de se criar uma

identidade nacional, valorizando-se os bens internos e se buscando sedimentar um sentimento de nação. A educação foi de suma importância para a criação do sentimento patriótico, pois intensificou um movimento de valorizar a produção interna e seus criadores. Dessa forma, os livros brasileiros de autores brasileiros ganharam maior visibilidade, ao passo que as obras estrangeiras ficaram em segundo plano (Sena, 2017).

Também é neste período que identificamos fontes que indicam o uso do *Manual do Estudante de Latim* em instituições de ensino. No centenário de vida de Joaquim da Silva, em julho de 1920, este recebeu algumas homenagens em jornais, como *O Norte* e *A União*. Este último jornal teve os artigos sobre Joaquim da Silva publicados na revista Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP após dois anos, com algumas correções feitas por seus familiares, o que nos permitiu obter mais informações por intermédio das personalidades que o conheceram em vida.

Dessa forma, com o auxílio dessas fontes, é possível notar o destaque para a única obra impressa e publicada e como ela estava sendo usada na primeira metade do século XX. No artigo publicado no jornal *O Norte* destaca-se a utilização do livro escolar como material pedagógico de apoio aos professores latinistas no começo do século XX: “Ainda professor proprietário da cadeira de Latim que o governo mantinha, o notável professor publicou o seu < Manual do Estudante de Latim >, livro admirado ainda hoje pelos mais abalizados professores da imorredora língua de Cícero e de Virgílio” (*O Norte*, 3 jul. 1920, p. 1).

Nos artigos sobre a vida de Joaquim da Silva, publicados na Revista IHGP (1922), é relatado que o uso do Manual em seminários era mais acatado pelas instituições religiosas, uma vez que, de acordo com o biógrafo, se tratava de “uma gramática profundíssima e, por isso, adotada de preferência em seminários” (Marója, 1922, p. 126). Outro biógrafo conta que Joaquim da Silva era o “autor de uma gramática latina adotada em vários seminários ainda hoje” (Pinto, 1966, p. 31). Essas confirmações de adoção nas instituições religiosas na Paraíba evidenciam o seu uso e circulação no século XX, ganhando notoriedade décadas depois de sua publicação.

Fato curioso é que, mesmo com tanta repercussão, não se faz referência à sua adoção no Lyceu Parahybano, o que nos parece uma contradição ao que diz de José Baptista de Mello em sua obra *Evolução do Ensino na Paraíba* (1956), em cujo capítulo dedicado aos “livros didáticos, revistas e jornais Pedagógicos” a obra é citada da seguinte maneira: “Joaquim Silva – Gramática Latina, adotada durante vários anos, no Liceu Paraibano e no Seminário” (1956, p. 204). A menção do seminário corrobora o que os biógrafos haviam afirmado, mas o seu uso na instituição pública paraibana extrapola o que é relatado em outras fontes. Com isso, percebe-

se que o *Manual do Estudante de Latim* foi utilizado por professores latinistas para aprofundar o seu conhecimento na língua, sobretudo por religiosos latinistas.

É importante considerar, todavia, que, nesta primeira metade do século XX, já estavam circulando obras mais modernas⁸⁷ para o ensino de Latim. Nesse período, as críticas sobre o ensino das línguas clássicas passaram a sofrer maiores ataques até estas serem retiradas do Ensino Secundário pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LDB, Lei 4.024, 20 dez. 1961). A partir da publicação desta Lei, a disciplina latina foi sendo gradualmente suprimida do currículo escolar até o seu total desaparecimento, passando a ser concentrada no Ensino Superior.

⁸⁷ Grammatica Latina, A. Pinto (s.d); Gramática latina: curso único e completo (1911), Napoleão M. de Almeida; La traduction du latin (1943), J. Marouzeau; O latim do Exame de Licença (1962), V. da Nóbrega; Gradus Primus, P. Rónai; Narrationes, B. Harmsen; Essentials of latin (1958), John F. C. Richards; Introdução à Didática do Latim (1959), E. Faria. Para maiores informações ler “A tradução e o ensino de Latim” (2010), de Thaís Fernandes.

5 AS ORIENTAÇÕES DE ENSINO CONTIDAS NO LIVRO *MANUAL DO ESTUDANTES DE LATIM*

No *Manual do Estudante de Latim* (1855), seu autor, Joaquim José Henrique da Silva, além de explicar as regras gramaticais de Latim, também se dedica ao ensino da Língua Portuguesa, demonstrando estar articulado com as discussões sobre o ensino do idioma nacional. O estudioso não apenas estava ciente do ensino dessa língua mas também do ensino do Latim. Na primeira página do estudo da gramática latina, na segunda nota de rodapé, o autor demonstra que o objetivo da apropriação do conhecimento da língua era, basicamente, se aprofundar na leitura dos clássicos, ao ponto de declarar que o Latim era uma língua *morta*:

O fim da grammatica latina é o enunciado na definição; isto é, fallar e escrever correctamente a lingua latina: mas como essa lingua he do numero das que chamamos *mortas*, isto é: não se falam mais, segue-se que o fim dos que actualmente a estudam, outro não é, senão entender as obras dos sabios, que nella escrevêram (Silva, 1855, p. 1).

De acordo com Gaudêncio (2007), declarar que a língua oficial da Igreja era uma língua morta no século XIX soava como uma blasfêmia, pois a ideia era a de que todos os membros da Igreja e seminaristas falassem Latim. Apesar de o objetivo final dos estudos fosse saber falar e escrever, o autor revela que, na realidade, o propósito de estudar a língua latina era saber ler os clássicos, já que neles estão atrelados os conhecimentos da história, da cultura, da política, da religião, da filosofia, das ciências. A leitura dos clássicos também pode desenvolver o pensamento crítico, uma vez que envolve a análise de argumentos complexos, o que pode ajudar a desenvolver o pensamento questionador e a análise literária. Além disso, proporciona uma compreensão sobre retórica, poesia e filosofia, o que também auxilia na ampliação do vocabulário e nas estruturas gramaticais, uma vez que ainda usamos palavras e expressões latinas no campo do Direito, da Medicina e das Ciências. Para mais, possui um valor estético e literário, pois a sua leitura proporciona uma apreciação da arte da escrita. Devido à integração com ensino de Português, o Manual de Joaquim da Silva não tinha como objetivo apenas a preparação para os exames, já que, além de apresentar trechos como exemplos de clássicos literários a cada conteúdo, também associava o ensino de Latim à Língua Portuguesa, o que ia muito mais além.

O seu comprometimento com os problemas da sociedade paraibana, em particular com a Educação, é evidenciado na epígrafe do livro escolar, uma frase de Cícero⁸⁸ em Latim com a

⁸⁸ Marco Túlio Cícero (106 a 43 a. C.) foi um grande orador e escreveu diversos textos. Fez sucesso como

seguinte citação: “*Quod munus Reipublicæ afférre máius, meleúsve póssumus, quam si docémus atque erúdimus juventutem?* CIC. DE DIVINAT.”, que assim traduziu Joaquim da Silva: “Que serviço mais relevante podemos prestar á República, do que ensinar e instruir a mocidade?” (Cícero, *apud* Silva, 1855). Ao citar uma frase de Cícero na epígrafe do livro que se refere à República, não se pode pensar que Joaquim da Silva fosse um ideário republicano, pois, se essas ideias circulavam na Paraíba, ocorria de forma tímida e quase imperceptível, no final do século XX. A circulação desses pensamentos teria sido assaz discreta a ponto de historiador paraibano, Horácio (1978, p. 207), descrever a forma como o novo regime de governo teria sido recebido: “A República chegou à Paraíba sem ter quem a recebesse. Os cavalheiros mais credenciados para festejar o acontecimento acolheram a notícia com incredulidade. Mais que isto, com indiferença.”

Além disso, ao analisar o *Manual do Estudante de Latim*, percebe-se que a palavra “república” se refere à Nação, e não ao sistema de governo. Ao citar esta frase de Cícero no início de sua obra, o Professor sela o seu comprometimento com a Educação. Como um homem de letras, Joaquim da Silva demonstra que a sua pena estava a serviço dos problemas do seu meio social, delineando, ao mesmo tempo, o seu papel na sociedade oitocentista (Silva, 2013).

Sobre o livro material em si mesmo, este se apresenta como um objeto pequeno, com dimensões 20cm x 13cm e 318 páginas, sendo, de acordo com o *Diccionario da Lingua Brasileira* de 1832, de Luiz Maria da Silva Pinto⁸⁹, fácil de transportar, uma vez que, de acordo com o verbete: “MANUAL adj. Que se traz facilmente na mão. Que se faz á mão. Como subst. Livro pequeno que se traz na mão.” (Pinto, 1832, p. 695). A definição do verbete revela como o objeto era visto no século XIX, o que ajuda a compreender as características da sua materialidade e propósito. De acordo com Araújo (2022, p. 53, sic), o Manual “é um instrumento que regula e organiza a atividade docente, ao mesmo tempo em que tem a intenção de conformar os alunos às regras estabelecidas.” Além de serem pequenos suportes de textos

advogado nos julgamentos, o que o fez se destacar na política e, assim, se tornou membro do grupo da nobreza. Produziu uma variedade de trabalhos, incluindo poemas helenísticos, traduções de textos do grego para o latim e inúmeras cartas pessoais escritas em Latim vulgar para amigos e familiares. Seus discursos para o Senado, a Assembleia Popular e os tribunais, em sua maioria, não foram apresentados por ele mesmo e muitos foram modificados. Além disso, escreveu obras sobre retórica, abordando diversos temas, como a história da oratória romana, as características do orador perfeito e a educação oratória, além de questões como “asianistas rebuscados e aticistas austeros”, “as classificações formais e as divisões da retórica clássica” e a produção de diversos textos filosófico influenciado pela cultura grega, um assunto que dominou sua vida (Bowder, 1980).

⁸⁹ Luiz Maria da Silva Pinto, natural da província de Goiás, nasceu entre 1770 a 1780 e faleceu em Ouro Preto, em 1869. Exerceu diversas funções durante a vida: secretário do governo provincial; diretor do Censo em 1852; atuou na instrução pública entre 1856 e 1857 e atuou na Tipografia Nacional, tornando-se, posteriormente, dono dos maquinários, criando a Tipografia de Silva. Sua experiência nessas áreas contribuiu para a elaboração do seu dicionário (Lima, 2006).

que podem ser transportados sem esforço, se diferenciam dos seus ancestrais, como o *codex* (Chartier, 1998a). Para mais, os manuais escolares eram vistos como um guia para os educadores e um meio de confirmação às normas para os estudantes.

A análise do suporte de texto é tão relevante quanto a análise do texto, pois é possível explorar estruturas, símbolos, regras e conteúdos nas obras antigas, que, apesar de terem sofrido alterações ao longo do tempo, tiveram a sua funcionalidade no passado e deixaram seus herdeiros, ou, em menor grau, vestígios. Chartier (1998a) sustenta que as estruturas do livro são determinadas pelo modo de leitura que os editores pensam ser da clientela almejada, mas todos – autor, livreiro-editor, comentador, censor – desejam controlar a produção, fazendo com que “os textos escritos, publicados, glosados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescritiva” (Chartier, 1998a, p. 7). Vale salientar, contudo, que, ao se analisarem os textos, as possíveis lições e aspectos da materialidade, é possível compreender a relação entre o livro escolar e as práticas culturais que estavam em uso (Frade, 2010). Essas práticas são relevantes para se compreender a circularidade cultural que move os elementos de uma cultura (Araújo, 2022), como os livros que circulavam por diferentes grupos sociais, tendo cada um o seu próprio interesse.

Em relação à composição do texto, Joaquim da Silva classifica a primeira parte do seu *Manual do Estudante de Latim* como “compêndio⁹⁰ de grammatica latina”, e, logo após, expõe que tem “a vantagem de ser **mais abreviado** de que a Arte do Padre Pereira, porque, ainda que contenha numerosas notas, **he mui resumido** no que é essencial saber-se de cór” (Silva, 1855, p. I-III, grifos nossos). Além de uma comparação com uma obra que já foi resumida, também mostra a sua intenção de substituir pelo seu manual escolar. É possível notar que, ao divulgar nas primeiras páginas do livro que é uma obra resumida, isso pode ser uma vantagem comercial e também um atrativo didático, uma vez que o estudante, como é mencionado, precisará memorizar algumas das regras do Latim. Na segunda parte do livro escolar, são apresentados textos dissertativos sobre o período da Antiguidade greco-romana, podendo se configurar como uma forma de contextualizar os clássicos latinistas, visto que os escritos dos séculos I eram o principal material de lições de leitura.

⁹⁰ Os compêndios eram uma “Epitome resumo do mais essencial, de noções elementares de huma selencia etc. Em compendio, isto he, resumidamente” (Pinto, 1832, p. 261). Neste caso, trata-se da composição textual, em que os textos são selecionados e resumidos para compor um encadernado, que pode ser organizado em uma única estrutura. Em alguns casos, um único encadernado pode conter diversos textos que tratam de temas diferentes, ou seja, único livro poderia conter um compêndio de gramática, aritmética, geografia e leitura-moral. O propósito era compactar o máximo de conteúdo num mesmo livro escolar para atender às necessidades do leitor.

Essa organização de conteúdo – gramática latina, integração da língua portuguesa e contexto histórico-social da Antiguidade – pode ser considerada uma forma de se construir mais do que apenas um estudante, uma vez que o autor pretendia “alcançar fins para além do texto, ou seja, fins políticos, sociais, filosóficos, históricos ou éticos” (Silva, 2013, p. 98). Além disso, ao conseguir colocar conteúdos que se relacionavam, atendia ao sentido escolar, que era juntar tudo em um só livro, para que o estudante não precisasse recorrer a outras obras. A compactação de conteúdos tornava o processo de aprendizagem mais fácil para os secundaristas, já que o ensino no século XIX se tornava fragmentado em razão das disciplinas.

Antes de adentrarmos nas discussões a respeito da organização e do conteúdo pedagógico do *Manual do Estudante de Latim*, é importante conhecer um pouco da trajetória de Joaquim da Silva.

5.1 Professor Joaquim da Silva e o Ensino de Latim

Em 3 de julho de 1820, nasceu, na cidade de Areia, o filho de Manuel José da Silva, sendo mais um de quatro irmãos⁹¹. Em sua vida, Joaquim José Henrique da Silva (Figura10), casou-se duas vezes após a morte da primeira esposa, tendo, nestes dois casamentos, 26 filhos. Fazia parte de um pequeno grupo de letrados da cidade, e se destacava no cenário paraibano por meio da política, educação e cultura. Em 1841, aos 21 anos de idade, se tornou professor de Latim em Areia. Apesar de ter sido nomeado para a cadeira de Latim, também assumiu as responsabilidades de ensinar a Língua Francesa, uma vez que a Lei n. 116, de 19 de maio de 1835, incentivava os professores latinistas a assumirem a disciplina em troca de uma gratificação no ordenado. Essa mesma lei foi a responsável pela criação da aula avulsa no Brejo de Areia e em outras localidades pela província.

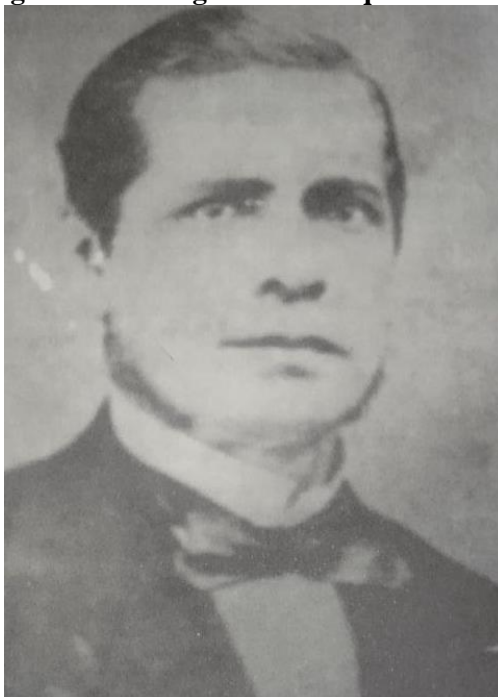
Em relação à formação do autor, os biógrafos sugerem que ele provavelmente não teve acesso à educação primária formal, mas podemos considerar que foi auxiliado por professores domiciliares. Como as aulas de Latim e Francês já existiam na cidade desde 1835, possivelmente, estudou e teve uma educação escolástica das línguas que viria a ensinar em um futuro próximo. Além disso, os seus biógrafos afirmam que Joaquim da Silva teve aulas particulares de Latim com os padres Manuel Cassiano da Costa Pereira e Joaquim Álvares da

⁹¹ Sobre a mãe, nenhuma fonte menciona o seu nome e origem. Já os irmãos são: Manuel José da Silva Júnior que foi boticário e farmacêutico, cursou farmácia na Bahia; Antonio Vitor Pereira da Silva, era professor de primeiras letras; José Pedro da Silva Cazumba, um dos principais comerciantes de Areia; e a irmã, D. Joanna Miquelina Gonçalves Lima, que foi encontrada apenas uma vez em um recorte de jornal ao dar notícias sobre a morte do irmão Cazumba (Diário da Parahyba, 24 jun. 1885, p. 2).

Costa, que o introduziram no ensino das línguas clássicas (Gaudêncio, 2007). De modo a despertar o interesse em se aprofundar na língua latina e no grego, este último ensino de menor relevância no século XIX, mas que auxiliou Joaquim da Silva na elaboração do seu *Manual do Estudante de Latim*.

No que diz respeito à oferta de ensino, além de Latim Joaquim da Silva, também se dedicou ao ensino de Francês, Português e Aritmética, as quais chegaram a ser oferecidas de maneira particular.

Figura 19 – Fotografia de Joaquim da Silva



Fonte: Gaudêncio, 2007, p. 264

Além de desenvolver atividades como professor, Joaquim da Silva também desempenhou funções na política, como presidente do Partido Liberal de Areia, se elegendendo por cinco vezes – 1850-1851, 1852-1853, 1854-1855, 1856-1857 e 1868-1869 – como Deputado Provincial, além de ter sido vereador com vários mandatos. Durante sua atuação na política, apresentou diversas propostas e obteve aprovação de algumas leis e emendas que beneficiaram vários setores, incluindo a Educação. Em relação ao ensino público, apresentou propostas de aumento salário para os professores, para locação de prédio para o funcionamento de escola, aquisição de material escolar e gratificação anual para os docentes (Gaudêncio, 2007).

No cenário cultural, a partir da década de 1870, criou vários momentos instrutivos, como uma biblioteca (1871), um gabinete de leitura (1871) e um clube de dança – que começou a operar no final da década de 1860 –, espaços que funcionaram até o final do século, todos no

sobrado que o pai havia construído no centro da cidade de Areia.⁹² Também mobilizou a cidade para construir o Teatro Recreio Dramático (hoje conhecido como Teatro Minerva) com o Dr. Jose Evaristo Gouveia, cunhado de Joaquim da Silva e líder do partido Conservador. Ambos começaram a angariar fundos com os moradores da cidade para a construção do teatro em 1857, que foi inaugurado dois anos depois, em 1859. Essas iniciativas do paraibano são vistas e ressaltadas por Gaudêncio (2007) e Espindola (2017) como uma forma de alterar o espaço social, cultural e político da cidade, ficando marcada sua presença na história do local.

Assim, como no cenário educacional e cultural, também se destacou no cenário empresarial, pois era proprietário de uma bolandeira – máquina primitiva de descascar algodão – em um tempo que o algodão servia de grande fonte de renda. No mesmo período, seu pai plantava algodão em seu sítio. É provável que a matéria-prima fosse obtida de lá. Até o final da década de 1860, o autor já havia substituído o equipamento por máquinas mais modernas movidas a vapor (Gaudêncio, 2007). Além disso, é possível que também empreendesse no ramo da apicultura, já que faz uma menção honrosa ao Imperador com “cêra de diversas abelhas indígenas, amostras de algodão e outros produtos” (Diário do Rio de Janeiro, 1 fev. 1867, p. 2).

Atuando em diversos cenários, conseguiu a aposentadoria junto com o seu ordenamento, por meio da lei n. 155, de 15 de novembro de 1864. Neste mesmo ano, Joaquim da Silva enviou uma petição, junto ao Secretário Interino, para que ocorresse a “dispensa das provas de capacidade profissional no concurso da cadeira de latim das aulas preparatórias da faculdade de direito do Recife” (O Publicador, 21 jun. 1864, p. 1). No ano seguinte em 1865, concorreu a uma vaga para o Curso de Anexos da Faculdade de Direito de Recife, para o que, sendo aprovado, lecionaria em Olinda. De acordo com os seus biógrafos, concorreu com Tobias Barretos, com quem ficou empatado, e com o Padre Félix Barreto de Vasconcelos, que ficou com a vaga. É provável que o autor tenha tido conhecimento deste concurso em Recife, uma vez que, desde 1861, já aparecia em jornais solicitando licença para tratamento médico nesta cidade. Posteriormente, próximo à sua aposentadoria, outras licenças foram concedidas para o mesmo fim.

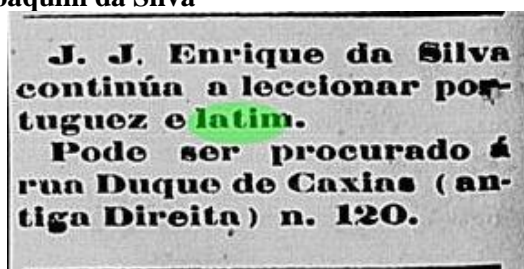
⁹² O imóvel foi construído pelo pai, Manoel da Silva, para recepcionar D. Pedro II quando visitasse a Paraíba em 1859. Logo na chegada à capital, o Imperador avisou, entretanto, que não iria até Areia devido ao curto tempo que teria na província, mas chegou a visitar a cidade de Pilar e Mamanguape (Almeida, 1978). Atualmente o prédio ainda existe na rua Presidente Getúlio Vargas, 151, antiga rua do Comerciante. O imóvel não pertence mais à família de Joaquim da Silva, mas abriga uma loja de equipamentos eletrônicos (loja do Armazém Paraíba).

O autor também era o responsável pela criação do primeiro jornal de Areia, *O Areiense*⁹³ (1877-1880), juntamente com o seu filho mais velho, Júlio Henrique Silva. Um maquinário tipográfico foi adquirido por Joaquim da Silva, que lhe permitiu escrever enquanto o filho exercia a função de tipógrafo. Este período corresponde ao do primeiro anúncio encontrado do *Manual do Estudante de Latim* na capital paraibana. A experiência com o jornal possivelmente pode ter auxiliado a ter maior familiaridade com esse gênero, já que surgiram outros anúncios na década de 1880, divulgando as suas atividades educacionais particulares na capital.

Enquanto ainda era professor em Areia, às vésperas do lançamento da sua obra latina, exercia as funções de rábula – advogado sem diploma –, chegando a anunciar os seus serviços no *Diario de Pernambuco* (1854). Após o término da sua carreira como professor público (1864), passou a se dedicar à função de rábula, na qual, segundo as fontes de Gaudêncio (2007), utilizou na defesa dos desfavoráveis – pobres e escravos – até 1882, quando foi nomeado para exercer a função de Inspector de Thesouro Provincial, na capital paraibana, pelo Partido Liberal. A função foi exercida até 1885, quando o Partido Conservador assume o poder, o que o levou a solicitar sua exoneração.

Enquanto exerceu a função de Inspector de Thesouro, os seus despachos eram publicados no jornal *O Liberal Parahybano: órgão do Partido Liberal* (1879-1889), um periódico que divulgava os feitos do Partido e servia como diário oficial do governo atuante. Antes de começar a publicar os seus despachos no jornal do Partido, em abril de 1883, Joaquim da Silva utilizou o periódico para divulgar as suas aulas particulares de Português e Latim (edições 148, 152, 156 e 159), que estavam ocorrendo em sua nova residência (Figura 11). Embora não tenhamos encontrado mais anúncios das aulas particulares quando começou aparecer no periódico como Inspector de Thesouro, supomos que ele deve ter continuado a exercer o magistério em seu tempo livre até abrir sua própria escola particular.

Figura 20 – Anúncio de aulas particulares com Joaquim da Silva



Fonte: *O Liberal Parahybano*, 4 dez. 1882, p. 4

⁹³ Anos depois, *O Areiense* (1887-1888) surge tendo como editor-chefe o juiz de órfão Alfredo Moreira Gomes, mas, desta vez, sem nenhuma ligação com Joaquim da Silva.

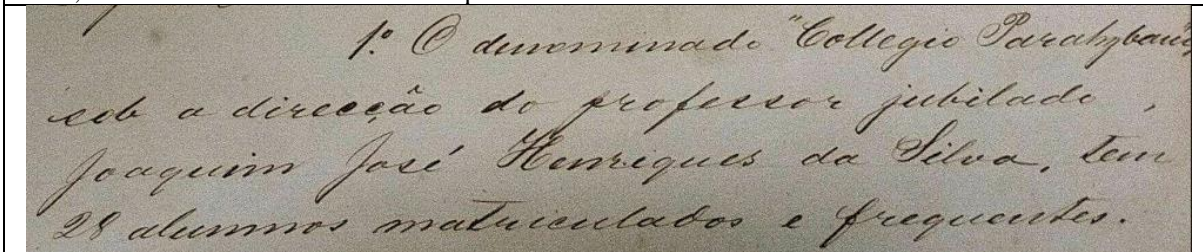
Antes de encerrar a sua função no Governo Liberal, já com 65 anos de idade e doente – já havia ido a Recife algumas vezes para o tratamento de próstata –, tentou articular uma união partidária com o novo poder, o Governo Conservador, mas não obteve sucesso, tendo sido traído pelo novo governo, após ser induzido a pedir a exoneração da função para conseguir uma aliança. A indução para o seu pedido de exoneração talvez tenha ocorrido pelo possível impacto social e político na cidade, se afastado pelo novo Governo, devido ao seu prestígio em Areia. Desiludido com a política, optou por se dedicar ao Collegio Parahybano⁹⁴, instituição particular que havia fundado em 1884 na capital paraibana, junto com o genro, Francisco Xavier Junior⁹⁵, e os filhos, Maria da Silva Xavier, esposa de Xavier Junior, Horácio Henrique da Silva e Abel Henrique da Silva, encerrando dessa forma a sua carreira na política, mas não saindo do cenário dos movimentos sociais e educacionais.

O Collegio Parahybano (1884-1895), fundado por Joaquim da Silva, tornou-se um dos maiores colégios particulares no final do século XIX. Os primeiros anúncios encontrados sobre essa empresa datam de 1885. Do período em que o colégio existiu, foram encontrados cerca de 196 anúncios, um número bem superior aos outros colégios da época. Essa promoção por meio de publicações apresentou resultados, sendo a instituição particular com o maior número de alunos e levando a melhorias, fosse por meio de material escolar ou mudanças de prédios, que começou funcionando na rua Direita – o que seria hoje a rua Duque de Caxias, no centro da cidade de João Pessoa –, mas, por fim, passou a funcionar “no vasto predio que existia no local onde hoje se ergue o Collegio das Neves” (Marója, 1822, p. 9). O acompanhamento de todas essas transformações foi possível graças aos jornais oitocentistas. A instituição também esteve presente em outros documentos, como nos relatórios da Paraíba (1886 e 1888), em que o Presidente Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges apresenta sua descrição.

⁹⁴ Para mais, conferir Lima; Sena; Tristão (2023). Dados completos nas Referências, ao final desta escrita.

⁹⁵ Foi professor de História do Brasil e diretor do Lyceu Parahybano, também foi autor do livro escolar *Lições da Língua Materna* (1906). Sobre o autor e sua obra conferir o artigo: RAMOS, Maria Daniela; SENA, Fabiana. *Lições da Língua Materna* (1906): livro didático de gramática na Paraíba para o ensino primário. **Revista HISTEDBR** On-line, v. 15, p. 21-33, 2015; e a pesquisa dissertativa de Maria Daniela Angelo Ramos (2014). Dados completos nas Referências, ao final desta escrita.

Quadro 8 – O Collegio Parahybano no relatório da Paraíba

Assunto: Informações sobre o Collegio Parahybano
1º O denominado “Collegio Parahybano” sob a direcção do professor jubilado, Joaquim José Henriques da Silva, tem 28 alumnos matriculados e frequentes


Fonte: Relatório do Presidente da Paraíba, 1888, p. 68.

Assim, o Collegio Parahybano é relacionado às outras instituições secundaristas particulares da capital – Collegio São Jose e Collegio 15 de Agosto – e, por fim, afirma que naquele momento não havia nenhum estabelecimento da mesma natureza no interior paraibano.

Além deste colégio particular, os seus biógrafos também salientam que Joaquim da Silva ofereceu aulas noturnas para adultos em seu estabelecimento educacional. Já, em 1888, aparece no jornal *Gazeta da Parahyba* (01 nov. 1888, p. 2), participando das comissões de exame secundaristas no Lyceu Parahybano, sendo avaliador da Mesa de Latim e de Língua Portuguesa.

Outro acontecimento importante a que esteve relacionado foi o da Comissão Abolicionista, evento que ocorreu na capital paraibana. No dia 29 de abril de 1888, o seu nome aparece na primeira página do jornal *Arauto Parahybano*, junto com outros nomes da capital, para criação de uma comissão abolicionista, uma vez que a cidade de Areia havia sido pioneira ao libertar todos os escravos em abril de 1888⁹⁶. Diante deste fato, alguns sujeitos compareceram à assembleia convocada pelo Partido Liberal, que se reuniu ao meio-dia no Theatro Santa-Cruz, no mesmo dia em que foi divulgada a notícia no *Arauto Parahybano* (22 abr. 1888, p. 4). De acordo com a notícia, essa reunião durou cerca de duas horas, e muitos dos

⁹⁶ No final da última página do *Arauto Parahybano: periodico litterario, noticioso e abolicionista*, consta uma pequena nota publicada no dia 22 de abril de 1888, intitulada “Areia Livre!!”, contendo um boletim noticioso do jornal *Verdade*: “Nesta cidade [Areia] não há mais *escravos* e nem *senhores*”. O jornal *Verdade: órgão abolicionista e noticioso*, fundado por Manuel José da Silva Júnior – irmão de Joaquim da Silva – era responsável pelo Movimento Abolicionista na cidade de Areia desde 1873, mas somente a partir de 1883 o Movimento Abolicionista começou a angariar fundos e a comprar as cartas de alforria. A pressão, até então, era feita por meio de denúncias publicadas nos jornais e ações judiciais, tendo como base a Lei do Ventre Livre, 28 de setembro de 1871. Na década de 1880, a pressão exercida pelos abolicionistas sobre os escravistas aumentou, o que, aos poucos, levou à libertação dos escravos, seja por meio da aquisição de alforrias, meios judiciais ou liberdade voluntária dos escravistas. Dessa forma, os últimos escravos foram libertos no mês de abril, sem a necessidade de se comprarem cartas de alforria. A data oficial passa a ser o dia 3 de maio de 1888, quando é oficializada uma festa na praça da cidade e uma edição especial do jornal *Verdade*. Para maior conhecimento consultar: SILVA, Eleonora Félix. *Escravidão e resistência escrava na "Cidade D'arêa" oitocentista*; QUEIROZ, Ivandro Batista. *Sonhos de uma liberdade republicana, nas páginas do jornal Verdade, Areia – PB (1888-1892)*; QUEIROZ, Ivandro Batista. *O ideário da propaganda republicana na Parahyba do Norte, através das páginas do jornal “Verdade”, da cidade de Areia, PB (1888-1892)*.

presentes na assembleia discursaram, inclusive Joaquim da Silva. Apesar de alguns dos membros se pronunciarem e essa reunião ocupar toda a primeira página do jornal *Arauto Parahybano*, conforme a notícia do dia 29 de abril de 1888, apenas alguns sujeitos, contudo, tiveram suas falas destacadas e elogiadas pelo jornal. Joaquim da Silva aparece em dois momentos: numa lista dos nomes dos que discursaram e em outra lista dos que fariam parte da comissão abolicionista da capital paraibana. Não foi apresentado nenhum detalhe sobre o seu discurso, o que demonstra que o prestígio que tinha em sua cidade não era o mesmo na capital.

É importante lembrar que o Movimento Abolicionista ocorria por um pequeno grupo de homens brancos de uma única ideologia partidária, sem a participação da maioria da população. De acordo com Silva (2013), estes homens de letras tinham a função de compreender e solucionar os problemas nacionais do seu tempo bem como importar o que havia de melhor no mundo civilizado, ou seja, o que a cultura europeia poderia oferecer. De certa forma, para esses homens oitocentistas, toda e qualquer manifestação deveria demonstrar a sua sagacidade, uma vez que eram responsáveis por irem além dos seus gabinetes de leitura e dos seus textos.

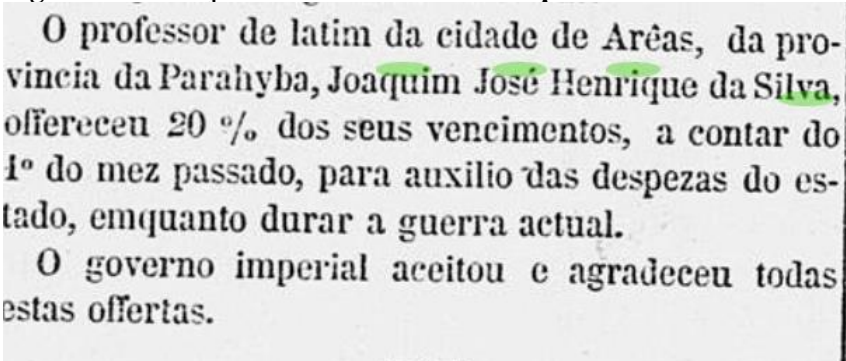
A Comissão Abolicionista, entretanto, criada na capital paraibana foi acalentada com a revogação da escravatura em 13 de maio de 1888, o que resultou no seu desaparecimento. Mesmo envolvido em diversas ações políticas, culturais e educacionais, não foram identificados, nos jornais, opositores a Joaquim da Silva.

Após a sua morte, ocorrida na cidade de Recife, em 18 de julho de 1889, alguns elogios fúnebres foram publicados nos periódicos – *Gazeta da Parahyba* (4), *Gazeta do Sertão* (1) e *O Liberal Parahybano* (1) – por familiares, amigos, políticos e ex-alunos. Esses fragmentos de jornais, denominados de “monografia de circunstância: elogios fúnebres ou ligados a uma circunstância particular (breves, muitas vezes presentes na imprensa escrita)” (Borges, 2021, p. 213), nos permitiram ter contato com a vida do autor e confrontar os textos biográficos escritos ao longo do século XX, que visavam homenageá-lo e descrevê-lo como homem humilde e autodidata.

Cumprе salientar que, embora Joaquim da Silva tenha assumido o magistério aos vinte e um anos (1841), as cadeiras de Latim e Francês já existiam desde 1835. Além disso, os pais foram capazes de custear os estudos dos outros irmãos, mesmo que não pertencessem a uma família com grandes recursos para que esses pudessem cursar um curso superior de prestígio, como Direito ou Medicina, conseguiram financiar um mínimo de estudos para Joaquim da Silva e seus irmãos, alicerçando-os como uma minoria letrada influente na cidade em que residiam. O autor do *Manual do Estudante de Latim* demonstrou ser um típico homem de letras oitocentista, que não se limitava a apenas uma atividade; do contrário, estava sempre exercendo

diversas funções ao mesmo tempo, ao longo da vida. Não dependeu apenas do magistério para sobreviver e chegou até a doar parte do seu salário como professor para custear a Guerra do Paraguai (1864-1870), como é possível conferir na figura 21:

Figura 21 – Doação dos vencimentos como professor



O professor de latim da cidade de Aréas, da provincia da Parahyba, Joaquim José Henrique da Silva, offereceu 20 % dos seus vencimentos, a contar do 1º do mez passado, para auxilio das despesas do estado, emquanto durar a guerra actual.

O governo imperial aceitou e agradeceu todas estas offertas.

Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ), 15 mar. 1865, p. 1.

É provável que esse tipo de iniciativa tenha como objetivo promover-se perante a Corte Imperial, mas isso revela que o autor não era tão humilde quanto a maioria dos docentes do século XIX que, com muita dificuldade, sobreviviam do magistério. Além disso, é importante considerar que exerceu a função de Deputado provincial em cinco mandatos, numa época em que era necessário ter uma renda mínima de 400 mil-réis para desempenhar essa função.

Assim, ao compreender a trajetória do escritor, abordaremos nas próximas subseções a organização e o conteúdo pedagógico do seu *Manual do Estudante de Latim*.

5.2 A organização do estudo de Latim no livro *Manual do Estudante de Latim*

A organização de uma obra tem como objetivo alcançar um determinado público leitor. Embora exista um nicho a quem pretenda atender o livro escolar – o conhecimento não fica limitado às fronteiras pré-estabelecidas –, a produção e a organização por parte dos autores e editoras têm como objetivo este público-alvo. Para atingir esse público, é pensada uma organização didática com uma leitura com sinais visíveis, como: títulos antecipados, resumos, gravuras, índice, parágrafo etc. É preciso, porém, fazer uma distinção, pois “os autores não escrevem livros: não, eles escrevem textos que se tornam objetos escritos, manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados” (Chartier, 1998a, p. 17). É sobre estas formas tipográficas de que esta subseção trata, uma vez que a história literária clássica concebia a obra como um “texto abstrato”, pois os recursos tipográficos não eram relevantes. Afinal, a forma material que os textos suportam contribuem amplamente para modelar as expectativas do leitor,

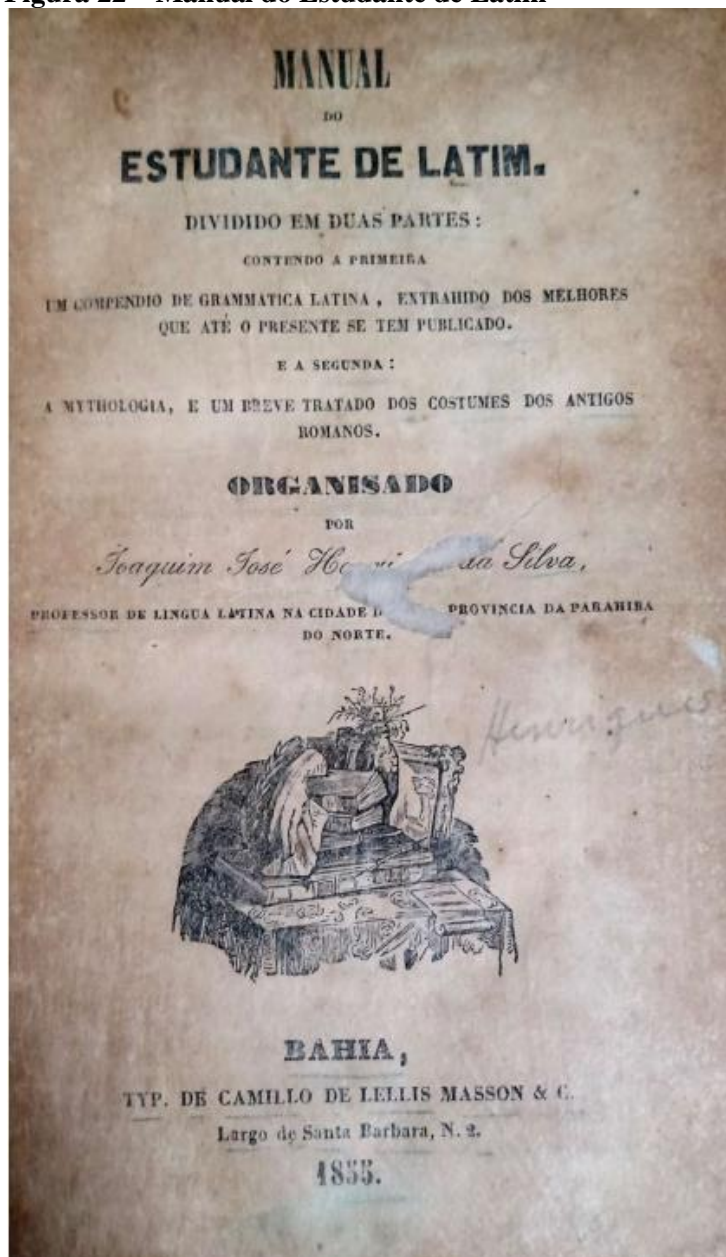
além de se ampliar para um novo público e incentivar novos usos (Chartier, 1998a). Dessa forma, estabelece-se uma ligação entre o texto, o livro e a leitura.

No *Manual do Estudante de Latim* de Joaquim da Silva, essa organização didática não é exceção. A obra é dividida em duas grandes partes que são apresentadas na folha de rosto. Ao ler a obra, no entanto, é possível notar que ela tem outras subdivisões, como a folha de rosto, a epígrafe, o prólogo, o conteúdo (a gramática latina e os textos sobre os gregos e romanos) e o índice. Estas subdivisões no livro escolar foram usadas para organizar a análise desta seção, sem se limitar a elas. No que diz respeito ao conteúdo, será abordada a sua organização, mas será no próximo tópico que nos aprofundaremos nas lições e nos procedimentos metodológicos.

Na folha de rosto do livro há diversas informações, tais como o nome da obra, o resumo do conteúdo, o nome do autor, a marca, a tipografia e o ano. Conforme Chartier (1998a), os elementos que compõem uma obra não possuem uma estrutura rígida, por poderem sofrer alterações ao longo do tempo e do espaço. Os livros europeus dos séculos XVI a XVIII, que ele analisou, continham, por exemplo, na folha de rosto, outros dados perigráficos, como a licença e o valor da obra.

Na folha de rosto (Figura 22), vê-se que o título foi produzido em letras grandes em caixa alta e, logo após, uma breve explicação de como o conteúdo do manual está organizado:

Figura 22 – Manual do Estudante de Latim



Fonte: Silva, 1855.

Em linhas gerais, a primeira parte apresenta explicações e lições da gramática latina e, em menor grau, as regras da língua portuguesa; a segunda parte apresenta um apanhado de textos que abordam histórias mitológicas greco-romanas, ritos religiosos, costumes e tratados sobre os romanos, com o objetivo de contextualizar a cultura e o meio social em que a língua está inserida. No prólogo do livro, composto por três páginas, Joaquim da Silva (1855, p. I) explica o motivo pelo qual optou por acrescentar, junto à gramática latina, textos sobre a cultura greco-romana.

Reunir em um só volume as principaes regras, que sobre a Grammatica Latina se acham disseminadas nas obras dos mais acreditados Grammaticos; coordina-las, e expô-las com aquella clareza e precisão, tão recommendaveis em um compendio; foi o meu primeiro intento ao traçar o plano deste pequeno, porém arduo trabalho, que tenho a honra de oferecer aos meus patrícios: mas ao concluir essa tarefa me pareceu que não faria pequeno serviço, se lhe juntasse uma noticia de Mythologia ou historia da antiga religião dos Grêgos e Romanos, e bem assim um breve tratado dos costumes e cerimonias tantos civis, como religiosas dos antigos Romanos; cousas estas necessárias para melhor conhecimento dos Classicos Latinos.

Sua intenção, ao que nos parece, foi a de reunir em uma única obra as regras gramaticais e textos que contextualizavam a história na Antiguidade, de modo a facilitar a compreensão dos Clássicos, conteúdo obrigatório no Ensino Secundário. Dessa forma, o autor buscou simplificar o estudo do Latim mediante uma única obra, sem a necessidade de consultar outras, apresentando, no final do prólogo, os benefícios da aquisição do livro:

O que entretanto posso assegurar é que com a aquisição deste Manual poderão os pais de familia, principalmente os menos abastados, forrar-se as despesas da compra de muitos livros, entre nós ainda muito caros; e que os principiantes em vez de irem procurar em diferentes escriptores as explicações, de que possam carecer, acha-las-hão neste Manual expostas em ordem, e acompanhadas quase sempre de exemplos tirados dos Classicos (Silva, 1855, p. III).

Além de focar na redução do custo escolar para as famílias dos estudantes secundaristas, uma vez que o curso de Latim poderia durar de 3 a 4 anos, a intenção era simplificar o processo de aprendizagem dos estudantes por meio do uso de um único livro, dado que os livros eram produtos caros, que não circulavam com facilidade.

Como um homem de letras oitocentista, vê-se na sua obra que se trata de um educador preocupado com as urgências do seu tempo, usando a sua pena para compreender e resolver os problemas relacionados ao seu contexto social (Silva, 2013). No caso de Joaquim da Silva, seria por meio do seu *Manual do Estudante de Latim* que as famílias paraibanas poderiam amenizar os custos com a educação, uma vez que a maioria dos paraibanos vivia da agropecuária e de pequenos comércios, o que levava muitos estudantes a não concluírem o Secundário. Deve-se, porém, considerar que o autor, além de educador, desempenhava um papel na política local, o que também pode configurar um discurso político com o objetivo de alcançar o poder, uma vez que, quando conseguiu publicar o seu livro escolar, em 1855, já estava no terceiro mandato como Deputado provincial, o que o tornava ciente dos problemas da Educação.

Embora o livro escolar tivesse como objetivo final o estudante, também foi direcionado aos educadores, uma vez que eles deveriam ensinar os alunos sobre como utilizar o livro. Dessa

forma, é possível notar que o autor dirige de forma direta as suas orientações aos professores por meio do prólogo, das notas explicativas e dos textos sobre as histórias e tratados greco-romanos. Ademais, o *Manual do Estudante de Latim* também foi usado por conhecedores da língua latina na Paraíba, como é mencionado em um dos elogios fúnebres publicado no jornal: “Deixa uma estimada obra que é consultada mesmo pelos proficientes, uma grammatica latina, lingua em que era muito versado” (Gazeta da Parahyba, 18 jul.1889, p. 5). Este fragmento demonstra que a obra estava sendo utilizado para se aprofundar o conhecimento da língua, superando o que o autor havia proposto.

Ainda na folha de rosto, destacamos Joaquim da Silva como organizador, uma vez que havia “extrahido dos melhores que até o presente se tem publicado” (Silva, 1855). Além de antecipar essas informações na obra, Joaquim usa a seguinte expressão antes do seu nome: “organizado”, demonstrando que não se identificava como criador do seu livro, como se as suas contribuições fossem secundárias diante das referências utilizadas, como: *Syntaxe de Dantas*, *Arte do Padre Pereira* e outros que menciona ao longo do texto. A utilização de outros textos como base no século XIX já era uma prática habitual que se processava havia bastante tempo.

Hansen (1999) explica que, no século XVIII, em um colégio jesuítico no Maranhão, embora tivessem sido escritas cerca de 40 teses com base nos textos de Santo Tomás de Aquino, as orientações dos padres levaram a fazer com que essas produções se tornassem repetitivas e enfadonhas, uma vez que seus textos citavam umas às outras, além de se utilizarem os mesmos textos como referências. Esse evento ocorreu entre 1700 a 1730, o que transformou as “leituras em um programa de interpretação unívoca, que visava a tornar os discursos monoliticamente idênticos em termos da ortodoxia da doutrina, apagando deles toda veleidade de formulação individual” (Hansen, 1999, p. 181), um processo provocado pela censura real e inquisitorial.

De acordo com Chartier (1998), esse tipo de cruzamento de textos teria sido produzido entre os séculos XVII ou XVIII, pois a alteração no regime de citações dos textos era percebida nos discursos “científicos” e “literário”. Sendo assim, a questão que se coloca para futuras pesquisas é: Se os outros manuais latinistas que circulavam no século XIX citavam ou apresentavam as obras usadas na produção da gramática latina, como fez Joaquim da Silva?

Esse não era o contexto que Joaquim vivia. O fato de ter usado as duas principais gramáticas latinas da época como referência não significava que fizesse simples cópias dos textos. Cabe ressaltar que ele tinha uma vasta prática com o ensino de Latim, experiência que utilizou para elaborar o Manual, que transformou todo o conteúdo de um curso inicial de Latim disperso em alguns livros escolares em um único material que poderia ser usado em todo o Ensino Secundário durante 3 ou 4 anos. Além disso, as principais gramáticas latinas

apresentadas no prólogo – *Syntaxe de Dantas* e *Arte do Padre Pereira* – foram amplamente utilizadas no Brasil desde o século XVIII, substituindo a Gramática de Padre Álvares, recomendada pelo *Ratio Studiorum*, mas que foi proibida durante a Reforma de Pombal. Assim, as gramáticas de Dantas e Pereira foram usadas como referência para o ensino de Latim até o final do século XIX bem como para a produção de outras gramáticas latinas.

Temos de atentar para o fato de que, apesar de as duas gramáticas serem mencionadas no prólogo do *Manual do Estudante de Latim*, logo após, há uma sequência de símbolos – &c. &c. – que foi possível identificar como etecetera, o que sugere que houve a utilização de outras obras para a produção do Manual. Essas outras obras vão aparecer no texto por meio de citações, ora nas notas de rodapé, ora no corpo do texto principal – como Lancelot, Perizonio, Prisciano.

Outro detalhe importante que observamos é que, apesar de se identificar na folha de rosto como organizador, Joaquim da Silva se contradiz no prólogo. Sobre isso, segundo Chartier (1998a, p. 41-42), é preciso considerar que a produção de um livro é a forma particular como o autor “produz, reúne, exprime os conceitos que ele apresta”, pois a criação de um livro é o “resultado de um processo orgânico, [...] investido de originalidade por uma estética, o texto adquire uma identidade imediatamente atribuída à subjetividade de seu autor”. Vejamos, nos excertos a seguir, a contradição a que nos referimos acima:

Bem sei que nós, os que ensinamos, costumamos indigitar aos discípulos os livros, que devem consultar, taes como o Novo Methodo do dito Padre Pereira, a Syntaxe do Dantas &c. &c.; mas quem não vê que muitas vezes os principiantes nem se quer sabem consultar aquelles expositiores nos lugares correspondentes, e que outras muitas não podem conciliar opiniões encontradas, resultando d’ahi dispêndio de tempo, desencadeamento de idéas já adquiridas, enleio e completa confusão?

Foi para obviar todos esses inconvenientes, que tomei a peito organizar o Manual do Estudante de Latim, contendo primeiramente um Compendio de Grammatica Latina, o qual pela precisão de suas regras, e exacção das definições satisfará, **como me parece, ás condições do ensino da dita lingua.**

Juntei á cada pagina copiosas notas explicativas daquelas regras, que não sendo preciso decorar, todavia se podem aprender com o continuado uso de as lêr.

[...]

Tratando da Syntaxe, a parte mais essencial do systema gramatical, **não pude deixar de expender em numerosas e copiosas notas quanto de melhor encontrei nos mais eminentes gramáticos,** cujos escriptos pude colher, juntando-lhe de mais a mais alguns modelos de analyse gramatical para auxiliar a fraca comprehensão dos principiantes.

[...]

E não obstante todas essas adições, tem o compendio a vantagem de ser mais abreviado de que a Arte do Padre Pereira, porque, ainda que contenha numerosas notas, he mui resumido no que é essencial saber-se de cór.

[...]

Resta-me dizer que nesta obra pouco ha de meu, sendo tudo ou quasi tudo de lavra alheia; pois bem sabido é que em obras da natureza desta não há originalidade: propriedade minha é a organização ou nova fórmula que dei a esse todo, que desejo seja util ao publico, unico alvo, a que procurei attingir (Silva, 1855, p. I-III, grifos nossos).

Ao ler as suas justificativas, Joaquim da Silva reconhece que não é apenas um agrupamento de recortes extraídos de outras gramáticas latinas, mas uma nova forma de ensino, ou seja, um novo método de gramática latina que usará a leitura intensiva. Isso demonstra que, até aquele momento, nenhuma obra de gramática latina havia sido satisfatória em sua totalidade, o que o levou a utilizar outras obras para complementar. De forma direta, o autor expõe que a gramática do Pe. Pereira não era o suficiente para o ensino de Latim. Essa estratégia de comparação é comumente utilizada pelos autores de livros escolares, possivelmente com o objetivo de conseguir substituir o livro de Pe. Pereira pelo seu, nos locais de ensino público, na província, como o Lyceu Parahybano. Ao comentar sobre a obra, Joaquim da Silva expressa sua opinião quanto ao método do Padre, para o ensino de Latim, quando diz que:

Qualquer, que se tenha dado ao arduo trabalho de ensinar, como convém ser ensinada a Língua Latina, virá no conhecimento de que a Arte do Padre Pereira, porque vulgarmente se ensina, como quanto magnifica seja pela sua concisão e ordem das materias, não é todavia sufficiente para que os discipulos se ponham em dia com toas as regras e preceitos indispensaveis, já não digo para compôr, se não para traduzir (Silva, 1855, p. I).

Como já foi mencionado, Joaquim assumiu a cadeira de Latim em 1841, quando tinha 21 anos. Esses quase catorze anos de experiência estão expostos na folha de rosto: “Professor de Língua Latina na Cidade d’Areia, Provincia da Parahyba do Norte” (Silva, 1855, folha de rosto). Uma forma de validar ao leitor que ele sabia o que estava fazendo, demonstrando a sua experiência no ensino latinista.

Ainda sobre a questão de Joaquim da Silva se identificar como o organizador da sua obra, isso pode ser explicado por muitos de seus biógrafos, que o descrevem como um homem modesto e com senso de justiça. Essa posição assumida pelo latinista estaria, então, associada a uma questão moral, uma vez que utilizava os textos de Cicero com admiração. Segundo Sena (2017), os autores da Antiguidade eram dignos de serem imitados por homens de letras do século XIX. Assim, no último parágrafo do prólogo, é apresentado mais um traço da sua personalidade como professor:

Resta-me também rogar a todas as pessoas judiciosas e instruidas, que se dignem communicar-me os erros, que nesta obra encontrarem, para melhor

perfeição de alguma edição futura; pois lembrado estou do pensamento de Cícero: – *cujusvis est hominís errare; nullíus, nisi insipiéntis, perseveráre in erróre.*⁹⁷ (Silva, 1855, p. III, grifo do autor).

Ao demonstrar que não possui conhecimento sobre tudo relacionado ao Latim, o autor emprega uma tática semelhante a de um escritor de livros escolares, assumindo o compromisso de corrigir futuras edições, as quais, de fato, nunca ocorreram, como foi mencionado em seu centenário de vida: “Desse livro magnífico está exgotada a edição que livreiros têm querido reproduzir, sem que hajam, entretanto, até hoje entrado em combinação commercial com os membros da numerosa prole do ilustre mestre” (O Norte, 3 jul. 1920, p. 1). A partir deste fragmento biográfico, pressupõe-se um suposto interesse das livrarias após a morte do autor (1889). A despeito desse interesse, é importante considerar que, no início do século XX, já se havia iniciado a produção de novas gramáticas latinas, com abordagens mais modernas, o que contraria esse interesse por uma nova edição do *Manual do Estudante de Latim*.

Em meados do século XIX, nos permitimos dizer, só havia um artigo – art. 261, do Código Criminal de 1830 – que tratava sobre a reprodução de obras no Brasil. Segundo Chartier, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, iniciou-se o direito à propriedade intelectual, estabelecendo-se as regras para a reprodução por parte dos editores e autores. Desde o século XVI, já existia, contudo, o conceito de plágio e o repúdio aos trabalhos copiados (Chartier, 1998a). No que diz respeito ao Brasil, sem arriscar cometer um anacronismo, o *Diccionario da Lingua Brasileira* (Pinto, 1832, p. 831) apresenta os seguintes verbetes: “Plágio, s. m. Fraude do plagiario”, que será melhor explicado no próximo verbete na mesma página: “Plagiario, s. m. O que traslada para as suas obras o que acha em outros autores, palavra por palavra”. Apesar de existirem um conceito e uma definição sobre as cópias que se faziam de uma obra, ou de parte dela, não havia uma legislação específica que proibisse apropriação intelectual. Torresini (2010), discute, brevemente, a publicação não autorizada de obras por tipografias da província do Rio Grande do Sul, chegando a afirmar que obras de autores de outras províncias eram o principal negócio de algumas editoras no século XIX.

Se visto desta perspectiva, o fato de Joaquim da Silva ter utilizado as obras como base e reorganizá-las com nova estrutura não configura plágio, pois, desde a primeira página do prólogo, ele faz referência às obras que o auxiliaram na elaboração do compêndio, sem se apropriar de forma indiscriminada da produção intelectual. Como ele mesmo afirma, “pois bem sabido é que em obras da natureza desta não há originalidade: propriedade minha é a

⁹⁷ “A culpa é de todo homem; ninguém, exceto um tolo, deveria persistir no erro.” traduzido pelo *google tradutor*.

organização ou nova fôrma que dei a esse todo” (Silva, 1855, p. III), apresentando, no final, o sentido de sua autoria.

Por isso, é importante considerar o dinamismo sociocultural, que está ligado às mudanças nos dispositivos formais e materiais, uma vez que essas alterações provocadas nas obras e nos objetos produzem o seu próprio nicho social de recepção (Chartier, 1998a). Assim, ao reorganizar o ensino de latim, o autor configura uma nova orientação educacional e práticas pedagógicas, a cujas necessidades as obras que circulavam não atendiam, podendo existir outras com as mesmas precisões.

Ainda na folha de rosto, uma marca aparece na parte inferior da página, ocupando um lugar de destaque e um quarto do espaço. Ao examinar a imagem, percebe-se que ela é composta por uma mesa revestida com tecido e sobre ela um conjunto de itens, como livros, papel, pena, luva, galho e jarro com plantas (Figura 22). Alguns itens presentes na marca simbolizam a vida de um professor de Latim, como a pena, um recurso indispensável para os escritores e professores; os livros empilhados, que fazem parte da rotina de quem estuda; o galho de louro escorado nos livros, um símbolo de boa sorte da cultura greco-romana. De acordo com Chartier (1998a), a imagem presente na folha de rosto do *Manual do Estudante de Latim* é denominada de “marca do impressor”, uma característica que remonta às obras do século XVII, nas quais essa marca ocupava dois terços do espaço atribuído ao livreiro-editor.

Assim, para compreender a marca presente na folha de rosto do *Manual do Estudante de Latim*, foi necessário analisar algumas das obras impressas pela *Typographia Camillo de Lellis Masson & C.* Nas folhas de rostos dessas, observou-se que não havia uma marca única, mas sim diversas figuras que simbolizavam as características dos seus autores, como a obra *A estatua e os mortos: poesia* (1862), de Francisco Moniz Barretto⁹⁸. Na folha de rosto desse pequeno livro de poemas, composto por 16 páginas, há símbolos relacionados ao teatro e a música (Figura 23). São elementos relacionados à vida do poeta, que se dedicou às artes cênicas quando assumiu o cargo de administrador do Teatro São José, despertando-lhe a paixão pelo palco, sobretudo pelo canto, no qual demonstrou grande entusiasmo.

⁹⁸ Francisco Moniz Barreto (1804 e 1868) é nascido na Vila de Jaguaripe, na Bahia. Estudou Jurisprudência na Universidade de Coimbra, participou dos movimentos precursores da independência do Brasil e teve boas relações com as influências políticas da sociedade do Rio de Janeiro, tendo trabalhado na redação dos Correios da Câmara dos Deputados e do Diário do Rio de Janeiro. Após o término da carreira na Corte, ele retorna à sua província natal, sendo nomeado escriturário da alfândega. Sua produção literária inclui: *Clássicos e Românticos* (1855), *Poema Consagrado à S. Majestade, a Imperatriz D. Teresa Maria Cristina* (1860), *A Estátua e os Mortos* (1862), entre outros.

Outra marca analisada foi a presente na obra de Dom Manoel Joaquim da Silveira⁹⁹, *Carta pastoral* (1862), composta por 79 páginas, elaborada para protestar contra a fragmentação da Bíblia e sua tradução para o português no território brasileiro. A marca na folha de rosto apresenta elementos que simbolizam a Igreja Católica, o que demonstra que os itens que a constituem estão relacionados à instituição religiosa, já que o autor do texto era um líder religioso da instituição (Figura 24).

Faz-se necessário mencionar que algumas obras impressas pela *Typographia Camillo de Lellis Masson & C.* não possuem marca. Em vez disso, um traço ocupa o espaço, o que sugere que a marca e o espaço pertenciam aos autores das obras, podendo supor que, se eles não possuíam a sua própria marca, a tipografia não ocupava o espaço. Afinal, quando o autor arca com o custo da impressão do livro, possui maior autonomia para tomar decisões sobre a sua forma (Chartier, 1998a). Vale lembrar que Joaquim da Silva conseguiu os recursos necessários para a impressão – não que seja o caso das outras obras impressas na *Typographia Camillo de Lellis Masson & C.* –, mas o fato de não haver menções sobre a influência da tipografia no *Manual do Estudante de Latim* mostra que muitas das decisões no formato da obra foram tomadas pelo autor.

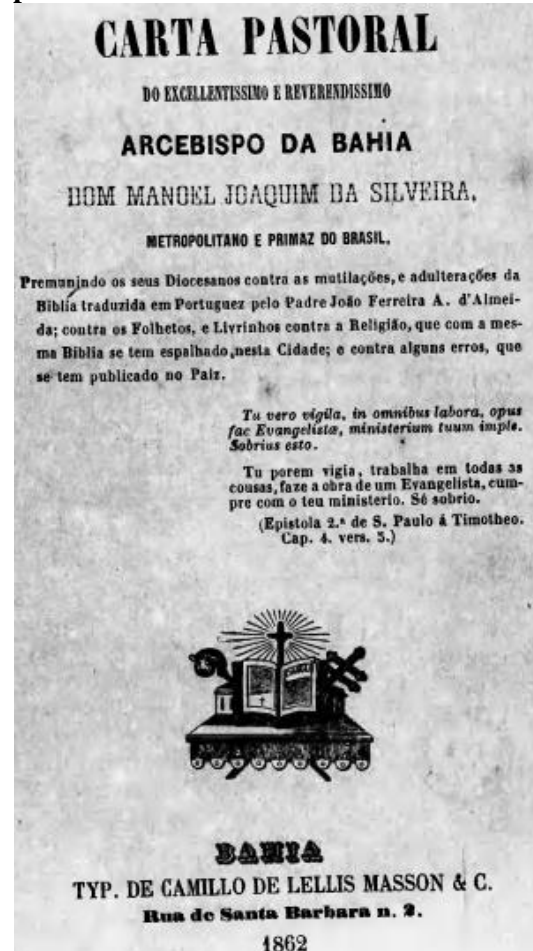
⁹⁹ Dom Manoel Joaquim da Silveira (1807 a 1875), nascido no Rio de Janeiro, foi sacerdote brasileiro e ocupou diversos cargos na Igreja Católica: reitor, cônego, secretário, inspetor, bispo e arcebispo, ademais foi o primeiro e único conde de São Salvador. Além da obra *Carta pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo da Bahia, Dom Manoel Joaquim da Silveira, metropolitano e primaz do Brasil* (1862), também produziu *À Igreja do Maranhão graça e paz da parte de Deus Padre e da de Nosso Senhor Jesus Cristo* (1857); *Representação Dirigida a Sua Majestade o Imperador acerca da Proposta do Governo sobre o Casamento Civil* (1859); *Carta Pastoral Saudando e Dirigindo Algumas Exortações aos Seus Diocesanos* (1852); *Carta Pastoral Prevenindo os Seus Diocesanos contra os Erros Perniciosos de Espiritismo* (1827); *Pastorais do Arcebispo da Bahia e do Bispo do Pará, Condenando os Erros da Maçonaria* (1873); *Carta Pastoral Publicando o Breve de Sua Santidade o Papa Pio IX* (1873); *Carta Pastoral Anunciando o Jubileu Concedido pela Sua Santidade o Papa Pio IX pelas Letras Encíclicas de 8 de Dezembro de 1864* (1865).

Figura 23 – Folha de rosto: A estatua e os mortos



Fonte: Barreto, 1862

Figura 24 – Folha de rosto: Carta pastoral



Fonte: Silveira, 1862

As marcas nas folhas de rosto perduraram até o século XIX, como evidenciado na *Typographia Camillo de Lellis Masson & C.*, ou como na obra de Antonio Alves Pereira Coruja, autor de um Manual de Latim do século XIX, cuja marca registrada consistia em uma coruja e as iniciais do autor. Nesses exemplos, as marcas nas folhas de rostos evoluíram de uma identificação do impressor para uma identificação do autor.

No *Manual do Estudante de Latim* de Joaquim da Silva, é possível notar que muitos dos elementos de informações que estão na capa¹⁰⁰ (Figura 25) são repetidos na folha de rosto

¹⁰⁰ Na segunda metade da década de 1990, Francisco Gaudêncio encontrou a capa do *Manual do Estudante de Latim* no Museu Regional de Areia. A capa do Manual estava entre outros documentos, tendo sido obtida uma cópia e apresentada nos anexos do livro: *Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do império* (2007). Já em 2023, durante uma visita ao Museu Regional de Areia, em conversa com o administrador, relatou-me que o monsenhor Ruy Vieira, religioso que era responsável pela Igreja Matrix da cidade, era visto como um guardião da história da cidade. Este relato é corroborado pela biografia de Domingo de Azevedo Ribeiro, *Monsenhor Ruy Vieira Pároco Emérito de Areia* (2003), que demonstra a confiança que os areienses tinham ao deixar sob a guarda do monsenhor os itens que as famílias mantinham há gerações, como quadros, fotografias, objetos pessoais, documentos, jornais e revistas, que contavam a história da cidade. A boa vontade em preservar a história de Areia levou a acumular e expor alguns desses itens no Museu, o que resultou em um volume

(Figura 22), com apenas o acréscimo da organização do conteúdo e a mudança da marca. Na capa, a marca se apresenta de forma simples, com uma coroa de louro, que se diferencia da marca na folha de rosto, que apresenta diversos elementos que compõem a vida de um professor oitocentista.

Figura 25 – Capa do Manual do Estudante de Latim



Fonte: Gaudêncio, 2007.

No final da folha de rosto, são apresentadas as informações sobre a tipografia, como o nome e o local; essas informações são repetidas na última página do Manual. A obra, como já mencionado na seção anterior, foi produzida na Bahia em 1855. A folha de rosto, de acordo com Chartier (1998a), era uma forma criada pelo Estado e pela Igreja para controlar a impressão, a circulação e a venda de livros no século XVI. Por isso, era exigido o nome do mestre-impressor, o endereço e a marca bem como o nome do autor e o ano da impressão,

considerável de artefatos. Após a morte do Monsenhor em 2008, o prédio ficou fechado por alguns anos, retornando a funcionar em 2012. Esse fechamento foi repetido durante a Pandemia da COVID-19, entre 2020 e 2022. Isso acarretou a perda de vários artefatos, incluindo a capa original do manual latinista.

surgindo assim a folha de rosto com todas essas informações. Só depois, a folha de rosto passou a apresentar as informações sobre a obra para atrair o cliente, apresentando uma série de dados relevantes, como a antecipação do título da obra, a organização dos conteúdos, dedicatória e outras informações relevantes sobre o autor.

Outro recurso do manual que mostra com maior detalhe a organização é o *índice*. Nele, é apresentado, de forma minuciosa, todo o conteúdo do Manual, ocupando cerca de cinco páginas, divididas ao meio por uma linha na vertical, onde estão dispostos todos os assuntos em forma de lista, com letras pequenas e a localização da página ao lado. O índice apresenta, nas duas primeiras páginas, quase todos os componentes do compêndio da Gramática Latina. Apresenta também a segunda parte do Manual, que trata da mitologia greco-romana e dos tratados e costumes romanos.

Apesar de apresentar a estrutura organizacional do Manual, o índice está localizado no final da obra, o que era bastante comum no século XIX, uma vez que é uma característica típica dos livros escolares desse período, que foi herdada dos livros europeus do século XVI. Os seus ancestrais, os *codex*, apresentavam uma lista com os nomes dos textos integrados à obra. Essa estrutura só será alterada no século XX, com as novas organizações editoriais.

Conforme Araújo (2022), o índice se configura como uma espécie de mapa que delimita a organização da obra, servindo como uma geografia no texto. Por meio dele, é possível “indicar estratégias de colocar em evidência determinados conhecimentos, assim como pode nos dar indícios do leitor que se pretendia formar. Outrossim, ainda nos revela uma praticidade na busca pelos conteúdos, indicando a respectiva página, dando uma visão geral da obra para o leitor” (Araújo, 2022, p. 90). Assim, revela uma praticidade na busca pelos conteúdos facilitados pela página que está sendo indicada ao lado, ofertando ao leitor uma visão geral da obra.

Figura 26 – Índice referente à gramática latina

INDICE.	
Prologo.....	Pag. 1
Prémio.....	1
PARTE I. ETYMOLOGIA.	
Das partes da oração.....	2
PALAVRAS VARIÁVEIS.	
Capítulo I. Declinação dos Nomes.	
Do Substantivo.....	2
Do Adjectivo.....	3
Dos graus de significação dos Adjectivos.....	3
Das propriedades do nome.....	4
Primeira Declinação.....	6
Segunda Declinação.....	7
Tercera Declinação.....	8
Quarta Declinação.....	9
Quinta Declinação.....	10
Dos Substantivos compostos.....	11
Dos Substantivos irregulares ou anómalos.....	11
Dos Nomes defectivos.....	13
Dos Nomes abundantes.....	14
Declinação dos Adjectivos.....	15
Adjectivos da 1. e 2. Declinação.....	15
Dos Pronomes e suas Declinações.....	19
Pronomes Pessoaes.....	20
Pronomes Demonstrativos.....	21
Pronomes Relativos.....	22
Pronomes Interrogativos.....	22
Declinação dos Adjectivos Nume- raes.....	23
Da formação dos Comparativos e Superlativos.....	23
Taboa demonstrativa das termina- ções das declinações dos nomes Græcos conforme se acham escriptos e empregados pelos auctores Latinos.....	24
Capítulo II. Genero dos Nomes.	
§. 1. Do genero conhecido pela significação.....	27
§. 2. Do genero conhecido pela terminação.....	28
Do genero incerto.....	32
Capítulo III. do Verbo.	
Das diferentes sortes de verbos.....	33
Das modificações dos Verbos.....	34
Das conjugações dos verbos.....	35
Da formação dos verbos.....	35
Conjugação do verbo substantivo e auxiliar Sum.....	36
CONJUGAÇÕES REGULARES.	
1. Conjugação regular.....	39
2. Conjugação regular.....	46
3. Conjugação regular.....	53
4. Conjugação regular.....	58
Taboa dos tempos dos verbos dis- postos segundo a ordem da sua formação.....	65
Formação dos tempos de signifi- cação começada.....	67
Linguagens impessoaes passivas Conjugação dos verbos communs e deponentes.....	70
71	
CONJUGAÇÃO DOS VERBOS IRREGULARES.	
<i>Possum, potes, &c. Poder.....</i>	71
<i>Fero, fers, &c. Levár.....</i>	76
<i>Eo, is, &c. Ir.....</i>	81
<i>Fio, is, &c. Ser feito.....</i>	83
<i>Volo, vis, &c. Querer.....</i>	85
<i>Nolo, nonets, &c. Não querer.....</i>	87
<i>Malo, mavis, &c. Mais querer.....</i>	89
<i>Memini, &c. Lembrar-se.....</i>	90
<i>Novi, &c. Conhecer.....</i>	92
<i>Edo, edit, &c. Comer.....</i>	92
<i>Aio e Inquam, Dizer.....</i>	93
<i>Oeat, Quæso.....</i>	94
<i>Aveo e Salveo, Défit e Infit.....</i>	95
Conjugação do verbo impessoal <i>Penitet</i> (por enganosohe pes- soal).....	95
Capítulo IV. Preteritos e Supinos dos verbos.	
Preteritos e Supinos dos verbos da 1. conjugação.....	98
Preteritos e supinos dos verbos da 2. conjugação.....	99
Preteritos e supinos dos verbos da 3. conjugação.....	99
Preteritos e supinos dos verbos da 4. conjugação.....	102
Preteritos e supinos dos verbos communs e deponentes.....	103
Verbos que carecem de Preteri- to e supino.....	104

Fonte: Silva, 1855.

Figura 27 – Continuação do Índice referente à gramática latina

(314)		
Capitulo 5. do Participio.....	Pag. 105	Pag. 151
PALAVRAS INVARIÁVEIS.		
Capitulo 1. do Adverbio.....	105	151
Capitulo 2. da Preposição.....	106	151
Capitulo 3. da Conjunção.....	107	151
Capitulo 4. da Interjeição.....	108	151
PARTE II. SYNTAXE.		
Da Syntaxe e sua divisão.....	109	151
Capitulo 1. Syntaxe das palavras Syntaxe de concordancia.....	110	154
Syntaxe de regencia.....	113	154
Do Genetivo.....	113	154
Genetivo depois de adjectivos.....	114	154
Genetivo depois de verbos.....	114	154
Do Dativo.....	116	154
Do Accusativo.....	117	154
Do Vocativo.....	119	154
Do Ablativo.....	120	154
Da redução das phrases activas a passivas.....	122	154
Circunstancias expressas por Ac- cusativo ou Ablativo, regidos e preposições.....	123	154
Lugar onde.....	124	154
Lugar por onde.....	124	154
Lugar d'onde.....	124	154
Lugar para onde.....	125	154
Tempo em que alguma coisa suc- cede.....	125	154
Espaço de tempo, ou tempo de duração.....	125	154
Tempo desde que, depois que, ou depois do qual.....	126	154
Distancia e medida.....	127	154
Financia que.....	127	154
Principio ou parte d'onde.....	127	154
Materia.....	127	154
Modo, Instrumento, Causa, Pre- ço, Excesso.....	128	154
Dos Gerundios, Supinos e Partici- pios.....	128	154
Capitulo 2. Syntaxe das orações Varias especies de orações.....	139	154
Capitulo 3. Collocação das pala- vras.....	140	154
Capitulo 4. Collocação das ora- ções.....	142	154
Capitulo 5. Figuras de syntaxe.....	144	154
Enallage.....	145	154
Pleonasmio.....	146	154
Ellipse.....	146	154
Zeugma.....	148	154
Syllepse.....	149	154
Hellenismo ou Grecismo.....	149	154
Archaismo.....	150	154
Hyperbaton.....	151	154
PARTE III. PROSODIA.		
Advertencias previas.....	162	154
Das letras.....	162	154
Das syllabas e diphthongos.....	162	154
Capitulo 1. Quantidade das syl- labas.		
Dos diphthongos.....	163	154
Da vogal antes de vogal.....	163	154
Da vogal antes de duas consoan- tes, ou antes de uma duplex.....	164	154
Capitulo 2. Quantidade dos Pre- teritos e Supinos.		
Dos Preteritos e Supinos de duas syllabas.....	164	154
Dos Preteritos de syllaba dobra- da.....	165	154
Dos Supinos de mais de duas syl- labas.....	165	154
Capitulo 3. das voses derivadas e compostas.		
Da quantidade das Preposições.....	166	154
Capitulo 4. do Incremento dos Nomes.		
Capitulo 5. do Incremento dos Verbos.		
Capitulo 6. da quantidade das ul- timas syllabas.....	170	154
Capitulo 7. das figuras de dicção Taboas methodicas das termina- ções e dos incrementos dos no- mes e verbos com suas respec- tivas quantidades.....	171	154
Tratado das regras sobre a recta pronunciação das syllabas nas palavras da Língua Latina.....	175	154
Da Arte-Metrica.....	177	154
MYTHOLOGIA.		
Origem e utilidade da Mytholo- gia.....	190	154
	192	207

Fonte: Silva, 1855.

Por meio do índice, a organização do compêndio da Gramática Latina é dividido em três grandes elementos: “Etymologia”, “Syntaxe”, “Prosodia” (Silva, 1855, p. 313-314).

Na etimologia, veem-se as seguintes divisões:

- “Capitulo I. Declinação dos Nomes”;
- “Capitulo II. Genero dos Nomes”;
- “Capitulo III. do Verbo”; “Capitulo IV. Preteritos e Supinos dos verbos”.

Cada capítulo divide-se em mais alguns subcapítulos, todos acompanhados pela localização da página.

A syntaxe se distribui em mais seis capítulos:

- “Capitulo 1. Syntaxe das palavras”;
- “Capitulo 2. Syntaxe das orações”;

- “Capítulo 3. Collocação das palavras”;
- “Capítulo 4. Collocação das orações”;
- “Capítulo 5. Figuras de syntaxe”;
- “Capítulo 6. dos Tropos”.

Com exceção da colocação das palavras e das orações, todos os outros capítulos são decompostos em subcapítulos.

Por fim, a prosódia, que é dividida em mais sete capítulos:

- “Capítulo 1. Quantidade das syllabas”;
- “Capítulo 2. Quantidade dos preteritos e Supínos”;
- “Capítulo 3. Das voses derivadas e compostas”;
- “Capítulo 4. Incremento dos Nomes”;
- “Capítulo 5. Incremento dos Verbos”;
- “Capítulo 6. da quantidade das ultimas syllabas”;
- “Capítulo 7. das figuras de dicção”.

Apenas os capítulos 4, 5 e 6, não foram seguidos por subcapítulos.

Apesar de o Índice dividir a gramática em três grandes regras, o Proemio, que está localizado no início do *Manual do Estudante de Latim*, logo após o Prólogo, explica de forma resumida cada regra.

Dessa forma, o compêndio da gramática latina tem as seguintes divisões: “Etymologia, Syntaxe, Prosodia e Orthographia” (Silva, 1855, p. 1).

O estudo da ortografia não está apresentado no Índice, possivelmente um erro de digitação. As regras que compõem a ortografia, no entanto, estão presentes no final do compêndio de gramática, sendo organizadas da seguinte forma: “Uso das grandes letras”; “Risca de união”; “Appóstrophe”; “Trema”; “Pontuação”; “Uso da virgula”; “Ponto e virgula”; “Dous pontos”, “Ponto”; “Ponto de interrogação”; “Ponto de admiração”; “Parenthesis” (Silva, 1855, p. 202-206).

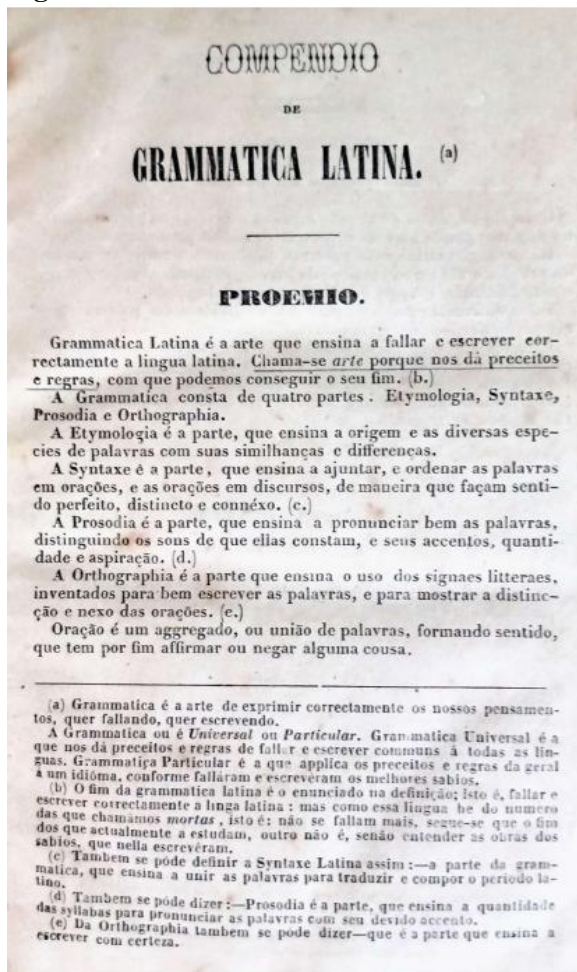
Como os estudos iniciam no Proemio, é possível notar alguns padrões que se repetem ao longo do compêndio, como as notas explicativas que ficam no final da página, identificadas por letras do alfabeto ou asteriscos, entre parênteses (Figura 28). Por vezes, são inseridas notas explicativas nas notas de rodapé, que são identificadas por asteriscos, entre aspas (Figura 29). A marcação com asteriscos também é utilizada para transmitir curiosidades existentes dentro das regras gramaticais, como ocorre com o nome *Jesus*, que possui apenas algumas derivações em Latim e é anunciada com asterisco:

O Santissimo Nome *Jesus* por ter somente o singular, entra na classe dos defectivos: declina-se assim:

- Singular - N. - *Jesus*.
- G. D. V. e Abl. - *Jesu*.
- Acc. - *Jesum*. (Silva, 1855, p. 13).

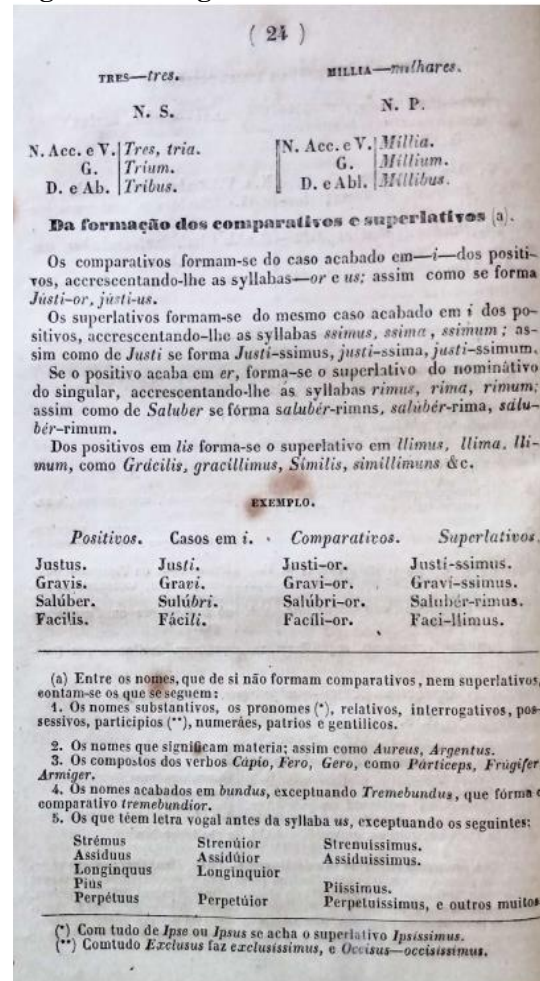
Em relação às notas explicativas, Joaquim da Silva (1855, p. II) se antecipa no Prólogo e explica a sua função: “Juntei á cada pagina copiosas notas explicativas daquellas regras, que não sendo preciso decorar, todavia se podem aprender com o continuado uso de as lêr”. Além de apresentar a organização do Manual, com suas inúmeras notas explicativas no final da página, as notas têm como propósito servirem “para auxiliar a fraca comprehensão dos principiantes”. A intenção era esmiuçar o conteúdo gramatical, mas de uma forma resumida, além de se buscar distanciamento dos estudos enfadonhos, o qual consistia em decorar tudo o que o professor ensinava e tudo o que se lia nos livros indicados por estes, um método praticado pelos Jesuítas.

Figura 28 – Proemio



Fonte: Silva, 1855.

Figura 29 – Página do Manual



Fonte: Silva, 1855.

Além das notas explicativas, outro recurso tipográfico utilizado eram os títulos e subtítulos, destacados com letras grandes em negrito ou em caixa alta, de forma centralizada. Esse destaque aumenta a fragmentação da gramática, facilitando a identificação das seções principais do texto. Enquanto isso, a distribuição uniforme do texto com bordas ajustadas confere uma elegante apresentação geral, deixando espaço para possíveis anotações nas margens. Além disso, os espaços entre as linhas proporcionam uma sensação de arejamento, tornando a leitura mais agradável e facilitando a compreensão do conteúdo.

Em geral, os parágrafos são pequenos, com uma média de 3 a 15 linhas de construção e um recuo curto que não se destaca. Esse novo formato de texto com parágrafos menores começou a surgir entre os séculos XVI e XVIII, criando, dessa forma, uma nova organização do texto, pois o mais comum eram os parágrafos mais longos (Chartier, 1998a), exemplos disso são as cartas Jesuíticas, que apresentam textos praticamente ininterruptos.

Essas mudanças foram motivadas pelas editoras europeias, que desejavam maior aeração nas páginas, de modo a quebrar a continuidade do texto, tornando-o mais legível, pois o objetivo das tipografias era retornar com os mesmos títulos de sucesso em um novo formato. Dessa forma, houve a adoção de uma nova forma de escrita, pois “uma leitura que fragmenta os textos em unidades separadas, e que reencontra, na articulação visual da página, as conexões intelectuais ou discursivas do raciocínio” (Chartier, 1998a, p. 19), possibilita ao leitor uma melhor compreensão do texto. Esse novo formato e formatação tipográfica não ocorreram ao mesmo tempo, mas, aos poucos, foi se configurando numa nova forma de leitura e interpretação.

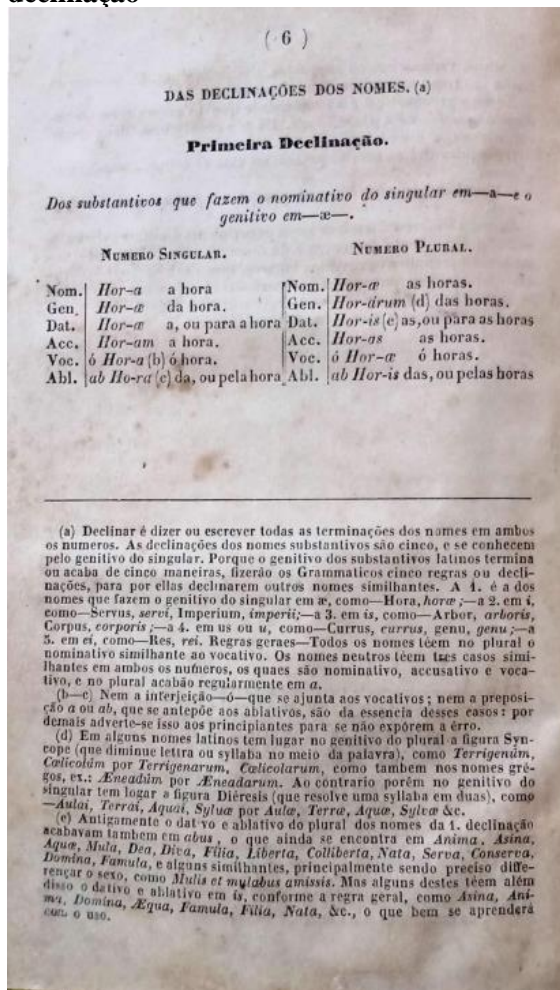
Com isso, ao término de uma regra ou para separar as notas de explicações, são traçadas linhas horizontais, de modo a tornar o texto mais organizado e mostrar que se está encerrando a definição de uma regra para se começar outra. As notas de explicações produzidas por Joaquim da Silva apresentam uma fonte um pouco menor, mas não tão pequena, de modo que seja fácil perceber. Sem a linha horizontal, o leitor desatento terminaria o texto principal e iniciaria uma explicação sem notar onde está seu começo ou término, perdendo-se na leitura (Figura 29).

A utilização de diversos signos é usada por todo o texto, para deixar a leitura organizada. Alguns exemplos são: parágrafos, asteriscos, chaves, além das linhas horizontais e verticais empregadas para melhor estruturar o estudo. Esse sistema de signos funciona de forma automática e impessoal, composto pela linguagem do texto ou pela forma como o objeto impresso é organizado (Chartier, 1998a). A própria paginação do manual é um exemplo de diferença entre o prólogo e o restante da obra. Enquanto o prólogo está escrito na primeira pessoa e a numeração da página está escrita em algarismo romano no canto superior direito da

página, no restante da obra, o número da página está escrito em algarismo indo-arábico, na parte superior e centralizada.

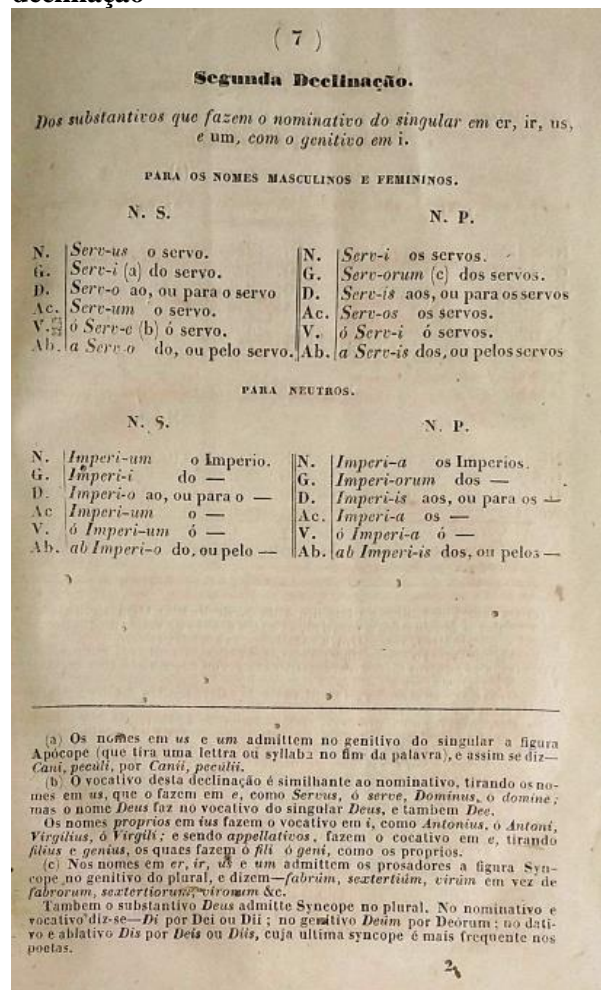
Além disso, outro recurso tipográfico é a utilização do formato itálico na escrita em Latim, quando se quer destacar algo relevante na explicação em Português. A escrita cursiva, semelhante à letra de mão, é repetida por todo o compêndio quando se utilizam palavras ou orações em Latim, uma forma de diferenciar-se da tradução em Português. À medida que vão apresentando um conceito e sua definição, as palavras são abreviadas, uma forma de poupar espaço e não ficar tão repetitivo, já que existe uma preocupação em deixar espaço entre linhas e entre uma lista de palavras e outra, sem ocupar o máximo de espaço da página. Às vezes, as abreviações dos conceitos ocorrem aos poucos. À medida que o estudo avança, o conceito que foi apresentado logo no início se reduz até terminar em apenas uma letra maiúscula, que será usada durante todo o estudo. Por exemplo, as *declinações dos nomes*, que evoluem da seguinte forma: “Nominativo; Genitivo; Dativo; Accusativo; Vocativo; Ablativo” > “Nom.; Gen.; Dat.; Acc.; Voc.; Abl.” > “N.; G.; D.; Ac.; V.; Ab.” (Silva, 1855, p. 5-7). Em poucas ocasiões, a abreviação é explicada na nota de rodapé, como no conteúdo sobre a *arte métrica*, que explana cada sigla: “B quer dizer *breve*, e L *longa*: assim tantos BB, quantas syllabas longas terá cada pé.” (Silva, 1855, p. 192). Neste caso, a explicação se limita a alguns exemplos sobre os elementos necessários para a produção de poemas. Dessa forma, o texto se torna organizado visualmente, apesar de os exemplos no Manual apresentarem listas extensas e as siglas ajudarem a manter uma aparência mais limpa, disposição que, em algumas passagens, acaba ocupando maior espaço, o que pode aumentar o custo de produção da obra (Figuras 30 e 31).

Figura 30 – Página do Manual: primeira declinação



Fonte: Silva,1855

Figura 31 – Página do Manual: segunda declinação



Fonte: Silva,1855

Já na segunda parte do *Manual do Estudante de Latim*, que trata da mitologia greco-romana, costumes e tratados romanos, Joaquim da Silva explica que são “cousas estas necessárias para melhor conhecimento dos Classicos Latinos” (Silva, 1855, p. I). Com a intenção de inserir o estudante no contexto histórico-social ao ler os textos do período clássico, o autor demonstra, em seu livro, a sua vontade de trazer um pouco da cultura dos gregos, já que os romanos a absorveram na sua maioria.

A integração da cultura grega começou com a vitória de Terento sobre a Grécia, o que proporcionou a Roma um florescer nas artes, como a literatura, que, até então, se manifestava de forma oral. O contato ocorreu por volta dos séculos III e II a. C., quando a literatura romana se desenvolveu e evoluiu, atingindo seu ápice no século I a. C. (Cardoso, 2011b). Essa influência da escrita, é explicada pelo autor no compêndio da Gramática Latina: “Os Latinos á imitação dos Gregos põe muitas vezes em dativo o nome que depois do infinito devia estar pela Syntaxe Latina em accusativo” (Silva, 1855, p. 112-113). Este trecho retirado da nota

explicativa sobre a sintaxe comprova a influência grega na gramática latina, o que resultou em uma escrita mais fluida e artística, o que, por sua vez, contribuiu para o campo literário dos grandes clássicos. Com isso, os estudantes do século XIX se depararam, ao longo dos estudos, com este enriquecido campo literário, que era usado principalmente para as lições de leitura, tradução e produção.

Para, no entanto, entender o contexto em que os clássicos foram escritos, de modo a não se tornarem leituras abstratas, Joaquim da Silva elaborou a segunda parte do seu *Manual do Estudante de Latim*. Além disso, a apropriação da literatura dos séculos I antes e depois de Cristo não se limitava apenas à aprendizagem da língua latina. Também é possível considerar que a contextualização sobre a Antiguidade e, posteriormente, a leitura da literatura clássica tinham o papel de influenciar os jovens oitocentistas a compreenderem a base da sociedade em que viviam – política, leis, valores, costumes e cultura – que, em maior ou menor grau, sofreu influência da sociedade greco-romana.

Por meio do índice referente à segunda parte da obra, observa-se que o conteúdo está organizado em cinco seções: “Mythologia”; “Dos semideuses e heroes”; “Divindades allegoricas”; “Lugares famosos na historia dos deuses do paganismo”; “Tratado sobre os costumes Romanos”.

Apenas a última seção – *Tratado sobre os costumes Romanos* –, é o maior assunto entre os outros e se divide em mais sete partes, cada uma delas com seus respectivos capítulos. Eis, a seguir, sua disposição:

“**Parte I.** – Capítulo 1. Da origem da cidade de Roma, e da divisão do povo em tribos e curias”; “Capítulo 2. dos Senadores”; “Capítulo 3. da ordem Equestre”; “Capítulo 4. Da ordem popular”; “Capítulo 5. Dos Comícios”;

“**Parte II.** Capítulo 1. Dos Magistrados em geral”; “Capítulo 2. dos magistrados em particular”; “Capítulo 3. Dos Magistrados Extraordinarios”; “Capítulo 4. Dos Magistrados Provinciaes”; “Capítulo 5. Dos ministros dos magistrados”;

“**Parte III.** Capítulo 1. Dos Juizos particulares”; “Capítulo 2. Dos Juizes publicos”;

“**Parte IV.** Da Religião dos Romanos. Capítulo 1. Dos ministros da Religião”; “Capítulo 2. Dos Ritos Sagrados”; “Capítulo 3. Dos jogos públicos”; “Capítulo 4. Da repartição e disbuição do tempo, segundo os antigos”;

“**Parte V.** Da Milicia Romana”;

“**Parte VI.** Da vida particular dos Romanos. Capítulo 1. Dos vestidos”; “Capítulo 2. Dos banquetes e comidas dos Romanos”; “Capítulo 3. Dos dinheiros, pezos e medidas”; “Capítulo 4. Dos casamentos entre os Romanos”; “Capítulo 5. Das gentes, familias e nomes

dos Romanos”; “Capitulo 6. Dos servos e do modo de os pôr em liberdade”; “Capitulo 7. Do patrio poder entre os Romanos”; “Capitulo 8. Dos funeraes entre os Romanos”;

“Parte VII. Conta Romana. Capitulo 1. Conta dos Romanos pelas letras”; “Capitulo 2. Conta dos Romanos pelos nomes ordinais distributivos, e advérbios”.

Todos os capítulos são divididos em subcapítulos com número de páginas, como mostra a continuação do índice nas Figuras 32, 33 e 34:

Figura 32 – Índice referente à mitologia, costumes e tratados

(315)			
Pag.	Pag.		
Deuses da 1. Ordem.....	207	§. 1. Da origem da cidade.....	261
Urano e Titea ou o Céu e a Terra	208	§. 2. Do augmento da cidade.....	262
Titan, Saturno e Cybele.....	210	§. 3. Das tribus e curias.....	263
Jupiter e Juno.....	216	Capitulo 2. dos Senadores.....	263
Vulcano e Venus.....	218	§. 1. Da instituição e numero dos	
Ceres e Vesta.....	219	Senadores.....	264
Plutão e Proserpina.....	222	§. 2. Da eleição dos Senadores;	
Apollo e Diana.....	226	dos requzitos que deviam ter	
Mercurio, Apollo e as Musas.....	229	para o serem, e das insignias	
Marte e Minerva.....	231	de que usavam.....	264
Cupido ou o Amor.....	233	§. 3. Das pessoas que podiam con-	
Baccho.....	236	vocar o senado.....	265
Neptuno e Amphitrite.....	240	Capitulo 3. da ordem Equestre.....	
O Destino.....	241	§. 1. Da origem desta ordem;	
Genio, Penates e Lares.....	241	dos requzitos necessarios para	
Divindades de 2. Ordem.....	244	qualquer ser cavalleiro, e das	
Pan e Syrinx.....	244	insignias de que usavam.....	
Priapo, Vertumno, Pomona Ter-		§. 2. Das obrigações e transvec-	
mino, Chlorys ou Flora e outros	244	ção dos cavalleiros.....	266
DOS SEMIDEUSES E HEROES.		§. 1. Da differença entre os patri-	
Origem da Idolatria.....	245	cios e plebeus.....	267
Perseu e Hercules.....	246	§. 2. Dos Patronos e Clientes.....	267
Theseu, Jason e outros.....	251	Capitulo 5. dos Comicios.....	
DIVINDADES ALLEGORICAS.		§. 1. Dos Comicios em geral.....	
A Verdade.....	256	§. 2. Das diversas qualidades de	
A Virtude.....	257	comicios.....	268
A Lei.....	257	§. 3. Dos Candidatos.....	268
A Justiça.....	257	PARTE III.	
A Paz.....	257	Capitulo 1. Dos Magistrados em	
Pluto.....	259	geral.....	269
A Fortuna.....	259	§. 1. Devisão dos magistrados.....	
A Pobreza.....	260	§. 2. Requezitos para qualquer	
A Abundancia.....	260	ser magistrado.....	270
A Saúde.....	260	Capitulo 2. dos magistrados em	
LUGARES FAMOSOS NA HISTORIA DOS		particular.....	
DEUSES DO PAGANISMO.		§. 1. Do Rei e Tribuno Celerio.....	270
Leucates.....	257	2. Dos Consules.....	271
Labyrinthos do Egipto e de Créta	258	3. Dos Pretôres.....	271
Halicarnasso.....	259	4. Dos Edis.....	271
Créta.....	259	5. Dos Tribunos da plebe.....	272
Délphos.....	259	6. Dos Questores.....	272
Cumae.....	259	7. De outros magistrados ordi-	
Olympia.....	260	narios.....	272
Rhodes.....	260	Capitulo 3. Dos Magistrados Ex-	
Guerra de Troia.....	260	traordinarios.....	273
TRATADO SOBRE OS COSTUMES DOS RO-		1. Do Dictador.....	273
MANUS.		2. Do Mestre da Cavallaria.....	273
Parte 1.—Capitulo 4. Da origem		3. Dos Censores.....	274
da cidade de Roma, e da		4. Do Inter-Rei, ou Regente.....	274
divisão do povo em tribus e cu-		5. Do Prefeito da cidade.....	274
rias.....	261	6. Do Prefeito da cidade para	
		as ferias latinas.....	275
		7. Do Prefeito do Pretorio.....	275
		8. Do Prefeito dos viveres.....	275
		9. Dos Decemviros.....	275
		10. Dos Tribunos Militares	275
		com o poder consular.....	275

Fonte: Silva,1855

Figura 33 – Índice referente à mitologia, costumes e tratados


(316)			
Pag.	Pag.		
§. 11. De outros magistrados me-	275	§. 2. Da adoração, supplicação, e	286
dores.....	275	dos sacrificios.....	286
Capitulo 4. Dos Magistrados Pro-		§. 3. Dos animaes que se sacrifici-	287
vinciaes.....	276	avam, e do mesmo sacrificio.....	287
§. 1. Dos Proconules.....	276	§. 4. Dos vasos sagrados e mais	
§. 2. Dos Pro-pretôres.....	276	instrumentos.....	288
§. 3. Dos Legados.....	276	Capitulo 3. Dos jogos publicos.....	288
§. 4. Das Legações livres.....	276	§. 1. Dos jogos Circenses.....	289
Capitulo 5. Dos ministros dos		§. 2. Dos jogos Gladiatorios.....	290
magistrados.....	277	§. 3. Dos jogos Scenicos.....	290
§. 1. Dos Escrivaes.....	277	§. 4. Dos jogos fixos e extraordi-	
§. 2. Dos Accensos.....	277	narios.....	291
§. 3. Dos Pregoeiros.....	277	Capitulo 4. Da repartição e dis-	
§. 4. Dos Lictores.....	277	tribuição do tempo, segundo os	
§. 5. Dos Viadores.....	277	antigos.....	291
§. 6. Dos Algozes.....	277	1. Do anno.....	291
PARTE III.		2. Do mez.....	291
Capitulo 1. Dos Juizos particula-		3. Da semana.....	292
res.....	278	4. Do dia.....	292
§. 1. Da citação.....	278	5. Das horas e vigiliias da noite	293
§. 2. Dos Centumviro.....	278	6. Do modo antigo de contar	
§. 3. Dos Juizos Populares.....	278	os dias dos mezes.....	293
§. 4. Da sentença e conclusão do		7. Dos dias festos e profestos.....	293
Juizo.....	279	8. Das olympiadas e lustros.....	293
Capitulo 2. Dos Juizes publicos.		PARTE V. DA MILICIA ROMANA.	
§. 1. Que cousa sejam os Juizes		1. Das levas dos soldados.....	294
Publicos.....	280	2. Dos socios e outros soldados	
§. 2. Do modo de proceder nes-		3. Das diferentes ordens mi-	295
ses Juizos.....	280	litares.....	295
§. 3. Dos Juizos Populares.....	280	4. Das armas.....	296
§. 4. Dos castigos dos Romanos.	280	5. Do exercito em batalha.....	296
PARTE IV.		6. Das bandeiras e instrumen-	
Da Religião dos Romanos.....	281	tos militares.....	297
Capitulo 1. Dos ministros da Re-		7. Dos arraiães e suas partes.....	297
ligião.....	282	8. Das obrigações militares.....	298
§. 1. Dos Pontifices.....	282	9. Do soldo e premios militares.....	299
§. 2. Dos Augures.....	282	10. Dos castigos militares.....	299
§. 3. Dos Arúspices.....	283	11. Da baixa que se dava aos	
§. 4. Dos Quindcemviro.....	283	soldados.....	299
§. 5. Dos Irmãos-Arvães.....	283	PARTE VI. DA VIDA PARTICULAR DOS	
§. 6. Dos Curios.....	283	ROMANOS.	
§. 7. Dos Seplemviros-epuloes.....	283	Capitulo 1. Dos vestidos.....	299
§. 8. Dos Feciaes.....	283	§. 1. Da toga.....	299
§. 9. Dos chamados Sodalis-Titii		2. Da tunica e outras vestidu-	
10. Do Rei dos sacrificios.....	284	ras.....	300
11. Dos Flamines, e principal-		Capitulo 2. Dos banquetes e co-	
mente do Flamen-Dialis.....	284	midas dos Romanos.....	300
12. Dos Salios.....	284	1. Da meza.....	301
13. Dos Lupercos.....	285	2. Da comida e bebida.....	301
14. Dos Potlícios e Pinarios.....	285	Capitulo 3. Dos dinheiros, pe-	
15. Dos Gallos.....	285	zos e medidas.....	301
16. Das virgens-vestaes.....	285	§. 1. Do dinheiro dos Romanos.	
17. Dos serventuarios nos sa-		2. Dos pesos e medidas.....	302
crificios.....	286	Capitulo 4. Dos casamentos en-	
Capitulo 2. Dos Ritos Sagrados.....	286	tre os Romanos.....	303
§. 1. Dos lugares sagrados.....	286	§. 1. Dos esponaes.....	303

Fonte: Silva,1855

Figura 34 – Índice referente à mitologia, costumes e tratados

(317)

	Pag.		Pag.
§. 2. Das núpcias.....	303	Romanos.....	307
§. 3. Da solemnidade das bodas.....	»	§. 1. Do que accoetia depois de qualquer expirar.....	»
§. 4. Do repudio e divorcio.....	304	§. 2. Das exequias.....	»
Capitulo 5. Das gentes, familias e nomes dos Romanos.....	»	§. 3. Da sepultura.....	»
§. 1. Das gentes e familias.....	»		
§. 2. Dos nomes.....	»	PARTE VII. CONTA ROMANA.	
§. 3. Dos nomes das mulheres, es- cravos, e adoptivos.....	305	Capitulo 1. Conta dos Romanos pelas letras.....	308
Capitulo 6. Dos servos e do mo- do de os pôr em liberdade....	»	Capitulo 2. Conta dos Romanos pelos nomes ordinacs distri- buitivos, e adverbios.....	310
Capitulo 7. Do patrio poder en- tre os Romanos.....	306		
Capitulo 8. Dos funeraes entre os			

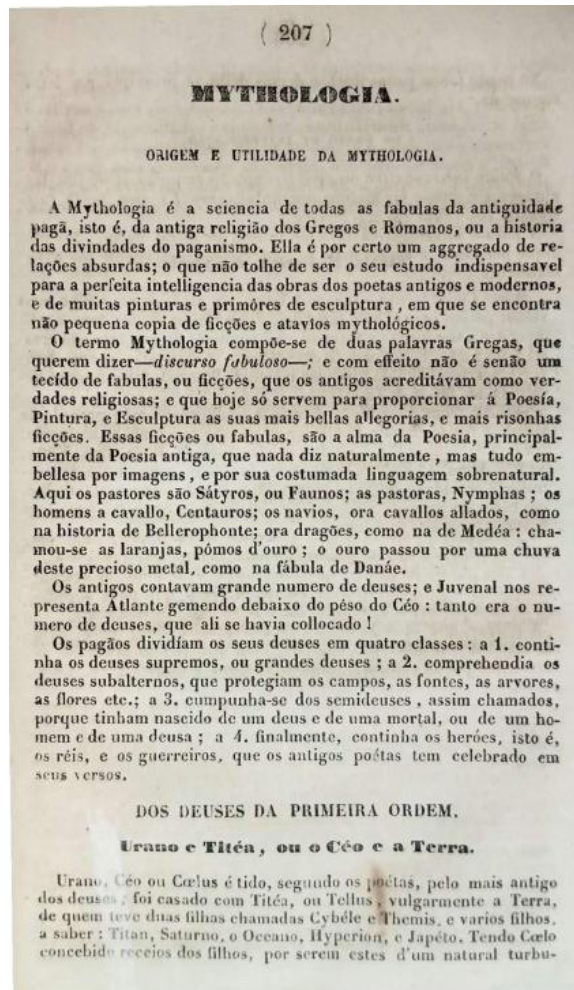


Basta—Typ. de Camillo de Lellis Masera & C.—1855.

Fonte: Silva, 1855.

A segunda parte do *Manual do Estudante de Latim* se inicia na página 207 e mantém os recursos tipográficos da primeira parte do livro escolar – parágrafos, margens alinhadas, linhas, diferentes tipos de fontes, notas de rodapé. Alguns elementos, entretanto, estão em menor quantidade do que a primeira, que está reservada ao compêndio de Gramática Latina (Figura 35).

Figura 35 – Início da segunda parte do Manual



Fonte: Silva, 1855.

A segunda parte do livro escolar é iniciada com um breve texto introdutório, explicando a importância de se estudar a mitologia greco-romana. A leitura demonstra o cuidado de deixar explícito que se trata de ficção ou de fábulas as religiões que os antigos gregos e romanos reconheciam, colocando o assunto da seguinte forma:

A Mythologia é a sciencia de todas as fabulas da antiguidade pagã, isto é, da antiga religião dos Gregos e Romanos, ou historia das divindades dos paganismo. Ella é por certo um aggregado de relações absurdas; o que não tolhe de ser o seu estudo indispensavel para a perfeita intelligencia das obras dos poetas antigos e modernos, e de muitas pinturas e primôres de esculptura, em que se encontra não pequena copia de ficções e atavios mythológicos (Silva, p. 207, 1855).

Dessa forma, malgrado o caráter de paganismo religioso, evidencia-se a relevância do contexto mitológico para se compreenderem a poesia, as pinturas e as esculturas que os antigos

e modernos poetas e artistas oitocentistas utilizavam para criar as suas obras. Para entender essas obras, fossem elas clássicas latinas ou modernas que faziam referência ao período, era necessário ter um conhecimento prévio. Assim, a segunda parte do texto é escrito em Português, incluindo os dois poemas apresentados. Quando uma palavra é escrita em latim ou em grego, é sinalizada com asteriscos para ser explicada na nota de rodapé da página, juntamente com a sua tradução e/ou etimologia, ou, em alguns casos, o contexto histórico-social. Em relação à apresentação introdutória no capítulo sobre Mitologia, essa característica do texto se repete algumas vezes na segunda parte da obra. As outras seções também apresentam um breve texto introdutório para explicar de forma rápida o que será trabalhado e, assim, iniciar o texto sobre o tema em questão.

É relevante salientar que, para além do latim, os biógrafos relatam que Joaquim da Silva possuía um vasto conhecimento sobre a língua grega, tendo traduzido a *Arte Poética*, de Horácio, e escrito um manual para o ensino de grego, que não chegou a ser divulgado (Albuquerque, 1977; Gaudêncio, 2007). Essas obras possivelmente não passaram pelo mesmo processo de impressão do *Manual do Estudante de Latim*, o que pode ter causado o seu desaparecimento. Assim, sua proficiência no grego o auxiliou na elaboração da segunda parte da obra, o que reflete uma habilidade com as línguas clássicas.

Apesar de a maioria dos clássicos literários estarem disponíveis para serem lidos em latim, na segunda metade do século XIX na Paraíba, começam a circular livros traduzidos para o Português. Os anúncios de produções traduzidas tentavam persuadir o leitor sobre a necessidade de um clássico em língua vernácula para os estudantes secundários, apresentando informações de possíveis obras de países europeus, numa tentativa de rebater possíveis críticas, como é possível ver abaixo:

Figura 36 – Anúncio de obras traduzidas

Subscreve-se para a traducção das odes, satyras e epistolas de Horacio.

Esta traducção tem por fim aligeirar e facilitar o estudo deste excellente e primoroso classico da lingua latina, estimavel não só pelo seu estylo brilhante, como pela profusão de conceitos e sentenças moraes.

Por falta de um systema menos vexatorio se consome tempo immenso á nossa mocidade, obrigando-a a traduzir um classico de tão difficil interpretação, como é Horacio.

As difficuldades que cercão um menino para entender as lições deste e de outros classicos, muitas vezes teem feito desanimar os estudantes, causando-lhes desgosto e enfado a ponto de abandonarem o estudo do latim, indispensavel para cursar as aulas de estudos superiores, o que talvez não acontecesse se houvessem escriptos, que os guiassem na prompta comprehensão dos mesmos classicos.

As nações cultas da Europa possuem traducções de todos os classicos da lingua latina: portanto não ha razão plausivel para que nós Brasileiros estejamos privados dessas vantagens.

Para um tal fim parece que nem convem uma traducção servil, que seria insipida e nauseante, se não mais inintelligivel que o proprio texto latino, nem tão livre que cause confusão. Pareceu ao traductor que o essencial era dar a intelligencia mais seguida pelos commentadores, e expô-la em linguagem mais accomodada.

Os doutos acharão muito que emendar; os discipulos o que aprenderem em menos tempo, e os professores o que aproveitar.

O preço da assignatura é 10\$ rs. para os subscriptores, sendo pagos 5\$ no acto de se inscreverem, e os outros 5\$ na entrega da obra, que será em um só volume com o texto latino.

Subscreve-se até o dia 15 de julho do corrente anno na loja do Sr. Rufino Olavo da Costa Maxado, rua das Convertidas n. 62.

Fonte: O Publicador, 15 jun. 1864, p. 4.

Após o discurso sobre a necessidade de se terem obras em vernáculo, ao final da publicação é exposto o valor para se adquirir o volume único e o local. Observa-se que a publicação não apresenta a assinatura do anunciante, provavelmente uma forma de este se proteger de possíveis críticas.

Outro anúncio encontrado, foi o da Livraria Economica, de Manoel Ezequiel Pompeu d'Oliveira, que anunciava a venda da “Tradução Litteral de Tito Livio” (Echo Escolastico, 20 jun. 1878, p. 8). Esse anúncio comprova que não era mais apenas um indivíduo, mas um estabelecimento comercial que vendia obras em vernáculo, indicando o crescimento da popularidade desse tipo de livro ao longo do tempo na Paraíba oitocentista.

O conhecimento sobre a cultura grega era indispensável para se compreenderem os clássicos latinos, os quais foram amplamente influenciados por ela. Alguns exemplos são os vocábulos que surgiram na escrita latina sob influência grega e que foram explicados no compêndio de Joaquim. Sobre essa terminologia, ele explica: “Hellenismo ou Grecismo é a imitação da syntaxe grega, assim na concordancia, como na regencia” (Silva, 1855, p. 149). Esse conteúdo que faz parte das “figuras da syntaxe” (p. 144), que é a mudança da oração em latim para o grego, a fim de deixar o discurso mais elegante, apesar de não ser o mais adequado. Essas orientações eram, na verdade, uma exigência imposta aos estudantes nas cadeiras de Latim, uma vez que era necessário ter uma produção textual suave e artística. A segunda parte do livro escolar se tornava, pois pertinente, pois necessários estudantes deviam entender a origem dessa influência tanto na leitura quanto na composição, temas que serão abordados na próxima subseção.

5.3 O conteúdo pedagógico das lições de Latim

No *Manual do Estudante de Latim*, como já visto anteriormente no Prólogo, Joaquim da Silva relata que a Gramática Latina do Padre Pereira não era suficiente para compor ou traduzir. Com essa antecipação, percebe-se que havia dois tipos de lições para serem trabalhados pelos professores em sala de aula. Essas lições, mencionadas de forma sucinta, se somam às leituras que eram a principal atividade. Assim, a tradução e a produção de textos latinistas têm como propósito estimular a aprendizagem.

O conceito de lição é utilizado na obra para indicar exemplos de derivações gramaticais, como é o caso dos modelos de algumas das “declinações de adjetivos” (Silva, 1855, p. 18-20). Além disso, consta na nota explicativa que existem outras lições que podem ser apresentadas por outros gramáticos em suas obras (Silva, 1855). Neste caso específico, é possível notar que as lições apresentadas neste período histórico ocorriam por meio de leitura intensiva, atividade em que o estudante passivo é orientado a ler até assimilar as regras apresentadas por meio de lições exemplificativas. Como explicado pelo autor, as lições apresentadas podiam, contudo, ser encontradas em outras gramáticas latinas, o que nos permite concluir que havia um mesmo padrão de lições entre os manuais escolares naquele período. Para mais, o conceito de lição também é utilizado para a produção dos alunos, dando maior flexibilidade na composição, sem a necessidade de se seguirem as regras gramáticas de forma rígida. No capítulo III, que se refere à sintaxe, na abordagem de estudos sobre a produção de orações, lê-se:

Os Latinos fechavam frequentemente as orações com o verbo, como se vê dos exemplos antecedentes.

A suavidade enfim pede que, sem offender a clareza, as palavras se colloquem da maneira mais proprio para dar harmonia á oração; o que melhor se conhecerá pela lição reflectida dos auctores, que por meio de regras (Silva, 1855, p. 142).

Neste trecho, é mencionado que as regras, para a construção de orações de acordo com a gramática, podem prejudicar a harmonização da língua latina. O autor-estudante deveria dar prioridade a uma produção suave e clara; para isso, era preciso ter conhecimento das regras gramaticais do Latim, pois, apesar de permitirem um estilo harmonioso na escrita, era preciso ter clareza na produção. Com isso, é possível compreender que o estudante se torna ativo, uma vez que era necessária uma reflexão durante a produção das orações.

Ao examinar o conceito de lição no dicionário do século XIX, percebe-se que é o mesmo entendimento apresentado por Joaquim da Silva: “Lição s. f. – ões no plur. Exposição de doutrina pelo Lente. O que o discipulo deve dar sabido. Leitura. O que se lê. Fig. Documento.” (Pinto, 1832, p. 665). Daí se vê que a lição, neste caso, se limita à leitura de forma expositiva ou individual. Ademais, é possível supor que o estudante deve ter uma base de conhecimento mínima para poder conseguir ler em latim. Como visto, o verbeto não indica a produção de orações ou de textos a partir de indicações de um livro escolar.

Por vezes, as lições surgem de forma sutil, aconselhando os estudantes a se apropriarem do conteúdo, sem que essas lições sejam impositivas. É o que ocorre no início do capítulo IV, que trata dos “preteritos e supinos dos verbos” (p. 98-104), em que as notas explicativas ocupam mais da metade da página e são marcadas por letras do alfabeto. A primeira nota apresenta orientações para estudantes iniciantes de Latim:

Importa muito saber qual é o preterito e supino dos verbos para formar com acerto os tempos que nascem destas duas raízes, mas são tantas as excepções ou irregularidades que se acham nos preteritos e supínos ainda daquelles verbos que pertencem á mesma conjugação, que é quasi impossível reduzi-los a regras. Isto suposto, daremos aqui as regras geraes, e o que parecer mais preciso; **aconselhando aos principiantes que lêiam a miudo os catálogos dos verbos que vão nas notas, não para se obrigarem a aprendê-los de memoria, (ainda que isso não seja mui difficil) mas para facilitarem a intelligencia e lembrança das suas varias terminações**, e pelo menos dos simples que são os principaes (Silva, 1855, p. 98, grifo nosso).

Joaquim da Silva inicia a nota explanando os problemas que existem em relação ao fato de ser quase impossível enquadrar em regras o estudo das conjugações dos *preteritos e supinos* devido à irregularidade de alguns verbos e suas exceções. O autor recomenda a leitura repetida das listas de conjugações dos verbos apresentados para aumentar a familiaridade com as

diversas terminações presentes no Latim. Ao mesmo tempo que recomenda as leituras repetitivas, ele tenta se afastar dos estudos de memorização, que sempre estiveram presentes no ensino, desde a colonização. Com um conteúdo humanista, o ensino secundário, no século XIX, mantém, de modo geral, um método tradicional que é a transmissão do conhecimento pelo professor, com aulas expositivas nas quais o professor fala e os alunos anotam, com ênfase nas leituras intensivas do aluno para memorização e cópia de textos. No caso do ensino de latim, continuava o estudo sobre a gramática e textos latinos, a partir dos quais o aluno aprendia a ler, a escrever e a traduzir textos, além de praticar a produção de textos e a recitação. *No Manual do Estudante de Latim*, é possível notar a presença dessa forma de ensino, mesmo que haja momentos de uma tentativa de afastamento, ao sugerir leituras repetitivas em vez de memorização.

Há uma diminuição no número de discussões a respeito de possíveis erros encontrados nos textos em latim. O autor destaca, no livro escolar, os erros encontrados nos textos de copistas. No presente caso, é na parte reservada para se tratar da sintaxe o espaço onde começam a ocorrer alertas ao leitor por meio de outros gramáticos. Uma dessas correções se dá em relação aos advérbios – em nota de rodapé há o seguinte aviso: “Advirta-se que os textos, em que se acha *Vereor ut non* por *Vereor ut*, são erros dos copistas, por serem contra a analogia do Latim, como prova bem *Lancelot* Obser. sobre as Particulas, e *Perizonio* ad Minerv. L. IV. Cap. 5. nota 29.” (Silva, 1855, p. 133). A presente nota explica que os copistas optaram por não usar o *non* na frase por considerarem uma analogia do latim. Joaquim da Silva, com o intuito de confirmar sua correção, cita dois gramáticos latinos: *Lancelot*,¹⁰¹ autor da obra *Gramática de Port-Royal*, e *Perizonio*¹⁰².

Além de sustentar o seu argumento a respeito do erro gramatical, enfatizamos a utilização de outras gramáticas que não foram mencionadas no Prólogo, mas que foram expressas por meio de sinais – &c. &c. Embora as citações dos gramáticos sejam escassas, o autor volta a citar *Perizonio* em outras ocasiões, como ocorre nas formas reducionistas do latim.

¹⁰¹ O seu título real é *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle* (Gramática geral e fundamentada contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural), são autores os monges Antoine Arnauld e Claude Lancelot, publicada na França em 1660 (Paiva, 2021).

¹⁰² Nesse caso, a obra não foi encontrada nem houve nenhuma produção acadêmica que remetesse a esse tipo de material. No entanto, foram encontradas citações em notas de rodapé em uma obra intitulada: *Gramatica Latina, Tratada Por um Metodo novo, claro, e facil. Para uzo Daquelas pefoas, que querem aprendela brevemente e folidamente. Traduzida de Francez em Italiano: de Italiano em Portuguez*, de Luís António Verney, publicada em Barcelona em 1768. Essas citações fazem referência à obra utilizada por Joaquim da Silva em seu Manual.

Além dos dois outros gramáticos já citados anteriormente, ele também menciona Prisciano¹⁰³ e Vossio¹⁰⁴, quando se refere ao tratado de acentuação, situação em que o segundo concorda com o primeiro em relação à regra de acentuação aguda na penúltima sílaba, mas também aponta as divergências existentes entre os antigos gramáticos:

Prisciano julga que nas referidas e semelhantes pessoas se devem pronunciar com *accento agudo* as penultimas, guardando-o assim na mesma *syllaba*, em que o têm as primeiras pessoas *calefácio, tepefácio &c*, opinião que, além de outros, segue Vossio, sem outro fundamento além da auctoridade de Prisciano, Grammatico, que floresceu em um seculo já barbaro, e em lugar, onde mais reinava a barbaridade, que a pureza e antiga elegancia da *Lingua Latina*. A opinião contraria tem a seu favor todos os doutos de engenho mais polido, tem tambem a seu favor o costume dos antigos Romanos, que nos seculos mais cultos e florentes pronunciaram as vozes *polysyllabas* com *accento agudo* nas antepenultimas, sendo breves as penultimas: a qual regra não podemos desprezar, sem que admittamos muitos barbarismos na pronunciação da *Lingua Latina*, dos quaes, quanto nos for possível, nos devemos acautelár: assim tambem pronunciaremos com *accento agudo* as antepenultimas em *cálefac, frígefac, rárefac*, pois, ainda que no verso tenham os referidos imperativos as penultimas commuas, na prosa sempre as teen breves: e nunca pronunciaremos com *accento agudo* as ultimas nos referidos e semelhantes imperativos, como v. g. em *bénedic, édic, séduc, súbduc, tránsdue, déduc &c*. (Silva, 1855, p. 191).

Além de citar os dois gramáticos latinos, Joaquim da Silva tenta legitimar a opinião de Prisciano, que viveu no século V d. C. quando o Império Romano estava em declínio e a língua latina começava a entrar na fase dos romances¹⁰⁵, que os linguistas classificam como período bárbaro. A língua dos romanos, entretanto, permanece em uso em diversas áreas – política, cultura, ciência e religião –, com maior ênfase no Latim Clássico (século I a. C. e I d. C.), que

¹⁰³ Priscianus Caesariensis, ou Prisciano, nasceu e cresceu na atual Argélia e ensinou Latim na antiga Constantinopla, atual Istambul. Os seus escritos surgem por volta de 500 d. C., período em que viveu. Produziu a obra *Institutiones Grammaticae*, que serviu de manual básico para o estudo de Latim na Idade Média e também proporcionou a matéria-prima para o campo da gramática especulativa dos Modistas.

¹⁰⁴ Geraldo João Vossio (1577-1649) produziu seis tomos, dos quais dois são Tratados de gramática: o primeiro, *Aristarchus sive de arte grammatica* (1630); e o segundo, *De vitiis sermonis* (1645).

¹⁰⁵ Após a queda do Império Romano no século V d. C., com as sucessivas invasões e conflitos internos, acelerando a fase dos romances que já estavam sobre influência linguística, pela falta da unidade da língua, o latim se dividiu em diversos outros idiomas: português, espanhol, francês, italiano, catalão, romeno, provençal, sardo, rético, dalmata. A fase dos romances foi o período de transição do latim para uma das línguas românicas, ainda nesta fase não havia uma definição efetiva de uma das línguas modernas. Isso ocorreu devido a fatores como o tempo e a geografia que influenciaram a diversas transformações, já que as línguas vivas estão em constante mudança. Quanto à fase do romance: “Trata-se de uma forma de se referir às realizações linguísticas que já não eram mais o latim, nem eram ainda as línguas românicas. Deriva-se do advérbio medieval *romanice*, que quer dizer à maneira dos romanos. Ou seja, devido a diversos fatores, o latim vai se modificando diferentemente em regiões distintas conquistadas, de forma que, com o tempo, não se falava mais o latim, mas à maneira dos romanos, algo parecido com o que os romanos falavam. Com o decorrer do tempo, por conta de, entre outros fatores, o afastamento geográfico, a perda da centralização de Roma e a queda do Império, as línguas românicas vão se formando” (Amarante, 2018, p. 33).

se eternizou devido aos textos do período clássico, onde o desenvolvimento artístico atingiu o seu auge. É esse período que o autor chama de “pureza” e “elegância da Lingua Latina” (Silva, 1855, p. 191). Além disso, Joaquim da Silva desvalorizava o período em que a gramática de Prisciano havia sido criada. Emprega, porém, adjetivos elogiosos para indicar que os estudos de Prisciano estão de acordo com o período clássico, em que floresceram os textos mais cultos e elegantes. Em contrapartida, Vossio é criticado por não demonstrar argumento, mas apenas confirmar o que já estava presente na gramática de Prisciano.

Por fim, aponta as considerações por meio de outros estudiosos, os quais o autor denomina como *os doutos de engenho mais polido*. No presente caso, o termo *engenho* se refere a uma pessoa engenhosa que possui uma “faculdade da alma com que concebe, inventa, aprende com facilidade” (Pinto, 1832, p. 421). Além dos doutores latinistas mais dedicados, há também os textos do período clássico que Joaquim da Silva chama de *seculos mais cultos e florentes*, nos quais se usava o acento agudo na antepenúltima sílaba. Apesar de ser uma regra do Latim vulgar que considera *bárbaro*, ele permite a sua utilização, caso seja com cautela, demonstrando a sua metodologia no uso das regras gramaticais.

Essas obras usadas não estão relacionadas às gramáticas dos Jesuítas, uma vez que, na Reforma de Pombal (1759), algumas das mais usadas pelas Instituições Jesuíticas ou similares foram criminalizadas, como a *Gramática Latina* de Padre Manoel Álvares. Assim, foram substituídos pelos compêndios *Arte da Grammatica Latina* (1737), de Padre Antonio Felix Mendes¹⁰⁶, e pelo *Novo Método da Gramática Latina*, de Padre Antonio Pereira, ambos pertencentes à Congregação do Oratório. A segunda gramática se tornou mais popular e passou a ser amplamente empregada no Brasil, já que era escrita em língua vernácula, ao contrário da gramática do Pe. Álvares que era toda escrita em Latim. A substituição das gramáticas latinas se deu devido ao fato de as escolhidas pela Reforma apresentarem regras gramaticais mais simplificadas, sendo reduzidas a termos simples, ao contrário do método jesuítico, que era repleta de regras e exceções (Barbosa, 2012). Supõe-se que esse reducionismo presente nas gramáticas reformistas tenha influenciado Joaquim da Silva a perceber as dificuldades dos alunos em compreender algumas regras latinas, o que o levou a adotar uma nova metodologia, contornando as dificuldades do ensino com as suas inúmeras notas explicativas em seu livro

¹⁰⁶ Professor régio e gramático, gozou de alguns privilégios quando a reforma da Instrução Pública foi implantada em Portugal e seus domínios. Mesmo antes de a Reforma ser posta em prática, o professor fazia uso de uma gramática reduzida por ele mesmo, vindo a publicar a *Arte da Grammatica Latina* em 1737, utilizando um método mais simples e claro, e o resultado poderia ser visto na aprendizagem rápida (Barbosa, 2012).

escolar. Além disso, a menção de outras obras demonstra que os seus estudos foram mais extensos do que havia anunciado no Prólogo, como as obras de Pereira e Dantas.

Por vezes, a obra em momentos esparsos se dirige a orientar os professores na abordagem do ensino de Latim. Uma das ocorrências é no Capítulo V, que trata das “figuras da sintaxe” (p. 144-153), abordando a constituição gramatical de substituição, na qual as alterações ocorridas são denominadas de *anallage*. As formas são exemplificadas nas notas explicativas, como as substituições de “*genero, numero, caso, modo, tempo e pessoa* por outro genero, numero, caso, modo, tempo e pessoa” (Silva, 1855, p. 144). Após doze ocorrências enumeradas com exemplos em Latim, a última enumeração se torna uma orientação ao professor: “De um modo por outro; de um tempo por outro, e de uma pessoa por outra, como a cada passo se encontra nos classicos, o que o mestre deve advertir e explicar a seus alumnos” (Silva, 1855, p. 145). O autor refere-se, de forma direta, aos professores que devem orientar os estudantes sobre as alterações ocorridas nas orações, e, como de costume, essas orações devem ser encontradas nos clássicos latinistas. A Literatura Latina é um dos textos mais indicados para o estudo, já que estão contidos no auge do desenvolvimento da língua. Além disso, são usados como exemplos das lições apresentadas no livro escolar, que, às vezes, são identificadas por recursos tipográficos. No final da lição, é colocado entre parênteses o nome abreviado do autor e, na nota de rodapé, a obra de onde foi retirado o exemplo.

No ensino da *arte metrica*, Joaquim da Silva, enfatiza: “Tratarei somente dos que se encontram nos Classicos mais conhecidos nas Aulas, visto ser desses somente, que se costuma explicar aos estudantes.” (Silva, 1855, p. 195). Dessa forma, assim como nos casos de *anallege*, em que o autor usou exemplos extraídos de textos de Virgílio, as lições de *arte metrica* são exemplificadas com alguns versos, acompanhados de referências retirada de textos, na maioria do período clássico, como: *Ecloga 4* de Virgílio¹⁰⁷; *Metamorphoses, Epistolas, Fastos* e *Triste* de Ovídio¹⁰⁸; *Arte Poetica, Satyras, Epistolas* e outros textos de Horácio¹⁰⁹; *Fabulas* de

¹⁰⁷ Públio Virgílio Marão (70 a 19 a. C.) foi discípulo de Siro, mas sua educação foi obtida em Cremona, Milão e Roma. Produziu diversos textos: poemas pastorais, em que tratava de temas sérios e importantes como paixões, crítica literária, horrores da guerra civil, morte de César, nascimento, todos suavizados com frases melodiosas e descrições de paisagens; poemas sobre agricultura, com uma didática helenística, possível encontrar do entusiasmo pelo trabalho pesado, mediante temas como lavouras, avicultura, apicultura; inspirado nas tragédias gregas, produz um poema complexo que narra a fuga de Enéias de Tróia para formar uma nova cidade na Península Itálica (Bowder, 1980).

¹⁰⁸ Públio Ovídio Nasão (43 a.C. a 17(?) d.C.), natural da região de Apeninos, atual Itália. Ovídio recebeu uma educação em retórica, arte na qual foi muito importante, pois passou a escrever cedo e logo a se dedicar completamente à literatura. Com isso, produziu textos diversos, principalmente sobre o amor, como poemas, instruções e remédio; produziu cartas sobre as heroínas da mitologia; um calendário romano sobre rituais e festivais; produziu textos mitológicos sobre Cesar; e poemas tristes sobre o seu exílio.

¹⁰⁹ Quinto Horácio Flaco (65 a. C a 8 a. C.), filho de um leiloeiro liberto, nasceu em Venosa na região itálica. Quando criança recebeu uma boa educação e continuou os seus estudos avançados em Atenas. Ocupou cargos

Fedro¹¹⁰. Tais obras trabalham diversos gêneros literários inspirados na literatura grega, com exceção das fábulas, que provavelmente surgiram antes dos gregos, vindas do Oriente (Cardoso, 2011b). Alguns gêneros literários mais utilizados pelos antigos romanos foram escritos em versos e também em prosa, gêneros abordados por Platão e Aristóteles, que os discutiram os gêneros assim como os subgêneros da literatura, como os poemas, as sátiras e as epístolas.

A poesia é um dos gêneros mais utilizados pelos literatos romanos, uma vez que apresenta composições em versos e que constituem o épico: “imitam-se as ações dos homens considerados melhores. É o gênero dos grandes heróis e das grandes ações”; o dramático, “por sua vez, pode apresentar bons caracteres (a tragédia) ou maus caracteres (a comédia)”; e o lírico que “comporta a imitação de homens iguais a nós, nem melhores, nem piores” (Amarante, 2018, p. 37). Outros gêneros importantes para conhecer a vida dos antigos romanos são as sátiras literárias, que fornecem informações importantes sobre a vida por meio de “composições poéticas narrativo-dissertativas ou dialogadas” (Cardoso, 2011b, p. 89). As epístolas ou cartas foram outro gênero literário bem empregado. As cartas romanas tinham a finalidade de transmitir e solicitar informações, mas, por vezes, possuíam elementos literários “funcionando não apenas como objeto útil mas também como texto escrito em cuja elaboração o material estético foi utilizado” (Cardoso, 2011b, p. 200). Trechos desses e de outros gêneros literários foram utilizados no *Manual do Estudante de Latim* como exemplos na primeira parte da obra; na segunda parte, o autor usou dois textos em versos – um soneto e um poema.

Nesta segunda parte do livro escolar, os gêneros literários que tratam de mitologia, costumes e tratados foram copilados e adaptados para o formato dissertativo, porém de forma integrada, como na mitologia grega e romana, em que os deuses tinham a mesma história, mas nomes diferentes em cada nação. Em outras abordagens, como os costumes e tratados romanos, havia uma agregação por temas, sendo, às vezes, citado o autor do texto clássico. Assim, os textos foram apresentados de maneira organizada e resumida, retratando o contexto social, político e religioso.

importantes como o alto posto de tribuno militar, foi secretário do Tesouro, até ficar responsável por uma vila em Satinas. Escreveu diversos poemas durante a vida – um deles, o longo poema sobre os Jogos Seculares. Também escreveu dezessete poemas com teor político e dois livros de sátiras com diversos temas: também sobre o sucesso e a inveja, a cidade e o campo, o sexo, a herança. Também produziu poemas com uma grande variedade de métricas, com poesia antiga, sobre geografia, mitologia e religião. Escreveu diversas epístolas com poemas e com temas diversos; alguns para Augusto preocupado com “o lugar do poeta na sociedade” e também para Floro sobre literatura, filosofia e sobre si. Nos seus poemas, também apresenta críticas ao drama. Ainda fez uso da paródia (Bowder, 1980).

¹¹⁰ Filho de escravo, recebeu a alforria por meio do Imperador Augusto no século I d. C. Sofreu com perseguição e crítica por conta de seus textos. As fábulas eram o seu principal gênero, só que eram escritas em versos, abordando a banalidade e algumas sátiras, com tons humorísticos e por vezes obscuros (Bowder, 1980).

Além dos textos dos séculos I a.C./d.C., o autor utiliza como lição *hynnos da Igreja*¹¹¹ (Silva, 1855, p. 195), visto que a maioria das obras produzidas pela instituição visou reproduzir a estrutura gramatical do período clássico. Afinal era a língua oficial da Igreja, sendo obrigatório o uso do idioma para a produção de documentos eclesiásticos e para a realização de cultos e cerimônias religiosas¹¹². Os textos utilizados pelo autor diferem das inscrições literárias dos primeiros séculos da era cristã, que já se distanciavam do Latim do período clássico (Cardoso, 2011a).

Nem todas as lições apresentadas na obra eram, no entanto, identificadas pelo autor. Um exemplo disso é a parte dedicada à *Orthographia*, que inclui um longo trecho em Latim para exemplificar o uso do “ponto e vírgula” (p. 205) – não há, entretanto, ao final do trecho, menção a qualquer obra ou autor dos que lhe tenha servido de referência (Figura 37). Às vezes, o trecho é apenas acompanhado pelo nome do autor de forma abreviada e entre parênteses, como nas notas explicativas sobre o “uso da vírgula” (Silva, 1855, p. 204), onde foram identificados Cícero, Justino, Virgílio e Phedro.

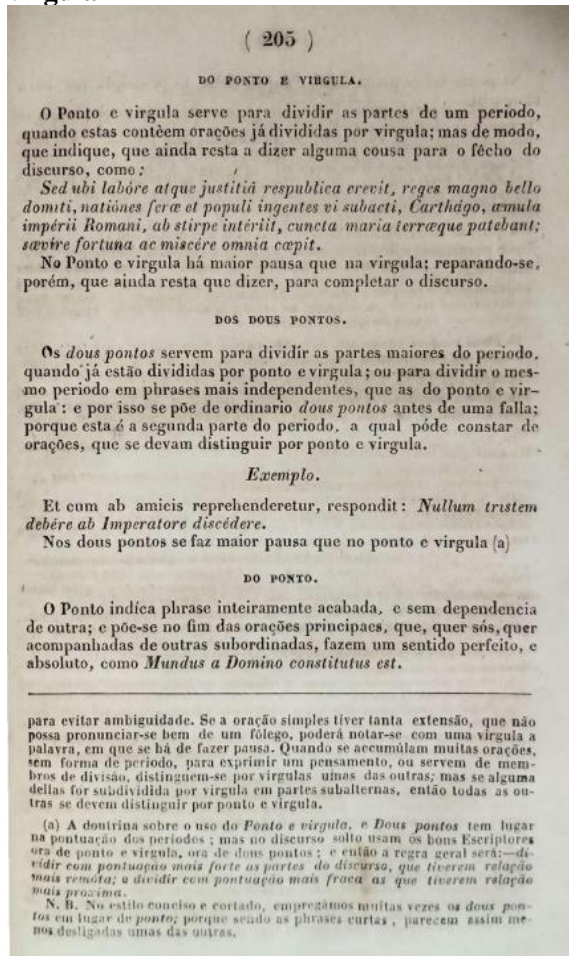
No *Manual do Estudante de Latim*, também não foram identificadas as seguintes abreviações “Nep.” e “Sulp. Sever.” (Figura 38). Por isso, buscamos alguma informação fora da obra, o que nos levou à suposição de que se trata o primeiro a Cornélio Népos e o segundo a Sulpício Severo.

Até aqui, se conclui que a obra utiliza diversas obras clássicas latinistas, incluindo algumas que não foram produzidas durante os séculos I a.C./d.C., mas serviram ao autor para melhor exemplificar as regras.

¹¹¹ Podemos considerar que esses textos utilizados por Joaquim seriam textos mais modernos produzidos pela Igreja Católica, considerando o estudo do Latim Clássico, já que, segundo Cardoso (2011a): “Há sensível dessemelhança entre o latim das obras literárias do século I a. C. e as inscrições cristãs dos primeiros tempos”, decorrente das profundas transformações ocasionadas pelo tempo e as influências externas.

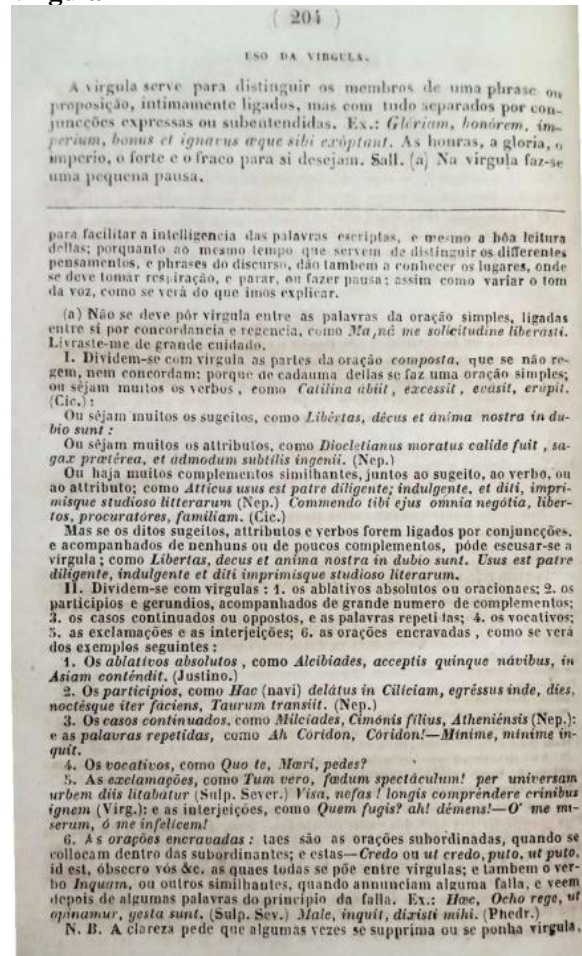
¹¹² A obrigatoriedade do uso do Latim permaneceu até 1961. No entanto, o Vaticano continuou a empregar o idioma para a produção de documentos oficiais e em ritos religiosos (Amarante, 2018). Em 2014, em um sínodo no Vaticano, o italiano passou a ser a língua oficial do Vaticano, pois agilizaria as documentações oficiais e as reuniões, mas o Latim continua a ser a língua oficial universal da instituição (Portal G1, 2014).

Figura 37 – Página do Manual: do ponto e virgula



Fonte: Silva, 1855

Figura 38 – Página do Manual: uso da virgula



Fonte: Silva, 1855

Ao mesmo tempo que apresenta as obras utilizadas nas lições, o autor mostra o procedimento metodológico usado no período, com o uso de textos latinos.

Mais uma dúvida nos assalta: Será que os textos clássicos destacados nas lições eram comuns nas cadeiras de Latim no século XIX na Paraíba?

De acordo com Sena (2017), os Presidentes das Províncias exerciam influência direta sobre a seleção dos livros escolares nas instituições de ensino, dado o seu poder decisório na prescrição e proscrição dos livros nas províncias, além da disseminação dos discursos do Governo Imperial. Também é relevante considerar a influência das trocas de ideias entre as províncias, facilitadas pela circulação de livros e periódicos. Além disso, vale considerar que os exames que os secundaristas prestavam ao final do curso exigiam um conhecimento prévio de quais clássicos iriam abordar, o que possivelmente seria uma influência para sua leitura em sala de aula. Apesar de haver essa circulação de ideias entre as províncias, os exames que os secundaristas paraibanos faziam para o Ensino Superior eram aplicadas em outras províncias.

Mesmo assim, será que utilizavam os mesmos clássicos que eram adotados no ensino na Paraíba?

Deve-se levar em conta que muitos estudantes optavam por estudar na província em que pretendiam realizar os exames do ensino superior, mas havia também aqueles que ali permaneciam. Tais questões não estão relacionadas ao objetivo deste trabalho, mas podem ser úteis para futuras pesquisas.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos identificados no *Manual do Estudante de Latim* apresentam as lições como exemplos, exibidas logo após a regra gramatical. Logo no início do prólogo, no entanto, o autor menciona quais eram as principais atividades usadas pelos professores latinistas – a tradução e a composição de textos em Latim –, as quais não são indicadas durante o estudo da gramática. As poucas instruções imperativas que estão no livro escolar – como, por exemplo, quando se instrui diretamente o professor a advertir e a explicar o conteúdo (p. 145) ou quando se recomenda a leitura de lições em vez de se memorizarem as regras da elipse (p. 146) – não indicam quando começar as atividades. Dessa forma, podemos considerar que seja uma iniciativa do professor em sala de aula.

5.3.1 O ensino da Língua Portuguesa na gramática latina

No *Manual do Estudante de Latim*, Joaquim da Silva explica logo no início que dedicaria uma parte da obra ao ensino da língua nacional:

Em um ou outro lugar tratei perfunctoriamente de alguns principios geraes de Grammatica applicaveis á ambas as linguas (Latina e Portugueza), indicando os pontos em que ellas concordávam ou notavelmente divergíam, e até algumas vezes a observação sobre algumas doutrinas privativas da Grammatica Portugueza, que me parecerão uteis para orientar os principiantes, pela maxima parte destituídos (fallo dos estudantes das villas e cidades do interior) dos precisos conhecimentos da lingua nacional (Silva, 1855, p. II).

As explicações sobre as regras gramaticais da Língua Portuguesa são, em grande parte, apresentadas nas notas de rodapé. A partir das regras gramaticais sobre o Latim, Joaquim da Silva abordou, de forma secundária, o estudo da língua nacional, mas essa extensão só ocorria quando as especificidades entre as línguas fossem relevantes para serem incluídas no *Manual do Estudante de Latim*. Embora o estudo da língua nacional não fosse exigido no ensino escolar de forma direta em meados do século XIX, Joaquim da Silva agiu de forma a complementar o

seu livro escolar com o ensino dessa língua, direcionado aos alunos iniciantes, atitude que mostra estarem esses alunos precisando de tal domínio.

Essa importância de configurar o idioma português como parte da formação nacional só começou efetivamente a ocorrer na segunda metade do século XIX; porém, foi com a Independência do Brasil que surgiram as discussões sobre a identidade nacional e a valorização da língua nacional. As particularidades da língua falada no Brasil levaram a discussões entre os letrados, mas foi a língua portuguesa que se tornou hegemônica em relação à ideia de uma língua brasílica.

No campo das Letras, a vitória foi brasileira, que se sobressaiu a Portugal, com uma literatura nacional (Cano, 2001). No território paraibano, conforme mencionado na primeira desta tese, o ensino da Língua Portuguesa era integrado ao ensino da Língua Latina. A ruptura começou com a criação de duas cadeiras no Lyceu Parahybano em 1845, quando uma divisão foi estabelecida na disciplina de Latim: “1ª de Portuguez e Latim; 2ª de Latim em prosa e verso” (Parahyba do Norte, 1845, p. 13). Essas duas cadeiras foram, contudo, extintas, voltando a ser apenas uma cadeira de Latim. Essa tentativa de alterar o currículo na província da Paraíba mostra que já havia uma circulação de ideia sobre o ensino da língua nacional. É provável que, como um político, Joaquim da Silva estivesse ciente dessas discussões, incluindo assim o estudo da Língua Portuguesa para dar maior relevância a sua obra.

Como já adiantado por Joaquim da Silva, algumas regras gerais são comuns às duas línguas, como o “Genero dos Nomes”, abordado no segundo capítulo do livro escolar, que se assemelha com a gramática da Língua Portuguesa quando tratam de “genero masculino”, “genero feminino”, “genero neutro”, “genero incerto” e “genero commum de dous”, mas logo difere do que já conhecemos se aproximando do Latim como “genero conhecido pela terminação”, (Silva, 1855, p. 27-32). Por vezes, o autor não faz uma divisão em relação à Língua Portuguesa, como havia anunciado no prólogo, mas apenas segue o conteúdo sobre o Latim.

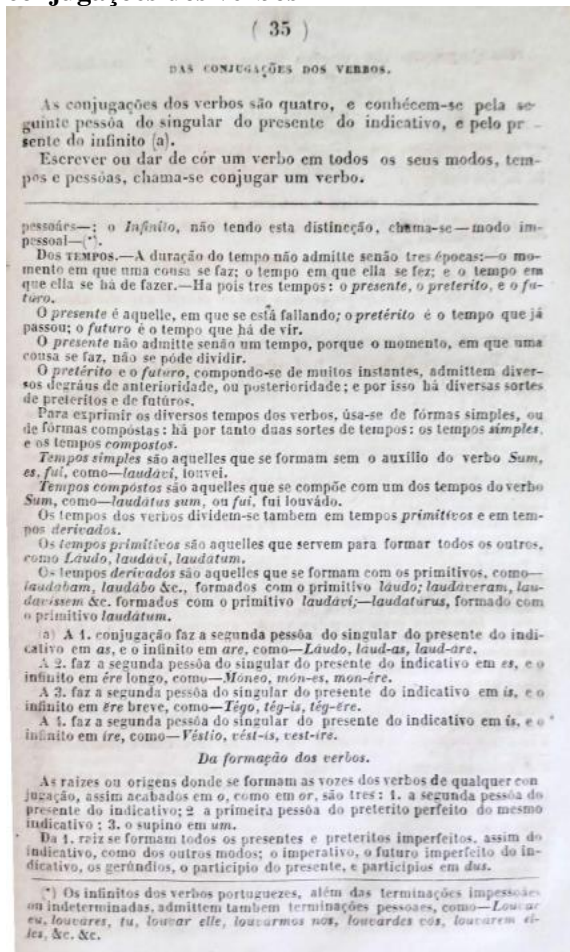
O autor chama a atenção para as peculiaridades das regras da Língua Portuguesa, que não fazem parte do Latim ou diferem em alguns aspectos, por meio de notas explicativas, com a finalidade de explicar o conteúdo, como havia antecipado no Prólogo do Manual. Em um exemplo, no capítulo III do *Manual do Estudante de Latim* sobre o estudo do *Verbo* (p. 33-97), Joaquim da Silva apresenta uma nota explicativa dentro das notas de rodapé, sinalizada por um asterisco entre aspas. A nota explicativa menciona como é estabelecida a regra do verbo no infinitivo: “Os infinitos dos verbos portugueses, além das terminações impessoaes ou indeterminadas, admittem tambem terminações pessoaes, como - *Louvar eu, louváres, tu, louvar elle, louvamos nós, louvades vós, louvarem elles, &c. &c.*” (Silva, 1855, p. 35). Neste

caso, apresenta-se a forma verbal em Português que se estende para além do que existe no Latim e tem outras derivações pessoais, como exemplifica ao conjugar o verbo *louvar*.

As notas de explicações sobre as regras gramaticais da Língua Portuguesa nem sempre são sinalizadas com asteriscos, não sendo uma regra rígida na organização. Por vezes, as regras de ambas as línguas se cruzam, resultando em notas explicativas sobre a Língua Nacional nas notas de Latim, como ocorreu no capítulo III referente ao verbo: “O Modo Condicional (em Portuguez) indica que uma cousa seria ou teria sido, debaixo de uma condição qualquer, como - *louvaria, louvára; aconteceria, acontecerá &c.*” (Silva, 1855, p. 34).

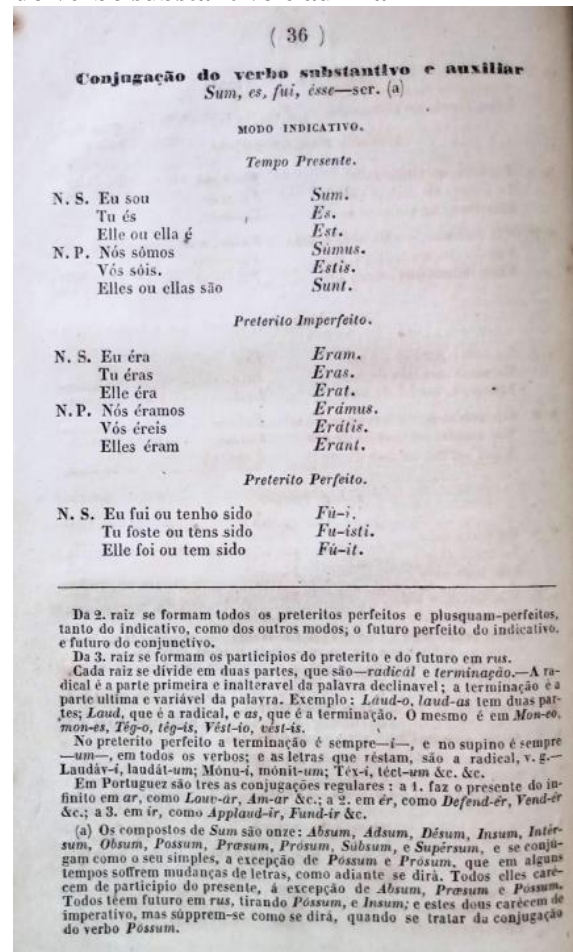
Por vezes, pode ocorrer que uma nota explicativa seja estendida à próxima página, o que pode resultar na existência de dois assuntos diferentes na mesma página. Assim, o início da página é dedicado ao estudo da “conjugação do verbo substantivo e auxiliar”, após uma linha horizontal, continua-se o estudo da página anterior, que começou na nota de rodapé sobre a “formação dos verbos” (p. 35-36). Mesmo se tratando do mesmo conteúdo – verbo – e tendo as linhas horizontais para separá-los, é preciso se estar atento ao que está acontecendo na página anterior, pois um estudo isolado sobre as especificidades do verbo pode se tornar confuso para o estudante, uma vez que a explanação da página anterior continua ocorrendo na segunda metade da página onde ainda o estudo de português se complementa (Figura 39 e 40), pois se trata das três conjugações regulares: “a 1. faz o presente do infinitivo em *ar*, como *Louv-ar, Am-ar &c.*; a 2. em *êr*, como *Defend-êr, Vend-êr &c.*; a 3. em *ir*, como *Applaud-ir, Fund-ir &c.*” (Silva, 1855, p. 36). Neste caso, há uma integração dos conteúdos, uma vez que a explicação sobre a formação dos verbos em Latim termina levando a uma introdução sutil no estudo de Português. Apesar de o estudo do *Manual do Estudante de Latim* parecer confuso, pelas extensas notas explicativas que terminam adentrando outras páginas e, até mesmo, abordando novos conteúdos, o que exige atenção do estudante, podemos concluir que as notas explicativas são essenciais, pois complementam o estudo do assunto.

Figura 39 – Página do Manual: das conjugações dos verbos



Fonte: Silva, 1855.

Figura 40 – Página do Manual: conjugação do verbo substantivo e auxiliar



Fonte: Silva, 1855.

Por vezes, as regras gramaticais no livro escolar constataam a similaridade entre o Latim e o Português, o que não é de se estranhar, uma vez que este último provém do anterior. Dessa vez, a regra sobre as “Linguagens *impessoaes* passivas” apontam que: “Os verbos activos e neutros podem ter na voz passiva linguagens *impessoaes* passivas ou da terceira pessoa do singular, as quaes, se exprimem em latim e portuguez do modo seguinte” (Silva, 1855, p. 70). A conjugação mostra a semelhança entre “Tempos Perfeitos e Imperfeitos” e “Tempos Começados”, usando o verbo *louvar*, *ter* e *dever* para se conjugar em latim e em português. Há, ainda, uma ampliação, por meio da nota explicativa, sobre a última conjugação do *tempo começado*: “Ter-se devido louvar (*)... *Laudándum fuisse*”, que é apresentado logo abaixo, com a mudança do verbo *dever* para o *ter*:

Em vez do verbo *Dever* se pode usar dos verbos *Ter* ou *Haver*, dizendo *Tem-se de louvar*, *Havia-se de louvar* &c.
O pronome portuguez - se - pode pôr-se antes, dizendo: *se louva*, *se louvará* &c. Os verbos *pronominaes* não différem essencialmente dos outros, senão

em se conjugarem com os pronomes pospósitos: no conjunctivo porém os pronomes precedem o verbo, e também no indicativo se podem conjugar os verbos *pronominaes* com os pronomes antepostos (Silva, 1855, p. 71).

Como anteriormente apresentado, as variações do verbo para a conjugação podem ocorrer em Latim e em Português, no entanto, é acrescentado um parágrafo na nota de rodapé para explicar o pronome *se* na Língua Portuguesa. O Manual não apresenta apenas as regras do Latim mas também a Língua Nacional. O que se percebe é que essa integração no estudo das línguas não se limita às notas explicativas, mas sim começa no corpo do texto principal e se estende até a nota de rodapé.

O *modo e tempo* dos verbos, por vezes, só é apresentado mediante uma extensa lista de lições com verbos conjugados que vão ocorrendo por diversas páginas sem nenhuma nota explicativa, com o propósito de apresentar as orações conjugadas. Quando uma conjugação, porém, foge à normalidade, Joaquim da Silva utiliza novamente o recurso do asterisco para elaborar uma nota explicativa extensa:

E de nota 1. - que a língua portugueza, seguindo o uso quasi geral da prosa latina, não admite imperativos com negação, e em seu lugar usa do presente do Conjunctivo, como se vê nestes exemplos: - *fazei, não façáis; íde, não vádes &c.* - 2. que o imperativo em portuguez reduz-se á 2. pessoa do singular e a do plural, e serve para mandar, exhortar. Na 3. pessoa do singular e plural (e na 1. do plural, como muitos dizem) não differe do presente do Conjunctivo, e tem a mesma desinência. Escusado é notar que não tem 1. pessoa, porque ninguém manda a si proprio, e que carêcem de imperativo os verbos *poder, e querer*, porque não depende de ninguém dar a outrem, por mero effeito da vontade propria, a potencia ou a volição. Quando dizemos - *queira, queiram entrar, sentár-se*, suppomos que tal é a intenção d'aquelles á quem fallamos, e a nossa exhortação é uma mera civilidade. E' antes e optativo ou conjunctivo que o imperativo de que usamos, e é como se disséssemos - *estimarei que queira ou queiram &c.* E é de advertir que por isso não é permittido dizer simplesmente *queira, queiráis*, no sentido de mandar exercer a volição. *Queiras, queirámos, queiram* são *suppositivos* (condicionaes), e não imperativos, e equivalem a se tu *quizeras, se nós quizeramos, se elles quizeram* ou *quizessem* (Silva, 1855, p. 88).

Neste caso, a nota foi produzida apenas para explicar as regras do Português, mostrando pouca semelhança com as regras em Latim. A partir da conjugação do *modo imperativo* nos tempos *presente e futuro*, é sinalizada uma nota explicativa para ilustrar o comportamento das conjugações em Português. A elucidação é apresentada em três partes, exemplificada com alguns verbos em Português. Apenas a primeira parte da explicação, que está relacionado às regras que regem o Português e o Latim, apresenta a conjugação verbal negativa do *imperativo*, que não é permitida, pois não se admite este tipo de conjugação com uso de negação, sendo

substituído pelo presente do conjuntivo, em que, nas duas línguas, algumas formações são semelhantes.

À medida que o estudante se aprofunda no *Manual do Estudante de Latim*, a importância de detalhar cada regra gramatical e organizar por letra, como acontecia no início, já não é tão relevante. Como é possível observar na exposição sobre a conjugação do “modo imperativo do presente e futuro” (p. 88), a utilização de um único símbolo foi suficiente para explicar todas as possíveis explicações existentes sobre o assunto.

Em alguns casos, o texto apresenta apenas o conceito e a definição da regra gramatical, o que torna o conteúdo abstrato para ser estudado por meio de um único livro. As notas explicativas ajudam na compreensão do conteúdo apresentado mediante o exemplo, expondo um maior detalhamento do conteúdo. Sem elas, a aprendizagem se tornaria mais abstrata, embora Joaquim da Silva recomende uma leitura mais minuciosa. De qualquer modo, para maior esclarecimento, é necessário recorrer às gramáticas da língua.

Apesar de a obra ser voltada para o ensino de Latim, às vezes não é possível desprezar a grande semelhança com as regras gramaticais da Língua Portuguesa, mesmo quando não há nenhuma menção. É perceptível que, uma vez que o indivíduo adquira domínio da primeira língua, logo terá domínio da segunda. Por isso, a sutileza em só se mencionar o ensino do português quando for necessário chamar a atenção do leitor. Entre as regras da gramática latina que se assemelha à gramática portuguesa, podemos destacar as das conjunções, pois são mais sugestivas para apresentar. O corpo de texto define o que é conjunção em apenas três linhas. Em seguida, parte para o próximo conteúdo. A nota explicativa detalha os tipos e dá alguns exemplos tanto em Latim quanto em português. Assim, apresentam-se as conjunções em forma de lista e enumerada, além de se utilizarem alguns recursos tipográficos para diferenciar os dois idiomas. Os exemplos de palavras em Latim são escritos em itálico, como é possível observar abaixo:

As conjunções são:

1. Copulativas, como: - *Et, ae, que, atque*, - e; *Quoque, étiam*, - também: *Item* - outrossim; *nec, neque*, - nem (que vale por *Et e Non*).
2. Disjuntivas. - *Aut, vel ve*, ou; *Sive, Seu*, ou; *Sive... sive... quer... quer...*
3. Explicativas do sentido de outra oração. - *Ut, uti, velut, sicut, ceu*, - assim como, como.
4. Condicionaes. - *Si, - se; Ni, nisi*, senão; *Modo, dúmmo*, - com tanto que.
5. Causaes. - *Nam, namque, enim, étenim, quod, quia, siquidem*, - porque: *Quóniam, quando, quando, quanóquidem*, - por quanto, visto que, já que; *Ut*, para que; *Ne*, para que não (por *Ut non*); *Quum ou Cum*, como.
6. Conclusivas. - *Igitur, ergo, itaque, ideo, proinde*, - pois, logo, por isso, por tanto.

7. Adversativas. - *At, ast, atqui, sed, autem*; - mas, porém; *Tamen, atlamen*, com tudo; *Verúmtamen*, - não obstante que.
8. Concessivas. - *Quámquam, quámvis, etsi, ut*, - ainda que, posto que. Estas correspondem ás Adversativas *Tamen, atlamen, verúmtamen*.
9. Circunstanciaes. - *Cum*, como, como quer que, quando; *Ut*. - tanta que.
10. *Integrantes*. - *Ut*, que; *Ne*, que não; *Quod*, que; *Si, se, se por regtura* (Silva, 1855, p. 108, grifo do autor).

No Prólogo, Joaquim menciona o uso de outras gramáticas latinas para evidenciar a produção do Manual, afirmando que a originalidade está no novo formato do compêndio e nas notas explicativas, o que é extremamente importante, uma vez que não é necessário se recorrer a outras gramáticas para se sanarem as dúvidas. Ao se analisar a nota explicativa referente às conjunções, nota-se que a lista de classificações existentes hodiernamente é semelhante à que compõe as gramáticas portuguesas modernas, com apenas algumas modificações. O fato de apresentar uma lista com poucos exemplos em português não significa, contudo, que existe apenas esse número no século XIX. A lista apresentada na nota explicativa tem como objetivo apresentar as conjunções em latim e algumas das suas traduções para o português.

Dessa forma, assim como os conteúdos de morfologia mostravam os casos divergentes da Língua Portuguesa no ensino de Latim, o estudo da sintaxe seguiu os mesmos critérios, destacando os casos da Língua Portuguesa, como o “sujeito do verbo do modo infinito” (p.112) na língua latina pode derivar no infinitivo. No Português, ocorre com a partícula *que* antes do sujeito por decorrência de alguns verbos específicos: “dizer, contar, referir, cuidar, julgar, afirmar, &c”.

Mais adiante, no “genitivo depois de adjectivos” na sintaxe da regência, a integração dos conteúdos sobre ambas as línguas que já estão presentes no texto principal demonstra que o ensino da Língua Nacional não é um conteúdo menor a ser abordado em notas de rodapé: “Os Adjectivos que significam coisa *rica* ou *pobre*, *sciente* ou *ignorante*, *participante* ou *não-participante*, tem depois de si em Portuguez a preposição *de*, e em Latim *genitivo*. Ex.: Homem ignorante de todas as artes liberaes, *Homo omnium liberalium artium experts*” (Silva, 1855, p. 113, grifo do autor). Nesta explicação sobre adjectivos, a integração dos conteúdos sobre o Português e o Latim segue a regra que ocorre em ambas as línguas. A explicação e a exemplificação são apresentadas, evidenciando a forma da linguagem em cada situação e como o particípio presente ocorre nas duas. Além de evidenciar as semelhanças entre as línguas, também é possível observar as ausências e as mudanças, como no *genitivo*, regulado pelos substantivos apelativos que ocorrem no Latim, enquanto no Português ocorre por meio das preposições, conforme explicado em uma nota de rodapé:

A *Lingua Portugueza*, por não ter casos, exprime o genitivo pela preposição *de* ou pelos artigos contratos *do, da, dos, das*, antepostos aos nomes; e por isso quando no portuguez recahir aquella preposição ou algum dos ditos artigos contratos sobre qualquer nome, este em Latim será genitivo, o qual é regido por um substantivo appellativo, ou só, ou identificado com algum adjetivo, v. g. Cobiçoso de gloria, *Avidus gloriæ*, isto é, *homo havidos gloriæ* (Silva, 1855, p. 113, grifo do autor).

Apesar de não haver casos de *genitivo* no período Língua Portuguesa, o Manual apresenta outra forma de apresentar esse caso latino, por meio da regra de preposição, apoiando-se na ampliação do conteúdo, que não era abordado de forma efetiva nos estudos secundários, mas era exigido no cotidiano social.

É inegável que, em algumas ocasiões, os conceitos utilizados apareceram como regras próprias do Latim, sem qualquer relação com o Português. Muitas vezes, entretanto, a divergência se dissipa quando o leitor se apropria da definição do conceito, logo é possível haver associação a uma regra gramatical atual da Língua Portuguesa. Um exemplo que podemos citar é o uso do termo “ponto de admiração” (p. 206), o qual, por meio da definição, corresponde ao ponto de exclamação. Embora o conceito seja diferente, a definição e o símbolo são os mesmos utilizados atualmente. O mesmo ocorreu com outras regras, nas quais o conceito se diferenciava da definição da regra gramatical e até com um símbolo.

Diante disso, é possível notar que a obra é mais do que um simples compêndio de gramática latina, agregando o máximo de conhecimento – Latim, Português e contexto da Antiguidade – para que pudesse ser útil para professores e estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos analisar as orientações educacionais e práticas pedagógicas do ensino de Latim no livro *Manual do Estudante de Latim*, de Joaquim José Henrique da Silva, produzido em 1855. Para tanto, foi necessário investigar o ensino de Latim na História da Educação no Brasil e na Paraíba bem como identificar o processo de produção e circulação da obra do autor paraibano. Após uma análise, procuramos responder às perguntas norteadoras:– *Como era o ensino de Latim no Brasil e na Paraíba? Como se constituiu o Latim na Paraíba? Por que ensinar o Latim na Paraíba no oitocentos? Qual a importância dessa língua para a educação no século XIX? Qual é o discurso presente nos impressos e relatórios sobre a importância do ensino dessa língua? Quais os segmentos de ensino constituídos no Manual?* Em busca das respostas, construímos, durante e até o final desta jornada, reflexões sobre os principais resultados e implicações que emergiram deste estudo.

Dessa forma, iniciamos abordando *O ensino de Latim no Brasil* no século XVI, quando os Jesuítas chegaram à América portuguesa para converter os gentis à fé Católica e também para iniciar o ensino das línguas clássicas aos filhos dos colonos, para, assim, prosseguirem seus estudos na Europa e, em seguida, retornarem como obreiros da Igreja ou para assumirem funções essenciais no comando da colônia. Nesse período, o conhecimento do Latim era considerado essencial, uma vez que era uma língua universal da cultura erudita europeia, usada em livros e como forma de comunicação.

Assim como acontecia em todo o território da colônia portuguesa, os Jesuítas introduziram *O ensino de Latim na Paraíba*, porém, sua participação na organização educacional paraibana foi breve (1585-1592), devido a adversidades políticas. Tiveram, pois, que deixar o território sob o comando de outras ordens religiosas, só voltando quase um século depois para continuarem os seus trabalhos instrucionais quando foram interrompidos pela Reforma de Pombal (1759).

Com as novas reformas educacionais implementadas no século XIX, a introdução do Latim foi iniciada no Ensino Secundário e, posteriormente, aprofundada no Ensino Superior. Na Paraíba, o Ensino Secundário era realizado por meio de aulas isoladas ou em instituições de ensino, podendo ser ofertado pelo sistema público ou particular. Neste período, já havia discursos sobre a modernização desse nível de ensino paraibano. No final do século, o ensino latinista começou a perder espaço para o ensino das línguas modernas.

Em meados do século XIX, ao analisarmos os vestígios deixados pel'*A Circulação do Livro Manual do Estudante de Latim*, percebemos as intenções do mercado de privilegiar

autores já consagrados, como as obras de Antonio Coruja. Ainda assim, é possível notar o esforço de Joaquim da Silva em promover a sua obra por meio de jornais, uma vez que ela não foi selecionada para ser utilizada nos estabelecimentos de ensino público na Paraíba, já que as obras usadas eram antigos compêndios de gramáticas latinas que circulavam desde o século XVIII, como a *Grammatica* do Pe. Pereira e a *Syntaxe de Dantas*. Apesar do esforço, o *Manual do Estudante de Latim* só ganhou notoriedade no começo do século XX, como um recurso abrangente para o estudo latinista, sendo apresentado por um periódico das livrarias da capital brasileira como um livro completo para o estudo de Latim.

Por conseguinte, ao examinarmos *As Orientações de Ensino contidas no Livro Manual do Estudante de Latim*, percebemos que a obra é bastante completa para o período, inclusive por propor uma nova organização do ensino de Latim para atender às necessidades educacionais exigida na época, enxergadas por Joaquim da Silva ao configurar uma nova orientação educacional, juntamente com novas práticas pedagógicas. Além de oferecer um compêndio de gramática latina com diversas notas explicativas para aprofundar a aprendizagem, seu autor apresenta na segunda parte do seu livro escolar o contexto histórico-social da cultura greco-romana, que aborda mitologia, tratados e costumes. Em menor grau, também veicula o ensino da gramática portuguesa em diversos momentos pelo compêndio, conciliando os conteúdos das duas línguas.

Com isso, os nossos achados revelaram que, no início do século XIX, o Latim era a principal disciplina no Ensino Secundário, uma herança que veio da colônia com a implantação do *Ratio Studiorum*, cujo o objetivo era o desenvolvimento da composição, da oralidade e da escrita, já que era considerada uma língua universal, que permitia a comunicação em diversos ambientes – políticos, religiosos, culturais e científicos –, além da produção de textos filosóficos e teológicos bem como a elaboração de documentos e dos ritos religiosos da Igreja. Ao longo do século XIX, o ensino de Latim foi, no entanto, questionado, pois as autoridades da época passaram a exigir uma educação mais moderna e científica e menos humanista, que abordasse as línguas vivas, como o Português. Dessa forma, o Latim, ao final do século, perde espaço para outras disciplinas no currículo escolar paraibano, até que, no século XX, acaba por ser retirado do Ensino Secundário por meio da LDB de 1961 (Lei 4.024/61), ficando isolado no Ensino Superior.

Esse aspecto é particularmente significativo porque, ao longo da pesquisa, é possível notar que o *Manual do Estudante de Latim* foi produzido em meados do século XIX, quando começaram as discussões sobre o ensino latinista em detrimento do ensino da Língua portuguesa. Como o autor do referido Manual era um homem influente no meio político,

provavelmente estava ciente das discussões e percebeu a oportunidade de valorizar a sua obra, introduzindo, na gramática latina, algumas explicações que, às vezes, divergiam ou se confundiam com o ensino do Português.

Outro aspecto observado foi a intenção do autor de que o seu livro escolar pudesse substituir os antigos compêndios gramaticais que estavam presentes no ensino público da Paraíba desde a Reforma de Pombal. A sua influência política não foi, porém, suficiente para alavancar a sua obra, que só ganhou notoriedade no começo do século XX, quando passou a ser considerado um recurso abrangente para o estudo de Latim, sendo apresentado pelas livrarias da Capital brasileira, no *Jornal do Commercio* (RJ), como um livro completo para o estudo de Latim.

Vale salientar que esta pesquisa tem limitações, uma vez que, para avaliar a relevância da nova organização apresentada por Joaquim da Silva, seria necessária uma análise comparativa com outras gramáticas latinas que circularam no período e as que o autor utilizou – *Syntaxe de Dantas*, *Arte do Padre Pereira*, Lancelot, Perizonio, Prisciano – para, assim, diagnosticar em que grau de importância estavam suas contribuições no século XIX.

Apesar das limitações, a pesquisa procurou contribuir significativamente para o campo da História da Educação, abordando o ensino de Latim, que serviu de alicerce para o ensino da Língua Portuguesa. Além disso, a pesquisa revelou que o objetivo principal no século XIX, já não era a comunicação, mas sim se ter competência linguística suficiente para se lerem os Clássicos Latinistas, pois eles estavam atrelados ao conhecimento da história, da cultura, da política, da religião, da filosofia, das ciências, além de desenvolver o discurso retórico e o pensamento crítico, uma vez que tais práticas envolvem a análise de argumentos complexos.

Nossa investigação também verificou que, segundo o *Manual do Estudante de Latim* estudado, a leitura de textos clássicos proporciona uma compreensão sobre retórica, poesia e filosofia, o que contribui para a ampliação do vocabulário e das estruturas gramaticais. Aspectos relevantes que ainda estão presentes na atualidade, como, por exemplo, as palavras e expressões latinas no campo do direito, da medicina e das ciências. Dessa forma, ao preencher as lacunas na literatura latina e fornecer uma nova percepção sobre o ensino de Latim na Paraíba, por meio do livro *Manual do Estudante de Latim* no século XIX, esperamos ter contribuído para a História da Educação na Paraíba.

À medida que concluímos este trabalho, acreditamos na importância de olhar para o futuro e recomendar a exploração de futuras pesquisas sobre o ensino do Latim na Paraíba e que se faz necessário contar. Esse campo da pesquisa tem potencial de ampliar ainda mais nosso conhecimento, mostrando o impacto nos tempos atuais. Entendemos, assim, que este estudo

contribui para a compreensão do conteúdo e da circulação do referido objeto cultural para a organização do ensino de Latim na História da Educação na Paraíba.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- A PROVINCIA do Espírito-Santo: Jornal consagrado aos interesses provinciaes, filiado à escola liberal (ES). 1882-1889.
- ALBUQUERQUE, Aurélio. **O areiense Joaquim da Silva**. João Pessoa: A União, 1977.
- ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. 2. ed., v. I., Editora Universitária/UFPB: João Pessoa, 1978.
- AMARANTE, José. Esboço para uma história social do Latim no Brasil: construindo uma periodização - Episódio I - Período Colonial. *In.*: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; OLIVEIRA, Klebson; AMARANTE, José (org.). **Várias navegações**: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos. Salvador: EDUFBA, 2012. *E-book*.
- AMARANTE, José. **Latinitas**: uma introdução à língua latina através dos textos. 2. edição revista. Volume único: Salvador: EDUFBA, 2018. *E-book*
- ARAÚJO, Camila Almeida; SENA, Fabiana. OS PROFESSORES NOS ANÚNCIOS DO JORNAL O PUBLICADOR (1864-1885) DA PARAÍBA. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 10, n. 22, p. 93–104, 2017. DOI: 10.20952/revtee.v10i22.5892. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/5892>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- ARAÚJO, Camila Almeida. **O distintivo de uma alma bem formada: princípios geraes de moral no manual enciclopédico para uso das escolas de instrução primária (1862-1874)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.
- ARAUTO Parahybano: Periódico litterario, noticioso e abolicionista (PB). 1888.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In.*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- BARBOSA, Sara Rogéria Santos. **O ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente no Brasil (1759-1771)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2012.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. *In.*: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal. (Org.). **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010, v. Único, p. 205-220.
- BARBOZA, Kaline Gonzaga. **Leituras das regras de escrita de cartas**: manual epistolar Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar como dispositivo de formação pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BASTOS, Maria Helena. Reminiscências de um tempo escolar: Memórias do professor Coruja. **Revista Educação em Questão**, v. 25, n. 11, p. 157-189, jan-abr. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5639/563959957009.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil**: elementos para uma história. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BERNAL, Sílvio Wesley Rezende. **Machado de Assis e as representações do Latim em um Brasil do século XIX**. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Dissertação. Salvador 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26312>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BITTERCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas Escolares: História e Pesquisa. *In.*: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tabora; RANZI, Serlei Maria Fischer. **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. v. 1, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BRASIL. Código Criminal Do Imperio Do Brazil. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BORGES, Vavy. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. *In.* PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Roma antiga**. Tradução: Maristela Marcondes. São Paulo: Círculo, 1980.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872 - Parahyba do Norte**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=225490&view=detalhes>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história do Iluminismo no Brasil: notas acerca da presença de Verney na cultura brasileira. **Rev. Fac. Educ.**, v. 5, n. 1-2, p. 109-117, 1979. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-25551979000100006&script=sci_abstract. Acesso em: 19 mai. 2023.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A literatura latina**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011b. *E-book*.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao Latim**. São Paulo: Ática, 2011a. *E-book*.

Cartas Jesuíticas I. *Manuel Da Nóbrega. Cartas Do Brasil (1549-1560)*. Publicação da Academia Brasileira, Coleção “Afrânio Peixoto”. Notas de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1867/bndigital1867.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

CARTAS Jesuíticas II. **Cartas Avulsas (1550-1568)**. Publicação da Academia Brasileira, Coleção “Afrânio Peixoto”. Notas de Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4676>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CARTAS Jesuíticas III. **Cartas**: Informações, Fragmentos Históricos E Sermões Do Padre Joseph De Anchieta S.J. (1554-1594). Publicações da Academia Brasileira. Notas de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1933. Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução: Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998b. *E-book*.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Algés: Difel, 2002. *E-book*.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Tradução: Mary Del Priore, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998a. *E-book*.

CORREIO Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ), 15 mar. 1865. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=%22Joaquim%20Jose%20Henrique%20da%20Silva%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=24540>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CORUJA, Antonio Alves Pereira. **Manual dos Estudantes de Latim**. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1844.

DEZENOVE de Dezembro (PR). 1854-1890. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=416398&pesq=aldeamento%20+%20P apanduva&pagfis=9666>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DIÁRIO do Rio de Janeiro, 1 fev. 1867. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22Joaquim%20Jose%20Henrique%20da%20Silva%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=21443 Acesso em: 19 abr. 2024.

DIAS, Juciele. O ensino da língua nacional no século XIX e a constituição da gramatização brasileira: a produção de Antonio Alvares Pereira Coruja. **Gragoatá**, v. 24, n. 48, p. 75-94, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33620>. Acesso em: 08 jul. 2023.

DIAS, Roberto. **História da Expulsão dos Jesuítas da Capitania de Pernambuco e Anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759**: A Disputa Política e os domínios da

Educação. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25070>. Acesso em: 16 mai. 2023.

ECHO Escolastico, 30 jun. 1877. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=758639&Pesq=latim&pagfis=4>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)**. Tese. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

FERNANDES, Gonçalo. A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisboa 1697) de Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) e a ars minor (Lisboa 1573) de Manuel Álvares, S.J. (1526–1583). Rio de Janeiro, **Confluência** - Revista do Instituto de Língua Portuguesa, 2021. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/502>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das Aulas Avulsas ao Lyceu Provincial**: as primeiras configurações da instrução secundária na província da Parahyba do Norte (1836-1884). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012.

FRADE, Isabel. Livros para ensinar a ler e escrever: uma pequena análise da visualidade de livros produzidos no Brasil, em Portugal e na França, entre os séculos XIX e XX. *In.*: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FRANCA, Leonel S. J. **O Método Pedagógico dos Jesuítas – O “Ratio Studiorum”**. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acervo/fontes/4782> Acesso em: 03 mar. 2023

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. *In.* PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva**: Um empresário ilustrado do Império. Bauru: Edusc, 2007.

GAZETA da Parahyba: Folha Diaria (PB). 1888-1890. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=808865&Pesq=%22jo%20c%20a%20Licinio%20Velloso%22&pagfis=118>. Acesso em: 19 abr. 2024.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In.*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução: António Narino. Lisboa: Difel, p. 169-178, 1989. *E-book*.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Tradução: Isabel St. Aubyn. Edições 70, Lisboa – Portugal, 1984.

HANSEN, João Adolfo. Leituras Coloniais. *In.*: ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 169-182, 1999.

HANSEN, João Adolfo. A Civilização pela Palavra. *In.*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JORNAL do Comercio (SC). Diario Imparcial. 1880-1894. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=887790&pesq=%22manual%20latim%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3963>. Acesso em: 19 abr. 2024.

JORNAL do Commercio (RJ). 1840-1879. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=%22manual%20latim%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=14621. Acesso em: 19 abr. 2024.

JORNAL do Pará: Orgão Oficial (PA). 1867-1878. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=219339&pesq=%22manual%20latim%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=2486>. Acesso em: 19 abr. 2024.

JORNAL da Parahyba: Orgão do Partido Conservador, 19 jan. 1889. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228397&pesq=latim&hf=memoria.bn.br&pagfis=213> Acesso em: 19 abr. 2024.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A profissionalização do escritor no Brasil do século XIX. **Fragmentum**, [S. l.], n. 45, p. 65–92, 2015. DOI: 10.5902/20738. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/20738>. Acesso em: 6 abr. 2024.

LEITE, Leni Ribeiro; CASTRO, Marihá Barbosa. e. O ensino de língua latina no Brasil: percursos e perspectivas. **Classica** – Revista Brasileira de Estudos Clássicos, v. 27, n. 2, p. 53–77, 2014. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/226>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. T. 2, (Século XVI: A Obra). Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Disponível em: <https://archive.org/details/leite-serafim-1938-historia-da-companhia-de-jesus-no-brasil-tomo-2>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LIMA, Viviane de Oliveira. Revoltas dos Quebra-Quilos. Levantes contra a imposição do Sistema Métrico Decimal. **Anais...** XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. ISBN 978-85-6597-00-7. Disponível em https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338335004_ARQUIVO_ANPUHRevoltas-Textofinal.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

LIMA, Ivana Stolze. Luís Maria da Silva Pinto e o Dicionário da Língua Brasileira (Ouro Preto, 1832). Porto Alegre: **Humanas**, v. 28, p. 33-67, 2006.

LIMA, Karla; SENA, Fabiana; TRISTÃO, Isabela. Os colégios secundaristas particulares nos anúncios dos jornais na Paraíba (1867-1895). *In.*: GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira; AMORIM, Simone Silveira. **Formação docente**: instituições educativas, Sujeitos e suas

práticas formais e não formais. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2023. Acessado em: 03 mar. 2024. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/formacao-docente-instituicoes-educativas-sujeitos-e-suas-praticas-formais-e-nao-formais/>

MAGALHÃES, Cláudio. **Luis Antônio Verney: O verdadeiro método de estudar**, uma contribuição para o ensino em Portugal e no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática Universidade Estadual Paulista: Rio Claro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/139443>. Acesso em: 18 mai. 2023.

MARÓJA, Flavio. Professor Joaquim da Silva, como o conheci: um pequeno trecho de história. **Revista do Instituto Histórico Geographico Parahybano**. Parahyba: Imprensa Oficial, v. 5, p. 163-167, 1922

MARTINS. Eduardo. **A tipografia do Beco da Misericórdia**: apontamentos históricos. João Pessoa: A União, 1978.

MARTINS, Maria Cristina da Silva. **Configuracionalidade em Latim Clássico e Latim Vulgar**. Tese – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2002.

MEDEIROS, Thiago Gomes. **Entre cartas e escritos**: a trajetória do Padre Gabriel Malagrida e o Seminário Jesuíta da Parahyba (XVII e XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11881?locale=pt_BR. Acesso em: 14 mar. 2024.

MELLO, Jose Baptista. **Evolução do Ensino na Paraíba**. Coleção Arquivo Paraibano. João Pessoa-PB: Imprensa Oficial, 1956.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: Lutas e Resistência. 11. ed. João Pessoa: A União, 2008.

MINDLIN, José. Impressão Régia: Seu significado e suas realizações. *In.*: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

NORA, Piere. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 05 abr. 2024.

O ESPIRITO-SANTENSE (ES). 1870-1889. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217611&pesq=%22manual%20latim%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=5163>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O ESTADO DA PARAHYBA: Periodico Politico Social e Noticioso. Orgão Republicano (PB). 1890-1891. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809160&pesq=latim&hf=memoria.bn.br&pagfis=237>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O HORIZONTE (ES). 1880-1885. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=234443&pesq=%22manual%20latim%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=449>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O LIBERAL PARAHYBANO (PB). 1879-1889. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704989&pesq=latim&hf=memoria.bn.br&pagfis=8>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O MENSAGEIRO (RS), 8 jan. 1836. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811734&pesq=%22syntaxe%20danta%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=76>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O NORTE, 3 jul. 1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&Pesq=aLEXINA&pagfis=10224>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O PAIZ (BA), 29 abr. 1854. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815802&Pesq=%22Camillo%20de%20Lellis%20Masson%22&pagfis=22>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O PUBLICADOR (PB). 1864-1869, Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=latim&hf=memoria.bn.br&pagfis=5>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PAIVA, Roberta Soares. O clima da época em torno do conceito de discurso na gramática de Port-Royal: o “bom uso” da língua. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 304-314, jul./dez., 2021. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8666083>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PAPA FRANCISCO retira latim como língua oficial em sínodo no Vaticano. **Portal G1**. Mundo, 06 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/10/papa-francisco-retira-latim-como-lingua-oficial-em-sinodo-no-vaticano.html#:~:text=O%20italiano%2C%20a%20l%C3%ADngua%20no,agilizar%20o%20processo%2C%20disseram%20autoridades>.

Acesso em: 02 jan. 2024.

PARAHYBA DO NORTE. Falla com que o exm. Doutor Antonio Herculano de Souza Bandeira presidente da provincia abriu a primeira sessão da 26ª legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba do Norte em 1 de agosto de 1886. Parahyba: Typ. Lyberal, 1886. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. Vice-presidente da província Doutor José Evaristo da Cruz Govea, no dia 16 de outubro de 1871. Parahyba: Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. vice-presidente da província Doutor José Evaristo da Cruz

Govea, no dia 7 de julho de 1872. Parahyba: Typ. Conservadora, 1872. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Falla dirigida á Assemblèa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Presidente da Provincia Dr. Francisco Teixeira de Sá, em 6 de setembro de 1878. Parahyba: Typ. Herdeiros de J. R. da Costa. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Falla que o exm. Presidente Doutor José Ayres do Nascimento dirige á Assembléa legislativa da Provincial da Parahyba do Norte por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da 14ª legislatura em 4 de outubro de 1883. Parahyba: Typ. do Commercio, 1883. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da província Doutor Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de agosto de 1856. Parahyba: Typ. Conservadora, 1856. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 11 de 24 de março de 1836. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial.** Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 116, de 19 de maio de 1835. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial.** Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 178, 30 de novembro de 1864. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial.** Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 216, 9 de outubro de 1865. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial.** Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 761, 07 de dezembro de 1883. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 9, de 29 de outubro de 1858. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 99, 4 de dezembro de 1863. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campo, no dia 7 de maio de 1845**. Pernambuco: Typ. Imparcial – Por S. Caminha, 1845. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campo, no dia 3 de maio de 1847**. Pernambuco: Typ. Imparcial – Por S. Caminha, 1847. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Bacharel João Antonio de Vasconcellos, no dia 1 de agosto de 1848**. Pernambuco: Typ. Imparcial – Por S. Caminha, 1848. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Bacharel João Antonio de Vasconcellos, no dia 1 de agosto de 1849**. Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1849. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Coronel José Vicente de Amorim Bezerra, no dia 2 de agosto de 1850**. Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1850. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo vice-presidente Doutor Flavio Clementino da Silva Freire, no dia 5 de agosto de 1853.** Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1853. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor João Capistrano Bandeira de Mello, no dia 5 de agosto de 1854.** Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1854. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo vice-presidente Doutor Flavio Clementino da Silva Freire, no dia 2 outubro de 1855.** Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1855. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Henrique Beaurepaire Rohan, no dia 20 de setembro de 1858.** Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1858. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Ambrozio Leitão da Cunha, no dia 2 de agosto de 1859.** Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1859. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Francisco D'Araujo Lima, no dia 1 de outubro de 1863.** Parahyba: Typ. Parahybana, 1863. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Silvat Odorico de Moura, no dia 1 de outubro de 1864.** Parahyba: Typ. José Rodrigues Costa, 1864. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo vice-presidente Doutor Felizardo Toscano de Brito, no dia 4 de agosto 1865.** Parahyba: Typ. Liberal Parahybana, 1865. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo vice-presidente Doutor Felizardo Toscano de Brito, no dia 3 de agosto 1866.** Parahyba: Typ. Liberal Parahybana, 1866. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo vice-presidente Barão de Maraú, no dia 5 de agosto de 1867.** Parahyba: Typ. Liberal Parahybana, 1867. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, no dia 1 de novembro de 1868.** Parahyba: Typ. Herdeiros de J. R. da Costa, 1868. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Venancio José de Oliveira Lisbôa, no dia 2 de outubro de 1869.** Parahyba: Typ. Herdeiros de J. R. da Costa, 1870. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor José Evaristo da Cruz Govea, no dia 16 de outubro de 1871.** Parahyba: Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, no dia 7 de agosto de 1874.** Parahyba: Typ. Jornal da Parahyba, 1874. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, no dia 9 outubro de 1875.** Parahyba: Typ. Jornal da Parahyba, 1875. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Silva Freire, no dia 21 de maio de 1876.** Parahyba: Typ. Jornal da Parahyba, 1876. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Esmerino Gomes Parente, no dia 12 de agosto 1877.** Parahyba: Typ. Liberal Parahybano, 1877. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo exmo presidente Doutor Justino Ferreira Carneiro, no dia 21 de setembro de 1881.** Parahyba: Typ. Liberal Parahybano, 1882. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório do Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, ano de 1888.** Documento manuscrito; Arquivo histórico da FUNESC: Caixa 068, 1888.

PARAHYBA DO NORTE. Resolução 26, de Fevereiro de 1846. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial.** Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Resolução nº 288 de 11 de novembro de 1885. *In.*: PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-e-regulamentos-da-instrucao-da-paraiba-no-periodo-imperial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PEIXOTO, Thayná CAVALCANTI; CURY, Cláudia Engler. Espaços de Leitura e Venda de Livros, Compêndios e Artefatos Escolares na Parahyba do Norte (1822-1889). Natal: **Simpósio Nacional de História**, 2013.

PHAROL (MG). 1876-1933. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22manual%20latim%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=2110>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PIMENTEL, Gloriete; FORMIGA, Zeluiza; SILVA, Tânia Maria da, **Catálogo da Seção de Obras Raras do IHGP: III**. Coleção de Livros Antigos. João Pessoa: Editora Universitária /HDIHR, 1997, p. 193.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isolada à era dos grupos escolares na Paraíba**. Autores Associados. Campinas-SP: Universidade São Francisco, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2021.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto-MG: Typographia de Silva, 1832.

PINTO, Luíz. **Octacílio de Albuquerque: época, vida, obra**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1966.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **Sonhos de uma liberdade republicana, nas páginas do Jornal Verdade, Areia – PB (1888-1892)**. Dissertação – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades, 2021.

RAMOS, Maria Daniela Angelo. **O ensino da gramática na Paraíba em Lições da Língua Materna (1906)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2014.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Monsenhor Ruy Vieira Pároco Emérito de Areia**. João Pessoa: Ed. Unipê, 2003.

ROCHA, Carolina. Notícias e Anúncios sobre Instrução no jornal O Publicador (1884-1886). v. 17, n. 1, **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiiech/xviiiech/paper/viewFile/3208/2673>. Acesso em: 04 jul. 2023.

RODRIGUES, Fernandes. **História da companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tomo segundo: Acção crescente da Província Portuguesa (1560-1615); Nas letras, na Corte, além-mar. Vol. II. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1938. *E-book*.

RODRIGUES, Rejane (org.). **A história da imprensa, a imprensa na história**. Jundiaí (SP), Paco, 2016.

SANTOS, Juvandi de Souza. **As Fazendas de gado dos Jesuítas na Paraíba colonial**. SÉRIE: Arqueologia/Paleontologia. Vol. V Campina Grande, Paraíba. 2015. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/13344>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SANTOS, VERA MARIA. **O livro didático de Geografia: Sergipe, do século XIX ao século XX**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. *E-book*.

SECRETARIA-GERAL do Ministério da Educação (1751-1760). **Edital de D. Tomás de Almeida, de 28 de Julho de 1759, com instruções sobre a Reforma**. Dom Thomás de Almeida, Principal Primario da Santa Igreja de Lisboa, do Conselho de Sua magestade. Fidelissima, Director Geral dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios, etc. Disponível em: http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/S18/1751_1760/1759_07_28_edital.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

SENA, Fabiana. **A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na primeira República**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SENA, Fabiana; MELO, Carlos Augusto. A Circulação de Livros para Crianças e Jovens na Província da Paraíba do Século XIX. **PoliTeknik**, v. 1, p. 7-7, 2020.

SENA, Fabiana; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império. **Educação Unisinos**. V. 16, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644457005.pdf>. Acesso em: 04 agos. 2023.

SILVA, Fabiana Sena.; CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Anúncios de livros religiosos n' O Publicador (1864): educação moral e religiosa na Paraíba. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 28, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/133721>. Acesso em: 2 mar. 2024.

SILVA, D. P. Silvio Romero, a escrita da história e o papel do homem de letras na formação nacional brasileira. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 91–107, 2013. DOI: 10.47692/cadhisc.2013.v9.34311. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/cadernos/article/view/34311>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SILVA, Hércia Macedo de Carvalho Diniz e. **Representação de professor em as Aventuras de Telêmaco**: material de instrução no Lycêo Parahybano (1836-1853). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGÉ. Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19873?locale=pt_BR. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, Joaquim José Henriques da. **Manual do Estudante de Latim - Dividido em duas partes:** contendo a primeira – Um compendio de grammatica latina, extrahido dos melhores que até o presente se tem publicado; e a segunda – A mythologia, e um breve tratado dos costumes dos antigos romanos. Bahia: Typ. De Camillo de Lellis Masson & C., 1855.

TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). *In.*: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). **Impresso no Brasil:** Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Trabalhos acadêmicos sobre o ensino de Latim

Descritor	Trabalhos acadêmicos	Título	Autor(a)
<i>Aulas de Latim</i>	Dissertação	A geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX.	Vera Maria Santos (2004).
<i>Professor de Latim</i>	Dissertação	Paulo Rónai, um brasileiro made in Hungary.	Zsuzsanna Filomena Spiry (2009).
		Os itinerários do desassossego: análise comparada da obra contística de Haroldo Conti.	Giseli Cristina Tordin (2010).
<i>Professores de Latim</i>	Dissertação	É preciso ser outros: concepções de ensino e de língua nos encontros de professores de Latim.	Thiago da Silva Pinheiro (2014).
<i>Estudos de Latim</i>	Tese	Configuracionalidade em Latim Clássico e Latim Vulgar.	Maria Cristina da Silva Martins (2002).
<i>Aprendizagem de Latim</i>	Tese	Microestrutura de um dicionário de Latim para alunos iniciantes.	Francisco Edmar Cialdine Arruda (2019).
<i>Ensino de Latim</i>	Dissertação	O ensino de Latim na Escola Maria Constança Barros Machado como reflexo da História da disciplina no Brasil (1939-1971).	Horácio dos Santos Braga (2005).
		O ensino de Latim nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo e o Método Inglês Reading Latin: Um Estudo de Caso.	Charlene Martins Miotti (2006).
		A tradução e o ensino de Latim.	Thaís Fernandes (2010).
		Ensino de Latim: Problemas lingüísticos e uso de dicionários.	Giovanna Longo (2006).
		A organização das informações do aoristo: Dicionário eletrônico Latim-português.	Silvio Somer (2016).
		O ensino de Latim na Concepção de Profissionais de Diferentes Áreas.*	Waldir Luiz Hellmann (2002).
		A rosa do Latim: um estudo sobre o ensino na Universidade de São Paulo.*	Joseli Perezine (2006).
		Gramática na antiguidade tardia: Prisciano e sua institutio de nomine et pronomine et verbo	Luana de Conto (2011).
		Contribuições da linguística para o ensino do Latim.	Solange Silva Lutibergue Cavalcanti (2002).
		O ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente no Brasil (1759-1771).	Sara Rogéria Santos Barbosa (2012).

	Tese	Desenho de um dicionário Latino-Português para o Ensino Superior.	Hilaine Gregis (2018).
		Ensino de Latim: reflexão e método.	Giovanna Longo (2011).
		O Latim nas obras raras: uma proposta de livro didático de Latim para bibliotecários.	Fabio Frohwein de Salles Moniz (2018).
		Permanências e reincidências latinas do português brasileiro: uma proposta de ensino de Latim via linguística histórica.	Luiz Henrique Milani Queriquelli (2016).
	Dissertação	Machado de Assis e as representações do Latim em um Brasil do século XIX.	Sílvia Wesley Rezende Bernal (2016).
<i>Latim</i>	Tese	Inscrições em latim sob uma abordagem dialógica: um estudo no contexto do Cariri cearense.**	Francisco de Freitas Leite (2014).
		Uma investigação filológico-linguística das influências do ibero-romance na obra <i>Qvod Nihil Scitvr</i> , de Francisco Sanches.**	Adílio Junior de Souza (2020).
<i>Joaquim Enrique Silva latim</i>	Tese	As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922).***	Maíra Lewtchuk Espindola (2017).
<i>Latim na Paraíba</i>	Artigo	Desafios do ensino do Latim ontem e hoje: historicidade, materiais didáticos e uma análise do curriculum no curso de Letras da UFPB.***	Michelle Bianca Santos Dantas e Josefa Caroline Xavier da Silva (2021).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

*Trabalhos não encontrados;

**Trabalhos encontrados no site da Biblioteca Central-UFPB;

***Trabalhos encontrados no *Google Acadêmico*.

APÊNDICE B – Pesquisas acadêmicas sobre Livros/Compêndios/Manuais na Paraíba no século XIX*

Tipo	Título	Autor(a)
Livro	A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na Primeira República.	Fabiana Sena (2017)
Artigo	Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império.	Fabiana Sena; Socorro Barbosa (2012)
	Espaços de leitura e venda de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte (1822-1889).	Thayná Peixoto; Cláudia Cury (2013)
	A circulação de livros para crianças e jovens na Província da Paraíba do Século XIX.	Fabiana Sena; Carlos Mello (2020)
Dissertação	Leituras das regras de escrita de cartas: manual epistolar Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar como dispositivo de formação pedagógica	Kaline Gonzaga Barboza (2015)
	O ensino de gramática na Paraíba em Lições da Língua Materna (1906).	Maria Daniela Angelo Ramos (2014)
	Livros didáticos de geografia e seus autores: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil.	Maria Deusia Lima Angelo (2014)
	O livro dos Snobs: o romance inglês nos jornais e periódicos paraibanos do XIX.	Josy Kelly Cassimiro Rodrigues dos Santos (2016)
	Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a história da província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado.	João Paulo Costa Rolim Pereira (2012)
Tese	Representação de professor em as aventuras de telêmaco: material de instrução no Lycêo Parahybano(1836 a 1853).	Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva (2019)
	“O distintivo de uma alma bem formada”: princípios geraes de moral no <i>Manual Enciclopédico para uso das Escolas de Instrucção Primária</i> (1862-1874)	Camila Almeida de Araújo (2022)
	O item linguístico mesmo: confrontando usos e funções no português do Brasil.	Neide Correia Sant’Anna de Amorim (2009)
	Prosa de ficção oitocentista: revisando práticas de escrita literária da imprensa paraibana.	Camila Machado Burgardt (2018)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

*No acervo *on-line* da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, não foram encontradas produções sobre o século XIX.